

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

**Da ação e do sujeito da ação:
um estudo sobre a natureza e o funcionamento do ato assertivo de crítica
em intervenções responsivas**

Juscéia Aparecida Veiga Garbelini

Juscéia Aparecida Veiga Garbelini

**Da ação e do sujeito da ação:
um estudo sobre a natureza e o funcionamento do ato assertivo de crítica
em intervenções responsivas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Lingüística.

Área de Concentração: Lingüística
Linha de pesquisa: Análise do Discurso
Orientador: Prof. Dr. Hugo Mari

BELO HORIZONTE
Faculdade de Letras/UFMG
2007

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Hugo Mari
Professor do Departamento de Letras
PUC- Minas Gerais
Professor colaborador do POSLIN - UFMG

Dr^a Míria Gomes de Oliveira
Professora da Faculdade de Educação da UFMG

Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes
Professor do Departamento de Letras
PUC- Minas Gerais

Dr. William Augusto Menezes
Professor do Departamento de Letras
Universidade Federal de Ouro Preto

Dr. Antônio Luiz Assunção
Professor do Departamento de Letras
Universidade Federal de São João Del Rei.

“As palavras” - escreveu Wittgenstein - “só adquirem significado no fluxo da vida”. E, nesse momento, dedicar e agradecer ganham para mim seu sentido mais denso e vivo. Quero, pois, dedicar este trabalho: aos meus pais, Antônio e Laudelina (*in memoriam*); ao Sérgio, meu marido, e ao Hugo, meu orientador. Por razões diferentes, mas todas, igualmente, importantes!

Minas acolheu-me cordial e fraternalmente através de Vera Lúcia e Sérgio Miola, Wiliane e LÍlian. Sinto-me em casa por aqui e agradeço a eles por este sentimento de pertencimento!

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
ABSTRACT.....	09
ÍNDICE DE FIGURAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo I - Dos referenciais teóricos.....	22
1.1 Da Teoria dos Atos de Fala	23
1.1.1 Do conceito de força ilocucional.....	24
1.1.2 Das condições de sucesso e de satisfação	31
1.2. Da Teoria Semiolingüística	35
1.2.1 Dos fundamentos.....	37
1.2.2 Sobre o postulado da intencionalidade.	39
1.2.3 Da estruturação sociolinguageira	43
1.2.4 Do quadro metodológico	45
1.2.5 Do contrato de comunicação	53
1.2.5.1 A entrevista como gênero empírico	53
1.2.5.2 A entrevista e o quadro interacional	56
1.2.5.3 A entrevista midiática	60
1.2.5.3.1 O Programa Roda Viva	63
Capítulo II – Da proposta de análise da crítica como ato de fala	69
2.1 Análise das críticas	70
2.1.1. Análise da Classe I	70
2.1.2. Análise da Classe II	77
2.1.3 Análise da Classe III	83
2.1.3.1 Análise da Classe III A	84
2.1.3.2 Análise da Classe III B	91

2.1.4 Análise da Classe IV	97
2.2 Proposta de tipologia da crítica	101
Capítulo III – Da emergência das identidades comunicacionais à luz da Semiolingüística	103
3.1 Da constituição das identidades comunicacionais	105
3.2 Problematização – a questão do sujeito e dos papéis	109
3.3 O par pergunta / resposta e o contrato comunicacional	111
Capítulo IV – Da emergência dos padrões de racionalidade e intencionalidade nas produções/ações discursivas	127
4.1 Da irrupção do sujeito - revisitando, brevemente, a história	128
4.2 Discurso /ação: por uma explicitação racional	130
4.2.1 Ato assertivo de crítica – amostragem de análise	132
4.3 Sobre a dimensão de intencionalidade	137
4.3.1 Correlação analítica entre estados Intencionais e atos de fala.....	144
4.4 Como entender a criação de fatos institucionais ou como entender a criação de razões para ação na dimensão da intencionalidade	146
Das considerações finais.....	151
Bibliografia	156
Anexo A.....	164
AnexoB.....	170
Entrevista FHC Senador	171
Entrevista FHC candidato à Presidência	235
Entrevista FHC Presidente da República	285

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo empreender uma reflexão sobre o ato assertivo de crítica, objeto discursivo-social, contrastador de crenças e saberes que povoam nossas relações interpessoais cotidianas. Almejou-se escrutinar tal ato, a partir de sua tessitura e funcionamento, bem como apreender sua justificativa em uma dimensão de racionalidade e intencionalidade. A investigação deu-se a partir de intervenções responsivas de FHC em diferentes estatutos sociais (Senador, Candidato à Presidência e Presidente da República), as quais foram extraídas do *corpus* de entrevistas transcritas do programa Roda Viva da TV Cultura de São Paulo. Diante do desafio para entender, senão o “ato total”, na esteira do dizer austiniano, porém amplos aspectos constitutivos do mesmo, realizou-se uma integração de conceitos advindos da Teoria dos Atos de Fala, da Semiolingüística e da Teoria da Ação. Para a consecução do objetivo proposto, observou-se o modo como os referidos estatutos introjetam-se na constituição desse objeto discursivo. Da observação do funcionamento dos parâmetros da força assertiva de crítica (ponto reportando um estado de coisas tomado como verdadeiro, modo realizando um julgamento negativo, expressão temporal do conteúdo proposicional no passado/presente, conhecimento do estado de coisas pressuposto nas condições preparatórias, compatibilidade do estado mental nas condições de sinceridade) pôde-se extrair a seguinte tipologia: crítica direta com predicação nominal e crítica oblíqua com predicação verbal, além de uma categorização a partir do estado de coisas alvo da apreciação (crítica metadiscursiva, metacrítica e metapolítica). Também uma identidade comunicacional do sujeito/comunicante e enunciador pôde ser construída pela atividade do sujeito na realização da ‘mise en scène’ discursiva, através da inter-relação entre estatutos, papéis sociais e linguageiros, acionados no e pelo contrato comunicacional. Por fim, partindo do posicionamento de que clivagens, sobredeterminações ou o conjunto de coerções não anulam a racionalidade para a ação do sujeito, acionamos o conceito de intencionalidade, bem como o de razão primária para investigar as dimensões de racionalidade e liberdade do sujeito em suas ações/produções discursivas. Da conjugação dos diferentes aspectos analisados, o ato assertivo de crítica emergiu como uma expressão da autonomia do sujeito por excelência, propiciando movimentos que impedem a unidimensionalidade pela emergência de antagonismos materializados pela racionalidade comunicacional intersubjetiva.

ABSTRACT

The present research aims to discuss and reflect the assertive critical act, a social-discursive object which contrasts the beliefs and common knowledge that are part of our interpersonal daily relations. The goal was to scrutinize such act, from the melodic scale of the speaker and its workings, as well as understand its justification in a rationality and intentionality dimension. The investigation was done on the responsive interventions of Brazilian former president, Fernando Henrique Cardoso, in different social strata (Senator, Presidential Candidate and President of Brazil), from which were extracted from the *corpus* of the interview transcripts of Roda Viva program from TV Cultura of São Paulo. Facing the challenge to understand, not only the “full action” in an “Austinian” point of view, the broad constitutive aspects of this act, it was performed a concept integration with the Speech Act Theory from Semiolinguistic and Action Theory. In order to fulfill the proposed objective, it was observed the way these referred social strata integrate themselves into the constitution of this discursive object. From the observation of the way the parameters of the critical assertive power (a point that reported to a state of things presupposed in the preparatory conditions, compatibility of the mental state in the sincerity conditions) it was possible to extract the following typology: direct criticism with nominal predication and oblique’s criticism with verbal predication, beyond a categorization from a state of things that were target for the appreciation (metadiscursive criticism, metacriticism and metapolitics). Also, an communicational identity of the communicative/subject and speaker could be built by the subject’s activity in the fulfillment of the discursive ‘mise en scène’ through the interrelation between the social strata, the social and linguistic roles, engaged in and from the communicative contract. Finally, from the positioning that the cleavages, overdeterminations or the group of coercions do not nullify the rationality of the subject’s actions, the concept of intentionality is engaged, as well the concept of the primary reason to investigate the rationality dimensions and the subject’s freedom in its discursive actions and productions. From the conjugation of the different aspects that were analyzed, the assertive act of criticism emerged as an expression of the subject’s autonomy by excellence, generating movements that hinders the unidimensionality through the emergency of the antagonisms materialized by the intersubjective communicative rationality.

INDICE DE FIGURAS

Fig. 01 – Quadro dos componentes da Força Ilocucionária (FI).....	34-35
Fig. 02 – Quadro síntese das hipóteses da Semiolingüística	47
Fig. 03 – Quadro da entrevista televisiva.....	59
Fig. 04 – Quadro da entrevista impressa	59
Fig. 05 – Fragmento do espelho da entrevista FHC- Senador	66
Fig. 06 – Quadro sinóptico 1 Classe I	73
Fig. 07 – Quadro sinóptico 2 Classe II	80
Fig. 08 – Quadro sinóptico 3 Classe III A	89
Fig. 09 – Quadro sinóptico 4 Classe III B	95
Fig. 10 – Quadro sinóptico 5 Classe IV	99
Fig. 11 – Quadro enunciativo da Semiolingüística	104
Fig. 12 – Quadro enunciativo da pergunta	112
Fig. 13 – Quadro enunciativo da resposta	112
Fig. 14 – Quadro síntese da Intencionalidade	143
Fig. 15 – Quadro dos estados mentais com Intencionalidade	144

Normas para a transcrição

Ocorrências	Sinais	Exemplificação *
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	FHC: Não tenha dúvida ().
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(E assim o Plano Collor) não é, senador?
Identificação dos locutores através das iniciais	Letras do alfabeto	JE; FHC, EL ...
Locutor não identificado no processamento da entrevista	*	* : O senhor
Sobreposição, simultaneidade de vozes	[	* : O senhor [JE: Clóvis Rossi, por favor.
Comentário descritivo	(minúsculas)	(risos)

* Exemplos retirados do *corpus* em anexo

INTRODUÇÃO

Na Idade Média, era normal considerar o exercício da crítica como uma forma de heresia. Toda opinião contrária, em vez de ser analisada, dava lugar a anátemas, como se o questionamento de determinados dogmas ou não-ditos fosse a oportunidade de excomungar vozes discordantes.

(ROSENFELD, D. Folha de SP, 02/01/02)

Arranjos lingüísticos modelam ações que, “em tão rápida existência”, afetam nossas vidas, travestidas em ordens, declarações, perguntas, elogios ou críticas. A motivação desta pesquisa está ligada, pois, à questão da conversão de palavras em ação, refletindo a relação linguagem/realidade, focalizando a construção de objetos discursivos que permeiam e movem nosso cotidiano social, a partir do lugar social de onde emerge tal ato, tal objeto discursivo¹. Para Searle (1995: p.X), a maioria dos atos de fala foi ignorada pelos grandes filósofos do passado, com exceção de alguns atos privilegiados, tais como as promessas e declarações. Assim, seria possível investigar, por exemplo, o agradecimento, o perdão, o pedido de desculpas e a solicitação, “sem estar olhando por sobre os ombros para ver o que Aristóteles, Kant ou Mill têm a dizer acerca dos mesmos.” Habermas (1998: p. 289) dá-lhes, também, muita relevância ao dizer que “a clarificação, em termos de teoria dos atos de fala, das complexas funções lingüísticas da representação, do estabelecimento de relações interpessoais e da expressão dos acontecimentos próprios têm consequência de longo alcance para a : a) semântica; b) para os pressupostos ontológicos da teoria da comunicação; e c) para o próprio conceito de racionalidade”.

¹ Na adoção da terminologia ‘objetos discursivos’, seguimos, entre outros, Searle (idem), para quem as sentenças – os sons emitidos pela boca ou os sinais gráficos que se fixam no papel – são considerados objetos no mundo como quaisquer outros.

No terreno da investigação discursiva, a relação constitutiva entre um modo de enunciação e o lugar histórico-social de onde emerge essa enunciação apresenta-se como uma preocupação norteadora. São, no entanto, inúmeras as possibilidades de se olhar para essa questão e outras do campo dos estudos do discurso, diversas as teorizações, gerando uma pluralidade investigativa denominada análises do discurso (MAINGUENEAU, 1999), que podem ser definidas a partir de diferentes problemáticas que se distinguem segundo o objeto de estudo, o tipo de sujeito e de *corpus* que cada problemática organiza (CHARAUDEAU, 1999). Maingueneau (idem) problematiza a noção de condições de produção, a qual designa o “contexto social” que “envolve” um *corpus*, apoiando-se em Bakhtin, para quem “a situação extraverbal nunca é apenas a causa exterior de um enunciado, (visto que) ela não age do exterior como uma força mecânica”, entrando no enunciado como “um constituinte necessário à sua estrutura semântica”.² Propõe, então, aprofundar a questão das relações entre o discursivo e o “extradiscursivo”, destacando a importância das comunidades que a enunciação pressupõe, dimensão, em geral, ignorada pela análise do discurso, que adota, pelo menos nos trabalhos de primeira geração, como procedimento mais freqüente, a associação, mais ou menos direta, de um conjunto de textos a uma região definida da sociedade, pensada em termos de classes ou subclasses sociais.

A presente proposta de pesquisa olhará as relações linguagem/realidade, discurso/ação, lugar/modo de onde emerge a enunciação³, ancorando-se na Teoria dos Atos de

² Bakhtin (1981) apud Maingueneau (1999).

³ Enunciação é tomada como categoria central na constituição do discurso. É clássica a definição por Benveniste (1989, p. 80) de que “a enunciação é essa colocação em funcionamento da língua como um ato individual de utilização.” Para Anscombre e Ducrot (1983, p.18), a enunciação “será (...) a atividade exercida por aquele que fala no momento em que fala (...). Ela é, portanto, por essência histórica, da ordem do acontecimento e, como tal, não se reproduz nunca duas vezes idêntica a si mesma.” Maingueneau (2000, p. 53) enfatiza a dimensão reflexiva, a saber: “o enunciado apenas se refere ao mundo refletindo o ato da enunciação que o encerra. A enunciação é, pois, o pivô da relação entre a língua e o mundo, permite representar no enunciado os fatos, mas ela constitui em si um fato, um acontecimento único, definido no tempo e no espaço.” Kerbrat-Oricchioni (1980, pp.29-30) diz que na impossibilidade de estudar diretamente o ato da enunciação, busca-se “identificar e descrever os traços do ato no produto.”

Fala (TAF) enquanto instrumento para a análise do discurso, a partir do conceito de força ilocucional (VANDERVEKEN, 1985, 1991), entendida como um conjunto de parâmetros (um ponto de realização, um modo de realização, condições sobre o conteúdo proposicional, condições preparatórias, condições de sinceridade) que atuando sobre um dado conteúdo proposicional, transforma-o em um ato, definindo uma forma de atuação do locutor sobre o alocutário ou sobre um aspecto da realidade. Valer-nos-emos, também, da construção teórica realizada por Charaudeau (1985, 2001) sobre a questão dos papéis sociais e papéis linguageiros, a qual alicerçará a observação sobre o modo como as condições psicossociais regulam a atividade do sujeito na realização do ato discursivo. Assim, buscaremos uma integração⁴ orgânica entre as duas abordagens teóricas, a perspectiva enunciativo-lingüística da TAF⁵ correlacionada à perspectiva discursiva da Semiolingüística⁶. Complementarão o arcabouço teórico da investigação, conceitos da teoria da ação elaborados principalmente por Davidson (1993) e Searle (1995, 2001).

Do exposto, emergem as problematizações: de que modo o estatuto social do locutor interfere no conjunto de parâmetros definidores da força ilocucional? Diferentes estatutos sociais de um locutor representam um espaço de condicionamento na realização de um ato de fala? A natureza do ato seria diferente? Como o conjunto de parâmetros definidores da força ilocucional funciona na realização de um ato de fala específico como o do ato assertivo de crítica por um mesmo locutor em diferentes estatutos sociais? Que identidades comunicacionais poderão emergir da inter-relação de estatutos, papéis sociais e papéis

⁴ Machado (2001), ao mostrar as várias abordagens no âmbito da Análise do Discurso, discorre, partindo de trabalhos desenvolvidos no Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG, sobre a realização de pesquisas em que se entrecruzam diferentes teorias em um todo coerente e inovador.

⁵ A dimensão enunciativa aparece nos recortes de práticas de linguagem com base em sua construção, envolvendo o tempo enunciativo (enunciação/enunciado), a identidade dos interlocutores e as condições externas de produção. A dimensão interativa constitui-se quando a TAF considera a realização de um ato pelo outro (por exemplo, ordem, pedido) ou orientado para o outro (no caso da promessa), ou seja, atos que apontam para algum tipo de compromisso entre eu/tu.

⁶ O conjunto de conceitos (contrato, papéis, sujeitos, níveis situacional, comunicacional, discursivo) mapeiam o universo intersubjetivo/discursivo.

linguageiros? E mais, no cotejamento entre a ação e o sujeito da ação pergunta-se: qual é o espaço de manobra do sujeito diante da sobredeterminação do sistema de crenças e valores no qual está inserido e também diante dos dispositivos de comunicação? Quais são as dimensões de racionalidade e liberdade do sujeito em suas ações/produções discursivas?

Escolhemos a entrevista televisiva como lócus de observação de práticas discursivas, tendo em vista a singularidade de sua natureza, em que se “rompe o dialogismo estreito e alarga-se a circulação do dizer na sociedade, porque três diálogos se estabelecem: entrevistador / entrevistado, entrevistador / “público”, entrevistado / “público” (GRÜNIG e GRÜNIG, 1985, apud BARROS, 1991). Limitamo-nos ao programa Roda Viva da TV Cultura de São Paulo, emissora laureada com o Prêmio Prix Télévision Jeunesse, como a melhor programação de TV Pública do Planeta (1998), cuja proposta é focalizar temas importantes da vida nacional e internacional, tais como: campanhas eleitorais, posses de mandatários, debates sobre projetos de lei, causas sociais de maior interesse e crises conjunturais, que já lhe valeram o reconhecimento da APCA (Associação Paulista de Críticos de Artes) como o melhor programa de entrevistas.

Uma entrevista do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), em comemoração aos 10 anos do programa, constituiu o embrião do *corpus* da presente proposta de estudo. No entanto, uma pesquisa junto à TV Cultura de São Paulo, que nos forneceu relação de arquivos de entrevistas de FHC vivendo diferentes estatutos sociais, abriu-nos a possibilidade de um estudo contrastivo. À entrevista inicial, juntamos outras, tais como: senador da República, candidato a presidente; todas elas apresentando a homogeneização de condições midiáticas, ou seja, todas produzidas na esfera do programa Roda Viva. Em duas, FHC está investido de posição de autoridade⁷, como senador, representante do Poder Legislativo e como Presidente,

⁷ Para uma compreensão sobre discurso político, ver MENEZES, W. *Evento, jogo e virtude nas eleições para a presidência do Brasil -1994 e 1998*. Tese de doutorado em Estudos Linguísticos. Belo Horizonte: POSLIN/FALE/UFGM, 2004.

cargo máximo do Poder Executivo em países que adotam o sistema presidencialista; enquanto candidato à presidência, almeja a tal posição de autoridade. Realizamos transcrições⁸ de natureza ortográfica das três entrevistas acima referidas (em anexo), sem registrar as marcas do processo (hesitações, repetições etc), as quais compõem o *corpus* desta pesquisa.

Da estrutura binária da entrevista, marcadamente interativa⁹, constituída, predominantemente, pela pergunta e resposta, destacamos esta última. Muito embora as intervenções responsivas realizadas por FHC sejam constituídas de inúmeros e diferentes atos (asserções críticas, elogiosas, predições, declarações, testemunhos etc), fizemos a opção pelos assertivos no formato de crítica¹⁰, os quais desempenham um importante papel na vida e na interação social. Quando criticamos, mostramos nosso posicionamento contrário ou aversão a fatos, pessoas, instituições ou a determinadas formas de vida. Aproximamo-nos ou afastamo-nos de situações, realidades e formas socioculturais. Enquanto prática lingüística rotineira, não atentamos para sua forma de realização, até porque sua percepção tem, na maioria das vezes, caráter automático para o usuário do idioma. Na perspectiva da TAF, os atos assertivos podem ser considerados como uma forma genérica de intervenção na realidade, cujo estado de coisas seria representado por uma descrição. Esta, ao ressaltar os aspectos positivos do estado

⁸ Marcuschi (1991) observa não existir a melhor transcrição, assim, o analista, de acordo com os objetivos de sua pesquisa, fará sua transcrição assinalando o fundamental para suas análises.

⁹ Burger (2001, p.139) focaliza a interação, em sentido amplo, como toda a situação de comunicação passível de resposta, seja pela co-presença física, pela conexão telefônica ou pela troca de cartas. Sua materialidade efetiva-se através de um canal, dispondo os interactantes uns em relação aos outros no tempo e no espaço e definindo suas possibilidades de agir e retroagir.

¹⁰ Destacamos, no amplo espectro apresentado por Houaiss (2001), a etimologia e algumas acepções de crítica que permeiam nossas práticas languageiras. **Etimologia:** fem.subst. do adj. lat. *criticus*, a,um, lat.tar. *critica* 'apreciação, julgamento', adp. do gr. *kritikê* 'crítica, arte de julgar, de criticar', da expressão *kritikê tékhnê* 'arte crítica', ou gr. *kritikós* 'que julga, decide, critica', por infl. do fr. *critique* (c1580) 'arte de avaliar e julgar produção literária, artística ou científica'; ing. *critic* (1588) obsoleto, depois (1607) *criticism*, it. *critica* e port. esp. *crítica* (século XVIII).

Acepções: 1 arte e habilidade de julgar a obra de um autor /2 exame racional, indiferente a preconceitos, convenções ou dogmas, tendo em vista algum juízo de valor /3 atividade de examinar e avaliar minuciosamente tanto uma produção artística ou científica quanto um costume, um comportamento; análise, apreciação, exame, julgamento, juízo / 4. escrito ou gravação resultante dessa atividade teórica, ideológica e/ou estética; coluna /5 capacidade de julgar, de criticar; juízo crítico /6 . conjunto das pessoas que exercem a crítica; comunidade de críticos / 7. Uso informal: ação ou efeito de depreciar, censurar; opinião desfavorável; censura, depreciação, condenação.

de coisas descrito, torna-se uma asserção elogiosa; ao contrário, ressaltando os aspectos negativos, orienta-se de uma asserção descritiva para uma asserção crítica (MARI, 1998). Em um discurso político de cunho eleitoral como o de candidato à presidência, ou parlamentar, na posição enunciativa de senador, ou institucional, na posição de presidente da República, os atos assertivos de crítica e de elogio juntamente com o ato comissivo da promessa são constitutivos do macroato¹¹ discursivo político, definindo as estratégias discursivas bem como a identidade político-ideológica dos interactantes. No dizer de Mari (1996, p.35),

a presença de atos assertivos constitui um segundo elemento da condição de existência do discurso eleitoral, entre outros certamente. Todo o teor descritivo dado aos objetos sociais (instituições, cidades, famílias, etc), todos os estados de coisas (condições de vida, relações de trabalho, funcionamento administrativo, etc) reportados no discurso circunscrevem-se, no geral, dentro de uma força assertiva.

A asserção expressa, pois, um estado intencional de crença/convicção em um dado estado de coisas que pode ultrapassar a instância da representação objetiva da realidade para alcançar uma dimensão de realidades instituídas a partir de um estrato de crenças e valores.

A questão da simetria/assimetria entre os interlocutores, relacionada aos lugares sociais dos enunciadores, à relação das práticas discursivas ou languageiras, aos lugares de sua constituição, ao suporte material e ao modo de difusão, ou seja, à situação interativa específica da entrevista televisiva, constitui um terreno instigante para a pesquisa, tendo em vista distintos e antagônicos posicionamentos. Para Brait (1997, p. 56), por exemplo,

é possível afirmar que o desenvolvimento da interação verbal implica o estabelecimento de relações sociais entre os sujeitos envolvidos. Esses sujeitos falam de determinadas posições sociais e dão vida aos papéis desempenhados através de marcas que vão constituindo o texto elaborado em conjunto. O lugar do falante vai definindo-se ao mesmo tempo que define o lugar de seu interlocutor: os lugares são necessariamente simétricos ou complementares. Esses lugares não reproduzem mecanicamente as relações sociais objetivas, mas seguindo seus modelos constituem-se na situação específica de interação.

¹¹ Apostel (1980, apud CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p.316) foi um dos primeiros a considerar a textualidade como uma sucessão de atos de linguagem que não se limitam nem a uma simples adição linear, nem a seqüência de atos ligados, mas que constituem, globalmente, um macroato de linguagem unificada.

Tal posicionamento incitou algumas inquietações teóricas sobre a questão simetria/assimetria entre interlocutores, ao confrontá-lo com outras posições, a saber: no caso da entrevista, um dispositivo socio-historicamente construído, ritualisticamente marcado, classificado enquanto diálogo assimétrico (MARCUSCHI, 1991), poder-se-ia partir de uma assimetria de características e de papéis, definida por variáveis como: grau de escolaridade, posição na esfera social, entre outras? O estatuto social do entrevistado poderia definir uma assimetria detectável discursivamente? Poder-se-ia dizer que as relações sociais objetivadas na entrevista determinariam uma assimetria na relação intersubjetiva? Para Marcuschi (idem), a diferença de condições socioeconômicas e culturais ou de poder entre indivíduos deixa-os em diferentes condições de participação no diálogo. Em Barros (1991), o conceito de assimetria interacional liga-se não só às funções dos interlocutores nas conversações, mas, principalmente, a seus papéis sociais e suas características pessoais. E mais, a importância social do entrevistado leva, muitas vezes, à inversão do equilíbrio da entrevista: o entrevistado seleciona o tópico e decide quando ceder a vez. Já Habermas (idem) define como situação ideal de fala uma situação dialógica em que inexistente coerção, caracterizando-se, pois, pela possibilidade simétrica de todos os participantes do discurso escolherem e exercerem diferentes atos de fala. Vemos, assim, que sobre tal problemática atuam forças explicativas antagônicas¹².

Preocupávamo-nos, sobremaneira, na fase de definições sobre o arcabouço teórico, com a crítica aos trabalhos desenvolvidos na esfera discursiva, envolvendo a superficialidade ou ausência de profundidade analítica. Após muitas leituras, após um longo percurso de natureza labiríntica, deparamo-nos com a Teoria dos Atos de Fala (TAF), sobretudo em seu estágio atual, com trabalhos desenvolvidos por Vanderveken (1985, 1990, 2002), elegendo-a como uma das abordagens teóricas pelos mecanismos desenvolvidos para avaliar a relação

¹² Tal elencamento poderia ampliar-se, citando outras posições, como a de Chomsky, por exemplo, sobre “locutor-ouvinte-ideal” e de um processo simétrico entre aquele que produz e aquele que recebe o ato de linguagem.

entre linguagem/ação, os quais serão explicitados em seção própria. Merecem destaque, dentro desta perspectiva reflexiva, os trabalhos realizados por Mari: “A promessa como ato de fala: suas implicações no discurso ‘político’” (1997) e “Atos de Fala no discurso de candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte: análise da promessa e crítica” (1998); também a “Análise do discurso político eleitoral: dos atos de fala aos processos enunciativos do debate eleitoral” (1999), de Paulo Henrique Aguiar Mendes.

Volvendo o olhar para o sujeito da ação, Machado (2001), ao explicitar a denominação ‘mise en scène’ adotada por Charaudeau desde 1983, na obra “Langage et Discours”, destaca que o quadro enunciativo da Semiologística mostra que todo ato de linguagem (escrito ou falado) é uma representação comandada por sujeitos externos, logo todos os atos de linguagem são ou serão construídos a partir dos dados tirados das condições de seres histórico-sociais, vivendo uma determinada situação, em um determinado espaço-temporal. Estes seres sociais, na comunicação, irão engendrar seres de palavra (comunicação oral) e seres de papel (comunicação escrita). Transferindo tal posicionamento para o nosso *corpus*, poderemos traçar a ‘mise en scène’ de FHC no referido quadro enunciativo, destacar sua(s) identidade(s) discursiva(s) em distintos estatutos sociais, ou seja, enquanto Senador da República, Candidato à presidência e Presidente da República, em entrevista televisiva ao Programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo.

Relativamente à correlação sujeito/ação/produções discursivas, uma explicação mais abrangente exige uma prospecção entre razão e ação, para tanto nos apoiaremos nas reflexões desenvolvidas por Davidson (1993) que trabalha na perspectiva de mostrar o caráter racional da construção de uma ação. Já a aproximação entre ação, significado e intencionalidade terá como alicerce a elaboração de Searle (1995). Da integração análise do discurso e aspectos da teoria da ação almejam-se as dimensões da racionalidade e liberdade de ação desse mesmo sujeito de ação.

Assim, à consecução desta pesquisa, elegemos como objetivo geral empreender uma reflexão sobre a intrincada relação linguagem/realidade (ação), a partir de sujeitos inscritos em distintas posições sociais, considerando o imbricamento entre o modo de enunciação e o lugar histórico-social de onde emerge essa enunciação através da realização de atos de fala. A amplitude deste objetivo circunscreve, pois, este estudo ao campo de reflexão discursivo. Elencamos como objetivos específicos: apreender os atos assertivos de crítica (direto), objetos discursivo-sociais, circunscritos à força ilocucionária assertiva; analisar a tessitura dos atos assertivos de crítica, observando como se dá o funcionamento dos referidos atos realizados pelo mesmo locutor em diferentes estatutos sociais através de uma especificação do conjunto de parâmetros definidores da força ilocucional, ou seja, do ponto de realização, modo de funcionamento, condições sobre o conteúdo proposicional, condições preparatórias, condições de sinceridade; observar como os diferentes estatutos introjetam-se na constituição do ato, averiguando, por exemplo, como se dá a categorização do locutor em termos de predominância da subjetivação ou impessoalização, ou seja, que identidades comunicacionais emergem da inter-relação de estatutos, papéis sociais e papéis languageiros; e averiguar se as restrições à atuação do locutor, definidas pelas condições preparatórias, podem ser detectáveis na superfície lingüística. E ainda mais, do cotejamento entre a ação e o sujeito responsável por sua realização, observar as margens de manobra do sujeito diante das sobredeterminações aos dispositivos da língua, bem como ao sistema socioideológico.

Definimos, para abrigar todas as etapas consecutórias, uma divisão em quatro capítulos: um primeiro apresentando o estágio atual da Teoria dos Atos de Fala, marco teórico de referência, bem como conceitos circunscritos ao quadro teórico da Semiolingüística, com destaque ao quadro enunciativo, às noções de contrato, de papéis sociais e languageiros. No segundo, faremos a análise da composição e do funcionamento do ato de crítica em prática discursiva concreta, ou seja, o aparato analítico geral fornecido pela TAF sofrerá um processo

de especificação na proposta de análise dos atos assertivos de crítica nas intervenções responsivas em diferentes estatutos sociais. Esta etapa descritivo-classificatória configura-se necessária para uma posterior elaboração de quadros contrastivos dos referidos atos, para a verificação do papel que as condições psicossociais desempenham na realização de objetos discursivos. Um terceiro capítulo será o lócus para a emergência das identidades comunicacionais à luz da Semiolingüística, a partir do fazer psicossocial e da organização do dizer. Resultado da integração dos estudos sobre a ação e sobre o sujeito, um quarto capítulo focalizará a emergência do discurso como padrão de racionalidade. Enfim, com o encadeamento das partes, espera-se apresentar uma contribuição ao campo dos estudos discursivos. Através da observação da complexa teia de realização do objeto discursivo de crítica, não se almeja a fornecer parâmetros de como melhor criticar, porém entender mais sobre as nossas práticas discursivas acionadas por um sujeito biológico e social, atravessado por razões, intencionalidades, sistemas de crenças, desejos e tensionado, constantemente, por coerções e manobras pela liberdade na ação.

CAPITULO I

DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS

A fim de alcançar o objetivo de explicitar a tessitura e o funcionamento do objeto discursivo da crítica, bem como a ação realizada pelo sujeito, observando as coerções e possíveis margens de manobra para expressão de uma certa autonomia desse mesmo sujeito, mobilizaremos aspectos conceituais advindos de diferentes abordagens, ou seja, os referenciais teóricos apresentados no presente capítulo propõem uma integração orgânica entre o estágio atual da Teoria dos Atos de Fala, desenvolvido por Daniel Vanderveken, com fulcro na noção de força ilocucional, e aspectos do quadro teórico da Semiolingüística, elaborado por Patrick Charaudeau, com destaque para o quadro enunciativo, às noções de contrato, de papéis sociais e languageiros em uma dimensão enunciativo-interacional. Tal integração não deve causar estranhamento, pois é uma necessidade imposta pela natureza do objeto que inter-relaciona atores com identidade psicossocial-languageira, estratégias e efeitos discursivos, além da tessitura constitutiva do ato, resultando em um conjunto amalgamado no e pelo “jogo comunicativo”. Assim, ao usar tal instrumental para analisar o discurso, estaremos, também, observando a abrangência explicativo-analítica destas elaborações. Enfim, estamos diante de um difícil desafio tal como o expresso por Austin (1990): “O ato total de fala na situação de fala total é o único fenômeno que, em última instância, estamos procurando elucidar.” O percurso terá como ponto de partida a Teoria dos Atos de Fala, enfatizando o conceito de força ilocucional e seus parâmetros constitutivos. A complexidade ganhará densidade ao somarmos à sondagem da ação o sujeito realizador dessa mesma ação. O desafio está posto, pois!

1. Da Teoria dos Atos de Fala

Esta reflexão restringir-se-á ao atual estágio da Teoria dos Atos de Fala¹³, representado por Vandervenken (1985,1991), que mostra o conceito de força ilocucional como fundamento de maior importância, do qual extrair-se-ão os parâmetros que comporão o quadro para a análise da tessitura dos atos de crítica realizados por FHC vivendo diferentes estatutos sociais. Tal delimitação, no entanto, não deixa de reconhecer o denso percurso histórico-conceitual relativo à constituição da TAF, que abarca contribuições em diferentes graus e distintas etapas, tais como: o pragmatismo de Peirce¹⁴(1977, 1980), as noções de linguagem primitiva e jogos de linguagem de Wittgenstein¹⁵(1999), as formulações de Austin¹⁶(1990) sobre

¹³ Sobre a gênese da Teoria dos Atos de Fala, conferir MARI, H. Atos de fala: notas sobre origem, fundamentos e estrutura. Em : MARI et al. *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD, FALE/UFMG, 2001

¹⁴Peirce (1980), ao destacar a importância do uso, dá ênfase ao papel do interpretante na relação entre o signo e aquilo que este designa. Para o pragmatismo, o teor racional de uma palavra ou expressão está em sua influência sobre a conduta da vida; definindo-se, assim, a racionalidade através da conduta utilitária da palavra. Ainda segundo Peirce, para determinar o que um conceito significa, é necessário examinar suas possíveis consequências futuras, usando a expressão “consequências práticas”, põe em destaque a ligação que deveria existir entre pensamento e ação.

¹⁵ Wittgenstein considerou o significado de uma palavra como seu uso em um determinado contexto: “Pode-se, para uma grande classe de casos de utilização da palavra “significação” – se não para todos os casos de sua utilização –, explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem. E a significação de um nome elucida-se muitas vezes apontando para seu portador. (IF, § 43). “Todo signo sozinho parece morto. O que lhe dá vida? _ No uso, ele vive. Tem então a viva respiração em si? _ Ou o uso é sua respiração?”(IF, § 432). A noção de jogos de linguagem aparece no aforismo 23: “Quantas espécies de frases existem? Afirmações, pergunta e comando_ talvez? Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de empregos daquilo que chamamos de “signo”, “palavras”, “frases”. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos. O termo “jogo de linguagem” deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida. (...)”. Destacam-se, assim, o alcance funcional e os aspectos da dimensão tética da linguagem, ou seja, a validade dos enunciados lingüísticos resulta dos comportamentos e ações de sujeitos em situações concretas de interação. (WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*, col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999)

¹⁶ Austin realizou uma sistematização da linguagem a partir de um ponto de vista pragmático, ou seja, a partir do uso da linguagem, que resultou em duas teorias. O ponto de partida foi a distinção entre *constatativos* e *performativos*, isto é, entre o uso de sentenças para descrever fatos e eventos e sentenças utilizadas para realizar algo. Tal reflexão é chamada de teoria dos performativos e está materializada nas primeiras sete conferências proferidas pelo autor. Ao observar a dimensão performativa também nos constatativos, porque descrever também é um ato que realizamos, Austin propõe uma abordagem performativa da linguagem, definindo-a como uma forma de agir. Podemos ver o nexo entre o dizer e o fazer através do valor e o funcionamento dos performativos, que não são verdadeiros ou falsos, mas bem ou mal sucedidos em função das circunstâncias e consequências da realização dos atos. Assim, um proferimento ganha validade por aquilo que diz, na forma que o diz e também

proferimentos performativos e a noção da linguagem como ação, que o qualificam como fundador da Teoria, além da expansão por Searle¹⁷ (1984) das reflexões austinianas.

O que é, afinal, uma força ilocucional e como ela se constitui na realização dos objetos discursivos¹⁸ de crítica?

1.1 Do conceito de força ilocucional

Segundo Vanderveken (1990, p. 103), os componentes da força ilocucional são em número de seis¹⁹, os quais servem para determinar as condições de sucesso e satisfação de todos os atos de fala com aquela força, a saber: um ponto ilocucionário, um modo de

pelos atos que dele derivamos. Chega-se, assim, à teoria das forças ilocucionárias, ou à denominação consagrada como teoria dos atos de fala., exposta a partir da VIII conferência e publicada em 1962, postumamente, sob o título *How to do Things with Words*. O ato de fala, unidade básica de significação, constitui-se por três dimensões interligadas: os atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário. O ato locucionário é o ato “de dizer” alguma coisa e subdivide-se em fonético (emissão de fonemas), fático (emissão de palavras que se integram a um vocabulário e em concordância com uma gramática), rético (emissão de palavras de dizer “alguma coisa” sobre “algo”). O ilocucionário, núcleo do ato de fala, é um ato realizado “ao dizer” algo. Por exemplo, ao ordenar, prometer, perguntar, realiza-se o ato enunciado. Já o ato perlocucionário é um efeito do ato ilocucionário e caracteriza-se, no dizer do próprio Austin (1990), pelas “consequências do ato em relação aos sentimentos, pensamentos e ações da audiência, do falante, ou de outras pessoas, e pode ter sido realizado com o objetivo, intenção ou propósito de gerar essas consequências”.

¹⁷ Nas obras *Speech Acts* (1969) e *Expresssion and Meaning* (1979), Searle formula uma metalinguagem, estabelece distinção entre marcador proposicional e marcador da força ilocucional, propõe um conjunto de parâmetros especificadores da natureza de uma força ilocucional; universaliza a análise do problema, ou seja, toda forma de linguagem está comprometida com um tipo qualquer de ação. Em associação com Vanderveken (1983), abordará a relação de causalidade entre linguagem e realidade, observando as circunstâncias em que a linguagem orienta a construção de uma realidade e vice-versa.

¹⁸ Ao adotar-se a denominação objeto discursivo (ordens, pedidos, declarações etc), entende-se como algo a ser partilhado pelos integrantes de uma interlocução, ou seja, práticas discursivas que são também objetos sociais.

¹⁹ Em versão anterior (1985), Vanderveken definia a força ilocucional como um sêtiplo devido à presença do grau de intensidade do ponto, abandonado posteriormente. A título de ilustração, apresentamos a explicação do autor para este parâmetro; “A maioria dos pontos ilocucionais pode ser realizada com diferentes graus de intensidade. Por exemplo, um falante que jura que fará algo compromete-se mais com a execução de tal ação futura do que o falante que aceita fazê-la. Um falante que manda faz uma tentativa mais forte de levar o ouvinte a fazer algo do que o falante que pede. Graus de intensidade de pontos ilocucionais podem ser representados formalmente por números: 0 é o grau médio ou nulo de intensidade; +1 é o grau de intensidade mais forte (...) Exceto para o ponto declarativo, que sempre se concretiza com o mesmo grau de intensidade, não há limite teórico sobre o grau de intensidade com que um ponto ilocucional pode ser realizado num contexto de enunciação porque o uso de esquemas sintáticos que expressam a operação de aumento do grau de intensidade (por exemplo, francamente na sentença “Francamente, ele morreu”) pode ser reiterado indefinidamente em línguas naturais”.

realização do ponto, condições relativas ao conteúdo proposicional, condições preparatórias, condições de sinceridade e um grau de potência/intensidade, os quais servem para determinar as condições de sucesso e de satisfação de todos os atos de fala.

O ponto ilocucionário destaca-se como o principal componente da força ilocucional; além de representar o que o falante pretende realizar com seu proferimento (a representação de uma situação como real caracteriza o ponto ilocucional de uma afirmação, por exemplo), determina, também, a direção de ajustamento de quaisquer enunciações, as quais se distribuem, sem anular a riqueza e a diversidade de nosso universo de práticas de linguagem, em cinco pontos, a saber: ASSERTIVO, COMISSIVO, DIRETIVO, DECLARATIVO e EXPRESSIVO ²⁰- com suas respectivas direções de ajustamento (PALAVRA-A-MUNDO; MUNDO-PALAVRA; DUPLA DIREÇÃO E DIREÇÃO NULA)²¹, responsáveis, em cada ato de fala, pela adequação e/ou ajustamento do conteúdo proposicional ao mundo. Esta organização dos pontos de realização de uma força ilocucional fundamenta-se, em uma perspectiva mais geral, em dois enfoques: o enfoque do estado de coisas e o enfoque dos interlocutores. No primeiro caso, enquadram-se o ponto assertivo e o expressivo. Uma força ilocucional que se realiza no ponto assertivo supõe uma direção de ajustamento PALAVRA-A-MUNDO, isto é, que o conteúdo proposicional de uma locução ajuste-se a um estado de coisas existente de forma independente e representado como supostamente verdadeiro. Mari (2001, p.113) apresenta um comentário esclarecedor para a questão, a saber: um estado de coisas pré-existe ao ato de enunciá-lo e este funciona apenas

²⁰ Vanderveken lista os pontos segundo a classificação de Searle, em “A taxonomy of illocutionary acts”. Em: *Language, Mind and Knowledge*. University of Minnesota Press, 1975

²¹ Mari (1995), avaliando a construção teórica sobre a relação entre linguagem/ação, destaca a direção de ajustamento (“direction of fit”) proposta por Vanderveken como uma complementação fundamental, juntando-se ao vínculo funcional implicado entre os recortes das duas categorias (Wittgenstein), ao compromisso factual entre certos tipos de enunciação linguística e comportamentos decorrentes (Austin) e à implicação necessária entre conteúdo proposicional e força ilocucional (Searle). O mesmo autor (2001) destaca que a relação entre PALAVRA e MUNDO pode ser entendida, sem prejuízo conceitual de duas formas, a saber: (i) ou são as PALAVRAS, emergências representativas, que se orientam na direção do MUNDO, pré-existência ontológica, ou é o MUNDO que provoca uma estruturação de PALAVRAS; (ii) ou é o MUNDO, emergência existencial, que se orienta na direção de PALAVRAS, pré-existência representativa, ou são as PALAVRAS que provocam uma estruturação do MUNDO.

como um instrumento para reportar aquele, dessa forma é a linguagem que se orienta para ações. O ponto expressivo, por sua vez, apresenta uma DIREÇÃO NULA de ajustamento, pois expressa estados psicológicos do locutor, atitudes proposicionais do locutor diante de um estado de coisas, com a expressividade sobrepondo-se às pretensões de verdade. Enquadram-se aqui as desculpas, os agradecimentos, as congratulações, entre outros. Transferindo o enfoque aos interlocutores, teremos um ato de fala realizando-se no ponto comissivo, quando o locutor responsabiliza-se pela execução de ações representadas no conteúdo proposicional do ato; e no ponto diretivo quando o cumprimento das ações futuras é de responsabilidade do alocutário. Em ambos os casos, têm-se uma direção de ajustamento MUNDO-À-PALAVRA, ou seja, um estado de coisas é alterado ou criado, a fim de adequar-se ao conteúdo proposicional. Destaca-se, dessa forma, o domínio da enunciação, já que a existência de ordens ou promessas emergem e materializam-se em decorrência da enunciação. Por fim, há uma circunstância discursiva em que um estado de coisas é instaurado por um locutor investido de certa autoridade ou poder de legitimação, tornando possível outras ações subseqüentes. Esse é um caso de ato que se realiza no ponto declarativo com DUPLA DIREÇÃO de ajustamento. Esse é o terreno, por excelência, das convenções sociais: rituais de casamentos, julgamentos, por exemplo, onde um estado de coisas é alterado para se ajustar ao conteúdo proposicional do proferimento que o anunciou (MUNDO-PALAVRA), e este proferimento representa o mundo como já modificado (PALAVRA-MUNDO).

Embora seja o mais importante componente da força, Vanderveken (1985, p. 176) observa que o ponto é apenas um componente entre outros, como demonstra o fato de que diferentes forças podem ter o mesmo ponto, como ilustram os exemplos que seguem: ordens, comandos, pedidos, sugestões, avisos, súplicas e perguntas têm todos o ponto diretivo; asserções, testemunhos, predições, relatos, confissões e conjecturas têm todos o ponto assertivo.

Diferentemente do caráter restritivo do ponto de realização, o modo de realização de um ponto, ao determinar como este deve ser realizado sobre o conteúdo proposicional em caso de realização bem sucedida de um ato provido desta força, abre-se para uma pluralidade de usos. Toda a gama de detalhes que pode ser agregada ao conteúdo proposicional qualquer, no momento de execução de um ato num ponto de realização específico, denomina-se modo de realização. Tal pluralidade decorre, como bem sintetiza Mari (idem, pp.121/123) de particularidades relacionadas: (i) aos integrantes do processo enunciativo (uma relação assimétrica entre locutor/alocutário, ao pender para o primeiro, gera o modo-ordem, pendendo para o segundo, o modo-súplica; havendo simetria entre os interlocutores, tem-se o modo-pedido, por exemplo); (ii) ao conteúdo proposicional (o conteúdo proposicional de uma promessa deve ser exeqüível ao locutor e favorável ao alocutário); (iii) à utilização de formas lingüísticas (formas verbais, advérbios e expressões adverbiais são marcadores do modo). Pode-se, assim, dizer que o modo é uma especificação do ponto de realização de uma força ilocucional.

As condições do conteúdo proposicional, por sua vez, circunscrevem-se a uma dimensão lingüística, pois determinam restrições sintático-semânticas à natureza do conteúdo proposicional de um determinado ato ilocucionário. Há uma especificação do tempo verbal e do agente da ação. Em relação ao instante da enunciação, as formas verbais dos pontos comissivo e diretivo têm uma expressão de futuro. Um pedido, ato com ponto diretivo, implica uma ação futura do alocutário, enquanto que no caso de uma predição, ato com ponto assertivo há uma imposição para uma ação futura pelo locutor, um relato, por outro lado, deve ser no passado ou no presente.

Já as condições preparatórias determinam quais proposições o locutor deve pressupor enquanto realiza um ato tendo uma força específica em um contexto de enunciação, ou seja,

todo ato de fala requer um conjunto de proposições de base que são pressupostas²² em sua execução. O locutor, em uma asserção, por exemplo, precisa ter evidências da verdade do conteúdo proposicional; em uma promessa, destaca-se a capacidade de realização. Seria paradoxal executar um ato ilocucionário e, simultaneamente, recusar sua condição preparatória, ou seja, um falante não pode dizer “Eu prometo ir, mas não sou capaz de ir”, por exemplo. Para Mari (idem, p. 124), as condições preparatórias, não tendo presença material obrigatória no processo, possuem um caráter de sustentação que dão legitimidade às forças desempenhadas com adequação.

Quanto às condições de sinceridade de uma força ilocucionária, essas determinam os modos dos estados mentais necessários para uma realização sincera de um ato tendo esta força em um contexto possível de enunciação, definindo-se, então, como um conjunto de modos de atitudes proposicionais (crença, desejo ou intenção) por parte do locutor ou alocutário. Finalmente, o grau de potência/intensidade está relacionado ao fato de que os estados mentais das condições de sinceridade de um determinado ato podem ser expressos com diferentes graus de intensidade. Vanderveken ilustra tal posição, dizendo que um falante que suplica expressa um desejo mais forte do que aquele que simplesmente pede.

Os diferentes parâmetros possuem diferentes níveis de consolidação teórico-explicativa. O componente grau de sinceridade, por exemplo, sofre questionamentos (Mari, *ibidem*), por provocar dúvida sobre sua base, ou seja, uma variação de grau convergiria sempre para uma variação de modo? Também é destacado como problemático o parâmetro condições de sinceridade pela dificuldade estrutural, em muitos casos, de se isolarem, nos atos, vestígios de sua presença. Isto, no entanto, não diminui seu valor, marcado por uma dimensão ético-moral que chancela nossas práticas de linguagem.

²² Vanderveken (1985) esclarece que tais pressuposições, específicas à força ilocucionária, distinguem-se das chamadas pressuposições de existência da esfera da semântica.

O conjunto de parâmetros sofre uma formalização²³ que cauciona a denominação lógica ilocucionária utilizada por Vanderveken para este estágio da Teoria dos Atos de Fala. Formalmente, o ponto de realização pode ser identificado como uma relação única Π entre os contextos possíveis de enunciação e proposições, representado por um subconjunto π do produto cartesiano²⁴ do conjunto I de todos os contextos possíveis de enunciação e do conjunto Prop de todas as proposições ($\pi \subset I \times \text{Prop}$), ou seja:

$$\begin{array}{ccc} \pi & (I_1 \times (\text{Prop}_1)) \\ \cdot & \cdot \\ \cdot & \cdot \\ n & n \end{array}$$

Fórmula básica, qualquer que seja o ponto individual. Assim, qualquer proposição (P_1) proferida em um contexto singular (i_1) possui uma força ilocucional específica que se realiza em um ponto particular (π_1).

²³ Para a formalização dos parâmetros constituintes da força ilocucional, Vanderveken utiliza-se das seguintes letras do alfabeto grego: Π π , para o ponto ilocucional; μ , para o modo de realização; θ , para as condições sobre o conteúdo proposicional; Σ , para as condições preparatórias, Ψ , para as condições de sinceridade. As notações apresentadas apóiam-se em textos do Vanderveken (1985,1990) e também em anotações de curso ministrado por Mari (UFMG, 2002)

²⁴ Na Matemática, dados dois conjuntos X e Y , o produto cartesiano (ou *produto direto*) dos dois conjuntos (escrito como $X \times Y$) é o conjunto de todos os pares ordenados cujo primeiro elemento pertence a X e o segundo, a Y .

$$X \times Y = \{(x, y) \mid x \in X \wedge y \in Y\}.$$

O produto cartesiano recebe seu nome de René Descartes, cuja formulação da geometria analítica deu origem a este conceito. Por exemplo, se o conjunto X é o dos treze elementos do baralho inglês.

$$X = \{A, K, Q, J, 10, 9, 8, 7, 6, 5, 4, 3, 2\}$$

e o Y é o dos quatro naipes:

$$Y = \{\spadesuit, \heartsuit, \diamondsuit, \clubsuit\}$$

então o produto cartesiano desses dois conjuntos será o conjunto com as 52 cartas do baralho:

$$X \times Y = \{(A, \spadesuit), (K, \spadesuit), \dots, (2, \spadesuit), (A, \clubsuit), \dots, (3, \clubsuit), (2, \clubsuit)\}. \text{ Fonte: Enciclopédia livre Wikipédia}$$

Ponto diretivo: $\pi_{DI}(\dot{i}_1 X P_1)$ ordem

$\pi_{DI}(\dot{i}_2 X P_1)$ pedido

$\pi_{DI}(\dot{i}_3 X P_1)$ súplica

•

•

•

$\dot{i}_n$

A finitude dá-se relativamente aos objetos sociais.

O modo é representado pelo subconjunto μ aplicado a um ponto π e correlacionado ao conjunto de proposições e contextos possíveis (Prop X I) de sua realização. Assim, para qualquer π_1 projetado sobre P_1 em $\dot{i}_1$, haverá, ao menos, um μ_1 , do conjunto de todos os μ 's desse ponto que seja apropriado à realização deste ato: $\mu(\pi I x \text{Prop})$. Vejamos:

$\mu(\pi_{AS}(\dot{i} X P))$ - para um ato qualquer: Ela vem.
certeza

(Afirmo) que ela vem.

$\mu(\pi_{AS}(\dot{i}_1 X P_i))$
dúvida

Duvido que ela venha.

$\mu(\pi_{DI}(\dot{i}_1 X P_j))$
pergunta

Ela vem?

Formalmente, as condições de conteúdo proposicional, que são um reflexo do ponto de realização e, conseqüentemente, do modo de realização do ato, são definidas por uma função θ pertencente a um conteúdo proposicional (P) para todo o conjunto (Prop), sobre um conjunto de contextos I. Dada a singularidade da ocorrência P, esse deve ser especificado para qualquer correlação (Prop x I) em razão do ponto e do modo de sua realização. Temos, assim, a forma plena de um ato, ou seja:

$\theta \in P$, para qualquer $(\pi_1, \mu_1(\dot{i}_1 X P_1))$

Já as condições preparatórias são definidas por uma função Σ que pertence a um conteúdo proposicional (P) para qualquer proposição do conjunto (Prop), delineado sobre um

conjunto de contextos I. Assim, $\Sigma \in P$, para qualquer domínio de realização específica de um ato expresso através de $:(\Sigma_1 (\pi_1, \mu_1(i_1, P_1)))$. Vejamos:

No ato batizado, Σ (locutor está investido de autoridade), então:

$$\Sigma, P \text{ (batizar) } \pi_{DE}, \mu = \text{batizado} (i, P)$$

Uma condição de sinceridade, por sua vez, é definida através da função Ψ pertencente ao um conteúdo proposicional (P) para qualquer proposição do conjunto (Prop), mapeada sobre um conjunto de contextos (I). Assim, a existência de um conteúdo particular sobre o qual se aplicam as condições de sinceridade será considerada a partir da especificação de todos os componentes de uma força ilocucional. Obtém-se a seguinte formalização:

$$(\Psi_1 (\Sigma_1 ((\pi_1, \mu_1(i_1, P_1))))$$

1.1.2 Das condições de sucesso e de satisfação

Depois de termos focalizado a composição da força ilocucional, veremos que as condições de sucesso de um ato ilocucionário derivam da conjunção dos referidos componentes e de seu conteúdo proposicional (Vanderveken, ib.) Assim, um ato da forma $F(p)$ será executado com sucesso em um contexto de enunciação se e somente se: (i) o locutor realizar o ponto ilocucional da força F sobre a proposição P com o modo de realização de F; (ii) a proposição P expressa satisfaz as condições de conteúdo proposicional de F no contexto; (iii) o locutor pressupõe as proposições determinadas pelas condições preparatórias de F com relação à P no mesmo contexto; (iv) os estados mentais determinados pelas condições de sinceridade de F são igualmente expressos pelo locutor a respeito do estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional P. Exemplifiquemos: um locutor de uma asserção de crítica deve fazer sua enunciação com o objetivo de descrever um estado de coisas como

verdadeiro e, ao fazê-lo, julga/avalia tal estado como negativo, deficiente, injusto etc (ponto de realização/modo de realização); uma asserção crítica descreve um estado de coisas já existente, o qual está representado no conteúdo proposicional do ato (condições de conteúdo proposicional); uma asserção de crítica requer que o locutor do ato tenha conhecimento sobre o estado de coisas que descreve (condições preparatórias); uma asserção de crítica envolve a expressão de um estado de crença no estado de coisas descrito (condições de sinceridade); o locutor deve expressar com forte grau de intensidade o julgamento negativo que faz do estado de coisas (grau de intensidade). Um ato assim executado será classificado como bem sucedido e não defectivo.

Já as condições de satisfação ou sucesso de adequação de um ato ilocucionário da forma $F(p)$ ocorrem relativamente ao exposto pelo conteúdo proposicional. A noção de condição de satisfação é uma generalização da noção de condição de verdade que é necessária para cobrir todos os tipos de atos ilocucionários. Assim, os atos assertivos alcançam adequação quando são verdadeiros, os diretivos ao serem obedecidos e aceitos, caso contrário, teremos o fracasso ou a não satisfação. As condições de satisfação de um ato ilocucionário elementar da forma $F(p)$ são, portanto, uma função ao mesmo tempo das condições de verdade de seu conteúdo proposicional e da direção de ajustamento de sua força ilocucionária.

Preenchendo as condições de sucesso e de satisfação acima apresentadas, o ato pode ser classificado como satisfeito e não-defectivamente executado.

Do exposto, pode-se compreender, pois, a força ilocucional como um conjunto de parâmetros que transforma um dado conteúdo proposicional em um ato, definindo a forma de atuação de um locutor sobre os alocutários ou sobre um aspecto da realidade.

Na apresentação dos componentes definidores de um ato de fala, vimos que o mesmo é conceituado de forma abrangente. Ao selecionarmos um ato específico para análise, uma

especificação impõe-se. Assim, o aparato fornecido pelo escopo teórico da TAF permitiu, através de um processo de especificação, a construção de um quadro descritivo dos elementos constitutivos dos atos assertivos diretos no formato de crítica²⁵, o qual dará sustentação à proposta de análise que empreenderemos. Vejamos:

Elementos constitutivos de uma asserção de crítica:

- a) o ponto ilocucionário (π : assertivo) e seu respectivo modo de realização (μ : crítica): o locutor de uma asserção crítica deve fazer sua enunciação com o objetivo de descrever um estado de coisas como verdadeiro e, ao fazer isso, ele o julga/avalia como sendo negativo, deficiente, injusto etc.
- b) condições de conteúdo proposicional (θ : passado/presente histórico): uma asserção crítica descreve um estado de coisas já existente, o qual está representado no conteúdo proposicional do ato.
- c) condições preparatórias (Σ : conhecimento do fato descrito): uma asserção crítica requer que o locutor do ato tenha conhecimento sobre o estado de coisas que descreve.
- d) condições de sinceridade (Ψ : locutor reporta uma informação de seu conhecimento): uma asserção crítica envolve a expressão de uma crença no estado de coisas descrito e de uma intenção de fazer um julgamento sobre esse estado de coisas.

Além do quadro que acabamos de apresentar, a proposta de análise basear-se-á nos critérios arrolados abaixo:

²⁵ A adaptação apóia-se em Aguiar (1999).

- as intervenções responsivas podem apresentar uma seqüência de atos de natureza distinta, uma vez que não há nenhuma força ilocucional²⁶ de resposta. Serão, portanto, isolados os atos que não contemplem o objeto deste estudo;
- a segmentação dos objetos discursivos fundamenta-se no critério de autonomia pragmática, a saber: o segmento a ser analisado comporá uma estrutura sintático-semântica passível de funcionar como um ato ilocucionário, ou seja, uma estrutura do tipo $F(p)$, onde F representa a força ilocucional e p o conteúdo proposicional.
- Há intervenções no *corpus* em que os atos de crítica estão diluídos entre os demais atos que compõem a resposta. Focalizaremos, pois, as intervenções em que os referidos atos destacam-se como representativos.

O grau não será utilizado no quadro das condições que permitem converter linguagem em ação, uma vez que sua operacionalização exigiria um contraste²⁷ entre diferentes atos, o que não constitui objetivo deste estudo. O quadro abaixo sintetiza o conjunto de parâmetros que constitui a força ilocucional.

**Componentes
da força
ilocucionária**

π ponto de realização assertivo (estado de coisas reportado como verdadeiro)
μ modo de realização (crítica) (julgamento negativo do estado de coisas)
θ condições sobre o conteúdo proposicional (representação do estado de

²⁶ Vanderveken (1990), ao estudar verbos performativos em inglês para atos de fala, afirma que muitos verbos performativos não nomeiam uma força ilocucional, porém uma espécie ou conjunto de atos ilocucionários. Por exemplo, o verbo “answer” nomeia um conjunto de atos de fala que podem ter qualquer ponto ilocucional.

²⁷ Um contraste entre crítica e refutação, por exemplo, exigiria o acionamento deste parâmetro.

coisas já existente como verdadeiro)
Σ condições preparatórias (conhecimento do locutor sobre o estado de coisas reportado)
Ψ condições de sinceridade (crença do locutor no estado de coisas /intenção de fazer o julgamento)

Fig. 01

2. Da Teoria Semiolingüística

Para compreender o discurso, é necessário o escopo de uma teoria que se preocupa com a dimensão psicossocial desse objeto, fora da qual todo esforço de explicação e análise mostrar-se-á aquém de sua complexidade e singularidade. A teoria elaborada por Patrick Charaudeau, denominada Semiolingüística²⁸, proverá o analista para a empreitada e o desafio de apreensão do discurso, a partir da imbricação do fazer psicossocial e da organização do dizer. Mari (1995) classifica tal hipótese de radical, pois pretende fazer coincidir Linguagem e Ação, sem que uma seja usada para neutralizar a outra, muito embora tais domínios desafiem-nos em termos de compreensão dos fatos.

Importa apresentar aqui, para demarcar o terreno teórico, o entendimento de discurso dentro da Semiolingüística, visto que o termo é empregado em diferentes e inumeráveis acepções. Para Charaudeau (2001, pp.24-25):

²⁸ Semiolingüística - “Semio-, de ‘semiosis’, evocando que a construção do sentido e sua configuração são feitos através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito de intencionalidade, tomado no quadro de ação e tendo um projeto de influência social; ‘lingüística’ lembrando que esta forma está constituída principalmente de uma matéria languageira – a das línguas naturais – que, pelo fato de sua dupla articulação, da particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática, em vários níveis: palavra, frase, texto), impõe um procedimento de semiotização do mundo diferente daquela de outras linguagens”. CHARAUDEAU, P. *Une analyse sémiolinguistique du discours*. Langages. Paris, nº 117, 1995.

O discurso não deve ser assimilado à expressão verbal da linguagem. A linguagem, mesmo sendo dominante no conjunto de manifestações languageiras, corresponde a um certo código semiológico, i.é, a um conjunto estruturado de signos formais, do mesmo modo, por exemplo que o código gestual ou o código icônico. O discurso ultrapassa os códigos de sua manifestação languageira na medida em que é o lugar da encenação da significação, sendo que pode utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos. Não pretendemos dizer com isso, que existiria um estado de discurso anterior à produção e dela independente. É preciso que fique claro que toda encenação discursiva depende das características desses códigos e de todos os códigos nela envolvidos. O que propomos, então, é que não se limite a aceção desse termo somente ao caso da manifestação verbal, considerando-a como a única manifestação possível.

Dirá ainda que o termo discurso pode ser utilizado em dois sentidos:

Em um primeiro sentido, discurso está relacionado ao fenômeno da encenação do ato de linguagem (...) reservaremos o termo discurso ao domínio do dizer. Será feita, conseqüentemente, uma oposição entre encenação discursiva e encenação languageira, na medida em que a segunda, incluindo o aspecto situacional do ato de linguagem, engloba a primeira. Note-se que, mesmo possuindo um dispositivo próprio que lhe confere autonomia, a encenação discursiva não se constrói independentemente da encenação languageira.(...) Em um segundo sentido, discurso pode ser relacionado a um conjunto de saberes partilhados, construídos, na maior parte das vezes, de modo inconsciente, pelos indivíduos pertencentes a um dado grupo social . (idem, p.26)

No terreno da investigação discursiva, o sujeito, encarado como ser da enunciação, emerge como peça desafiadora e fugidia. Procuraremos observar como o conjunto de parâmetros definidores da força ilocucional funciona na realização de um ato de fala específico como o do ato assertivo de crítica por um mesmo locutor em diferentes estatutos sociais. Valer-nos-emos da construção teórica realizada por Charaudeau, apoiando-nos, sobretudo, nas reflexões intituladas “Para uma nova análise do discurso” (1996) e “Os sujeitos da linguagem” (2001), das quais salientaremos o quadro enunciativo, bem como a questão dos papéis sociais e papéis languageiros, os quais alicerçarão a observação sobre o modo como as condições psicossociais regulam a atividade do sujeito na realização da ‘mise en scène’ discursiva, a partir da definição de ato de linguagem como uma encenação do discurso, empreendida por um sujeito movido intencionalmente e regulada por condições psicossociais, visando à construção de identidades comunicacionais que emergem da inter-relação de

estatutos, papéis sociais e papéis linguageiros. Por buscar uma compreensão da linguagem na “era da discursividade”, a Semiologia vem ajustando-se e ampliando sua ação para diferentes temas e *corpora*²⁹. Sobre ela incide, algumas vezes, uma crítica sobre uma profusão de conceitos que se desdobram em níveis, os quais muitas vezes, tornam a reflexão confusa pela proximidade das denominações. No entanto, uma também profusão de trabalhos utilizando-a enquanto dispositivo de análise tem provado seu valor teórico. As seções seguintes reportar-se-ão a recortes da teoria, tendo em vista o objetivo desse estudo.

2.1 Dos fundamentos

Embora haja um consenso em torno da questão da significação abordada através do uso, pode-se dizer, segundo Charaudeau (1996), que tal consenso foi construído em torno de três oposições, a saber: PROPOSICIONAL x RELACIONAL; EXPLÍCITO x IMPLÍCITO e INTERNO x EXTERNO. Na primeira oposição, a referencialidade deixa de ser o eixo central na concepção de língua para tornar-se apenas uma função entre outras e reconhece-se, ainda, a vocação da língua para significar a relação que se estabelece entre os parceiros do ato de linguagem. Benveniste (1978) e Austin (1990) contribuem para esse deslocamento, que superará o posicionamento de que a construção do sentido dá-se somente na relação língua/mundo, para uma relação triangular que subordina a referência ao mundo (proposicional) à intersubjetividade dos interlocutores (relacional). Através da segunda oposição, observou-se que o sentido não é somente o que é significado explicitamente, mas é também o que está implícito e que o sentido está na inter-relação que torna o explícito e o implícito solidários, assim como a observação do intercâmbio linguageiro mostra-nos que os jogos de comunicação também se realizam nessa inter-relação. Já a terceira oposição, que problematiza o “fora da linguagem” (realidade extralingüística), encontra-se no centro das

²⁹ Obras recentes de Charaudeau: *La voix cachée- des non-dits du discours* (2004); *Les médias et l’information: l’impossible transparence du discours* (2005); *Discurso Político* (2006)

discussões de modo polêmico: este não se integraria aos estudos? Ou seria estudado, permanecendo exterior à linguagem? Para Charaudeau (ibidem), não se pode construir uma teoria do discurso sem a consideração simultânea de um espaço externo e um espaço interno de construção do sentido. Assim, o autor propõe o atributo de “nova” análise do discurso para a reflexão que elabora, considerando os componentes lingüístico (a materialidade verbal) e situacional (a materialidade psicossocial) como responsáveis pela significação discursiva, permitindo uma definição dos seres como “atores sociais” e “sujeitos comunicantes. Postula, assim, que a significação é construída por meio de duas inter-relações articuladas uma sobre a outra simultaneamente: (i) a inter-relação entre dois espaços de produção de sentido externo e interno: (ii) a inter-relação entre dois espaços enunciativos, de produção (EU), de interpretação (TU), com a interposição de uma avaliação. As dimensões do Saber (co-referenciação) e do Poder (co-convencionalização) e da Encenação (comunidade de enunciadore) aparecem como instâncias de complementação.

Como princípio, o autor elege o seguinte postulado: o espaço externo como fundador do espaço interno e, ao mesmo tempo, construído por este; o espaço interno como dependente do espaço externo, propondo suas próprias categorias. Um modelo em que o espaço externo (lugar da legitimidade) penetra o espaço interno, sendo construído por este (lugar de credibilidade). Assim, para alcançar a “totalidade” do ato de discurso almejada por Austin³⁰ (1980, apud CHARAUDEAU, 1996), necessita-se de uma teoria do situacional em relação ao lingüístico, e de uma teoria do lingüístico em relação ao situacional, problematizando a linguagem em um modelo que constrói o social em sociolinguageiro e o lingüístico em

³⁰ “O que se necessita, parece-me, é uma teoria nova, ao mesmo tempo completa e geral, do que se faz ao dizer, em todos os sentidos dessa frase ambígua, e do que eu denomino ato de discurso, não somente sob este ou aquele aspecto, abstração feita de todo o resto, mas tomada em sua totalidade.” Revista Communications, nº 32. Paris: Seuil, 1980.

sociodiscursivo. Charaudeau classifica seu ponto de vista de antropofágico³¹, porque pode ser levado a alimentar-se de certos conceitos como: legitimidade, mercado lingüístico, proteção, entre outros, para tomá-los transformados em outro lugar, em um modelo que seja linguageiro. Explicita, então, os dois movimentos acima apresentados: o primeiro (do psicossocial à linguagem) leva à construção de um modelo sociocomunicativo e a uma definição do objeto do discurso numa teoria dos gêneros; e o segundo (da língua ao discurso) define um procedimento de análise que considera o texto como uma superfície semiolingüística que se compõe de signos-instruções, transformados em signos-índices das características do gênero e da encenação do sujeito.

2.2 Sobre o postulado da intencionalidade.

Charaudeau (ibidem) explicita as observações sobre as quais se apóia para justificar o postulado da intencionalidade: a primeira refere-se ao *contrato de comunicação*, ao reconhecimento entre os parceiros de um intercâmbio, como condição mínima de um contrato. A segunda focaliza o *fenômeno do mal-entendido*, o qual consiste na constatação pelos parceiros de que suas intenções não se encontram refletidas no propósito do outro, de que o outro tem sua própria liberdade ou alienação na construção do sentido. E mais, mesmo que queira dizer tudo, não poderá fazê-lo, pois o sujeito falante não é mestre dos efeitos que produz. Falar, assim, é arriscar-se à incompreensão. A terceira observação denomina-se *aproximação relacional* e é um fenômeno correlato às observações precedentes: o reconhecimento recíproco dos parceiros, não podendo ser um dado de partida, será construído em uma dimensão social, conseqüentemente, os membros da comunidade dotar-se-ão de índices relacionais que funcionarão como signos de reconhecimento. *A pertinência do saber*

³¹ Machado (2001, p.43), em artigo de apresentação da teoria, afirma que “é normal que uma teoria – não importa qual – tenha sido formada pelo amálgama de várias teorias: no caso da Semiolingüística, podemos avançar que nela percebemos certos conceitos fundadores vindos de alguns teóricos franceses (tais como: Benveniste, Greimas, Barthes...), mas também, outros, de igual importância, vindos de teóricos ingleses (como Grice, Austin, Searle....) e, acima de todos eles, sem dúvida, a presença das idéias ‘inovadoras’ de Bakhtin.”

constitui a quarta observação, ou seja, nenhum sujeito pode falar sem referir-se, de modo explícito ou implícito, a um domínio de saber pré-existente. Assim, para evitar ser desqualificado, o falante empenha-se para que seu interlocutor reconheça pertinência a um certo domínio do saber. Tais observações levam ao reconhecimento do estatuto do sujeito enquanto ser comunicante, seu direito à palavra será fundamentado pela relação com o outro. Por esta condição, conclui Charaudeau, será possível atribuir uma pertinência intencional ao projeto de fala do sujeito, pertinência esta ausente nos loucos que não poderiam ter projeto de fala fundado na razão.

Três condições são elencadas então para fundamentar o direito à palavra, a saber: (i) reconhecimento do Saber; (ii) reconhecimento do Poder e (iii) reconhecimento do Saber Fazer.

O reconhecimento do Saber é o lugar de circulação dos discursos de verdades e crenças, de discursos sobre o mundo, resultado das trocas de práticas discursivas e representacionais sobre essas práticas que resultam em construções de significados consensuais. Tais consensos, no entanto, não seriam a verdade sobre o mundo, devendo ser entendidos como contratos de produção/reconhecimento construídos por consensos validados pelos interlocutores. Nada nem ninguém, segundo Charaudeau, pode obrigar o sujeito a ser sincero, nem a crer no que diz. Ele é obrigado, no entanto, a mostrar que seu propósito está ligado a um domínio do saber, em relação ao qual será avaliado, legitimado.

Por sua vez, o reconhecimento do Poder, ou a legitimidade socioinstitucional, deriva dos diferentes papéis desempenhados pelos atores sociais que lhes conferem estatutos específicos. Para Charaudeau, os conceitos de identidade³², papéis e estatutos, em um quadro

³² Charaudeau e Maingueneau (2004, p.266) mostram-nos que identidade é uma noção difícil de definir, pois é objeto central na maior parte das ciências humanas e sociais. O *Vocabulaire technique et critique de la Philosophie* de Lalande (1979, apud Charaudeau e Maingueneau, idem) elenca quatro sentidos, dos quais destacar-se-á aquele que corresponde à chamada “identidade pessoal”, definida como “caráter de um indivíduo [...] de quem se diz que ele é ‘o mesmo’ em diferentes momentos de sua existência: “A identidade do eu”. Já em *Análise do Discurso*, prosseguem os referidos autores, convém acrescentar noções de *sujeito* e *alteridade* que

linguageiro, não foram suficientemente definidos. Os atores sociais são circunscritos em uma problemática linguageira, considerando o sujeito impregnado de realidade psicossocial, porém dentro de um jogo comunicativo que o define. Acompanha-se, dessa forma, Parret (1983, apud Charaudeau, ib.), para quem “a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que ele enuncie, mas uma teoria da instância da enunciação”, afastando-se das correntes correlacionistas que utilizam o estatuto sociológico de maneira apriorista³³. Busca-se, assim, dar conta de um sujeito que se define numa inter-relação entre uma identidade psicossociológica e um papel linguageiro. Pode haver, entretanto, uma sobredeterminação do pólo social, como nos casos dos performativos em que o poder de dizer coincide com o poder de fazer. Mesmo assim, esse poder dependerá da situação de comunicação, pois um presidente da República, incógnito em uma loja, não terá outro poder em seu dizer do que aquele conferido pelo seu estatuto de consumidor. Há que se considerar, também, o caso em que o estatuto social, fora da situação, pode influenciar o sujeito comunicante. Conclui-se, assim, que a legitimidade não decorre somente do espaço externo, mas também do grau de adequação que se estabelece entre a identidade psicossocial do sujeito e seu comportamento enquanto ser linguageiro comunicante.

Tanto a legitimidade do Saber quanto a do Poder são insuficientes para fundamentar o direito à fala. É necessário, segundo o autor, um reconhecimento que permita julgar o sujeito

também circulam nos domínios filosóficos e psicológicos. A primeira permite postular a existência do ser pensante como o que diz “eu”, a segunda, o postulado de que não há consciência de si sem consciência da existência do outro, que é na diferença entre “si” e o “outro” que se constitui o sujeito. Ao se relacionar essa noção com a de sujeito falante, dir-se-á que esse se caracteriza por um certo número de traços que lhe conferem uma certa identidade como produtor de fala. Reconhece-se, ainda, o pouco desenvolvimento de tal noção na análise do discurso, diferentemente explorada pelas psicossociologias da linguagem que falam em “identidade social” e “identidade coletiva ou em “questão identitária”. Pode-se, assim, considerar que a identidade do sujeito do discurso constrói-se de duas maneiras diferentes, em dois domínios que são distintos e complementares ao mesmo tempo, ambos construindo-se em articulação com o ato de enunciação: uma identidade “pessoal” (dupla: psicológica e social) e uma de “posicionamento” (caracterizadora da posição do sujeito no campo discursivo relativamente aos sistemas de valores circundantes). Em ambos os casos, a identidade resultaria, ao mesmo tempo, das condições de produção que exercem coerções sobre o sujeito e das estratégias colocadas em funcionamento.

³³ Para um maior entendimento dessa posição, Charaudeau apresenta, no já referido “Para uma nova análise do discurso” (1996), um percurso crítico sobre as diferentes orientações pragmáticas, tais como a etnometodológica (Garfinkel e Jefferson, Sacks e Schegloff ...) e a sociológica (Veron, Hallyday e Hasan, Fischman, Labov...)

competente em sua ação de sujeito comunicante, através de um Saber Fazer. Tal competência, que emerge na aptidão em saber ligar o vai-e-vem constante entre o espaço externo e o interno da cena comunicativa, dará ao sujeito a credibilidade e o reconhecimento ao direito à palavra, não obstante toda a legitimidade advinda pelo Saber e pelo Poder.

Na sequência da explicitação sobre o projeto de fala, Charaudeau dirá que este se constrói em forma de um certo número de objetivos que engendram o mesmo número de objetos comunicativos, destacando quatro, a saber: factivo, informativo, persuasivo e sedutor.

O objetivo factivo corresponde a uma finalidade de manipulação do outro para fazê-lo agir. Consiste, para o sujeito falante, em FAZER FAZER ou em FAZER DIZER, ordenando, se tiver posição de poder, sugerindo, em caso contrário. O publicitário não tem, por exemplo, posição de autoridade para ordenar ao consumidor em potencial a compra de um produto. Poderá fazê-lo, no entanto, a partir de um objetivo de persuasão ou de sedução. Assim, os intercâmbios linguageiros de negociação devem ser estudados com relação ao objetivo factivo, pois colocam em ação parceiros desempenhando papel de sujeito incitador.

O objetivo informativo corresponde à finalidade de transmissão de Saber, consistindo, para o sujeito falante, em FAZER SABER ALGUMA COISA AO OUTRO, sustentando-se, assim, no princípio da novidade. O objetivo persuasivo corresponde à finalidade de controle do outro pelo viés da racionalidade. O sujeito falante deve FAZER CRER alguma coisa ao outro. Tal objetivo repousa sobre o princípio da não-contradição, que permite FAZER O OUTRO ADERIR AO UNIVERSO DISCURSIVO DO SUJEITO FALANTE. Comportamentos discursivos de argumentação, composição e organização do texto confirmam o papel do sujeito persuasivo. Este objetivo dá ao parceiro mais possibilidades interlocutivas, diferentemente do saber fazer, o fazer crer permitirá contestação e contra-argumentação.

O objetivo sedutor corresponde à finalidade de controle do outro pelo viés de agradar. Consiste, para o sujeito falante, em FAZER PRAZER AO OUTRO, fazendo-o “sentir” estados emocionais. Comportamentos discursivos de não-racionalidade, de não-verossimilhança (ou verossimilhança ficcional) serão produzidos pelo objetivo sedutor através de narrativas, avaliações e julgamentos consensuais sobre o que é da ordem hedônica e o que é da esfera estética.

Ao concluir a descrição do postulado de intencionalidade, Charaudeau elenca duas afirmações: (i) a legitimidade é pré-determinada e não negociável, pode apoiar-se sobre uma autoridade que procede do Saber e do Poder. Tal posição dá ao sujeito comunicante uma identidade socioinstitucional que somente poderá ser julgada em relação ao seu estatuto linguageiro; (ii) a credibilidade não é pré-determinada, não é dada, mas adquirida e pode ser, a todo momento, rediscutida. Representa uma capacidade de capitalizar uma autoridade de fato pela demonstração de um saber fazer. É, assim, fundadora do direito à palavra.

2.3 Da estruturação sociolinguageira

Um ato de linguagem, para Charaudeau (ib.), indica uma intencionalidade dos sujeitos falantes, parceiros de um intercâmbio. Depende, pois, da identidade desses parceiros, resulta de um objetivo de influência e é portador de um propósito sobre o mundo, realizando-se num tempo e espaço dados, determinando a situação. Para a validação de um ato de linguagem, os parceiros precisam reconhecer-se no direito à palavra e possuir um mínimo de saberes colocados em jogo no intercâmbio linguageiro. Simultaneamente, os parceiros têm uma certa margem de manobra que lhes permite o exercício de estratégias. Um ato de linguagem comportará, desse modo, dois espaços: o espaço de limitações, compreendendo os dados que deverão ser satisfeitos para a validação do ato; e o espaço das estratégias, correspondendo às

possíveis escolhas pelos sujeitos na encenação do ato. Assim, ao acrescentar-se o princípio da pertinência, ou seja, o reconhecimento recíproco dos parceiros e saber comum, a instância de enunciação do ato de linguagem será ultrapassada, pois um saber prévio sobre a experiência do mundo e sobre os comportamentos dos seres humanos em vida coletiva será incluído e, então, dir-se-á que o Ato de Linguagem realiza-se em um duplo espaço de significação, externo e interno à sua realização, o qual determinará dois tipos de sujeito de linguagem: sujeito comunicante e interpretante, que são os parceiros, interlocutores que agem como seres sociais possuidores de intenção, de outro lado, os sujeitos enunciador e destinatário, os intralocutores, seres de fala, responsáveis pelo ato de enunciação.

Essa série de hipóteses leva Charaudeau a propor um modelo de estruturação em três níveis: o nível situacional, o comunicacional e o discursivo. O primeiro é o lugar da determinação da finalidade do Ato de Linguagem, da identidade dos parceiros, do domínio do saber veiculado, lugar da emergência das seguintes perguntas: (i) para que dizer ou fazer? (ii) quem fala para quem? (iii) a propósito de quê? (iv) em que quadro físico temporal e espacial?

O nível comunicacional é o lugar onde são determinadas as maneiras de falar ou escrever, em função dos dados da situação; lugar, pois, de responder à pergunta: como dizer? E mais: que papéis languageiros este sujeito falante (comunicante ou interpretante) deve ter que justifiquem seu “direito à palavra”, mostrem sua “identidade”, permitem tratar de um certo tema em certas circunstâncias?

O nível discursivo constitui o lugar de intervenção do sujeito falante tornado sujeito enunciador que deverá satisfazer as condições de legitimidade (princípio de alteridade), de credibilidade (princípio de pertinência) e de captação (princípio de influência e de regulação) para realizar um conjunto de atos de discurso, ou seja, um texto. Este será feito através de meios lingüísticos, em função das limitações do situacional e das possíveis maneiras de dizer do comunicacional e também do “projeto de fala” do sujeito comunicante.

2.4 Do quadro metodológico

Charaudeau (ib.) inscreve a análise do discurso no quadro empírico-dedutivo, pois o analista parte da linguagem configurada em certa substância semiológica (verbal) e pode manipulá-la para determinar, por meio da observação, os cortes formais simultâneos às categorias conceituais que lhes correspondem. Uma análise, assim, deve determinar quais são os objetivos em relação ao tipo de objeto que ela constrói e qual a instrumentalização a ser utilizada em relação ao caminho escolhido. O objetivo da análise proposta pelo referido autor consiste em levantar as características dos comportamentos linguageiros (“como dizer”) em função das condições psicológicas que os limitam segundo os tipos de situação de intercâmbio (“contrato”), resultando em uma perspectiva reciprocamente dupla: quais condições para quais comportamentos linguageiros possíveis, e quais comportamentos linguageiros efetivos para quais condições?

O contrato emerge como noção-chave, pois as condições são estruturadas em contrato de comunicação que preside toda produção linguageira. Para a descrição das condições, reúnem-se as produções que se supõem pertencer ao mesmo tipo de situação, constituindo um *corpus* de textos. Buscam-se, empiricamente, regularidades e diferenças, estabelecendo fronteiras que circunscrevem um *corpus* de textos relativamente homogêneo. A condição de “contrastividade” aparece, assim, como constitutiva do processo de análise.

Quanto à tipologia, Charaudeau propõe construir relativamente às condições de realização dos textos, i.é, uma tipologia dos contratos de comunicação, considerando que tais contratos podem ser mais ou menos gerais, ligando-se uns aos outros, cada um podendo dar lugar a variantes: o contrato de comunicação “propagandista”, por exemplo, engloba contratos particulares, o “discurso publicitário” e o “discurso eleitoral” e, no interior do discurso publicitário, encontram-se variantes como publicidade de rua, de loja ou de televisão. Tal

modelo, justifica o autor, permite estudar, ao mesmo tempo, as modificações eventuais de um contrato no decurso do tempo, como também as diferenças de realização de um contrato em contextos socioculturais diferentes.

Concluindo, Charaudeau classifica sua elaboração teórica como pluridisciplinar, pois, para proceder às descobertas dos jogos de significação psicossocial dos atos de linguagem em uma comunidade sociocultural, situa-se, por necessidade, junto às abordagens pragmática, psicossociológica, retórico-enunciativa ou socioideológica.

O conjunto de hipóteses que define a Semiolingüística pode ser, assim, sintetizado (CHARAUDEAU, 2001):

- a) O ATO DE LINGUAGEM é um fenômeno que combina o DIZER e o FAZER. O FAZER, lugar da instância situacional, define-se pelo espaço ocupado pelos responsáveis pelo ato. O DIZER, lugar da instância discursiva, define-se como uma encenação da qual participam seres de palavra. A dupla realidade do fazer e do dizer leva-nos a considerar que o ato de linguagem é uma totalidade composta de um circuito externo (fazer) e de um circuito interno (dizer), indissociáveis.
- b) Todo ato de linguagem corresponde a uma dada expectativa de enunciação e pode ser considerada como uma interação de intencionalidade movida pelo princípio do jogo: “Jogar um lance na expectativa de ganhar”. A encenação do dizer depende, pois, de uma atividade estratégica, isto é, de um conjunto de estratégias discursivas que considera as determinações do quadro situacional.
- c) Todo ato de linguagem é o produto de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes³⁴, das práticas e representações imaginárias da

³⁴ Charaudeau (2001) não explicita a base teórica da sequência “mais ou menos consciente”, no entanto, podemos dizer que sua posição distancia-se da concepção de Pêcheux (1969) sobre a questão do sujeito, para quem este constitui-se “pelo esquecimento daquilo que o determina”, através da interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso pela identificação deste sujeito com a formação discursiva que o domina. Tal concepção

comunidade a que pertencem, conseqüentemente, pode-se dizer tal ato não é totalmente consciente e é subsumido por um estado de rituais sociolinguageiros.

O conjunto de hipóteses que define a Semiologística pode ser representado pelo quadro apresentado a seguir:

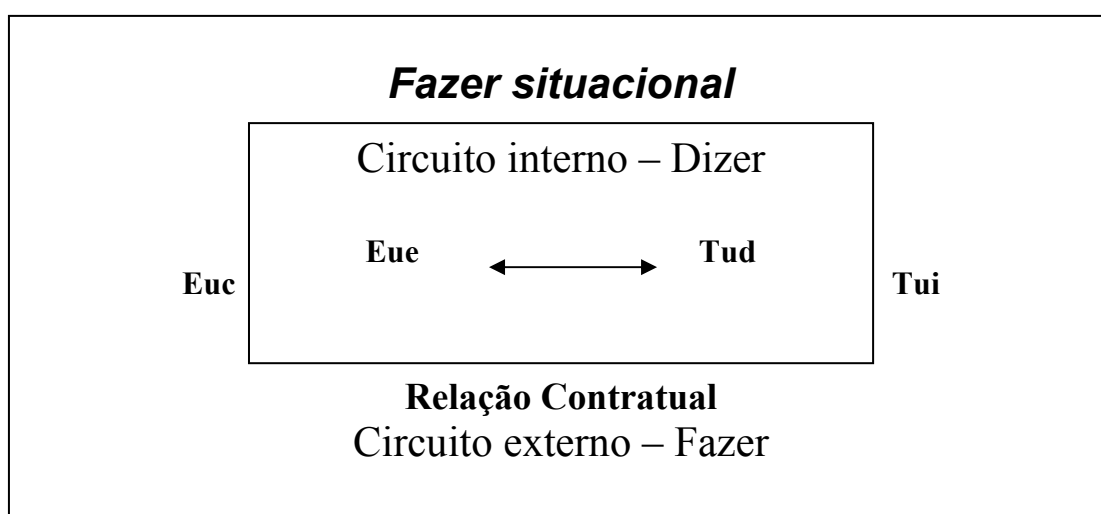


Fig. 02

Na seqüência, elencamos os conceitos definidores do quadro teórico da Semiologística:

- a) Sujeito: pode ser considerado como um lugar de produção da significação linguageira, para o qual esta retorna, de modo a constituí-lo. O sujeito, assim, não é nem um indivíduo preciso nem um ser coletivo particular, pois se trata de uma abstração, sede da produção/interpretação da significação, que se especifica de acordo com os lugares que o sujeito ocupa no ato de linguagem; teremos, assim, sujeito comunicante, sujeito enunciador, sujeito destinatário e sujeito interpretante.

b) Parceiros: há dois na interação linguageira: o sujeito comunicante (Euc) e o sujeito interpretante (Tui), implicados no jogo proposto por uma relação contratual. Charaudeau (idem) esclarece que tal relação não se baseia nos estatutos sociais dos parceiros, uma vez que ela depende do “desafio” construído no e pelo ato de linguagem que contém a expectativa de ser bem sucedido ou não. Os parceiros só existem, pois, na medida em que se reconheçam uns aos outros com os estatutos que eles imaginam. Há situações, encontros em bares, por exemplo, em que os estatutos dos parceiros não dependem das categorias profissionais (patrão / empregado; intelectual / artista / comerciante, etc), porém dependerão mais de um estatuto de competência atribuído, no momento, sobre os temas que conduzem a conversação. A relação contratual dependerá, portanto, de componentes mais ou menos objetivos, tornados pertinentes pelo jogo das expectativas que envolve o ato linguageiro. Esses componentes são de três tipos³⁵ :

- (i) comunicacional: concebido como o quadro físico da situação interacional: os parceiros estão presentes? Vêem-se? São múltiplos? Qual é canal utilizado? Oral? Gráfico?
- (ii) psicossocial: concebido em termos de estatutos que os parceiros são suscetíveis de reconhecer, tais como: idade, sexo, categoria profissional, posição hierárquica, etc
- (iii) situacional: concebido como um conhecimento a priori que cada um dos parceiros possui (ou constrói para si) sobre o outro, apelando para saberes supostamente partilhados. Assim: qual é a intenção da informação do que está sendo colocado em questão? De que modo isso está sendo veiculado?

³⁵ Vemos na relação contratual definida por Charaudeau uma aproximação do mecanismo de antecipação propugnado por Pêcheux (idem) através de um mecanismo imaginário do sujeito locutor e do sujeito interlocutor: quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para que eu lhe fale assim? Do que estou falando? O que ele sabe sobre o eu sei? O distanciamento dá-se relativamente à questão da intencionalidade que aparece no componente situacional do contrato.

O sujeito comunicante (Euc) é o parceiro que detém a iniciativa do processo de produção; encena o Dizer em função dos componentes comunicacional, psicossocial e situacional. Nesse último é que se integram as hipóteses de Saber que o sujeito é levado a construir sobre o sujeito interpretante (Tui). O resultado da atividade do Euc está centrado nas estratégias discursivas suscetíveis de produzir efeitos de discurso. Em contrapartida, o sujeito interpretante (Tui) é o parceiro que tem a iniciativa do processo de interpretação, que se constrói, igualmente em função dos três componentes, a partir das hipóteses de Saber que ele é levado a elaborar sobre o Euc. Não há, entretanto, simetria entre as atividades do Euc e do Tui.³⁶

- b) Protagonistas: confrontam-se, na interação languageira, dois protagonistas, o sujeito enunciador (Eue) e o sujeito destinatário (Tud), os quais se definem como *seres de fala* da encenação do dizer, produzida pelo Euc e interpretada pelo Tui. Tais seres assumem faces distintas de acordo com os papéis que lhes são atribuídos pelos parceiros do ato de linguagem em função da relação contratual.
- c) Papel: definido como um conceito fundador, Charaudeau (1991) propõe compreendê-lo a partir da noção de “contrato de comunicação”. Este seria, ao mesmo tempo, de natureza situacional e comunicacional. O nível situacional dá lugar a um “contrato de troca”, o qual se define pelas restrições e pela finalidade interacional, ou seja, “nós estamos aqui para dizer o quê, para trocar o quê? Para representar qual papel social, em função de quais determinações?” O nível comunicacional dá lugar a um “contrato de fala”, que se define segundo a maneira pela qual deve-se desenrolar a troca languageira: “nós estamos aqui para falar como,

³⁶ Esta questão permite uma problematização: se não há simetria, a assimetria pende para que elemento? Quando afirma que o EUc detém a iniciativa, não estaria diminuindo o papel do TUi no processo, e dessa forma, distanciando-se do postulado da alteridade no processo interacional? O posicionamento de Charaudeau repetiria a posição de Benveniste sobre a predominância do ego sobre o tu? As atividades de produção e recepção são, de fato, diferentes. Poderíamos retomar Bakhtin sobre a questão da dupla dialogização do discurso (para os outros do discurso e para o outro da interlocução). Assim, não haveria transcendência do EGO, mas relativização no par EU-TU, incorporando o OUTRO constitutivamente.

para representar qual papel languageiro?” Conclui-se, pois, que o sujeito é um ator social, engajado num processo de influência, que possui um estatuto (administrativo, profissional, etc) e uma identidade (idade, sexo, classe social, etc), no entanto, nem um nem outro dizem por si só como o sujeito deve falar. Este é, então, de forma complementar, um *ser comunicante* que deve comportar-se segundo o que é engendrado pelo “contrato de fala” com relação à finalidade do “nível situacional”. Em outras palavras, o sujeito do ato de linguagem é ator social enquanto *ser comunicante* engajado em uma troca languageira, e *ser comunicante* enquanto ator social engajado em um “contrato de comunicação”.

d) Papel social de um sujeito, em um processo de troca, é engendrado pelo seu estatuto em uma situação de troca, cuja finalidade lhe dá certas obrigações. Por exemplo: um professor tem, na situação “sala de aula”, um papel de ensinar; em uma “reunião de pais”, um papel de informar e na situação de “conselho de classe”, um papel de avaliar. Esses estatutos e papéis, no entanto, são somente posições e funções a exercer relativamente à finalidade global da situação; elas não são completamente determinantes quanto aos comportamentos a ter no plano languageiro.

e) Papel languageiro é determinado na confluência das pressões exercidas pela finalidade do “contrato de fala”³⁷ (e, portanto do papel social) e pelas normas comportamentais de uso da fala construídas em uma tal situação, de acordo com as práticas que aí se desenvolvem. Assim, dado o papel social, por exemplo, professor em sala de aula, e as práticas de fala que se instituem nessa situação, vários papéis

³⁷ Nos textos traduzidos, há uma indistinção entre contrato situacional e “contrato de fala”. Fizemos a opção pelo segundo uso, buscando uma maior clareza, uma vez que o termo situacional aparece mais vezes, como já vimos, nomeando outros níveis de outros conceitos.

linguageiros são esperados: o de sujeito que explica, que interroga, que avalia, que orienta, etc. Não há, portanto, correspondência biunívoca entre papel social e papel languageiro. O que faz com que um comportamento discursivo torne-se um papel languageiro³⁸ é o contrato comunicacional, que ligado a um determinado “contrato de fala” definidor da finalidade de troca, instaura um “como falar”, através da determinação de certos comportamentos discursivos, os quais, sendo instituídos e esperados, tomam o lugar de papéis. É, portanto, o contrato de comunicação que faz com que o comportamento de sujeito apresentador venha a ser um dos papéis do animador de um debate televisivo, que o comportamento de sujeito avaliador venha a ser um dos papéis daquele que ensina. Dito de outra forma, para que um comportamento discursivo venha a ser papel languageiro, é necessário que ele possa estar vinculado a um papel social, via “contrato de fala.”

- f) Intervenção e papel: a intervenção é um conceito que pertence a uma realidade languageira particular, à situação interlocutiva. Nessa, a intervenção é definida como “fluxo de palavra”, limitado por um antes e um depois, cada um constituído por um silêncio ou por uma outra fala. Para que esse fluxo discursivo tenha um sentido discursivo, é necessário que seja provocado por um motivo interacional; contenha um comportamento discursivo motivado pelo contrato de comunicação (um papel languageiro); se ramifique, do ponto de vista de seu conteúdo, sobre um universo pertinente (um tema). O papel é considerado aqui na linha de sua definição, um comportamento discursivo instituído pelo “contrato de fala” que dá legitimidade à intervenção.

³⁸ Também as expressões papel comunicacional e papel languageiro são usadas equivalentemente. Optamos pelo uso de papel languageiro.

g) Papel como pivô da análise: o papel languageiro encontra-se no ponto de articulação entre o contrato situacional e os comportamentos discursivos do sujeito e constitui um ponto de partida para dois tipos de estudo: (i) por um lado, permite confirmar e precisar a observação empírica que determina um certo contrato de comunicação, pois é a recorrência de papéis em uma certa situação que permite concluir sobre a existência e a natureza de tal contrato. Por exemplo, em um estudo sobre debate televisivo pode-se observar uma grande recorrência de sujeito questionador pelo animador e de papéis de sujeitos respondedores pelos convidados; (ii) pode-se estudar também as estratégias que são desenvolvidas por um sujeito falante, para dar continuidade ou transgredir o papel imposto pelo contrato. Charaudeau destaca a importância do conceito de papel na definição do conceito de estratégia. Essa não seria considerada como um desvio em relação a uma intencionalidade ou a normas de comportamento, nem como uma luta discursiva para tomar o poder sobre o outro, mas como uma maneira de ter, desenvolver, executar, realizar um papel languageiro. A estratégia discursiva é o possível comportamento que corresponde a um papel.

Essas seções integraram, de modo breve, conceitos fundadores da reflexão semiolinguística e dispositivos de análise, cuja produtividade será aferida no capítulo III, destinado à observação específica dos objetos discursivos. Na sequência, damos ênfase à noção do contrato para circunscrever a entrevista enquanto gênero midiático.

2.5 Do contrato de comunicação

Charaudeau e Maingueneau (2004) mostram-nos que diversas filiações estão na origem da noção de contrato de comunicação. Pode-se considerar que a encontramos na hipótese de “intersubjetividade” proposta por Benveniste, na hipótese de “dialogismo” por Bakhtin, ou na hipótese da co-construção de sentido dos filósofos da linguagem, implicando a necessidade de condições de “intenção coletiva” para que a comunicação seja possível. Assim, todas essas hipóteses convergem para uma definição contratual do ato de linguagem, implicando: a existência de dois sujeitos em relação de intersubjetividade, a existência de convenções, de normas e de acordos que regulamentam as trocas languageiras, a existência de saberes comuns que permitem que se estabeleça uma intercompreensão. Charaudeau (1983, 1995) define-o como o conjunto de condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação. Tais condições (ou conjunto de coerções), definidas em termos de desafio psicossocial, através dos componentes situacionais e comunicacionais, referidos em seção precedente, constituem uma memória coletiva nos seres de linguagem alicerçada socio-historicamente, além de definirem também um gênero.

1.2.5.1 A entrevista como gênero empírico nos “domínios da prática languageira” midiática

A noção de gênero³⁹, reconhecidamente, ampla e complexa, sofrerá aqui uma delimitação. Charaudeau (2004), ao refletir sobre a problemática dos gêneros textuais, explica a emergência das tipologias por sua finalidade, isto é, tais serviriam para mostrar o que se leva em conta na definição da noção de gênero e propõe olhá-los a partir dos aspectos da ancoragem social, da natureza comunicacional das atividades languageiras construídas e

³⁹ Para uma reflexão mais densa, ver MACHADO, I.L. e MELLO, R. de (orgs.) *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, POSLIN/FALE/UFMG, 2004

das características formais dos textos produzidos. Primeiramente, observa-os de modo separado, a partir dos problemas que eles trazem e, depois, busca uma integração entre eles. Assim, o aspecto da “ancoragem social” aparece como constitutivo ou fundador dos gêneros, unindo-os às diferentes práticas sociais que se instauram em uma sociedade. Essas práticas podem ter, para os atores languageiros, um papel empírico de ponto de referência, sem o qual, como diz Bakhtin (1984) citado por Charaudeau (idem), “a troca verbal seria impossível.” Pode-se, no entanto, considerá-lo como um campo estruturado, onde se instauram relações hierarquizadas e institucionalizadas, as quais determinam, de antemão, a identidade dos atores, os papéis que devem representar, fazendo com que as significações dos discursos que circulam sejam fortemente dependentes da posição dos seus enunciadores. À radicalização desse ponto de vista, antepõe a hipótese de que todo o domínio de prática social tende a regular as trocas e, por consequência, a instaurar regularidades discursivas características do domínio. Apresenta, então, a proposição de estruturar o domínio de prática social em domínio de comunicação.

Da tentativa de classificar textos pelas recorrências de suas marcas formais emergem outros problemas, tais como o do fenômeno da polissemia, isto é, do poli-pertencimento das formas, além de não sabermos se tais recorrências são exclusivas ou específicas de um tipo de texto. Assim, concluirá Charaudeau, as características formais seriam somente traços caracterizadores que trariam aos textos propriedades específicas e não traços definidores que trazem ao texto propriedades constituintes.

Da discussão apresentada, destacamos, pois envolve uma problematização de qual se ocupa este trabalho, o comentário do autor de que a questão fundamental colocada é a das restrições e da liberdade de que o sujeito falante dispõe. Assim, aceitar que existem gêneros é reconhecer que a produção languageira é submetida a restrições, a coerções. Se ela agir, por exemplo, no nível das características formais, então, o sujeito não tem mais liberdade pois

seria obrigado a passar pelo modelo de formas antecipadas de antemão, a se exprimir em conformidade às restrições e desaparecer como sujeito. Falar, escrever, exprimir-se seria uma atividade de recitação. Se, ao contrário, as restrições agem anteriormente, poderia dizer-se que o sujeito estaria completamente determinado pelo lugar que lhe dá o dispositivo do domínio de prática social. Charaudeau apóia-se em Bakhtin (idem) para dizer que é preciso referência ao sujeito falante para inscrever-se no mundo dos signos, significar suas intenções e comunicar, como processo de socialização do sujeito através da linguagem e da linguagem através do sujeito, ser coletivo e individual. E ainda, que é de modo conjunto que são construídas tanto a normalização dos comportamentos, do sentido e das formas, com o registro do sujeito em sua memória, a qual apresenta-se de três modos, a saber:

- memória dos discursos (saberes de conhecimento e crenças, discursos que circulam na sociedade e fragmentam a sociedade em “comunidades discursivas”);
- memória das situações de comunicação (dispositivos que normatizam as trocas comunicativas e que se definem através de um conjunto de condições psicossociais de realização, constituindo “comunidades comunicacionais”, reunindo sujeitos que compartilham a mesma visão daquilo que deve ser as constantes das situações de comunicação);
- memórias das formas dos signos as quais servem para trocas verbais, icônicas, gestuais, não enquanto sistema, mas relativamente ao seu uso, constituindo, assim, comunidades de “saber dizer”, “comunidades semiológicas”, que permitirão ao indivíduo elaborar julgamentos de ordem estética, ética, pragmática etc, sobre a maneira de se comportar e de falar em nome de normas sociais supostamente partilhadas, comunidade de sujeitos que se reconhecem através da “rotinização” das formas de comportamento e de linguagem.

Em síntese, trata-se de determinar os gêneros na intersecção das coerções definidas pelo contrato de comunicação, das coerções da organização discursiva e das características das formas textuais. Assim, veremos, nas seções subseqüentes, a entrevista já enquanto gênero empírico, prática social institucionalizada, erigida em normas sob a ótica da teoria da comunicação social.

1.2.5.2 Entrevista e o quadro interacional

Burger (2001, p.139), compreendendo a interação, em sentido amplo, como uma situação de comunicação passível de resposta, seja pela co-presença física, pela conexão telefônica ou pela troca de cartas, procura detalhar o aspecto de sua materialidade, a qual destaca como determinante da organização do discurso uma vez que “toda interação se estabelece efetivamente através de um canal, dispondo os interactantes em relação uns aos outros no tempo e no espaço e definindo suas possibilidades de agir e retroagir”. O autor observa que o suporte não afeta o valor do ato, ou seja, uma pergunta oral ou escrita permanece uma pergunta, entretanto, esse mesmo suporte determina a disposição psicossocial dos agentes, pois certas coisas são demandadas, mais facilmente, no face a face oral, enquanto que outras não. Cada uma dessas maneiras de fazer implica, portanto, uma materialidade de interação diferente e a escolha entre uma ou outra não é insignificante. Assim, o parâmetro da materialidade da interação é definido de modo tripartido, a saber: o canal de interação, o modo de interação e o elo de interação.

Entende-se por canal de interação o suporte físico utilizado pelos interactantes, oral, escrito e visual. Muitas interações são pluri-canal. Esse parâmetro permite estabelecer uma distinção entre a mídia televisiva, a mídia radiofônica (mono-canal) e mídia impressa (mono ou pluri-canal: escrita e visual). O modo de interação diz respeito ao grau de co-presença

espacial e temporal dos interactantes. A co-presença espacial refere-se ao compartilhamento do mesmo ambiente físico e a temporal significa a simultaneidade no tempo. Daí a possibilidade de interações pluri-modais, como no caso da conversa telefônica em que ocorre uma distância espacial, porém uma co-presença temporal. O elo de interação refere-se à reciprocidade ou não entre os interactantes, a um lugar unidirecional ou não, importante para definir o tipo de retroação da interação. Essa reciprocidade está associada ao modo, uma vez que compartilhar o mesmo ambiente temporal assegura o elo de reciprocidade, propiciando a retroação imediata. A distância espacial, embora não implique um elo forçosamente unidirecional, parece favorecê-lo, já que a ausência física não permite uma retroação imediata (salvo no caso do telefone e do *chat*). Há diferenciação entre posição e nível de interação, uma vez que um mesmo nível é composto por duas posições que podem ser idênticas ou variáveis. As posições de interação definem a identidade de cada interactante e dependem do lugar que cada interactante ocupa nas condições materiais de sua participação na interação e no discurso, por exemplo, há gêneros midiáticos como debates e entrevistas que admitem um público co-presente, porém não interveniente.

O autor distingue a materialidade das interações realmente realizadas da materialidade das interações que são somente representadas ou reportadas no quadro de outra interação. No primeiro caso, a materialidade determina efetivamente as restrições interacionais. No segundo caso, da interação representada, a materialidade será a mesma da interação efetivamente realizada que a engloba. A distinção será dada pelo estatuto dos níveis de interação. Exemplifica-se a partir de uma entrevista transmitida pela televisão, em que o telespectador assiste à realização dessa ao mesmo tempo em que ele é um dos atores da interação midiática. No caso de uma entrevista relatada pela imprensa escrita não temos uma interação efetivamente realizada, na medida em que a entrevista é transcrita, sofrendo alterações próprias deste tipo de canal.

A complexidade de um quadro interacional depende do número de níveis, encaixados ou não, como também das interações que fundam um determinado nível, representada ou realizada. A interação entre um conferencista e seu público caracteriza-se por um elo unidirecional e por um canal de predominância oral, o público limita-se a uma escuta atenciosa. Já uma conferência televisionada apresenta dois níveis e, conseqüentemente, quatro posições: canal de TV(direção), telespectadores, conferencista, público presente. Cada nível de interação comporta uma materialidade que lhe é própria. Emerge daí uma relação de englobante a englobado.

Há interações realmente realizadas e outras representadas no quadro de uma outra interação. Então, a materialidade das primeiras restringe as segundas. Em outros termos, em geral, a interação representada possui a materialidade da interação efetivamente realizada que a engloba. A cada vez, dois níveis de interação co-existem em uma mesma configuração englobante. A cada vez, duas interações distintas são efetivamente realizadas. Burger (idem) ilustrará tal distinção cotejando a entrevista televisiva e a entrevista escrita, ou seja, a abordagem converge diretamente ao nosso *corpus* de estudo. Na entrevista televisiva, o telespectador tanto assiste à realização da entrevista pelo entrevistador e seu convidado em uma relação face a face, quanto à realização de uma interação midiática da qual ele é um dos atores. Com a entrevista impressa, o leitor encontra-se em uma posição diferente, o quadro midiático não é o mesmo da televisão. O leitor participa, em contrapartida, é a interação que o engaja, justamente como leitor, ao propósito jornalístico. Assim, somente uma interação realiza-se efetivamente, a interação midiática. Prossegue o autor dizendo que a entrevista transcrita é senão um traço da entrevista realmente realizada pelo entrevistador e seu convidado, decorrente das restrições que impõem uma seleção e uma reformulação dos conteúdos. Esse posicionamento não será aprofundado porque abre para questões que fogem aos propósitos de nossa investigação.

Os quadros abaixo sintetizam a dimensão interacional da entrevista televisiva em contraste com a entrevista na mídia impressa na perspectiva de Burger:

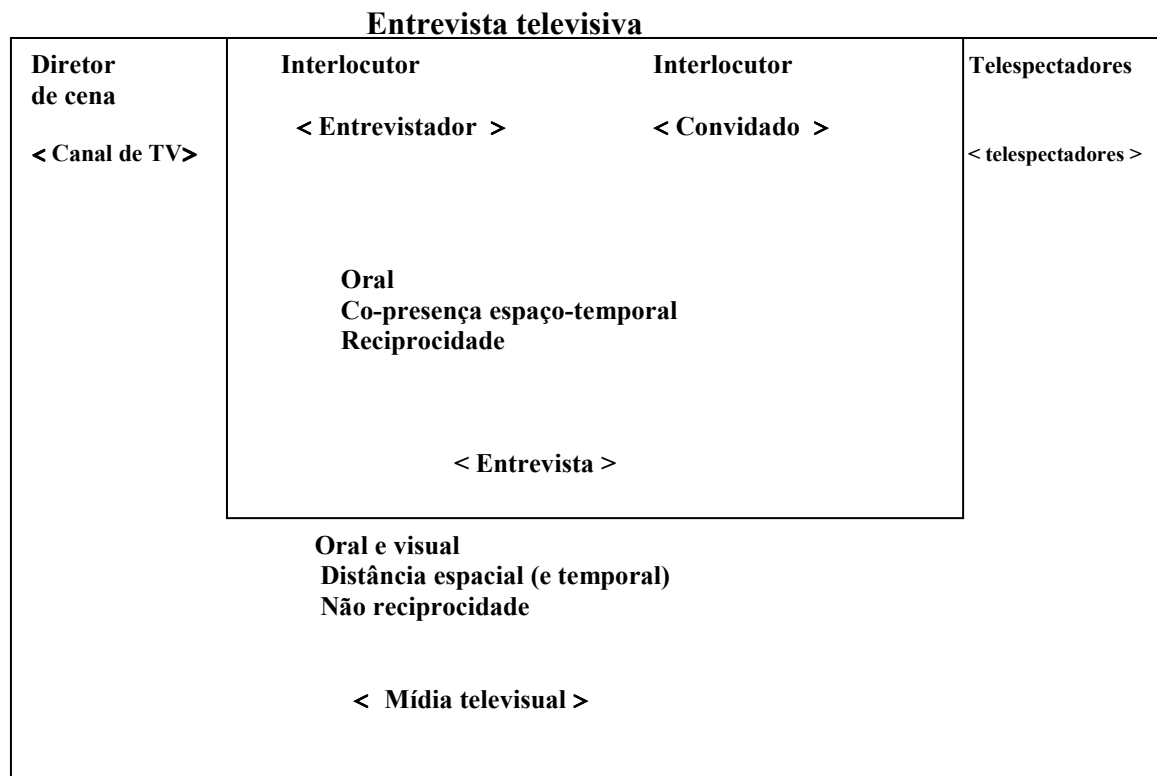


Fig. 03

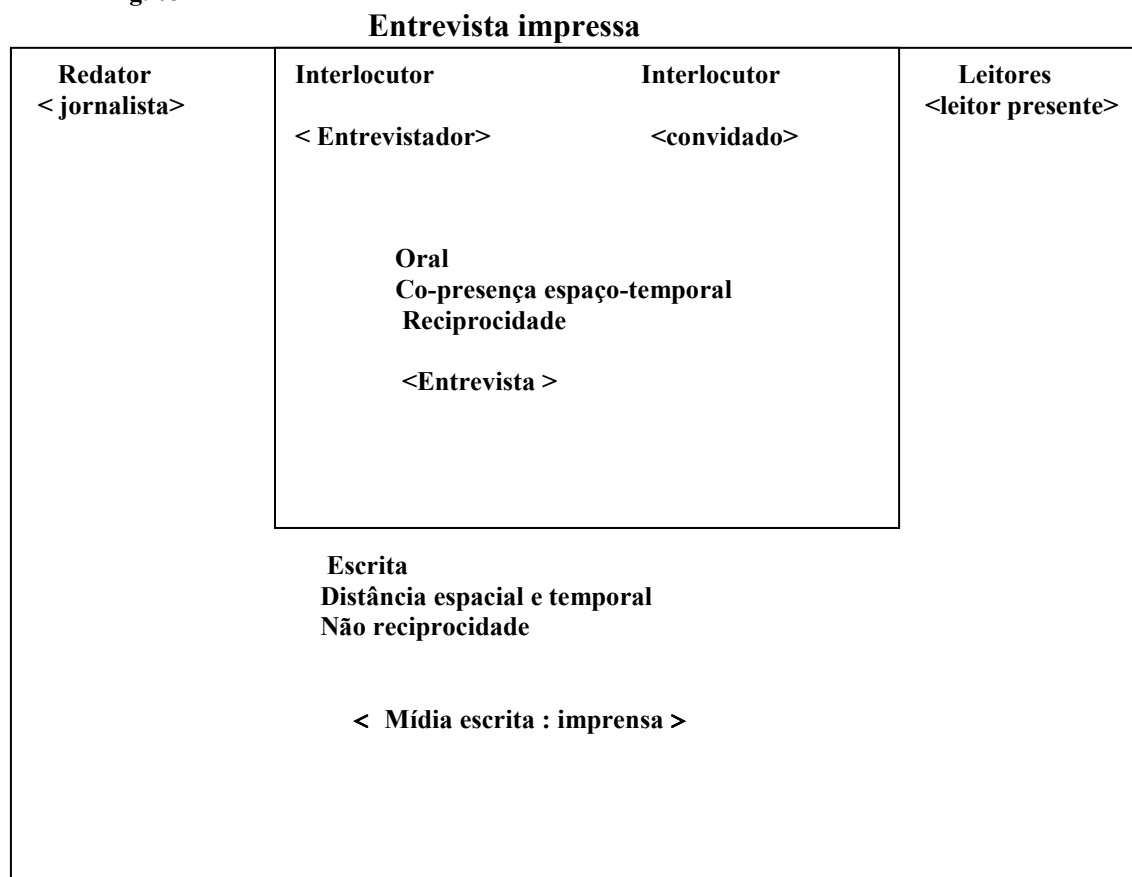


Fig. 04

A reflexão de Burger confirma a importância da situação interativa da entrevista, televisiva ou não, como objeto de estudo, pois se rompe, através dela, com o dialogismo estreito e alarga-se a circulação do dizer na sociedade, porque três diálogos se estabelecem como já destacamos: entrevistador – entrevistado; entrevistado – público (leitor, ouvinte telespectador); entrevistador – público (GRÜNIG & GRÜNIG, 1985, apud BARROS, 1991). A seção subsequente, tratará a entrevista enquanto dispositivo sócio-historicamente constituído.

2.5.3 Entrevista midiática

Nahoum (1958, apud Medina, 1995) classifica a entrevista em três troncos: recolher fatos (os propriamente ditos, como se entende na teoria do jornalismo⁴⁰, e sentimentos ou comportamentos tomados como fatos); informar; motivar; e salienta que, sendo a entrevista uma situação psicossocial complexa, as diferentes funções são dificilmente indissociáveis na prática profissional.

Já Morin (1973) distingue entrevista extensiva (com aplicação prévia de questionários) da entrevista intensiva (não-diretiva, aberta), destacando as possibilidades de enriquecimento informativo da segunda, tais como: o centro do diálogo se desloca para o entrevistado; há liberação e desbloqueamento na situação inter-humana que poderá fluir. No entanto reconhece que, ao fundar-se na palavra, a mais duvidosa e ricas das fontes, a entrevista corre o risco de dissimulação e fabulação. Afirmar ainda que as respostas sobre sexo, religião e política tenderão a fabuladoras e/ou dissimuladoras. Relativamente à política, as desconfianças

⁴⁰ Importa destacar que, segundo Medina (1985), é difícil estabelecer nítidas fronteiras entre entrevista jornalística e as técnicas das Ciências Sociais. A autora arrola algumas diferenciações, a saber: em uma pesquisa de campo, a técnica da amostragem é mais rigorosa; no jornalismo, o aleatório é o específico; o encaminhamento técnico do questionário nos processos extensivos e as rigorosas atitudes do entrevistador nos processos intensivos (psicanalíticos, por exemplo) exigem uma competência distinta do jornalista que se orienta numa técnica não-diretiva, dentro das leis que configuram o jornalismo: atualidade, universalidade, periodicidade e difusão.

emergirão de acordo com o regime do país (liberal ou não), ou segundo o caráter minoritário (subversivo ou não) das opiniões do entrevistado. Prossegue dizendo que, no que concerne às questões de opinião e de convicção, em geral, a motivação é obscura para o entrevistado ou mascarada por um sistema de racionalização. Segundo a situação social, histórica e psicológica, o clima e o caráter da entrevista, os entrevistados reagirão: com inibição e fuga (resposta lateral); timidez ou prudência (respostas polidas, supostamente agradáveis ao entrevistador); por mecanismos de atenção e desatenção (respostas pré-formuladas); pelas múltiplas tendências a racionalizar seu ponto de vista (justificação e legitimação aparentes); pelo exibicionismo e pelas tendências fundamentais de defender sua pessoa e a compor os x personagens em face do outro. Quanto ao entrevistador, prossegue Morin, deve ser simpático e tranquilizador e quanto mais importante for o entrevistado em termos de projeção social, mais pesará a personalidade do entrevistador.

O mesmo autor apresenta quatro tipos de entrevista:

- (i) entrevista-rito: obter uma palavra cuja importância advém de ser pronunciada *hic et nunc*: palavras de campeões no final dos jogos, um ator com o Oscar na mão. “As próprias palavras de entrevista-rito são rituais. Elas completam a cerimônia”.
- (ii) entrevista-anedótica: conversações frívolas, ineptas, complacentes; entrevistador e entrevistados permanecem fora de tudo o que pode comprometer.
- (iii) entrevista-diálogo: entrevistador e entrevistado colaboram para trazer à tona uma verdade relativa ao entrevistado ou a um problema.
- (iv) neoconfissões: o entrevistador apaga-se diante do entrevistado que efetua, deliberadamente, um mergulho interior. Alcança-se a entrevista em profundidade da psicologia social. Há uma ambivalência: a confissão pode ser

objeto de uma manipulação sensacionalista, mas também ir mais profundamente que todas as relações humanas superficiais e pobres.

Pode-se agrupar, segundo Medina (1985), as entrevistas em duas tendências: a de espetacularização e a de compreensão com seus respectivos subgêneros.

Subgênero da espetacularização:

- a. perfil pitoresco: caricatural do perfil humano; figuras proeminentes são retratadas, destacando-se os traços sensacionalistas;
- b. perfil inusitado: além da normalidade cotidiana, procura-se extrair a excentricidade, o exotismo;
- c. perfil da condenação: pautada, ideologicamente no maniqueísmo e julgamento apriorístico, trata o ser humano no reducionismo mocinho/bandido;
- d. perfil da ironia “intelectualizada”: mais sutil do que a anterior (c), extrai da pessoa uma forma de condenação, idéias e contribuições são ironicamente contestadas.

Subgênero da compreensão – aprofundamento:

- a. entrevista conceitual: o entrevistador busca bagagem informativa. O repórter é um especialista na técnica da reportagem, na qual a entrevista ocupa espaço privilegiado, procura, então, especialistas (filósofo, sociólogo, cientista etc), pois está interessado em conceitos;
- b. entrevista/enquete: o tema é fundamental e procura-se mais de uma fonte para depor em relação ao mesmo. Admite-se uma pauta ou questionários básicos, sendo aleatória a seleção das fontes;
- c. entrevista investigativa: investiga onde a informação não está ao acesso do jornalista. Os temas de repercussão pública (administração governamental,

gestão de dinheiro público, abusos de poder) são os preferidos deste tipo de investigação;

- d. confrontação - polemização: em temas polêmicos com ambigüidades e contradições, os veículos de comunicação apelam para o debate. Deve haver habilidade do jornalista mediador, instigador e investigador;
- e. perfil humanizado: diferentemente da espetacularização, a entrevista com finalidade de traçar um perfil humano não provoca gratuitamente para “condenar” ou glamorizar. Mergulha no outro para compreender seus conceitos, seus valores, comportamentos, histórico de vida.

1.2.5.3.1 O Programa Roda Viva

O programa de entrevistas Roda Viva da TV Cultura de São Paulo, *locus de* onde extraímos o *corpus* de nosso estudo, poderia enquadrar-se, a partir das categorizações apresentadas, como entrevista intensiva (não-diretiva, aberta) diálogo (MORIN, idem); de compreensão/aprofundamento com perfil humanizado (MEDINA, ib). O Roda Viva, em suas edições ao vivo, conta com a participação dos telespectadores. Durante o programa perguntas podem ser encaminhadas através de e-mail, telefone ou fax. Durante a transmissão, a editoria do programa coloca ao convidado um número limitado de questões, entretanto todas as mensagens são encaminhadas ao convidado para que este possa ter conhecimento amplo das questões levantadas pelo telespectador.

As três entrevistas que constituem o *corpus* de estudo apresentam as seguintes características:

- (i) FHC Presidente : entrevista realizada na biblioteca do Palácio da Alvorada em Brasília, sétima participação no Programa Roda Viva.

Jornalista-mediador: Matinas Suzuki (MS)

Jornalistas-entrevistadores: Eleonora de Lucena (EL), secretária de redação da Folha de São Paulo; Ricardo Noblat (RN), diretor de redação do Correio Braziliense; Fernando Mesquita (FM), diretor responsável do Jornal da Tarde; Augusto Nunes (AN), diretor de redação do Jornal Zero Hora; Marcos Nascimento (MN), diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo; Marcelo Pontes (MP), editor-chefe do Jornal do Brasil.

Data: 14/10/1996 – Programa especial comemorativo dos 10 anos do Roda Viva.

Difusão: Programa retransmitido por 150 emissoras de 21 estados e também pela Rádio Cultura AM da São Paulo.

(ii) FHC Candidato à Presidência da República: entrevista realizada nos estúdios da TV Cultura em São Paulo, sexta participação no Programa Roda Viva.

Jornalista-mediador: Heródoto Barbeiro (HB)

Jornalistas-entrevistadores: Fernando Mitre (FM), do Jornal da Tarde; Josemar Gimenes (JG), do jornal O Globo; Clóvis Rossi (CR), da Folha de S. Paulo; José Paulo Kupfer (JPK), do jornal Zero Hora; Rui Xavier (RX), do jornal O Estado de S. Paulo; Ibsen Spartacus (IS), do Jornal do Brasil.

Data: 21/07/1994 – Série especial de entrevistas com candidatos à presidência da República.

Difusão: não especificada

(iii) FHC Senador: entrevista realizada nos estúdios da TV Cultura em São Paulo, terceira participação no Programa Roda Viva.

Jornalista-mediador: Jorge Escosteguy (JE)

Jornalistas-entrevistadores: Carlos Tramontina (CT), da TV Globo; José Márcio Mendonça (JMM), do Jornal da Tarde; Carlos Alberto Sadenberg (CAS), do Jornal do Brasil; Clóvis Rossi (CR), da Folha de S. Paulo; Florestan Fernandes (FF), da TV Manchete; Roseli Tardelli (RT), da Rádio Eldorado AM; José Carlos Bardawil (JCB), da revista Isto É/Senhor.

Data: 11/03/91

Difusão não especificada

Na seqüência, apresentamos fragmento do espelho da entrevista FHC, figura 05, (espelho na íntegra em anexo) para observação do funcionamento da entrevista pela tomada e/ou disputa de turno de fala pelo entrevistador-mediador (HB), demais entrevistadores e pelo entrevistado. A notação permite constatar, no desenvolvimento da mesma, que a linearidade inicial, desencadeada pela troca entre entrevistador-mediador e entrevistado, logo verticaliza-se pela sobreposição de vozes, marcando disputa de turno. Até o intervalo, o entrevistador-mediador assume o turno de fala 20 vezes, e mais 14 até o final. A participação dos entrevistadores é desigual. O entrevistador JPK, por exemplo, tem uma participação massiva, aparece assumindo ou disputando o turno de fala 37 vezes, enquanto o entrevistador JG, por exemplo, participa apenas uma vez. Conclui-se, assim, que a condução pelo mediador não é rigorosa na distribuição dos turnos, permitindo que a disputa pelo turno definisse as participações. Também o entrevistado aparece disputando o turno ou antecipando sua participação pela sobreposição de voz.

Espelho da entrevista de FHC, candidato à presidência

HB FHC HB FHC * HB IS FHC JPK
FHC

FHC FM FHC FM JPK * CR HB FHC
JPK FHC FHC * FHC
* JPK FM HB
FM JPK
FHC

RX FHC HB FHC HB JG FHC FHC HB
JPK JPK
* JG

JPK FHC JPK FHC JPK FHC JPK FHC FHC
FHC FHC FHC JPK HB
*

Legenda

FHC	HB	IS	JPK	FM	CR	JG	RX
Fernando Henrique Cardoso	Heródoto Barbeiro	Ibsen Spartacus (Jornal do Brasil)	José Paulo Kupfer (Zero Hora)	Fernando Miltre (Jornal da Tarde)	Clóvis Rossi (Folha de São Paulo)	Josemar Gimenes (O Globo)	Rui Xavier (Estado de São Paulo)

Destacamos, a seguir, as seguintes considerações da elaboração teórica elaborada por Charaudeau para observação de nosso *corpus*:

- Sendo o sujeito uma abstração, sede da produção/interpretação da significação, que se especifica de acordo com os lugares que ocupa no ato linguageiro, qual seria a interferência do estatuto social no dito processo de especificação?
- Charaudeau assume que posições e funções não são completamente determinantes quanto aos comportamentos a ter no plano linguageiro. Haveria, então, algum grau de determinação? De que modo? Dados podem corroborar tal posição?
- Ainda, a relação entre sujeito comunicante (Euc) e o sujeito interpretante (Tui), implicados no jogo proposto por uma relação contratual, não se baseia nos estatutos sociais dos parceiros, uma vez que ela depende do “desafio” construído no e pelo ato de linguagem que contém a expectativa de ser bem sucedido ou não. Que peso teria tal estatuto na construção do desafio, uma vez que o papel social e, conseqüentemente, o papel linguageiro engendram-se a partir dos estatutos?
- Há situações em que os estatutos dos parceiros não dependem das categorias profissionais, mas no caso da entrevista com o principal mandatário do país? No *corpus* deste estudo especificamente, qual seria a

interferência do estatuto social superior no jogo proposto pela relação contratual?

- Como se constitui tal estatuto de competência?

As indagações acima arroladas serão discutidas no capítulo III, intitulado Da emergência das identidades comunicacionais à luz da semiolinguística.

CAPÍTULO II

DA PROPOSTA DE ANÁLISE DA CRÍTICA COMO ATO DE FALA

A intervenção na realidade através do exercício da crítica, na maioria das vezes, constitui um foco de tensão. A explicitação da tessitura desses objetos construídos socialmente pode mostrar como se dá a conversão de palavras em ações, fato que constitui o centro da TAF e também pode levar-nos a entender aspectos da realidade social através dos estados de coisas transformados em alvo de avaliação por falantes concretos, em suas trocas lingüísticas reais. Os objetos discursivos com formato de crítica, de acordo com os parâmetros desenvolvidos pela teoria são realizados com sucesso quando um locutor julga, como modo negativo, mau, injusto, ineficiente, o estado de coisas reportado como verdadeiro, o qual está representado no conteúdo proposicional, com a exigência de conhecimento, de fato, por esse mesmo locutor, desse estado de coisas reportado, e compatibilidade entre a crença neste estado e o modo de realização, o julgamento efetuado. Para fins de análise, os atos assertivos de crítica retirados do *corpus* foram agrupados em diferentes classes, observando o critério de similitude do estado de coisas reportado, ou seja, tendo em vista o alvo sobre o qual incide um julgamento de caráter negativo. Sobre eles estão projetados os componentes definidores da força assertiva: o ponto ilocucionário, o modo de realização, condições sobre o conteúdo proposicional, condições preparatórias e de sinceridade, cuja realização conjunta mostrará a tessitura, objetivo dessa tese. Essa etapa preliminar da análise, permitiu-nos a seguinte divisão de classes. Vejamos:

Classe I - política partidária nacional (entrevista Senador - SE 1)

Classe II - Governo Collor (entrevista Senador - SE 2)

Classe III - situação discursiva: Classe III A (entrevista como candidato CAN 1)

Classe III B (entrevista presidente PRE)

Classe IV - formação de governos no Brasil (entrevista Candidato - CAN 2)

2.1 Análise das críticas

2.1.1 Análise da Classe I

Na entrevista com o Senador, os fundamentos da avaliação política contrária ao PSDB constituem o estado de coisas dos três atos agrupados na Classe I, em que se estabelece um contraponto entre o PSDB e os “outros” que não são PSDB. Vejamos os atos:

Jornalista JCB (...) *O PSDB é a favor, é contra, critica, não critica, qual é a crítica que ele tem em relação ao governo Collor? Se é que tem. Ou quer simplesmente aderir? (p.177) Mas, qual é, afinal, a posição do PSDB? (p. 179)*

(1)(...) Aqui no Brasil se confundem as coisas, é um pouco uma coisa do Fla Flu, está de um lado ou do outro. E o Brasil não existe? E o povo não existe? O interesse do povo não existe? Da população, do país? Então nós pensamos em termos do interesse da população e do país. Não ficamos de estilingue na mão estilingando com o presidente da República (...) (p.180)

Jornalista CR: *O Zé Simão, crítico da Folha, na sua coluna de domingo, mudou o nome do PSDB para PSDepende, e a primeira palavra que o senhor falou nesse programa foi exatamente depende, quando lhe perguntaram sobre o PSDB. O que acontece com a retórica do PSDB? Eu queria entender qual é a dificuldade de comunicação dos tão brilhante quadros que o partido têm, tribunos excepcionais, professores da melhor qualidade(...) O que acontece com a retórica do PSDB? (p.184)*

(2) Simplesmente o seguinte: é que vocês estão habituados a um raciocínio binário do sim ou do não, que é um raciocínio pobre, é um raciocínio pobre. Cara ou coroa. E nós não somos esse raciocínio pobre.(p.184)

Jornalista JCB : () *Senador, essa indecisão* () (p.189)

(3) Não é indecisão, nenhuma, veja você. Estão transformando seriedade em indecisão, respeito à opinião da diversidade em indecisão.(...) Isso, desculpe, é meramente (), não é certo. (p. 189)

Em (1), os advérbios locativos genéricos “aqui” e “no Brasil” acentuam a extensão e o caráter asseverativo da apreciação negativa, realizada através da forma verbal simples no presente durativo “confundem”. O binarismo reducionista dos outros, “uma coisa de Fla-Flu”, contrapõe-se à posição do PSDB, a qual é explicitada após uma sequência de atos diretivos no formato de pergunta: “E o Brasil não existe? E o interesse do povo não existe? Da população, do país?” Há, pois, uma correlação de crítica aos outros e elogio ao PSDB, este último construído também através da forma simples do presente em seu aspecto durativo: “nós pensamos em termos do interesse da população e do país.” O caráter de permanência das formas verbais utilizadas mostra a crença do locutor de que, aqui no Brasil, os outros sempre confundem, diferentemente do PSDB que sempre pensa no interesse do país. Hierarquiza-se, assim, a relação intersubjetiva, com o PSDB assumindo uma posição superior em relação aos outros. Com relação às condições preparatórias, podemos considerar que o enunciado “Então nós pensamos em termos de interesse da população”, como uma explicitação dos pressupostos ditados pelo estatuto social do locutor. Importa também destacar, da relação pergunta/resposta, em que se espera o atendimento, mesmo minimamente, do proposto pela pergunta, a estratégia do locutor que assume o perlocucional ao invés do ilocucional, reagindo à insinuação de indecisão do PSDB veiculada pela pergunta.

Em (2), o julgamento negativo dirige-se a um alocutário, através da forma elocutiva “vocês”. O caráter amplamente genérico veiculado em (1), “Aqui no Brasil se confundem as coisas”, modifica-se. Os representantes da mídia presentes são desqualificados porque “estão

habituaados a um raciocínio binário do sim e do não, que é um raciocínio pobre”. O locutor utiliza, em relação aos interlocutores, a perífrase verbal (estar + participio) no presente habitual/iterativo e o presente durativo em relação ao PSDB, “nós não somos esse raciocínio pobre”, estabelecendo, pois, um contraste entre universos, ou seja, um raciocínio habitualmente pobre versus um raciocínio essencialmente não pobre ou complexo do PSDB, um estado de crença em que o locutor rejeita o primeiro e mostra sua adesão ao segundo. Do advérbio asseverativo⁴¹ “simplesmente” inferem-se as condições preparatórias do locutor, isto é, o predicador assertivo “eu sei [com certeza]”. Destacamos, como no comentário anterior, a ação do locutor incidindo sobre a enunciação⁴², de onde deriva o perlocucional, em detrimento do posto no plano locucional-ilocucional.

Também em (3), a força assertiva realiza-se reportando a questão partidária. O locutor repete o que realizou em (2), ou seja, constrói uma crítica à crítica que classifica o PSDB como indeciso. Contrapõe os itens lexicais “seriedade” e “respeito à opinião da diversidade”, referentes ao PSDB, e o item “indecisão”, resultado da ação genérica e continuada dos críticos, através da perífrase iterativa “estão transformando”. O julgamento negativo sintetiza-se na proposição “isso não é certo”. As condições preparatórias, novamente, são inferidas do estatuto do locutor como Senador da República, já mencionado anteriormente. Ao reiterar este formato, desqualificando as avaliações sobre o partido, o locutor mostra sua adesão e sua aprovação à representação ideológica do partido: a “seriedade” e o “respeito à opinião da diversidade”.

Em síntese, pode-se observar, no quadro subsequente, a tessitura dos atos (1), (2) e (3) que compõem a Classe I:

⁴¹ Estamos apropriando-nos da nomenclatura utilizada por Castilho e Castilho (1993): asseverativos (realmente, absolutamente, sem dúvida ...).

⁴² O teor interativo da pergunta, do qual se extrai a “questão da indecisão do PSDB” como um efeito perlocucional, será discutido posteriormente.

Quadro sinóptico 1

Componentes da força Illocucionária	Trechos da fala		
	(1)	(2)	(3)
π ponto de realização (assertivo) (estado de coisas reportado como verdadeiro).	O PSDB e os outros	O PSDB e os outros	O PSDB e os outros
μ modo de realização (crítica) (julgamento negativo do estado de coisas).	“Aqui no Brasil se confundem as coisas é um pouco uma coisa de Fla Flu, está de um lado ou do outro”.	“(…) é que vocês estão habituados a um raciocínio binário do sim ou do não, que é um raciocínio pobre, é um raciocínio pobre”.	“Estão transformando seriedade em indecisão, respeito à opinião da diversidade em indecisão. Isso (...) não é certo”.
θ condições sobre o conteúdo proposicional (representação do estado de coisas já existente como verdadeiro).	Forma verbal no presente simples, aspecto durativo.	Forma verbal no presente habitual e presente simples durativo.	Forma no presente simples habitual e presente simples durativo.
Σ condições preparatórias (conhecimento do locutor sobre o estado de coisas reportado).	“Então nós pensamos em termos do interesse da população”.	“e nós não somos esse raciocínio pobre”.	Não estão explicitadas. Podem ser inferidas do estatuto de senador e líder do PSDB do locutor.
Ψ condições de sinceridade (crença do locutor no estado de coisas / intenção de fazer o julgamento).	Compatibilidade estado mental/crença contrária/julgamento sincero.	Compatibilidade estado mental/crença contrária/julgamento sincero.	Compatibilidade estado mental/crença contrária/julgamento sincero.

Fig. 06

Dos atos agrupados acima, depreendem-se:

a. Marcas de subjetivação ou impessoalidade:

- em (1), o locutor marca-se pela primeira pessoa do plural “nós”, com o valor de “membros do PSDB”,⁴³ com relação ao alocutário, há indeterminação através do emprego da forma verbal na 3ª pessoa do plural, “se confundem”;

⁴³ Há, segundo Fiorin (1996), três nós: um nós inclusivo que é dêitico, em que ao eu se acrescenta um tu (singular ou plural); um nós exclusivo, em que ao eu se juntam ele ou eles (nesse caso, o texto deve estabelecer que sintagma nominal o ele presente no nós substitui) e um nós misto, em que ao eu se acresce tu (singular ou plural) e ele(s).

- em (2), o locutor apresenta-se através da 1ª pessoa do plural, do nós exclusivo, como em (1); o alocutário é explicitado pelo pronome “vocês”, que abrange, de modo genérico, os representantes da mídia;
- em (3), duas marcações são observadas, há pessoalidade através do pronome “você” com relação ao alocutário/entrevistador; e ausência de pessoalidade pela forma verbal na terceira pessoa do plural, “estão transformando”.

A subjetivação, na realização dos atos pelo locutor, deu-se através de um “nós” exclusivo para: (i) um “você”, reconhecido como um interlocutor especificado, no caso, um alocutário presente; (ii) um “vocês”, em que ao “tu” se juntam ele ou eles, mais genérico, portanto. Assim, a tensão criada pela realização dos atos de crítica deve ser direcionada, estrategicamente, para esse “nós” exclusivo, de certa forma esvaziado de pessoalização, correspondendo a “membros do PSDB”.

b. Expressão da temporalidade

Na Teoria, sobre a realização verbal, incide uma forte restrição, tendo em vista a direção de ajustamento palavra-mundo ou palavra-às-coisas, concernente à força ilocucionária assertiva, ou seja, as palavras ajustam-se a um mundo já existente, cuja criação independe do instante da enunciação. Os estados de coisas avaliados já existem, registrados na memória do locutor. Uma crítica tem como alvo algo já existente, ou tido como existente pelo locutor. O ato, portanto, que se reporta a estes alvos, deve realizar-se no passado ou no presente. Observamos, nas realizações concretas a partir do *corpus* que a marcação deu-se em função do marco temporal da enunciação, realizando-se no presente, correspondendo à direção de

ajustamento palavra-às-coisas. Assim, em (1), (...) se confundem as coisas, é um pouco (...); em (2) (...) estão habituados a (...), em (3), Estão transformando (...).

c. Modo de realização.

A crítica resulta, com base na Teoria, do julgamento pelo locutor de um estado de coisas, que tem sido denominado por nós como “alvo”, o qual será considerado como: negativo, mau, injusto, ineficiente, errado, entre outros. Diferentes termos podem ser utilizados na realização do julgamento. Observemos como se dá avaliação depreciativa, quais termos são utilizados na realização da crítica:

- em (1), a partir das propriedades lexicais do verbo “confundir, “misturar uma coisa com a outra, reunir”;
- em (2), a crítica concentra-se no sintagma nominal: “raciocínio binário”, e no item lexical “pobre”;
- em (3), o item desencadeador do julgamento é o verbo “transformar” e os itens lexicais usados em contraste: “seriedade”, “indecisão”, e o sintagma nominal “respeito à opinião da diversidade “também contrastando como “indecisão”.

Assim, temos, nos atos observados, realizações críticas construídas a partir de itens lexicais pontuais: verbo com valor semântico negativo, adjetivação também com traço negativo, nomes com traços negativos em oposição a nomes com traços positivos.

d- Condições preparatórias

A Teoria define este componente como uma espécie de base de sustentação que, mesmo não se marcando materialmente de modo convencional, ou seja, materializando-se

lingüísticamente, descreve o papel relativo aos interlocutores. Em uma realização crítica não-defectiva, por exemplo, o locutor deve ter conhecimento, de fato, sobre o alvo sobre o qual incide sua apreciação. Essas condições podem ser explicitadas pelo locutor, ou inferidas do estatuto social do mesmo. Nos atos da Classe I, em (1) e (2) as condições preparatórias foram explicitadas, ou seja, locutor as materializou. O estatuto de senador deu sustentação à exigência de conhecimento na realização da crítica, marcando-se através de um “nós” exclusivo, com o valor de “membros do PSDB”.

e- Condições de sinceridade

O componente condições de sinceridade, que contempla o aspecto crença/intenção, indica uma compatibilidade do estado mental com o modo de realização e é de natureza complexa, embora possamos assumir as atitudes proposicionais como um indicativo das condições de sinceridade. Há dificuldades operacionais, mesmo em um rico *corpus* de práticas de linguagem concretas, em se buscar vestígios de sinceridade ou de ausência de sinceridade. Em uma especificação, relativamente ao ato de crítica, poderíamos dizer que, neste formato, há uma contrariedade, ou uma crença ⁴⁴diferente que afasta o locutor da posição criticada no modo de realização. Uma crítica será considerada sincera, se a posição do locutor for diferente em relação ao julgado como negativo. A tensão provocada pela apreciação negativa tanto pode limitar sua frequência quanto impor uma crença verdadeira e/ou sincera relativamente ao estado de coisas julgado. Também de natureza complexa, poderíamos pensar, quem sabe como um acréscimo à Teoria, em termos de decurso, de duração interna, de aspecto verbal. As diferenciações aspectuais que acontecem, se não revelam, podem apontar características da crença do locutor relativamente ao alvo julgado,

⁴⁴ A concepção de intencionalidade como direcionalidade (Searle, 1995) pode fundamentar a posição acima assumida: se eu tiver uma crença deve ser crença de determinada coisa, desse ou daquele modo.

isto é, o estado de coisas julgado como negativo pode ser considerado, por exemplo, durativo, isto é, com uma duração ilimitada, ou intermitente, habitual. Vejamos;

- em (1), para o locutor, a oposição confunde as coisas sempre, destacando o caráter de duração;
- em (2), os representantes da mídia estão habituados a um raciocínio binário, emergindo a iteratividade;
- em (3), uma não-pessoa (marca da impessoalização) está transformando seriedade em indecisão. Haveria, nestes termos, um precisamento da crença contrária expressa no julgamento pelo locutor.

Dando seqüência ao estudo da tessitura dos atos assertivos de crítica, averiguaremos o conjunto de atos que compõe a Classe II.

2.1.2. Análise da Classe II

Na entrevista como senador, o governo Collor constitui o estado de coisas, o alvo sobre o qual incide um julgamento negativo por parte do locutor em (1), (2), (3) e (4). Observemos:

Jornalista JCB: *Todo mundo fala em entendimento, quais são os pontos concretos que o PMDB, o PSDB quer para entrar nesse pacto?* (p.181)

(1) (...). Não se discute aqui se o presidente tem ou não legitimidade para baixar uma medida provisória, ele tem, a Constituição permite. Mas acontece que, quando, isso rouba a agenda do Legislativo. Quem faz a agenda hoje é só o Executivo. Porque a cada momento que ele vem com uma agenda nova de trinta dias e nós não fazemos outra coisa a não ser dizer amém ou dizer não àquela medida.(...) (p.181)

(2) (...) E o outro, é que nós não concordamos com a questão relativa à recessão como quase um objetivo. Nós já estamos em 4,8 negativos do PIB, 6 vírgula qualquer coisa, per capita, no ano passado, o país não suporta isso, isso é desemprego, então nossa política econômica choca, colide com a política econômica que está proposta aí. Não é, não é uma discordância menor, é uma discordância importante, fundamental.

(3)(...) e o governo atual está muito mole nesta matéria, em educação, praticamente nada, a não ser declaração, uma ou outra, em matéria relativa à questão da própria previdência, se fala sempre do buraco da previdência, eu já não sei o que é isso, e não se define, não se define a questão das aposentadorias, de elevar o nível mínimo de aposentadoria, não se define nada com relação a uma política mais consistente de (habitação), e por aí vai. (p.183)

Jornalista CR: *Espera um pouquinho, o senhor mencionou aí além de sustar as medidas provisórias, discussão nacional, o senhor havia mencionado que o PSDB foi pra oposição porque a base de sustentação do presidente da República era contrária ao partido, claro, vamos dizer, claramente fisiológica, a direita, etc e tal. Esta base não mudou, ou contrário () por que reabrir o debate, então? Se na medida que havia sido encerrado com uma nota oficial da executiva da qual ()* (p.190)

(4) (...) Collor, do jeito que ele está, ele está isolado, o seu propósito inicial que foi combater a inflação foi frustrado pela incapacidade dos planos de resolverem a questão da inflação, e ele foi julgado, semanalmente, pela sua má, mau desempenho na questão inflacionária, os avanços que ele pretendeu fazer, e alguns ele fez, não foram tomados em consideração pela opinião pública, exatamente, porque tudo ficou em torno da inflação.(p.191)

Em (1), a apreciação negativa incide sobre a questão do uso excessivo das medidas provisórias pelo governo Collor, redundando na ingerência do Executivo sobre o Legislativo. Tal apreciação materializa-se nas proposições: “isso rouba a agenda do legislativo”, “quem

faz a agenda hoje é só o Executivo”. O caráter habitual/iterativo da ação que move a crítica explicita-se em: “a cada momento que ele vem com uma agenda nova de trinta dias...” O conhecimento do locutor sobre o estado de coisas apóia-se na menção feita sobre a Constituição e na forma elocutiva na primeira pessoa do plural, marcando posição como membro do Legislativo: “e nós não fazemos outra coisa a não ser dizer amém ou dizer não àquela medida”. O locutor mostra que sua crença é contrária ao que é praticado pelo Executivo sobre o Legislativo.

Em (2), a recessão, enquanto estratégia na condução da política econômica do governo Collor, é avaliada de modo negativo nas formas simples do presente: “nós não concordamos”, “o país não suporta isso, isso é desemprego”. A contraposição do locutor, que se representa através da 1^a.pessoa do plural, um nós com valor exclusivo (eu mais eles), sintetiza-se na proposição construída no presente durativo, com dupla adjetivação: “é uma discordância importante, fundamental”. O conhecimento do locutor sobre o estado de coisas reportado explicita-se em dados estatísticos: “nós já estamos em 4,8 negativos do PIB, 6 vírgula qualquer coisa, per capita, no ano passado...”, do qual infere-se o universo epistêmico: Sei [com certeza], posso, portanto, julgar. Da mesma forma, extrai-se do julgamento a condição de sinceridade (crença, intenção) por parte do locutor.

Em (3), um incisivo julgamento recai sobre as políticas sociais do governo Collor, expresso através de adjetivação intensificada: “e o governo atual está muito mole nesta matéria”. As condições preparatórias, ou seja, o conhecimento do locutor sobre o estado de coisas como alvo, mostram-se através do elencamento das áreas de educação, Previdência, Habitação, que sofrem uma avaliação específica, assim expressa: “em Educação, praticamente nada”; “na Previdência, não se define a questão das aposentadorias”; “na Habitação, não se define uma política consistente”. Pode-se inferir da desaprovação, da qual destaca-se o escopo

sentencial negativo representado pelo pronome indefinido “nada”, que se espraia com a proposição iterativa “e por aí vai”, a crença oposta do locutor.

A apreciação negativa sobre o governo Collor em (4) expressa-se através da proposição “está isolado”, cujo caráter resultativo observa-se no elencamento das proposições: “o seu propósito inicial (...) foi frustrado pela incapacidade dos planos de resolverem a questão da inflação; e ele foi julgado, semanalmente, pelo mau desempenho na questão inflacionária”. Tais proposições também alicerçam o conhecimento do locutor sobre o estado de coisas reportado, bem como sua crença e intenção de realizar um julgamento negativo.

O quadro abaixo apresenta, em síntese, o modo como os atos (1), (2), (3) e (4) da Classe II atenderam as condições para a sua existência:

Quadro sinóptico 2

Componentes da força ilocucionária	Trechos da fala			
	(1)	(2)	(3)	(4)
π ponto de realização (assertivo) (estado de coisas reportado como verdadeiro).	Governo Collor	Governo Collor	Governo Collor	Governo Collor
μ modo de realização (crítica) (julgamento negativo do estado de coisas).	“Isso rouba a agenda. Quem faz a agenda é o Executivo”.	“nós não concordamos com a questão relativa à recessão como quase um objetivo”, “isso é desemprego”.	“e o governo atual está muito mole”.	“Está isolado”; “pela incapacidade dos planos (...), mau desempenho na questão inflacionária”.
θ condições sobre o conteúdo proposicional (representação do estado de coisas já existente como verdadeiro).	Forma verbal no presente	Forma verbal no presente	Forma verbal no presente	Forma verbal no presente
Σ condições preparatórias (conhecimento do locutor sobre o estado de coisas reportado).	Explicitado pela menção à Constituição e pela ação como membro do Legislativo.	Explicitado através dos dados estatísticos: “4,8 negativos do PIB...”.	Explicitado pelo elencamento de áreas com julgamento específico.	Explicitado através das causas do isolamento de Collor.
Ψ condições de sinceridade (crença do locutor no estado de coisas/intenção de fazer o julgamento).	Crença contrária: o uso das medidas provisórias não deve ser excessivo.	Explicitada: “nossa política econômica choca, colide com a política econômica que está proposta aí”.	Crença oposta ao elencado como negativo acima.	Crença no fracasso do governo Collor com relação à questão inflacionária.

Fig. 07

Contrastando as formas de realização acima, observamos:

a. Marcas de subjetivação ou impessoalidade:

- em (1), o locutor aparece na 1ª pessoa do plural, um nós exclusivo, com valor de eu mais eles, os membros do Congresso Nacional;
- em (2), a pessoalização marca-se através de um nós exclusivo, agora com o valor de eu mais eles, os membros do PSDB. O uso desse nós exclusivo apresenta uma restrição com relação ao anterior, abarcando apenas os membros do partido tucano.
- em (3), o locutor explicita-se na 1ª pessoa do singular;
- em (4), a subjetivação não está explicitada.

As marcas preponderantes de subjetivação caracterizam a responsabilidade do locutor na realização da apreciação crítica, no entanto, em função desse nós exclusivo, eu mais eles, os membros do PSDB, temos uma responsabilidade partilhada, plural, que fortalece a posição do locutor em sua relação com os alocutários.

b. Modo de realização

Observemos, na construção dos atos críticos, as escolhas lingüísticas feitas pelo locutor para a realização dos mesmos :

- em (1), a apreciação crítica realiza-se pelo valor atribuído ao verbo “roubar”, “assenhorear-se fraudulentamente de (algo); apropriar-se de”, associado ao sintagma nominal “agenda do Legislativo”;
- em (2), o julgamento negativo concentra-se nos itens lexicais: “recessão, desemprego”;

- em (3), o adjetivo qualificador intensificado “muito mole” define o julgamento negativo;
- em (4), ao adjetivo qualificador “isolado” associam-se os sintagmas “incapacidade dos planos” e “mau desempenho”.

As apreciações apoiaram-se em itens, cuja realização expressou a negatividade do julgamento pelo locutor.

c. Expressão de temporalidade

Os atos agrupados na Classe II reportaram-se a um alvo já existente e fizeram-no utilizando as formas verbais no presente, a saber: *rouba, faz* em (1); *é* em (2); *está* em (3) e (4). Houve, assim, uma especificação da questão temporal da força assertiva na direção de ajustamento palavras-às-coisas, com o locutor reportando algo já acontecido e marcando-se, relativamente, ao momento da enunciação.

d. Explicitação das condições preparatórias

O locutor, nos atos realizados na entrevista como senador e agrupados na Classe II, tornou explícitas as suas condições preparatórias, fazendo menção à Constituição, em (1); utilizando dados estatísticos relativos ao PIB nacional, em (2); elencando áreas específicas da estrutura governamental, em (3); e em (4), fazendo menção aos planos econômicos do Governo Collor. Tais atos adquirem assim, através da explicitação do preenchimento das condições, densidade de atos legítimos de autoridade.

e. Condições de sinceridade

A categoria acima está sendo vista por nós nesta análise, enquanto crença contrária ao que é avaliado pelo locutor como negativo. Não faremos um detalhamento dessas “crenças”, apenas apontaremos as realizações. Destacamos, no entanto, que este parâmetro da Teoria permite uma rica incursão no terreno das formações discursivas e da interdiscursividade.

- em (1), para o locutor, as medidas provisórias previstas na Constituição não devem ter uso excessivo;
- em (2), expressa adesão à política econômica do PSDB;
- em (3), mostra sua crença, ao apontar áreas governamentais prioritárias e gestões necessárias;
- em (4), há uma realização diferente, o locutor apenas aponta o fracasso do governo Collor no combate à inflação como base de seu julgamento,

Podemos observar do apreendido que os parâmetros desenvolvidos pela teoria têm sido satisfatórios na explicitação da tessitura do ato assertivo de crítica. Vejamos, na seqüência, como se constroem os atos agrupados na Classe III.

2.3. Análise da Classe III

A situação discursiva, ou metadiscursiva, mostrou-se um estado de coisas mais produtivo, um alvo recorrente na apreciação pelo locutor. Na entrevista como Senador e candidato à Presidência da República foram extraídos quatro atos e, na entrevista como Presidente, outros quatro. Faremos uma divisão preliminar dos atos, aqueles realizados na entrevista como Senador e candidato compõem a Classe III A e a Classe III B abrigará os realizados na entrevista como Presidente. No desenvolvimento, iremos reuni-los e contrastá-los. Observaremos, primeiramente, os atos da Classe III A, cujas transcrições seguem abaixo:

2.1.3.1 Análise da Classe III A

Jornalista CR: *O Zé Simão, crítico da Folha, na sua coluna de Domingo mudou o nome do PSDB para PSDepende. e a primeira palavra que o senhor falou nesse programa foi exatamente depende, quando lhe perguntaram a respeito do PSDB. (...) E dum programa do Jô Soares, por exemplo, com o professor Jaguaribe que (passou) muitos meses atrás, em que foi feita esta pergunta do depende, ele respondeu: Depende da dependabilidade da pergunta. O que acontece com a retórica do PSDB?(p.184)*

(1) (...) Agora, quem usou essa ‘expressão’ depende fui eu mesmo, numa entrevista que dei à Folha. Só que eu dei num contexto mais intelectualizado, não foi nem o repórter, mas a manchete foi: Para o PSDB, tudo depende. Olha, é fácil. Se a gente quiser realmente transformar tudo num raciocínio pobre, quem faz isso ganha, mas só que não é sério.(p.185)

Jornalista JPK: *Começar com a moeda em primeiro de janeiro? (p.251)*
Sem a URV, ministro? (p.251) Mas não é público isso? (p.252)
É a primeira vez que o (senhor) está contando isso? (p.252)

(2) Agora, tudo é feito com muita motivação e seriedade, não é pra ser candidato. Isso é pobre. (p.253)

Jornalista CR: *Eu queria saber o seguinte: não é inquietante um homem público demorar tanto tempo, e estou falando 30 anos, pra descobrir que escolhia, escolhia os aliados errados? Ainda mais que o senhor certamente, ou muito provavelmente, pra mim não terá 30 anos na presidência pra corrigir eventuais erros de escolha desse gênero (p.259)*

(3) (...) Se fosse tudo que você disse a premissa fosse certa a resposta estava contida nelas, não é? Então, não tinha nem o que responder, só que não é assim. O que que não é assim? Não é que eu, eu não estava errado, eu estava certo. Agora, ou a gente entende e que tanto a história muda quanto as pessoas mudam nas circunstâncias ou

não se entende de política. Se entende de teologia, de dogmática, daí você julga, faz a soma, esse é bom, esse é ruim. Foi bom no passado, vai ser bom no futuro. Não é assim que se faz política (...) (p. 260).

Jornalista JPK: *Por que o senhor mandou esquecer tudo o que havia escrito? (p.261)*

Jornalista- mediador HB: *Senador, é bom o senhor repetir, porque (tem tido) perguntas nesse sentido. O senhor Luís Carlos Simões, do Itaim fez exatamente essa pergunta, então é bom o senhor repetir. (p.262)*

(4) (...) Mas eu já disse um milhão de vezes que nunca disse isso. Já escrevi que nunca disse isso e desafio quem diga a quem eu disse isso e quando e como. Nunca disse. Isso é um absurdo. Então, eu repito, essa frase: esqueçam tudo o que eu escrevi, é simples, uma, sabe o papel da infâmia na política? É uma infâmia. A quem eu disse isso? Quando? Já perguntei sempre. Em que circunstâncias? Nunca disse isso. Nunca disse. (p.262)

Jornalista JPK: *Que é que o senhor disse afinal? (p.263)*

(4) Eu estava tentando explicar ao rapaz de onde é que alguém, podia ter tirado isso. Eu digo, olha aqui, eu estava na reunião, logo quando eu era ministro da Fazenda eu creio e, da Gazeta Mercantil e estava presente o Celso Lafer, que como eu é intelectual, escreveu livros, alguém perguntou uma coisa e eu disse ao Celso: olha, Celso, a gente escreveu tanta coisa, então é cobrado sempre pelo que escreveu. Essa foi a frase. Daí a sair uma versão de terceira mão. Agora, a imprensa, me desculpe, tem o hábito de botar entre aspas. Não ouviram de mim, aspas a gente põe quando cita por escrito. Não ouviram, põem aspas e você vai fazer o quê? Nada.

(...)

Não, eu que disse ao menino isso, à Folha. Eu contei de onde é que poderia sair, de alguém que não assistiu, disse outra coisa. Eu disse outra coisa, eu já expliquei isso um milhão de vezes. Mas, é a mesma história, quando a gente julga dogmaticamente as coisas não têm (...) (p.263)

Observemos como os componentes que dão tessitura ao ato foram realizados:

Em (1), o alvo do locutor é o uso do item lexical “depende”. A partir do pretérito perfeito simples, traduzindo uma ação completamente concluída, destaca a condição preparatória na proposição: “quem usou essa expressão ‘depende’ fui eu”, a qual vai modificar a relação do locutor e alocutários, pela ênfase no conhecimento de fato sobre o estado de coisas fundado na forma elocutiva de primeira pessoa do singular. Uma proposição delimitadora circunscreve a interpretação pretendida pelo locutor: “só que eu dei num contexto mais intelectualizado”, que alicerça a apreciação negativa desqualificadora: “transformar tudo num raciocínio pobre não é sério”. A tensão enunciativa sofre atenuação através do uso da forma indeterminada “a gente”.

Em (2), uma situação discursiva, um ato de fala, que classifica o plano de estabilização econômica (Plano Real) como eleitoreiro, sofre uma apreciação negativa, explicitada pela adjetivação qualificadora “pobre”. A asserção elogiosa, “tudo é feito com muita motivação e seriedade”, cujo foco é o desempenho do locutor frente à condução da política econômica, contrapõe-se a “não é pra ser candidato”, marcando a crença contrafactual do locutor e ancorando a desqualificação “isso é pobre”. O escopo abrangente do pronome indefinido “tudo” dá um caráter contínuo à perífrase afirmativa “é feito” e à locução adverbial modificadora qualificadora “com muita seriedade” na construção do auto-elogio, embora a agentividade representada por “por mim”, variação de eu, não esteja explicitada. Já as condições preparatórias relativas ao conhecimento do locutor sobre o estado de coisas são inferidas do estatuto do locutor e do auto-elogio realizado.

Vejamos a tessitura da crítica em (3):

O objeto da asserção crítica pelo locutor em (3) é outra asserção crítica, isto é, a avaliação negativa feita pelo alocutário que, ao entrecruzar a história do PFL com a trajetória política de FHC, reprova a escolha dos aliados políticos pelo último. Uma relação assimétrica estabelece-se, o locutor não reconhece o estado de coisas reportado pelo alocutário e desqualifica-o através de proposição construída em termos lógicos: “Se fosse tudo que você disse a premissa fosse certa a resposta estava contida nelas, não é?” O marcador discursivo “não é?” assume o valor argumentativo de frisar tal proposição, que alavanca o processo desqualificador. Um ato diretivo no formato de pergunta é realizado, “o que que não é assim?”, e o locutor, na resposta, destaca o seu acerto, marcando explicitamente a subjetividade através da forma elocutiva na primeira pessoa do singular “eu estava certo”, transferindo o desacerto ao alocutário. No entanto, essa subjetividade mostrada esvazia-se pelo uso da forma indeterminada “a gente” na realização preceitual reveladora da crença do locutor e anuladora da crítica formulada pelo alocutário, “ou a gente entende que tanto a história muda quanto as pessoas nas circunstâncias ou não se entende de política. Se entende de teologia, de dogmática, daí você julga, faz a soma, esse é bom, esse é ruim. Foi bom no passado, vai ser bom no futuro. Não é assim que se faz política (...)” Essa formulação mostra o universo epistêmico do locutor, o preenchimento das condições preparatórias para a realização de uma crítica.

A situação discursiva que compõe o foco de (4) destaca-se pela recorrência não só na mídia como também no universo social brasileiro contemporâneo. Observemos:

O locutor, em (4), avalia o ato discursivo diretivo, “Esqueçam tudo o que escrevi”, como marcadamente polêmico, enquadrando-o como uma quebra do que Kerbrat-Oricchioni (1990) chama de “código deontológico”, ou seja, aquilo que a cultura considera como uma troca verbal honesta. O locutor repele a autoria do ato através da subjetividade mostrada pela

primeira pessoa do singular com a forma verbal afirmativa télica iterativa, “já disse um milhão de vezes”, “já perguntei sempre”, da forma verbal negativa, “nunca disse”, e dos adjetivos qualificadores predicativos “absurdo” e “infâmia”. Atos diretivos no formato pergunta são arrolados no alicerçamento da crítica, “a quem eu disse isso? quando? Em que circunstâncias?”. Ao encontrar resposta por parte de um dos alocutários, o locutor recompõe, através de discurso direto com verbo dicendi, o espaço e tempo da interlocução que pode ter gerado o ato reportado, foco da crítica: “Eu digo, olha aqui, eu estava na reunião, logo que eu era ministro da Fazenda, eu creio, na Gazeta Mercantil” e reporta o ato que efetivamente assume como realizado: “Olha, Celso, a gente escreveu tenta coisa, então é cobrado sempre pelo que escreveu”. O locutor julga a Imprensa, apontando falha e cobrando ordenamento metodológico, com a forma verbal no presente iterativo, por veicular o ato refutado como verdadeiro: “Agora, a Imprensa, me desculpe, tem o hábito de botar entre aspas. Não ouviram de mim, aspas a gente põe quando cita por escrito”. O jornalista da Folha de São Paulo, interlocutor na realização do ato explicativo acima, é nomeado, primeiramente como “menino”, depois, “rapaz”, itens lexicais depreciativos, pois destacam a pouca idade e a imaturidade do profissional, e atingem, assim, a credibilidade de um dos jornais mais influentes do país e a Imprensa como um todo.

Através do quadro abaixo, apresentamos uma síntese do modo de realização dos assertivos de crítica retirados da entrevista como candidato à Presidência, os quais compõem a Classe III A:

Quadro sinóptico 3

Componentes da força Illocucionária	Trechos da fala			
	(1)	(2)	(3)	(4)
π ponto de realização (assertivo) (estado de coisas reportado como verdadeiro).	situação discursiva	situação discursiva	situação discursiva	situação discursiva
μ modo de realização (crítica) (julgamento negativo do estado de coisas) .	“Transformar tudo num raciocínio pobre não é sério!”.	“Isso é pobre!”.	“Ou a gente entende que tanto a história quanto as pessoas mudam ou não entende de política”.	“Isso é uma infâmia!”.
θ condições sobre o conteúdo proposicional (representação do estado de coisas já existente como verdadeiro).	Forma verbal: Presente, infinitivo	Forma verbal: presente	Forma verbal presente	Forma verbal: presente
Σ condições preparatórias (conhecimento do locutor sobre o estado de coisas reportado).	Universo epistêmico: expressão em contexto intelectualizado.	Não explicitadas, inferidas pelo universo epistêmico.	Universo epistêmico: menção a diferentes áreas do conhecimento.	Explicitadas: universo epistêmico, relato vivencial.
Ψ condições de sinceridade (crença do locutor no estado de coisas/intenção de fazer o julgamento).	Compatibilidade (estado mental /crença/julgamento).	Compatibilidade (estado mental/crença do locutor/ julgamento).	Compatibilidade (estado mental /crença do locutor/ julgamento).	Compatibilidade (estado mental /crença/ julgamento) expressão emocional.

Fig. 08

Constatamos a seguinte tessitura na realização dos atos agrupados na Classe III A:

a. Marcas de subjetivação ou impessoalidade:

- em (1), à subjetivação explicitada pela primeira pessoa do singular, soma-se o pronome demonstrativo “mesmo” com valor de reforçador de identidade. No entanto, há um recuo dessa marcação através do uso do sintagma nominal “a gente” com a inclusão do locutor;

- em (2), a primeira pessoa aparece através da forma oblíqua tônica “mim”, da passiva verbal;
- em (3) e (4) há diferentes formas de marcação, ou seja, o locutor explicita-se através da primeira pessoa do singular e do sintagma nominal “a gente”, de referência genérica, porém com a implicação da primeira pessoa;

Em um primeiro contraste, observamos que nas Classes I e II, a subjetivação dá-se na primeira pessoa do plural com valor exclusivo, enquanto que na Classe III A, de atos realizados como candidato, mostra-se através primeira pessoa do singular. Em I e II, o estatuto de membro do partido e membro do Congresso sobrepõe-se à individualização e, em III A, a provisoriedade do estatuto de candidato interfere, fazendo o locutor mostrar-se, assumindo-se do modo mais individual.

b. Expressão de temporalidade

Os atos assertivos circunscrevem-se na região da memória, dimensão passado/presente em relação à enunciação (Mari, 2000). Os julgamentos corresponderam a essa dimensão, sendo realizados em (1), no pretérito perfeito (usou, fui, dei) e na forma presente (quem faz ganha; não é sério); em (2), no presente simples e passivo (é; é feito); em (3), passado indicativo correlacionado ao futuro do subjuntivo (estava/se fosse); em (4), no passado (disse, escrevi, estava, ouviram, expliquei) e perifrástico (estava tentando, podia ter tirado).

c. Modo de realização

As apreciações com valor depreciativo foram realizadas em (2) e (4), de modo mais simples, através do uso de dêitico anafórico, do verbo ser em sua forma afirmativa presente, e

de adjetivo qualificador e substantivo com valor adjetivo, ambos com de traços negativos; em (3) há uma realização mais complexa, com a conjunção “ou” marcando uma disjunção entre verbo entender em sua forma afirmativa e negativa; e em (1) a complexidade se acentua conjugando condicionalidade e adversidade. Dois padrões se destacam, pois, um simples e um complexo.

d. Condições preparatórias

A pressuposição de conhecimento, de fato, por parte do locutor para a execução de um ato de crítica teve emergência material em três dos quatro atos realizados na entrevista como candidato. A explicitação dessa base de sustentação, desse entorno, aparece como uma força adicional de legitimação, o que não significa que sua ausência enfraquece o julgamento expresso pelo ato.

e. Condições de sinceridade

A compatibilidade entre os estados mentais de crença e de intenção observadas nas outras realizações aqui se repetem com o acréscimo do estado da emoção. O tratamento dessa dimensão implica incursões que fogem ao escopo dessa proposta de estudo.

2.1.3.2. Análise da Classe III B

Tendo também como alvo uma situação discursiva, constatamos, na entrevista como Presidente da República, quatro atos que configuram a Classe III B. Vejamos:

Jornalista EL⁴⁵: *Pegando o gancho da Constituição de 88, naquela época o Sr fez restrições, achava um pouco inconveniente a questão da reeleição no regime presidencialista. No parlamentarismo, o Sr achava que era, mas no presidencialismo, no regime presidencialismo. O Sr colocou, a máquina poderia ser utilizada e havia inconveniente. O Sr mudou de idéia?* (p.288)

(5) Toda hora as pessoas querem embaraçar o presidente, fazer esse joguinho tão ingênuo (de maneira)... Não pega assim, porque eu sou uma pessoa que tenho um pensamento mais ou menos consistente. (p.289)

Jornalista MN: *O assunto reeleição seria um assunto para o Congresso ou para um plebiscito? Por exemplo.* (p.294)

(6) Veja, se eu dissesse que era um plebiscito, diriam que eu sou, que eu vou fujimorizar o Brasil, estou saltando o Congresso, não é verdade? Quer dizer, aqui é é, se ficar o bicho come, se correr o bicho pega. Não tem jeito, aqui é se ficar o bicho come, se correr o bicho pega. Não tem jeito, qualquer coisa que se diga, se gente tiver ânimo de dar uma distorção, não é o seu, distorce (...). (p.294)

Jornalista AN: *A que o senhor atribui esse erro de interpretação coletiva?* (p.327)

(7) Não é erro de interpretação, é mania de interpretar atribuindo intenções, que é uma das coisas mais negativas que existem é você atribuir intenções a outro (...).

Jornalista RN: *Uma pergunta mais objetiva, se o senhor me permite. Na eleição municipal, naturalmente, o senhor votou no Serra e fez alarde disso e até, de uma certa forma, fez propaganda eleitoral no dia da eleição, o que a lei não permite. Agora, nesse segundo turno, em São Paulo, o senhor vai votar na Erundina ou no Pitta?* (p.325)

(8) Que pergunta ingênua!

⁴⁵ A pergunta da jornalista EL foi editada, ou seja, as interrupções foram desconsideradas em função de uma maior objetividade. Ver formulação sem edição no anexo II.

Jornalista MN: *Agora, presidente, qual foi o momento que o senhor considera mais crítico ou pior do seu governo? O escândalo do Banco Nacional, por exemplo?*(p.347)

(9) (...) a crise aqui no câmbio, maledicências sobre o mau manejo do câmbio e o Brasil perdeu por causa dessas bobagens. Bobagens, não, por causa dessas levandades, dez bilhões de reais das reservas.(p.348)

Observemos abaixo como foram tecidos os atos de crítica na entrevista como presidente da República:

O alvo da apreciação negativa em (5) é a situação discursiva que cobra do locutor mudança de posição relativamente à questão da reeleição. A formulação da avaliação dá-se através da forma verbal no presente em seu aspecto iterativo, que se marca através da locução adverbial “toda hora”, e do item lexical “jogo” no diminutivo, modificado pela forma adjetiva intensificada “tão ingênuo”. Uma provável tensão locutor/alocutário é atenuada pelo uso da terceira pessoa do plural e da indeterminação do substantivo, “pessoas querem embaraçar o presidente”. O acréscimo do item lexical “presidente”, indicando posição relevante na topografia social, faz com que este se sobreponha aos outros estabelecendo uma assimetria na relação entre os actantes. Na sequência, “eu sou uma pessoa que tenho um pensamento mais ou menos consistente”, a subjetividade que se mostra através da primeira pessoa do singular e da marca mórfica do verbo, embora o antecedente do pronome relativo seja o item lexical pessoa, contribui para manter assimetria enquanto revela as condições preparatórias favoráveis ao locutor.

Em (6), a prática de “distorcer” o “dito” constitui o alvo. Através do dêitico espacial “aqui”, o locutor indica que o espaço onde ocorre a situação depreciada é partilhado pelo alocutário. Ao apresentar sua avaliação, usando do escopo impreciso do pronome “qualquer” e do nome “coisa”, o locutor dimensiona a situação discursiva em foco. O uso da forma

negativa do presente “não tem jeito” ressalta a crença do locutor no caráter contingencial da situação negativa, que se materializa na máxima fatalista “se ficar o bicho pega, se correr o bicho come”. Destaca também a intencionalidade na realização de tal situação discursiva, “se a gente tiver ânimo de dar uma distorção”. A indeterminação das formas “se diga” e “a gente” atenua a tensão enunciativa instalada, poupando, inclusive, o alocutário, “não é o seu...”.

A situação discursiva representada pela interpretação, ou seja, pelo ato perlocucionário, efeito ou seqüela de um ato ilocucionário, classificada pelo locutor como “distorção” em (6), aparece em (7) como “mania”, com a forma verbal presente no aspecto durativo. A crítica adquire valor preceitual de norma/ensinamento, “uma das coisas mais negativas que existem é você atribuir intenções aos outros”. A forma “você” tem o valor de um ser genérico na relação que se estabelece com o pronome indefinido “outros”, seres não particularizados, usos atenuadores de tensão entre locutor e alocutário.

A avaliação do locutor em (8) incide sobre o ato diretivo no formato de pergunta, cuja ação pretendida sobre o alocutário consistia na definição entre Erundina e Pitta no segundo turno da eleição para a prefeitura de São Paulo. O julgamento pelo locutor, que é construído através do pronome indefinido “que” com valor de intensificador e do adjetivo qualificativo “ingênuo”, avalia a forma prototípica do gênero entrevista, a pergunta, modificando a relação locutor e alocutário, em vez da resposta esperada pelo alocutário, realizou-se uma apreciação que modifica o contrato estabelecido pelo gênero entrevista para o entrevistador/entrevistado, criando uma relação assimétrica.

Em (9), o locutor classifica uma avaliação oposta à condução dada pelo governo relativamente ao câmbio usando o item lexical “maledicências”, isto é, ação de maldizer. O julgamento intensifica-se por gradiência, substitui-se o item “bobagem”, com o valor de asneira, palavra inconveniente, por “leviandades”, ou seja, caráter ou ato de leviano. Não há marcas de pessoalidade, o agente ou agentes do ato discursivo de maldizer não são

especificados, destaca-se, no entanto, com base nas condições preparatórias do locutor, a consequência do ato, na forma verbal pretérita perfectiva “O Brasil perdeu por causa dessas bobagens 10 bilhões de dólares”. Demonstra-se, assim, a intervenção de um ato na realidade concreta do universo político brasileiro.

O quadro, na sequência, apresenta uma síntese dos comentários realizados acima:

Quadro sinóptico 4

	Trechos de falas				
Componentes da força Ilucionária	5	6	7	8	9
π ponto de realização (assertivo) (estado de coisas reportado como verdadeiro).	situação discursiva	situação discursiva	situação discursiva	situação discursiva	situação discursiva
μ modo de realização (crítica) (julgamento negativo do estado de coisas).	“Toda hora, as pessoas querem embarçar o presidente, fazer este joguinho tão ingênuo...”.	“(…)aqui é se ficar o bicho come, se correr o bicho pega”.	“(…) é mania de interpretar atribuindo intenções, que é uma das coisas mais negativas que existem”.	“Que pergunta ingênua!”	“(…)maledicências sobre o mau manejo do câmbio e o Brasil perdeu por causa dessas bobagens”.
θ condições sobre o conteúdo proposicional (representação do estado de coisas já existente como verdadeiro).	Forma verbal: presente iterativo	Forma verbal: presente em construção condicional	Forma verbal: presente	Forma verbal: factiva implícita	Forma verbal: télica (acabada)
Σ condições preparatórias (conhecimento do locutor sobre o estado de coisas reportado).	Universo epistêmico	Universo epistêmico	Universo epistêmico	Universo epistêmico	Universo epistêmico
Ψ condições de sinceridade (crença do locutor no estado de coisas /intenção de fazer o julgamento).	Compatibilidade (estado mental /crença/julgamento).	Compatibilidade (estado mental/crença / julgamento).	Compatibilidade (estado mental/crença/ julgamento).	Compatibilidade (estado mental/crença/ julgamento).	Compatibilidade (estado mental/crença/ julgamento).

Fig. 09

Constatamos as seguintes marcas:

a. Traços de subjetivação ou impessoalidade:

Em (5), o locutor marca-se através de dois modos enunciativos: refere-se a si pelo estatuto social, utilizando o sintagma nominal “o presidente” e também através da 1ª pessoa do singular. Assim, o esvaziamento da subjetividade provocado pelo primeiro uso não se mantém. Relativamente ao alocutário, observa-se uma estratégia atenuadora de provável tensão pelo locutor a partir da utilização do sintagma nominal “as pessoas” com a diluição do alocutário na expressão generalizadora.

Em (6), a subjetivação é explicitada pelo uso reiterado (três vezes) da primeira pessoa do singular. Novamente, utiliza-se o sintagma nominal “a gente”, desta vez excluindo o alocutário.

Em (7) e (8) não há traço material da subjetivação.

b. Modo de realização:

- Em (5), a apreciação crítica realiza-se através da negatividade do verbo “embaraçar”, ou seja, complicar, intrigar. A depreciação também se faz pelo uso diminutivo do item lexical jogo, com desvalorização acrescida pelo atributo “ingênuo”.
- Em (6), o julgamento negativo é feito através da máxima que não permite escapatória: “se ficar o bicho pega, se correr o bicho come.”
- Em (7), o item lexical “mania” sobrepõe-se a “erro” utilizado pelo alocutário, aumentando a dimensão negativa pela aproximação com o campo da desordem mental.
- Em (8), há uma crítica sintética através da adjetivação “ingênuo”.

- Em (9), os itens lexicais “maledicências” e “bobagens” agudizam a avaliação negativa.

c. Expressão de temporalidade:

A dimensão presente/passado relativamente ao momento da enunciação, característica da assertividade, confirmou-se nos atos dessa classe, com a predominância do presente: “querem embarçar”, “o bicho pega, o bicho come”.

d. Condições preparatórias:

As condições preparatórias constituem-se como base de sustentação e nem sempre materializam-se linguisticamente. Em (5), a proposição “eu sou uma pessoa que tenho um pensamento mais ou menos consistente” representa as condições preparatórias, nos demais o universo epistêmico do locutor responde pelas condições exigidas de conhecimento de fato do estado de coisas alvo de avaliação negativa.

e. Condições de sinceridade:

Os traços do estado de crenças do locutor podem ser constatados através da seleção lexical marcadamente negativa que tece as proposições arroladas na Classe em questão.

2.1.4 Análise da Classe IV

A composição do governo brasileiro, resultado da negociação política entre partidos, constitui o estado de coisas da Classe IV. Observemos:

Jornalista JG: *Eu vou mudar um pouquinho de assunto, acho que depois pode voltar à questão do Plano Real. O senhor tem freqüentemente dito que não aceita*

conchavo político e tal; e o senhor está coligado agora com o PTB e o PFL, que são partidos que vêm aí nos últimos dez anos apoiando os últimos governos. Eu gostaria de saber do senhor, o senhor eleito com o é que o senhor vai trabalhar com estes partidos como presidente da República, principalmente na distribuição de cargos políticos?(p.246)

(1) (...) O que eu digo é o seguinte: da minha experiência aí, nessa biografia que leram aí, não é? Eu tenho participação como líder, não só do governo, líder da oposição também, do PMDB duas vezes, do PSDB. Bom, eu vejo o seguinte: a formação dos governos no Brasil, na medida com que ela é feita por negociação entre partidos que dão às bancadas, ou aos partidos o direito de indicar pessoas pra cargos, isso não tem trazido um bom resultado. Por que não tem trazido um bom resultado? Porque, muitas vezes, o presidente da República nem quer saber daquele ministro, mas vem a bancada e coloca o ministro. Ou é o ministro ou não tem apoio e aí o que acontece. O presidente recebe pouco o ministro, não dá força ao ministro. As bancadas se esquecem que apoiaram o ministro e fica uma equipe que não funciona. (p.247)

Há um precisamento da posição actancial, isto é, do sujeito em (1). O locutor, representando-se na forma elocutiva da 1ª pessoa do singular e em sua variante pronominal “minha”, explicita as condições preparatórias para a realização do julgamento sobre o processo de formação do governo no Brasil, ou seja, seu estatuto de autoridade, seu universo epistêmico-político, legitimado pela experiência como líder partidário tanto da situação quanto da oposição, assim tais condições preparatórias são introduzidas através de um verbo dicendi, no presente pontual: “o que eu digo é o seguinte, da minha experiência aí, nessa biografia (...)”, e no presente em seu aspecto iterativo, “eu tenho participação como líder, não só da oposição, também do PMDB, do PMDB, duas vezes, do PSDB”. O modelo brasileiro que dá aos partidos o direito de indicação para cargos é avaliado de modo negativo, com a forma verbal perifrástica no pretérito perfeito em seu aspecto

iterativo “não tem trazido um bom resultado”. Um elencamento de proposições dá sustentação à crítica: “muitas vezes o presidente nem quer saber do ministro”, “As bancadas se esquecem que apoiaram o ministro e fica uma equipe que não funciona”. Depreende-se, assim, a crença contrária do locutor, o não compartilhamento do estado de coisas.

Formalizando através de um quadro sinóptico, teremos:

Quadro Sinóptico 5

Componentes da força Illocucionária	Trechos de fala
π ponto de realização(assertivo) (estado de coisas reportado como verdadeiro)	Composição dos governos no Brasil
μ modo de realização (crítica) (julgamento negativo do estado de coisas)	A formação dos governos no Brasil, na medida com que ela é feita por negociação entre partidos (...) não tem trazido um bom resultado
θ condições sobre o conteúdo proposicional (representação do estado de coisas já existente como verdadeiro)	Forma verbal: Presente pontual; perífrase
Σ condições preparatórias (conhecimento do locutor sobre o estado de coisas reportado)	Universo epistêmico: experiência como líder do PMDB e do PSDB
Ψ condições de sinceridade (crença do locutor no estado de coisas/intenção de julgar)	Compatibilidade (estado mental /crença/julgamento)

Fig. 10

Constatamos as seguintes marcas:

- a. Traços de subjetivação ou impessoalidade:

Na classe IV, temos o caso de subjetividade mostrada através do uso reiterado da 1ª pessoa do singular que, associado aos sintagmas nominais “minha experiência” e “biografia”, denota a natureza pessoal da ação e circunscreve a responsabilidade ao locutor.

b. Expressão de temporalidade na tessitura do ato:

Tanto a descrição quanto o julgamento/ apreciação negativa sobre a formação dos governos no Brasil deram-se no presente (eu digo; eu tenho; eu vejo) e também através de perífrases verbais no particípio (é feita; não tem trazido), as quais assumem um sentido perfectivo de posição pretérita.

c. Modos de realização:

O alvo da crítica é retomado anaforicamente através do dêitico *isso*, sobre o qual incide uma avaliação negando o sintagma nominal bom resultado. Atos subseqüentes explicam o posicionamento axiológico, ou seja, auto-perguntas são feitas oportunizando uma argumentação que fortalece a realização da apreciação crítica.

d. Condições preparatórias:

O locutor explicita a legitimidade de sua ação associando-a à biografia apresentada no início do programa Roda Viva, ou seja, sua dupla experiência tanto na situação quanto na oposição ao governo dão a sustentação necessária para a realização da crítica pois pressupõe a proposição [sei por experiência, logo posso].

e. Condições de sinceridade:

Pode-se dizer que há compatibilidade entre a crença do locutor sobre a ineficiência na formação dos governos no Brasil, seu posicionamento contrário e a expressão do julgamento. A tensão advinda da realização de um ato de crítica limitaria, por assim dizer, sua realização insincera.

2.2 Proposta de tipologia da crítica

Finalizando a apresentação dos comentários sobre as distintas classes, extraímos, a partir das tessituras, regularidades e funcionamento, uma proposta de tipologia dos atos assertivos de crítica realizados, a saber:

- a. Crítica denegativa metacrítica: descrição e julgamento negativo de estado de coisas julgado também de modo negativo e realizada pelo outro, ou seja, ocorre uma crítica da crítica.
- b. Crítica metadiscursiva: descrição e julgamento negativo de situação discursiva realizada pelo outro.
- c. Crítica metapolítica: descrição e julgamento negativo de estado de coisas do universo da política institucional

Uma segunda tipologia também pode ser apresentada a partir das formas lingüísticas materializadas nas proposições. Vejamos, pois, a configuração (tessitura) do julgamento

1. Crítica direta com predicação⁴⁶ nominal (matriz nominal):

⁴⁶ Segundo Neves (2000), todas as palavras que constituem o léxico da língua podem ser analisadas dentro da predicação, a qual constitui um conteúdo proposicional, isto é, um fato, que pode ser conhecido ou pensado, ser causa de surpresa e de dúvida, ser mencionado, negado, rejeitado ou lembrado. Os predicados são semanticamente interpretados como designadores de propriedades ou relações, e suas categorias são distinguidas de acordo com suas propriedades formais ou funcionais; designam um estado de coisas, ou seja, uma codificação

[± tema] [± elementos dêiticos][± anafóricos] [+ verbo de ligação como base][+ itens lexicais com propriedades semânticas valorativas]⁴⁷:

_é um raciocínio pobre;
 _isso não é certo;
 _é um pouco uma coisa de Fla-Flu;
 _isso é desemprego
 _não é sério;
 _isso é pobre;
 _isso é uma infâmia
 _é uma das coisas mais negativas...
 _aqui é se ficar o bicho come...
 _o governo está muito mole;
 _está isolado pela incapacidade;

2. Crítica oblíqua com predicação verbal (matriz nocional)

[Verbos nocionais como base] [± elementos dêiticos anafóricos] [+ itens lexicais com propriedades semânticas com traços negativos]:

_isso rouba a agenda;
 _o Brasil perdeu por causa dessas bobagens;
 _ou a gente entende que tanto a história quanto pessoas mudam ou não entende de política:
 _fazer este joguinho tão ingênuo.

Ao final dessa etapa, podemos dizer que a Teoria dos Atos de Fala mostrou que possui operacionalidade analítica. Através de seus parâmetros pudemos observar a tessitura e o funcionamento da crítica, bem como propor uma tipologia. Passaremos, no capítulo seguinte, ao estudo do sujeito, buscando extrair identidades comunicacionais resultantes da realização do ato por esse mesmo sujeito à luz da Semiolingüística, reflexão que amplia a averiguação ao propor o conceito de ato de linguagem⁴⁸, dimensão que permitirá um melhor entendimento dos atos de fala

lingüística que o falante faz da situação, implicados os papéis semânticos e a perspectivação que resolve as funções sintáticas.

⁴⁷ Notação: ± (presença ou ausência de); + (presença de)

⁴⁸ Segundo Charaudeau (1983: pp38/39), “L ‘ acte de langage devient alors um acte inter-énonciatif entre 4 sujets (et non 2), lieu de recontre imaginaire de deux univers de discours que ne sont pas identiques (...) l’acte de langage est une totalité qui subsume les processus de production e d’interpretation.”

CAPÍTULO III

DA EMERGÊNCIA DAS IDENTIDADES COMUNICACIONAIS À LUZ DA SEMIOLINGÜÍSTICA

Sobre a problemática da subjetividade, como já observamos anteriormente, Machado (2001) destaca, a partir do quadro enunciativo da Semiologüística, que todo ato de linguagem (escrito ou falado), sendo uma representação comandada por sujeitos externos, é ou será construído a partir dos dados tirados das condições de seres histórico-sociais, vivendo uma determinada situação, em um determinado espaço-temporal, que irão engendrar, na comunicação, seres de palavra (comunicação oral) e seres de papel (comunicação escrita). Apoiando-nos em tal posicionamento, buscaremos, ao traçar a ‘mise en scène’ de FHC no referido quadro enunciativo, em distintos estatutos sociais, ou seja, enquanto Senador da República, Candidato à presidência e Presidente da República, em entrevista televisiva ao Programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, desvelar a(s) identidades(s) discursiva(s) presente(s), porque o sujeito está impregnado de realidade psicossocial, porém dentro de um jogo comunicativo que o define.

Inicialmente, podemos dizer que EUc e TUi estão implicados no jogo pela relação contratual da entrevista televisiva; a parceria constrói-se na medida em que se reconhecem nos estatutos que imaginam, ou seja, de entrevistador e de entrevistado. Há co-presença espaço-temporal e a utilização do canal oral. As categorias profissionais envolvidas são: representante do Legislativo (Senador), do Executivo (Presidente da República), de postulante à presidência da República e jornalistas. O contrato da entrevista prevê uma alternância ao EUc e ao TUi, definida pela situação interlocutiva que se marca pela intervenção, isto é, fluxo de fala pelo entrevistador e entrevistado. Vão interessar-nos, sem anular a dimensão interacional da entrevista, as intervenções responsivas realizadas pelo entrevistado, em função

dos distintos estatutos sociais, ou seja, FHC-EUc, enfatizando o valor contrastivo dos estudos discursivos. Teríamos assim:

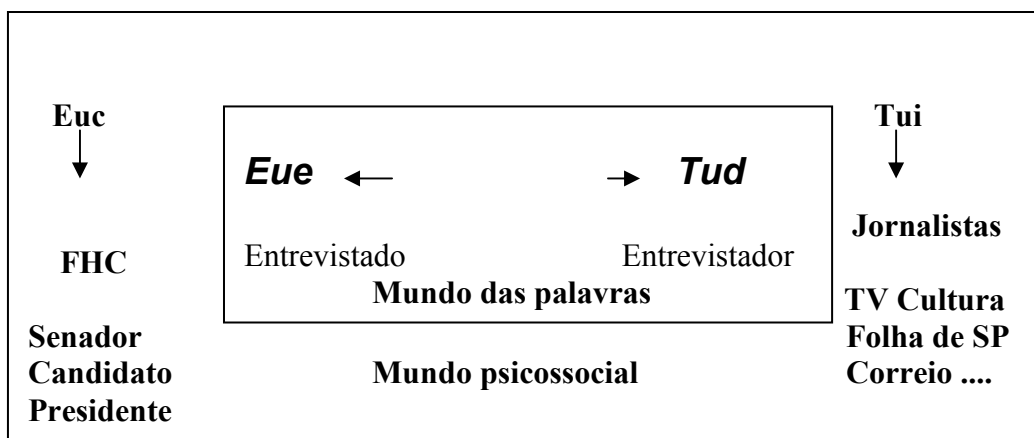


Fig. 11

FHC, no mundo psicossocial, é um EUc possuidor de diferentes estatutos: Senador, Candidato e Presidente. Enquanto entrevistado, aquele que tem algo a dizer, cabe-lhe o papel de engendrar respostas ao entrevistador, aquele que quer saber, que mantém a iniciativa e o controle do processo da entrevista, realizando o papel de perguntar e controlar o tempo/turno destinado à resposta. O EUc-FHC acionará um EUE que, enquanto ser de palavra, será portador de uma expectativa e procederá à encenação do dizer, em função dos componentes que regem a relação contratual. Veremos assim o projeto de palavra do EUc. Muito embora as intervenções responsivas do EUc, colocadas em cena pelo EUE, constituam-se de inúmeros e distintos atos como o elogio, a crítica, a predição, declaração, o testemunho etc, estamos observando os assertivos no formato de crítica, os quais desempenham um importante papel na interação social. Conforme já discurremos anteriormente, quando criticamos, mostramos nosso posicionamento contrário ou aversão a fatos, pessoas, instituições ou a determinadas formas de vida. Aproximamo-nos ou afastamo-nos de situações e realidades. Enquanto prática lingüística rotineira, não atentamos para sua forma de realização, até porque sua percepção

tem, na maioria das vezes, caráter automático para o usuário do idioma. O trabalho com o *corpus*, afinal, confirmará o postulado semiolingüístico de que o comportamento/identidade discursiva é instituído pelo contrato de fala? Este atingiria igualmente o sujeito comunicante e o sujeito enunciador? As seções subseqüentes perseguirão as respostas de tais questionamentos.

3.1 Da constituição das identidades comunicacionais

Arrolamos, nesta seção, exemplos de intervenções responsivas apresentadas e analisadas anteriormente no capítulo II, vistas agora a partir do par EUc/EUe, a fim de reunir as características e regularidades que permitirão traçar as identidades comunicacionais. Vejamos:

a) FHC - Senador – EUc > EUe – entrevistado

(1) Jornalista CR: O Zé Simão, crítico da Folha, na sua coluna de domingo, mudou o nome do PSDB para PSDepende, e primeira palavra que o senhor falou nesse programa foi exatamente depende, quando lhe perguntaram sobre o PSDB. O que acontece com a retórica do PSDB? Eu queria entender qual é a dificuldade de comunicação dos tão brilhantes quadros que o partido tem, tribunos excepcionais, professores da melhor qualidade (...) O que acontece com a retórica do PSDB? (p.184)

FHC Simplesmente o seguinte: é que vocês estão habituados a um raciocínio binário do sim ou do não, que é um raciocínio pobre, é um raciocínio pobre. Cara ou coroa. E nós não somos esse raciocínio pobre.

Temos, em (1), um ato do tipo alocutivo⁴⁹, em que o locutor implica o seu interlocutor no ato de enunciação, dirige-se a um alocutário, através da forma elocutiva “vocês”. Coloca-se em circulação, através da instância do Saber, um julgamento negativo, os representantes da mídia presentes são desqualificados porque “estão habituados a um raciocínio binário do sim e do não, que é um raciocínio pobre”. A perífrase verbal (estar + participípio) no presente habitual/iterativo e o presente durativo em relação ao PSDB, “nós não somos esse raciocínio pobre”, estabelece uma relação contrastiva assimétrica, ou seja, um raciocínio habitualmente pobre *versus* um raciocínio essencialmente não pobre ou complexo do PSDB. Dentro do jogo comunicativo, o EUc acionará um EUE que constrói uma identidade comunicacional pró-ativa, calcada na proeminência em relação aos alocutários, que se qualifica, desqualificando polêmica e agressivamente. EUc legitima EUE, ligando os espaços externo e interno da cena comunicativa.

(2) Jornalista JCB: (...) O PSDB é a favor, é contra, critica, não critica, qual é a crítica que ele tem em relação ao governo Collor? Se é que tem. Ou quer simplesmente aderir? (p. 177) Mas, qual é, afinal, a posição do PSDB? (p.178)

FHC: (...) e o governo atual está muito mole nesta matéria, em educação, praticamente nada, a não ser declaração, uma ou outra, em matéria relativa à questão da própria previdência, se fala sempre do buraco da previdência, eu já não sei o que é isso, e não se define, não se define a questão das aposentadorias, de elevar o nível mínimo de aposentadoria, não se define nada com relação a uma política mais consistente de (habitação), e por aí vai.

Em (2), temos um ato do tipo elocutivo, o locutor posiciona-se com relação ao que enuncia sem envolver o outro. Um incisivo julgamento recai sobre as políticas sociais do

⁴⁹ Charaudeau (1992) retoma as categorias alocutivo, elocutivo e delocutivo, definindo-as assim: o locutor implica o interlocutor (ato alocutivo); o locutor situa seu propósito em relação a ele mesmo (ato elocutivo); o locutor deixa que o propósito se imponha como tal, como se não fosse responsável por ele (ato delocutivo)

governo Collor, expresso através de adjetivação intensificada: “e o governo atual está muito mole nesta matéria”. O Saber do EUC sobre o estado de coisas alvo materializa-se no dizer do EUe: “em Educação, praticamente nada”; “na Previdência, não se define a questão das aposentadorias”; “na Habitação, não se define uma política consistente”. O papel linguageiro que emerge é de um EUe autorizado pela vivência socioinstitucional do EUC que, mesmo explicitando um não-Saber, diz que este decorre das fragilidades do estado de coisas julgado que impede o Saber, quando fala de “buraco da Previdência” sem apresentar definição.

b) FHC – Candidato – Euc > EUe –entrevistado

A situação discursiva que compõe o foco da crítica abaixo destaca-se pela recorrência não só na mídia como também no universo social e político brasileiro contemporâneo. Observemos.

(3) Jornalista JPK: *Por que o senhor mandou esquecer tudo o que havia escrito?*
(p.265)

(....) Mas eu já disse um milhão de vezes que nunca disse isso. Já escrevi que nunca disse isso e desafio quem diga a quem eu disse isso e quando e como. Nunca disse. Isso é um absurdo. Então, eu repito, essa frase: esqueçam tudo o que eu escrevi, é simples, uma, sabe o papel da infâmia na política. É uma infâmia. A quem eu disse isso? Quando? Já perguntei sempre. Em que circunstâncias? Nunca disse isso. Nunca disse(...)

Temos em (3) um ato do tipo elocutivo. EUC aciona um EUe indignado ao avaliar a ordenação, “Esqueçam tudo o que escrevi”, como uma infâmia. Repele-se a autoria do ato através da subjetividade mostrada pela primeira pessoa do singular com a forma verbal afirmativa iterativa, “já disse um milhão de vezes”, “já perguntei sempre”, da forma verbal negativa, “nunca disse”, e dos adjetivos qualificadores predicativos “absurdo” e “infâmia”.

Uma identidade combativa emerge, ao ser alvo de ataque, contra-ataca, desafiando: “desafio quem diga a quem eu disse isso e quando e como”. A polêmica denota ausência consensual na cena comunicativa, disputa-se a legitimidade do Saber. Importa salientar a questão da emoção⁵⁰ a partir de uma indagação teórica ainda não solucionada: onde é que devemos situá-la? No EUC ou no EUE? Será que o valor que se tem atribuído ao EUE comporta um componente como a emoção? A esse ser de linguagem de palavra não ficou atribuído um papel um tanto protocolar, de executar o contrato, ainda que ditado pelo EUC? Será que nesse esquema do Charaudeau quem cumpre o contrato e quem o viola tem o mesmo estatuto? Ou a relação entre EUC e EUE deve ser tratada sem emoção nos dois casos?

c) FHC – Presidente – EUC > EUE –entrevistado

(4)Jornalista EL: *Pegando o gancho da Constituição de 88, naquela época o Sr fez restrições, achava um pouco inconveniente a questão da reeleição no regime presidencialista. No parlamentarismo, o Sr achava que era, mas no presidencialismo, no regime presidencialismo. O Sr colocou, a máquina poderia ser utilizada e havia inconveniente. O Sr mudou de idéia?* (p. 291).

Toda hora as pessoas querem embarçar o presidente, fazer esse joguinho tão ingênuo (de maneira)... Não pega assim, porque eu sou uma pessoa que tenho um pensamento mais ou menos consistente.

Novamente, há tensão na cena comunicativa. O alvo da apreciação negativa em (4) é a situação discursiva que cobra do locutor mudança de posição relativamente à questão da reeleição. O estatuto social do EUC, materializado no uso do item lexical “presidente”, sobredetermina o projeto de fala do EUE. A formulação da avaliação desqualifica a estratégia

⁵⁰ Embora não seja tópico deste estudo, sinalizamos a problemática que envolve a emoção, tendo em vista a aproximação entre sujeito comunicante e sujeito enunciador. Para um aprofundamento do tema, ver CHARAUDEAU, P. (2000): “*Une problématique discursive de l’émotion. A propos des effets de patémisation à la télévision*”.

interlocutiva através do item lexical “jogo” no diminutivo, modificado pela forma adjetiva intensificada “tão ingênuo, estabelecendo uma assimetria na relação entre os actantes. Define-se uma identidade experiente do EUe que, ao perceber e desfazer armadilhas do jogo comunicativo, lança-se no jogo interlocutivo para ganhar

Nas amostragens apresentadas, sobressaem-se os atos elocutivos, em que o par EUc/EUe sobrepõe-se ao par TUi/TUd, denotando uma subjetividade auto-centrada, uma identidade narcísica, portadora de um amplo conhecimento histórico-sociopolítico-cultural, que se sobredetermina sobre os alocutários ou ao estado de coisas alvo de suas realizações críticas. As estratégias de desqualificação recorrentes denotam uma finalidade que não prevê outro desfecho para o jogo interlocutivo senão o êxito, a vitória. O cotejamento dessas análises com o escrutínio do contrato comunicacional a ser desenvolvido, permitirá a ratificação ou retificação da identidade acima apontada.

3.2 Problematização – a questão do sujeito e dos papéis sociais e linguageiros

Mello (2005), utilizando a teoria Semiologüística, classifica todo discurso, toda troca linguageira como “dissimétrica”, porque considera cada sujeito como único, com experiências particulares, com reações específicas no dito do outro. Cada um dos participantes do processo comunicacional recebe o enunciado do outro de maneira diferente, ou seja, não haveria correspondência, em grandeza, forma e posição, de partes situadas em lados opostos, conforme registra Aurélio (2004) para o verbete simetria.

Charaudeau (1993) explicita que, quando consideramos de onde vem a palavra, que posição ocupam os participantes de uma interação (lugar), somos levados a distinguir entre estatutos sociais dos participantes, considerados independentemente dessa interação, e o papel que eles desempenham ao falar. Dependem, em particular, do estatuto :a idade, o sexo, a profissão, a situação familiar etc. Para os papéis que são desempenhados na interação,

distinguimos os papéis languageiros⁵¹ propriamente ditos e os papéis sociais, que são associados aos diversos gêneros de discurso. Enquanto os papéis languageiros são ocasionais (conselheiro, pedinte, conciliador, agressor etc), os papéis sociais são estáveis (pai de família numa interação pai/filho, médico numa consulta etc). Não é necessário, pois, ser professor por profissão para se encontrar numa posição de ensinamento numa interação. Os papéis são constantemente percebidos com relação ao estatuto, por exemplo, em uma interação com um subordinado, um patrão que desempenha o papel de confidente, permanece também patrão. Conclui-se que o importante é a maneira como os participantes instituem sua relação, a dinâmica do processo discursivo, pois através da interação negociam-se e se constroem os lugares de cada um, muito embora certos papéis sejam fortemente estabilizados como a relação escritor/leitor, padre/fiel durante o ofício.

O *corpus* estudado por nós apresenta uma profusão de estatutos sociais (Senador/Candidato a presidente/Presidente/Jornalistas) e uma homogeneização relativamente à situação de troca (Entrevistador/Entrevistado). Teríamos, assim, (i) Senador em situação de entrevista/ (ii) Candidato em situação de entrevista/ (iii) Presidente em situação de entrevista/ (iv) Jornalistas em situação de entrevista. Seguindo Charaudeau (id.,ib.), o papel social é engendrado pelo estatuto em situação de troca, teríamos assim enquanto projeto de fala, os seguintes papéis sociais com os seguintes papéis languageiros esperados e/ou possíveis:

(i) Senador em situação de entrevista: FAZER SABER ALGUMA COISA/FAZER CRER (informar, explicar, avaliar, elogiar, criticar...).

(ii) Candidato em situação de entrevista: FAZER CRER/ FAZER SABER (persuadir, informar, explicar, avaliar, elogiar, criticar...).

(iii) Presidente em situação de entrevista: FAZER SABER ALGUMA COISA/FAZER CRER (informar, explicar, avaliar, elogiar, criticar ...).

⁵¹ As traduções dos textos de Charaudeau não apresentam uma unidade ou padrão terminológico, encontramos, por exemplo, as seguintes notações: papel discursivo ou papel languageiro; papel institucional ou social. Fizemos a opção pelas expressões papel social e papel languageiro.

(iv) Jornalistas em situação de entrevista : FAZER FAZER /FAZER DIZER/ FAZER SABER (perguntar, informar, avaliar ...).

Os referidos estatutos e papéis são posições e funções a serem exercidas com relação à finalidade global da situação.

O exercício analítico com o quadro enunciativo elaborado por Charaudeau possui uma dimensão taxionômica que permite captar funções previsíveis a serem desempenhadas nos diversos lugares enunciativos, para a universalização de qualquer prática discursiva. A operacionalização conceitual, no entanto, provocou algumas indagações:

(i) Será que o contrato da entrevista teria condições de se impor aos sujeitos do mundo, ou ele determinaria apenas os sujeitos da linguagem (EUE e TUD)?

(ii) À primeira vista, ele é, de fato, EUC, mas que papel devemos atribuir a FHC-presidente, FHC-senador etc.? Em grande parte das circunstâncias, o contrato da pergunta parece ser violado, precisamente porque o FHC-presidente como EUE não cumpre o seu papel essencial no contrato. Parece que o FHC anula toda a função do EUE, pois tudo passa por ele, mesmo com funções diferentes, na dimensão de um EUC.

(iii) As relações entre os lugares EUC e EUE não estariam um tanto quanto vagas? Como incorporar a questão da emoção, do descumprimento do contrato, do exercício do poder?

3.3 Da Pergunta e da Resposta

Embora EUC e TUi possuam atividades diferentes, definidas pelas instâncias da produção e da recepção, pode-se dizer que há uma simetria constitutiva entre a subjetividade/alteridade materializada pelos pares EUC e TUi e seus desdobramentos EUE e

TUd, em outros termos, EUc não se sobrepõe a TUi, porque se define em função deste, seu direito à palavra será fundamentado pela relação com o outro.

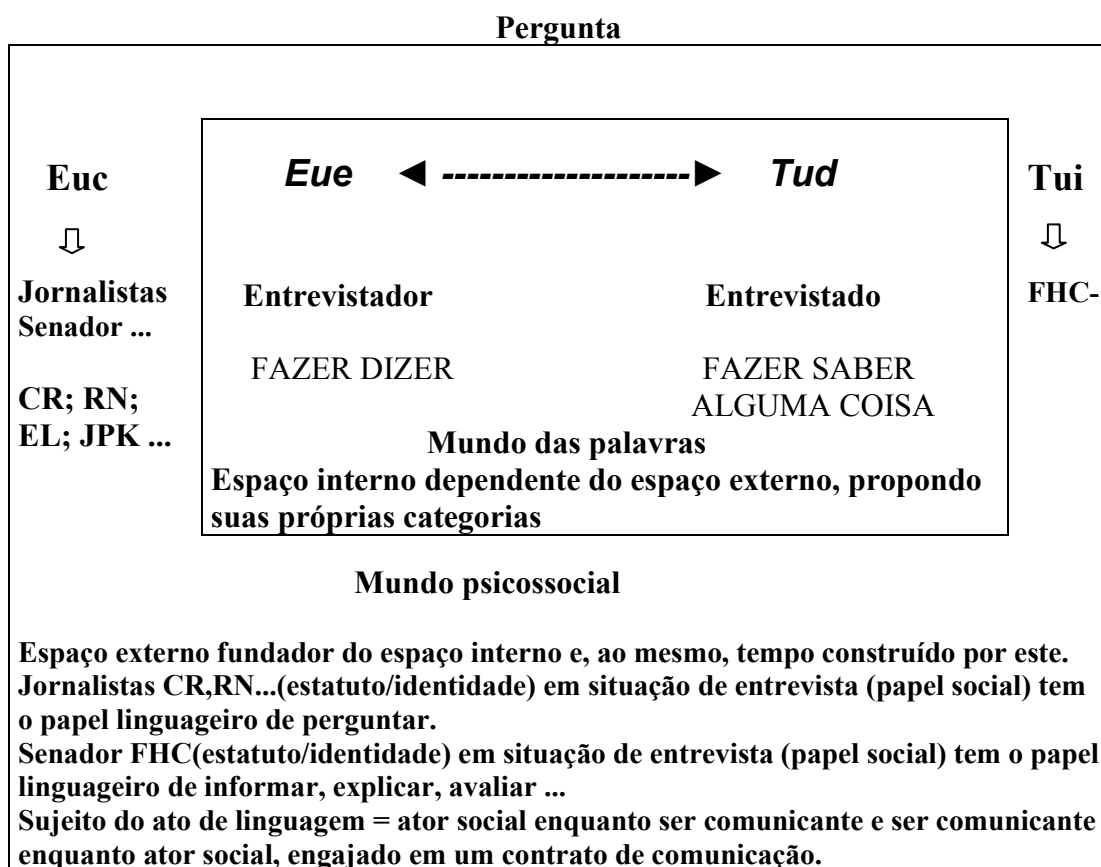


Fig. 12

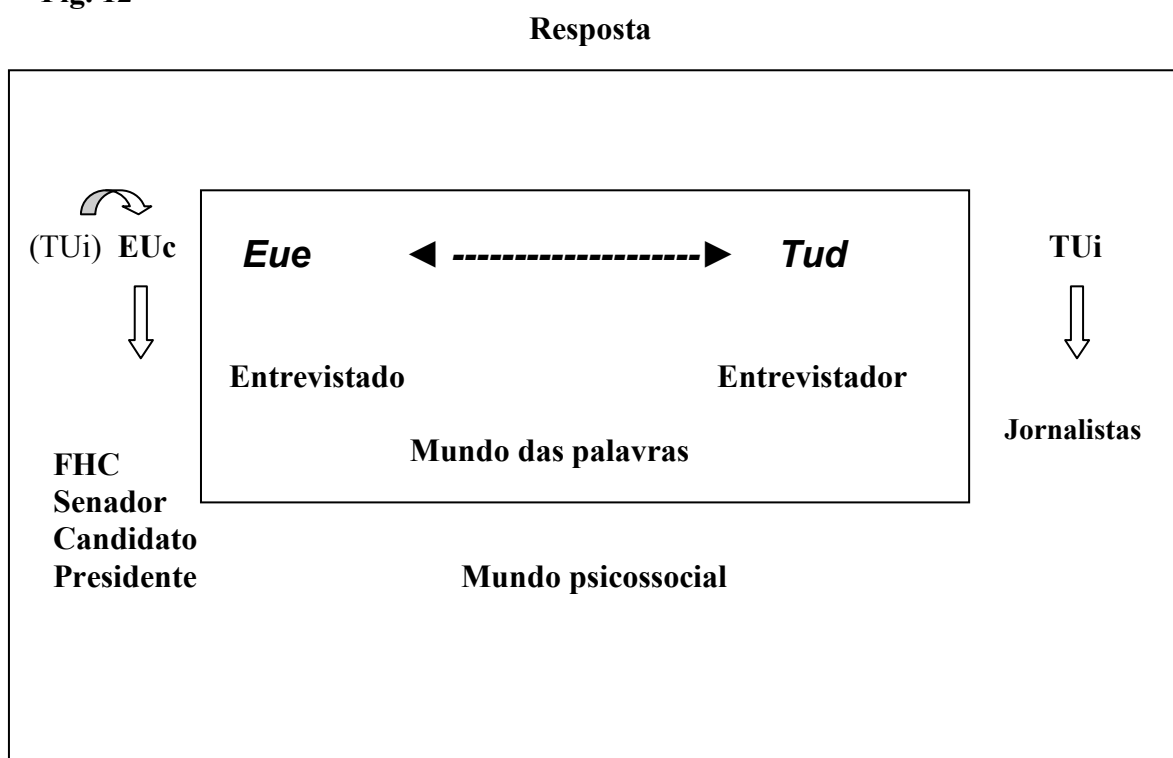


Fig. 13

O TUi (do quadro da pergunta) torna-se EUc (no quadro da resposta). Pode-se ver uma imbricação das instâncias de recepção/produção, TUi (da pergunta), ouvinte, mais ou menos passivo e constitutivo, passa, na resposta, a EUc, condicionado pelas estratégias de sua instância como TUi. Se a pergunta define a ação futura do interlocutor, este, ao responder, subordina-se ao entrevistador em função do contrato da entrevista, em caso de cumprimento deste. A ilusória e temporária assimetria antes favorável ao EUc jornalista reverte-se ao EUc FHC, que tem algo a dizer. Quando EUc aciona EUe, o faz a partir de uma instância socio-histórico-discursiva. Assim, a identidade de EUe (linguageira) é tecida pelo EUc. A instância social de onde emerge o discurso é, no entanto, tecida por várias entradas que podem ser condensadas pela noção de interdiscursividade, ou seja, todo discurso tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos. Embora o contrato preveja uma atividade específica, a relação social estabelecida pela dialogização, definida como co-enunciação, pende, podemos dizer em uma conclusão ainda provisória, no caso da entrevista de FHC Presidente no Roda Viva, para o entrevistado; aquele que tem algo a dizer sobrepõe-se àquele que, embora detenha contratualmente a iniciativa do processo ou prática languageira, desempenha um papel de coadjuvante na ‘mise en scène’, cujo protagonista é o respondedor com saber enciclopédico (sociólogo, professor universitário, escritor, intelectual, senador, ministro da fazenda, candidato a presidente e presidente). Abaixo arrolaremos trechos do *corpus* que sustentam o posicionamento assumido.

A) FHC-Presidente-EUc > EUe responde, desqualificando :

EL: *O senhor não teme que essa abertura atinja muito fortemente o parque industrial e leve a uma desindustrialização?(p.322).*

FHC: Mas () é o contrário. Essa tese não se sustenta pelos dados, quer dizer, nós estamos só aumentando a produção. Olha, a Gazeta Mercantil publicou e eu recebi depois deles a lista de projetos que estão preparando para o Brasil. Eles que

fizeram, levantaram nome por nome, até o ano 2002. São 220 bilhões. Como é que vai falar em desindustrialização? Externo e interno. Não existe isso, uma coisa muito importante na vida é olhar os dados.

EL: *Mas o PIB industrial está caindo.*

FHC: Não está caindo não. Esteve o ano passado porque nós seguramos o crescimento que estava 10% em janeiro e fevereiro (....)

EL: *Dezesseis.*

FHC: Não, não, não. Eu posso mostrar hoje, eu tenho aqui, menos de dez. O dispêndio efetivo, agora.

EL: *O Banco Central já deu dezesseis.*

FHC: Do Banco Central, desculpa, eu sou o presidente da República, devo saber um pouquinho mais. (risos)

A identidade que emerge de FHC-Presidente-EUc-EUe é de um pensamento esclarecido, ampliado, baseado em dados. Utiliza-se o ato diretivo da pergunta com efeito perlocutório de desqualificação (Como é que vai falar em desindustrialização?) Observa-se também o ethos professoral (“uma coisa muito importante na vida é olhar os dados”). Ocupa-se uma posição privilegiada na topografia social.

B) FHC-Presidente-EUc > EUe realiza auto-pergunta.

Há inúmeros exemplos de realização de auto-pergunta pelo entrevistado, solapando a cristalização de papéis prevista pelo contrato da entrevista. Vejamos:

FHC: (...) Contra a opinião de muita gente, enfrentamos tudo. Congresso em certos momentos, movimentos sociais em outros momentos etc. Mas com convicção. E qual era a convicção? De que se não houvesse um controle da inflação (...) (p. 323).

FHC: (...) Muito bem, nós precisamos da reforma administrativa e a outra é a previdenciária. O que que é previdenciária? Basicamente é o seguinte: fazer com que as pessoas se aposentem mais tarde (....) (p. 326).

FHC: Qual é o problema que você tem com o nosso Estado? Um é que ele hoje ao invés de , ele não tem mais condições de ser estado produtor direto (...) (p. 339).

C) FHC-Presidente-EUc > EUc pergunta ao entrevistador.

Amostras de inversão contratual, Entrevistado realiza o ato de pergunta ao entrevistador.

FHC: Você acha que isso é ele ou é opinião de todos? (p. 334).

EL: Não, eu estou querendo perguntar.

FHC: Mas alguém acha o contrário?

EL; Não sei

EL: O senhor se considera um seguidor das idéias que o Fernando Collor trouxe ao Brasil a partir de 90? (pp.335/336).

FHC: Quais, aqui, você acha que o Fernando Collor tem idéias para trazer pro Brasil? (p.336).

FHC: (...) Você sabe quanto tem o Banco do Desenvolvimento econômico para o ano que vem? E esse ano também. Entre 11 e 13 bilhões de reais (...). (p.342).

D) FHC-Presidente-EUc > EUc recusa realizar resposta à pergunta do entrevistado:

EL: Como é que o senhor define Paulo Maluf? Como é que o senhor define Paulo Maluf hoje? (p.329).

FHC: Eu não vou definir. Eu não gosto de definir pessoas. Eu nunca defini ninguém.

EL: O senhor acha que ele vai ser candidato?

FHC: Sei lá, problema dele.

E) Jornalista EUc> EUe solicita permissão para realizar pergunta. Reconhecimento do peso da posição do entrevistado.

RN: Uma pergunta mais objetiva, se o senhor me permite. Na eleição municipal (....) (p.330).

O posicionamento hierárquico do entrevistado resultou em singularidades: houve uma mudança proxêmica, a entrevista realizou-se nas dependências do Palácio da Alvorada e não nos estúdios da TV Cultura em São Paulo. Também houve uma extrapolação do tempo de duração previsto. Tais especificações dão um caráter especial ao contrato de comunicação.

Buscamos nas demais entrevistas que constituem o *corpus* de estudo (entrevista de FHC- Senador e FHC- candidato à Presidência da República) especificações que configurassem a natureza do contrato firmado. Vejamos, primeiramente, particularidades e regularidades na entrevista como senador e, na sequência, na entrevista como candidato.

A. FHC-Senad.EUc >EUe responde, desqualificando:

1. CT: *Dentro ainda da linha da questão da ambigüidade, como é que o senhor analisa o comportamento de algumas das principais figuras do partido que hoje estão muito mais pró Collor e têm feito declarações favoráveis ao entendimento?*(pp.185/186).

FHC: (Eles têm declarado) com toda franqueza. E nós achamos que é normal isso que, num partido democrático, que as coisas evoluem. Você tem um processo que num dado momento não dá pra fazer, num momento seguinte é imperativo fazer (...) É exatamente essa dinâmica, se fosse dar aula aqui diria, esse raciocínio é (aristotélico tomista), você acha que tudo é cara ou coroa, um, dois, e o nosso é mais (de movimento). (p.186.)

2. JCB: *O senhor colocou que o raciocínio é meio primário, mas eu me permito discordar (...) (p.188)*

FHC: (...) Como é que vocês querem que façam a coisa, que tirem do bolso do colete a solução? É essa o certo? Não, há um debate, há uma dinâmica. Simplesmente, nós não estamos habituados à democracia () não dá.(p.188)

- . CR: *Por que não recusaram de cara?(p.222).*

FHC: Mas estou dizendo a você qual seria a consequência, aqui há economistas, suponho, ou ninguém é? Qual seria a consequência imediata disso? Esse é que é o problema. É muito fácil você dizer joga fora, mas se você aperta o botão detona a bomba, mas mata todo mundo.

B. FHC Senad.EUc >EUe realiza autopergunta:

1. JE: *Agora, uma das críticas que se fazem ao PSDB é a sua indecisão, nunca se define direito (...) (p.169)*

FHC: É, é engraçado esta questão da indecisão (...) nós levamos uns dez dias discutindo, por quê? Porque os programas eram muito diferentes (...) Mas que coisa engraçada: primeiro critica porque não, depois vai pro palanque, por que isso? Porque havia uma torcida, possivelmente não a maior parte da imprensa (...) (p.171)

2. JCB: *Mas o senhor acha que desta vez vai sair, o Congresso, mais uma vez, vai se ajoelhar perante o Executivo?(p.217)*

FHC: Não, não, não (...) Veja, nós defendemos a medida provisória na Constituição (...) O que está errado? Está errado é o abuso. Cento e sessenta e oito. E por que está errado? Está errado porque isso perturba o funcionamento (...) (p.218)

3. CAS: (...) *E aí diz ele o seguinte: que as forças mais avançadas do país, as forças políticas mais esclarecidas do país estão deixando o presidente sozinho (...) O senhor acha que isso faz lógica?*(p.173)

FHC: Vamos, vamos examinar com calma (...) Na verdade, eu acho que o raciocínio do Sérgio Abranches tem sua base de razão (...) Agora, como é que se faz isso? Isso precisa estar no governo para fazer? (p.175)

4. JE: (...) *o Jaime Marques, aqui de São Paulo, ele pergunta sua opinião por que Paulo Maluf tem tanto espaço no eleitorado de São Paulo?* (p.177)

FHC: (...) Agora, por que o Paulo Maluf tem isso? Porque o Paulo Maluf, ele é um sujeito persistente (...) Qual é a mensagem? A mensagem um pouco do que ele faz coisas (...) (p.177)

5. CAS: *É que existe uma ambigüidade (...) se fosse pelo programa teria mesmo que apoiar Collor, mas por razões históricas.?* (p.184)

FHC: Aí vem o depende, por quê? Por que das condições em que o programa é posto (...) Agora, depende do quê? Depende das forças que estão apoiando (...) (pp.184/185).

C. FHC Senad.EUc >EUe responde, estabelecendo polêmica:

1. CT. *É (), o senhor que é um dos principais líderes e uma das principais figuras do partido faz toda essa longa digressão sobre a questão de depende disso, depende daquilo (...)* (p. 187)

FHC: Não, eu não faço digressão nenhuma não.(p.187)

2. RT: *Não é meio confuso, senador?* (p.187)

FHC: Confuso, para quem? É o processo (...) (p.187).

3. JCB: *Senador, essa indecisão ()* (p.189)

FHC: Não é indecisão nenhuma, veja você. Estão transformando seriedade em indecisão, respeito à opinião da diversidade em indecisão. Isso, desculpe, é meramente () não é certo. (p.189)

4. CR: *Antes, antes de chegar lá, aceitou, admitiu o Plano Collor II, consubstanciado na medida provisória , nem sei que mais ...*(p.219)

FHC: É, por quê? Por que ()

CR: *Já é o novo Congresso* ()

FHC: Não, não, não. Não adianta a gente ficar com o estilingue , não é? Tem que entender a razão das coisas () (p. 219)

5. JCB: *Ah, o senhor aposta, porque antes o senhor não tinha resposta tão conclusiva.*

FHC: Não, não (risos) Olha como é difícil entender as coisas. Não, não, não. Eu disse quais eram os obstáculos. Eu sou parlamentarista e eu tenho de agir em função disso.(p.231)

D. FHC Senad.EUc >EUe realiza pergunta ao entrevistador:

1. FF: *Agora, senador, essa conversa já vem antes do segundo turno.*(p.200)

FHC: Mas por que razão?

2. FF: *O senhor aceitou ser ministro do Collor?* (p.201)

FHC: Você é o Collor pra convidar? (risos)

E. FHC Senad.EUc >EUe responde, demonstrando experiência no papel instituído pelo contrato da entrevista.

1. JE: *A lógica é se o senhor acredita no sobrenatural?*(p.194)

FHC: É, vamos lá. Já me perguntaram, nesse mesmo programa, isso aqui, mas eu vou responder (...)

2. CR: *Pois é, mas o PSDB é um partido moderno, novo.* (p. 198).

FHC: Bom, eu não vou fugir. O fato de ser moderno não implica ser fora da realidade (....) (p. 198).

F. FHC Senad.EUc >EUe intervém de modo espirituoso:

1. FE: *Um pouco de chuva em São Paulo , começamos o programa um pouquinho atrasados.* (p. 170).

FHC: Pouco de chuva? Quase morri afogado pra vir da USP pra cá. Difícil. (p. 170)

2. JE: *Agora vamos falar de uma coisa um pouco mais difícil, vamos dizer assim.*(p.171).

FHC: Opa! (p.171).

3. JCB: *Como é que o senhor vê esses três candidatos?* (p. 228)

FHC: Quer dizer, vamos do local ao nacional. Você não quer saber quem vai ser o secretário geral da ONU? A gente pode palpar também. (p. 228)

O clima distenso marcado por risos exemplificado acima repete-se em outros momentos, é possível conferir nas : páginas 180, 184, 187, 188, 194, 201, 230, 231, 232 do anexo II.

G. Jornalista Mediador EUC>EUe interpõe-se, organizando turnos de intervenção dos entrevistadores e explicitando o formato do contrato.

1. JE: *Desculpe, interrompê-lo, (), pela ordem, o Florestan estava inscrito, o Bardawil e você.* (p.176)

2. JE: *Desculpe, só um minutinho. Só pra completar a roda, o Tramontina, estava no tempo dele fazer uma pergunta e depois o Jaime Martins.*(p.186)

3. JE: *Um de cada vez.*(p.188)
4. JE: *A Roseli, por favor, Carlos Alberto, a Roseli, eu interrompi, depois você.*
(p.196)
5. JE: *Conclua, por favor, porque o nosso tempo ()* (p.232)

H. Jornalista Entrevistador EUc >EUe intervém, cobrando cumprimento do contrato:

- 1.JCB: *O senhor não concluiu a resposta à minha pergunta. O senhor vê chances no parlamentarismo?*(p.205)
2. JCB: *Senador, o senhor não tocou num ponto básico da pergunta que eu acho fundamental ()*(p. 211)

As particularidades definidoras do contrato estabelecido entre os interlocutores foram, igualmente, observadas na entrevista enquanto candidato. Vejamos.

A. FHC Candid.EUc >EUe responde, desqualificando:

1. CR: *Eu queria saber o seguinte: não é inquietante um homem público demorar tanto tempo, estou falando 30 anos, pra descobrir que escolhia, escolhia seus aliados errados? Ainda mais que o senhor, certamente, ou muito provavelmente pra mim, não terá 30 anos na presidência da República pra corrigir eventuais erros de escolha de gênero?*(p.260)

FHC:Veja você. Se fosse tudo o que você disse a premissa fosse certa, a resposta estava contida nela, não é? Então eu não tinha nem que responder, só que não é assim.

2. CR: *O senhor não corre o risco de, já que está aliado ao PTB e ao PFL, certamente fará parte do governo, não sei. Chamando também o PT para algum tipo de atendimento, cair na mesma paralisia de outras enormes frentes que se formaram?* (p.274)

FHC: De novo, você me desculpe, mas é que tem que raciocinar em processo (....)

FHC Candid.EUc >EUe realiza autopergunta:

1. RX: (...) *Quer dizer, a minha pergunta é a seguinte: o senhor não teme que o mesmo Plano Real dando certo não dê tempo, as pessoas não consigam associar o Plano Real a seu nome pra sufragar o seu nome?*(p.245)

HB: *Senador, antes do senhor responder, apenas quero dizer: a maioria das perguntas e faxes estão chegando aqui são exatamente em cima do Plano Real, alvo da pergunta do Rui.*

FHC: (...) esse Plano nós estamos fazendo não é o Plano, é uma tentativa de estabilização da economia que vem há um ano. () o discurso que eu fiz de posse do ministério da Fazenda, eu fiz o que eu disse lá em anexo. Eu era candidato? Não, não era. (...) Por que não foi feito antes? (p.246)

2. JG: (...) *Eu gostaria de saber do senhor, o senhor eleito como é que o senhor vai trabalhar com estes partidos como presidente da República, principalmente na distribuição de cargos públicos?*(p.247)

FHC:O que eu tenho dito não é que eu não aceito negociação política (....) Por que não tem trazido resultado? Porque, muitas vezes, o presidente da República nem quer saber daquele ministro, mas vem a bancada e coloca o ministro. Ou é o ministro ou não tem apoio e aí o que acontece? O presidente recebe pouco o ministro e fica uma equipe que não funciona. (...) (p.247)

C. FHC Senad.EUc >EUe responde, estabelecendo polêmica:

- 1.CR: *Eu queria ficar numa questão de conceito também sobre este caso da seleção, bagagem, etc. O senhor disse pra não fazer um cavalo de batalha. Isso é.*(p. 242)

FHC: Não, não. Não foi isso que eu disse, eu disse pra não contrastar isso, não confundir a vitória, o tetra, o fato dos jogadores etc, etc com este episódio. O episódio é o episódio, limitado. Está errado, acho que tem que pagar. Minha opinião dei de cara, dei até um exemplo pessoal, que eu acho que tinha que ser feito.

CR: *Pois é, não acho que seja tão limitado assim, senador, porque o governo. O senhor, mesmo no ministério, fez da questão do equilíbrio fiscal, do equilíbrio das contas públicas, um cavalo de batalha para as outras questões.*

FHC: Mas isso é um tremendo cavalo.

CR: *Pois é, na medida em que (...)*

FHC: Exatamente, vamos pegar seu ponto aí.

CR: *Na medida em que(...)*

FHC: Compare uma coisa com a outra, não tem comparação, não é Clóvis?

CR: *Como não tem? O exemplo é importantíssimo.*

FHC: Oh, Clóvis, Clóvis, Clóvis.

CR: *Os símbolos são fundamentais, senador.*

FHC: Vamos falar.

CR: *Na medida em que o senhor não se incomoda com a liberação possível.*

FHC: Não, não, não. (Perdão), não, não. Em primeiro lugar, o que se pode fazer.

CR: *Seja ela de um dólar ou cem dólares.*

FHC: Espera um pouquinho, não fale isso, não, não.

CR: *(Só que estamos falando de conceitos).*

FHC: Não, não. Em primeiro lugar, não fale isso, na medida em que você não se incomoda, porque eu me incomodo. Então não ponha em mim.(p.244)

Pôde constatar-se relativamente ao contrato comunicacional: (i) realização de autopergunta nas três entrevistas, caracterizando violação dos papéis previstos contratualmente, com o entrevistado fazendo aparecer para si um duplo papel social de entrevistado/entrevistador; (ii) a estratégia de desqualificação também se repete, enfatizando uma assimetria superior do entrevistado relativamente aos entrevistadores; (iii) tensão na busca de uma interação menos vertical marca-se em trocas polêmicas, algumas vezes, explicitamente ásperas; (iv) cobrança pelo entrevistador, com pequena frequência, de cumprimento contratual através de complementação de resposta considerada inconclusa; (v) experiência do entrevistado no papel instituído contratualmente, definidora na realização das estratégias discursivas. Da inter-relação papéis languageiros/identidade comunicacional-discursiva observa-se: proeminência desqualificadora sobre alocutário; ethos epistêmico, julgamentos incisivos alicerçados em vivência socioinstitucional; redundando em uma identidade comunicacional pró-ativa, superior, esclarecida.

Ao final desse exercício analítico, pode-se dizer que o quadro enunciativo elaborado por Charaudeau possui uma dimensão taxionômica que permitiu captar funções previsíveis a serem desempenhadas nos diversos lugares enunciativos, para a universalização de qualquer prática discursiva, permitindo a constatação de identidades comunicacionais. Restam, no entanto, algumas indagações em busca de respostas, a saber:

- (i) as relações entre os lugares EUc e EUe não estariam um tanto quanto vagas? Como incorporar a questão da emoção, do descumprimento do contrato, do exercício do poder?
- (ii) será que o contrato da entrevista teria condições de se impor aos sujeitos do mundo, ou ele determinaria apenas os sujeitos da linguagem (EUe e TUD)?

- (iii) à primeira vista, ele é, de fato, EUc, mas que papel devemos atribuir a FHC-presidente, FHC-senador etc.? Em grande parte das circunstâncias, o contrato da entrevista parece ser violado, precisamente porque o FHC-presidente como EUe não cumpre o seu papel essencial no contrato. Parece que o FHC anula toda a função do EUe, pois tudo passa por ele, mesmo com funções diferentes, na dimensão de um EUc.

O tratamento com os dados permite algumas sinalizações para as indagações apresentadas. Relativamente às emoções, pode-se dizer, pelo menos no quadro enunciativo, que há uma espécie de passagem mesmo entre o EUc e o EUe. O primeiro, enquanto sujeito histórico, está envolvido no jogo interlocutivo, é o criador da emoção e está dotado para fazer aparecer um sentimento na fala. Ele sabe que se disser X pode provocar efeitos nos interlocutores. Então ele "delega" a um EUe a tarefa de dizer X, passar emoções, ironias, ou exprimir-se de um modo frio, conciso. Há uma delegação de EUC ao EUe, pois o EUe não conseguiria fazê-lo sozinho. Assim, teríamos:

(i) Uma relação de correspondência entre EUc e EUe, a emoção realizada e materializa na enunciação de EUe corresponde à emoção sentida, de fato, pelo EUc, teríamos assim : $EUc = EUe$.

(ii) Uma relação de controle de EUc sobre EUe. Embora sinta a emoção, EUc não permite que EUe a exprima. Assim, EUc  EUe.

(iii) Uma relação de fingimento, mais complexa, como no caso de encenações. De quem é a emoção expressa por EUe? Embora acione a EUe, a emoção realizada por este pode retornar ao EUc e modificar o sentimento de fingimento deste. Mas a própria natureza da emoção seria diferente, seria realizada para emocionar deliberadamente a platéia.

Poderíamos sintetizar o exposto de duas maneiras:

Em (i), EUe é espelho de EUc, já em (ii) e (iii) EUe é a máscara de EUC.

A movimentação, as margens de manobra na construção e operação de seu plano estratégico podem derivar de uma conjunção de fatores, como por exemplo, dos universos epistêmicos, deônticos ou da esfera do poder que atravessam o sujeito histórico, bem como dos estados mentais desse mesmo sujeito, sua ação para o fingimento ou para a racionalidade, essa última será abordada no capítulo seguinte, ao tratarmos das condições de emergência da racionalidade nas ações/produções discursivas do sujeito.

CAPÍTULO IV

A EMERGÊNCIA DOS PADRÕES DE RACIONALIDADE NAS PRODUÇÕES/AÇÕES DISCURSIVAS

Este capítulo arrolará inquietações que apontam, particularmente, para a noção de sujeito, problematização maior do campo discursivo. Da postulação de que “é certo que um sujeito falante é sempre parcialmente sobredeterminado pelos saberes, crenças e valores que circulam no grupo social ao qual pertence ou ao qual se refere, mas ele é igualmente sobredeterminado pelos dispositivos de comunicação nos quais se insere para falar e que lhe impõem certos lugares, certos papéis e comportamentos” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 115), emergem muitas indagações: em que nível dão-se tais sobredeterminações? Haveria uma relação de simetria ou de assimetria entre elas? Qual é a margem de manobra do sujeito? Qual é o espaço para a racionalidade das ações diante da referida dupla sobredeterminação? Afinal, prevaleceria o anti-humanismo da primeira geração da análise do discurso, materializado na noção de assujeitamento?

Afastamo-nos dessa última posição e apostamos em uma ação pelo sujeito, ou seja, as clivagens, as sobredeterminações ou o conjunto de coerções não anulam a racionalidade e liberdade para a ação. Assim, em defesa de tal postulado, partiremos de uma conexão envolvendo noções, tais como: sujeito, autonomia, liberdade, racionalidade, intencionalidade, extraídas de reflexões de diferentes autores como Davidson, Searle (racionalidade da ação, intencionalidade), Renaut (autonomia do sujeito relativamente à heteronomia; autonomia enquanto dependência de regra autofundada), cotejando-as às abordagens discursivas da Semiologia e à Teoria dos Atos de Fala, em sua dimensão atual. Delimitamos as indagações anteriormente apresentadas, canalizando a atenção em busca de respostas para as seguintes questões: Como se deve pensar o sujeito hoje? Quais são as dimensões de

racionalidade e liberdade do sujeito em suas ações/produções discursivas? E, mais especificamente, não seria o ato assertivo de crítica a expressão de autonomia do sujeito por excelência?

Para a consecução do desafio expresso acima, dividimos esse capítulo em duas partes. Na primeira, abordaremos, brevemente, a história da irrupção do indivíduo em sujeito seguindo as reflexões empreendidas por Renaut (2004), juntamente com a correlação razão/ação, análise do discurso/teoria da ação (ação, intencionalidade, comunicação), cotejando Davidson (1993) e Searle (1995). Na segunda parte, faremos uma proposta de aplicação em extratos de nosso estudo do ato assertivo de crítica, como complementação analítica, acrescentando, por exemplo, as noções de razão primária e intencionalidade no mapeamento da crítica.

4.1 Da irrupção do sujeito - revisitando, brevemente, a história

Muito embora reconheça que a noção de indivíduo tenha um longo passado, Renaut (2004) aponta para a valorização do indivíduo como uma concepção moderna, ou seja, foi mediante a afirmação do indivíduo enquanto princípio e valor que a modernidade pôde constituir-se, principalmente, na apreensão específica da liberdade, denominada por Heidegger (1971, apud Renaut, *idem*) de uma “nova liberdade”: “Na nova liberdade, a humanidade quer assegurar-se do desenvolvimento autônomo de todas as suas faculdades para exercer seu domínio sobre toda a Terra.”

A correlação entre modernidade e liberdade em termos de autonomia levará ao enfrentamento de algumas questões, a saber: em que medida essa “nova liberdade”, desconhecida de Platão ou Aristóteles, determina uma nova representação do ser humano? Mesmo admitindo que a autonomia seja “resolutamente moderna”, será que convém

identificá-la simplesmente como a “liberdade dos Modernos”? A complexidade da temática aponta para diversos caminhos, o referido autor salienta, no entanto, que as condições exatas exigidas pela moderna valorização ainda estavam distantes de serem preenchidas no quadro grego. Interessa para esse estudo o postulado de que é na modernidade que o ser humano é concebido como fonte de suas representações e de seus atos, seu fundamento (subjectum, sujeito): o homem do humanismo é aquele que não concebe mais receber normas e leis nem da natureza, nem de Deus, mas que pretende fundá-las a partir de sua razão e de sua vontade. Sobre as dificuldades relativas às noções e valores autonomia/independência e sujeito/indivíduo, tidos como equivalentes em muitas análises sobre individualismo contemporâneo, Renaut (idem) propõe compreendê-los, a partir da determinação propriamente democrática de uma cultura, a qual demonstra como a dinâmica da democratização pode identificar-se com a afirmação do indivíduo enquanto princípio e valor, definindo o individualismo moderno pela revolta dos indivíduos contra a hierarquia em nome da igualdade e pela denúncia das tradições em nome da liberdade. Assim, os temas igualdade x hierarquia e liberdade x tradição caracterizam a “era democrática”, na qual o indivíduo se afirma enquanto valor, pois na lógica da igualdade um homem vale outro, fato que se traduz na universalização do direito do voto; e afirma-se também enquanto princípio, uma vez que na lógica da liberdade, apenas o homem pode ser, por si mesmo, a fonte de suas normas e leis, filiando-se à autonomia contra a heteronomia da tradição. Extrairemos daí a idéia de liberdade como autonomia, a qual não se opõe à dependência, mas à heteronomia. Em outros termos, autonomia como dependência em relação a regras, entretanto dependência percebida como compatível com a liberdade, porque uma dependência fundadora da liberdade autêntica, na medida em que essa liberdade autêntica (humana) não é a liberdade (natural) sem regras, mas consiste em fazer com que o próprio humano seja o fundamento ou fonte de suas normas e leis.

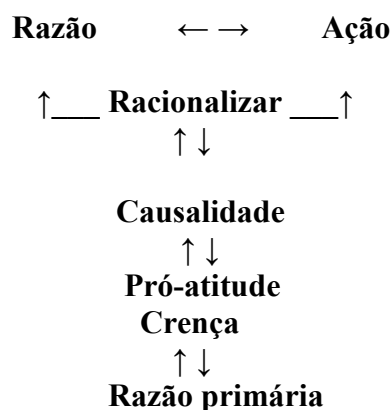
Trazendo essa discussão para o terreno do discurso, veremos essa fundação das normas e leis em uma relação de intersubjetividade, procurando, no entanto, observar o exercício singular do sujeito no tratamento dos valores, desejos, crenças efetivados na ação, sem efetuar uma retomada a uma dimensão de natureza solipsista. Em outras palavras, buscamos uma explicação da racionalidade e liberdade/autonomia do sujeito em suas ações/produções discursivas, mais especificamente na realização concreta do ato assertivo de crítica em uma situação de trocas discursivas.

Na seqüência, focalizaremos a questão da racionalidade na ação discursiva a partir das reflexões de Davidson (1993), Searle (1995, 2001) e Mari e Aguiar (2005), pois as mesmas convergem para o nosso objetivo de mostrar as margens de manobra do sujeito do discurso, ou seja, sua ação construída na racionalidade. Assim, sem o paroxismo de um retorno ao solipsismo puro ou à anulação da subjetividade pela alteridade coletiva, enfrentamos o desafio em perscrutar o sujeito enquanto ser biológico e social mobilizando conceitos para esta tarefa.

4.2. Discurso/ação: por uma explicitação racional

Como avaliar a racionalidade de um discurso/ação? Sob que condições uma crítica pode ser concebida como racional?

Reconhecendo a complexidade e as dificuldades das categorias envolvidas, vamos delimitar o tópico para a aproximação entre discurso/ação, apoiando-nos na formulação de Davidson (1993, p. 16) de que “toda vez que alguém faz alguma coisa por uma razão, pode-se dizer (a) que existia uma espécie de pró-atitude em relação a ações de um certo tipo e (b) que esse alguém acreditava (sabia, percebia...) que esta ação era desse tipo.” Um padrão sobre a justificativa da racionalidade das nossas ações poderá vir, pois, de uma explicação causal, a partir de um nexo entre um antecedente e um conseqüente, sendo, assim, esquematizado:



Davidson (ibidem) tem como propósito mostrar o caráter racional da construção de uma ação. O esquema acima esclarece que a racionalização de uma ação pode ser justificada em função de uma rede de causalidade, ou seja, toda vez que um agente dispõe-se a realizar uma ação, sua tentativa implica a localização de dois fatos em uma rede inicial. De um lado, existe uma pró-atitude⁵², disposição inicial que impele o agente para a sua realização e, do outro lado, situa-se uma crença (percepção, conhecimento) do agente de que tal ação precisa ter uma determinada característica. Emerge, daí, como cerne da questão, também para esclarecer tais elementos, o conceito de razão primária nos termos davidsonianos: “a razão primária de uma ação é a sua causa”.

Mari e Aguiar (2005) assumem o quadro desenhado por Davidson para pensar a questão do sentido e sustentar a correlação entre discurso e ação, pois se pode supor que uma razão primária, que emerge em um processo interativo, deve representar alguma forma de decisão sobre o sentido, pois não se pode supor que razões primárias que engendrem ordens, agradecimentos, críticas, elogios ou ofensas sejam desprovidas de quaisquer orientações para um sentido que, em circunstâncias particulares, seja mais apropriado à realização desses atos em um processo interativo. Afirmam ainda que o desafio de determinar a razão primária para

⁵² Em comentário, Mari e Aguiar (2005) distinguem pró-atitude de pré-atitude, essa última apontaria apenas para uma disposição inicial que favorece a realização de uma ação qualquer, correspondendo às condições preparatórias na teoria dos atos de fala. Uma pró-atitude para a ação (anotar no quadro) pode ser caracterizada em termos de CLAREZA NECESSÁRIA AO EXPOR IDÉIAS; uma pré-atitude seria a disponibilidade necessária para isso (quadro, pincel, capacidade de escrita do agente etc.)

justificar a racionalidade de uma dada ação não pode ser desvinculado daquilo que se faz representar pelas condições de sentido dos discursos que servem de suporte para essa ação. Até porque, ao analisarmos discursos⁵³, continuam os referidos autores, jogamos com uma perspectiva de compreensão da linguagem enquanto instância da criação de sujeitos sociais, bem como da forma pela qual esses sujeitos se apropriam dos recursos da língua, complementos considerados necessários para falar de racionalidade das ações intermediadas por discursos. Não nos aprofundaremos na questão sobre o sentido⁵⁴, pois a mesma abre para muitas outras dimensões que escapam ao escopo desse estudo. Vamos, assim, nos valer das noções acima expressas, buscando materializá-las através de uma demonstração lingüística, servindo-nos de extratos análises realizadas em outros capítulos de nosso estudo, buscando uma explicitação racional para as realizações críticas agora em uma rede de causalidade.

4.2.1 Ato assertivo de crítica – amostragem de análise

Retomamos o posicionamento já expresso anteriormente de que a intervenção na realidade através do exercício da crítica, muitas vezes, constitui um foco de conflito, de tensão. A explicitação da tessitura desses objetos construídos pode levar-nos a entender aspectos da realidade social através dos estados de coisas transformados em alvo de avaliação por falantes concretos, em suas trocas lingüísticas reais. Ampliamos o posicionamento, entendendo a crítica como a expressão, por excelência, da autonomia e liberdade do sujeito. Tal como vimos no capítulo II, os atos assertivos de crítica constitutivos do *corpus* foram agrupados em diferentes classes (Classe I - política partidária nacional (entrevista Senador -

⁵³ Fiorin (1996) sintetiza duas teses consideradas centrais para qualquer Teoria do Discurso, a saber: o discurso é da ordem do acontecimento, da História, embora obedeça às coerções da estrutura, conseqüentemente, não há acontecimento fora dos quadros do tempo, do espaço e da pessoa. Assim, é o lugar da instabilidade das estruturas, lugar onde se criam efeitos de sentido com a infringência às leis do sistema, antes mascaradas pela episteme da estabilidade.

⁵⁴ Ver Mari (s/d) em “Os lugares do sentido”, texto que contempla e integra distintas abordagens sobre o sentido, a saber: sentido e sistema, sentido e sujeito e sentido e história.

SE 1); classe II - Governo Collor (entrevista Senador - SE 2) ; classe III situação discursiva: Classe III A (entrevista como candidato CAN 1); Classe III B (entrevista presidente PRE); Classe IV - formação de governos no Brasil (entrevista Candidato - CAN 2), observando o critério de similitude do estado de coisas reportado, ou seja, tendo em vista o alvo sobre o qual incide um julgamento de caráter negativo. Sobre eles foram projetados os componentes definidores da força assertiva. Assim, nessa seção, retomamos exemplos de crítica analisados no capítulo II, agora vistos a partir de uma explicação para a racionalidade dos atos realizados. Desta feita, elegemos apenas um ato de cada classe para aplicação da formulação de Davidson. Da correlação entre razão e ação, localizamos, na rede de causalidade, as categorias pró-atitude, crença e razão primária dos atos de crítica realizados. Vejamos:

A. Crítica extraída da Classe I:

Classe I: política partidária nacional	“Aqui no Brasil se confundem as coisas, é um pouco uma coisa do Fla-Flu, está de um lado ou do outro”.

Do extrato acima, podemos inferir os seguintes dados:

Pró-atitude	Anular a crítica que classifica o PSDB como indeciso.
Crença	Percepção avaliativa estreita dos críticos do PSDB.
Razão primária	Mostrar posicionamento político-ideológico consistente e coerente do PSDB.

Podemos dizer, inicialmente, que, na crítica que compõe a Classe I, a pró-atitude de FHC-Senador-Entrevistado pode ser representada pela disposição em [anular a crítica a um suposto posicionamento indeciso ou ambíguo do PSDB] e que essa disposição está alicerçada na crença/percepção de que os críticos [possuem uma percepção estreita para avaliação]. Então, a conjugação dos dois fatores culmina em uma razão primária que representa a causa da ação realizada: [mostrar posicionamento político-ideológico consistente e coerente do PSDB] .

B. Exemplo de crítica da Classe II

Classe II : Governo Collor	“(…) e o governo atual está muito mole”

Sobre a crítica em destaque, haverá uma mobilização dos parâmetros da causalidade. Vejamos:

Pró-atitude	Apreciar negativamente a política social realizada pelo Governo Collor.
Crença	Elencar e expor as diferentes áreas da esfera social.
Razão primária	Reprovar as políticas sociais do Governo Collor.

Na Classe II, a pró-atitude, ou disposição inicial, [apreciar negativamente a política social realizada pelo Governo Collor] conjuga-se à crença/percepção fundada em [elencar e expor analiticamente as diferentes áreas da esfera social], ou seja, apresentar as deficiências das diferentes áreas da administração federal (Saúde, Educação...), o que aparece como adequado à pró-atitude. Dessa conjugação de fatores, extrai-se a razão primária de [reprovar as políticas sociais do Governo Collor], fundamento para explicar o modo da crítica efetuada.

C. Exemplar de crítica da Classe III

Classe III: situação discursiva	“Transformar tudo num raciocínio pobre não é sério!”.

Observemos os elementos da rede de causalidade que justificarão a racionalidade da crítica:

Pró-atitude	Depreciar mudança na contextualização discursiva pela imprensa que diminui a perspectivação sofisticada do PSDB.

Crença	Comprovar o reducionismo simplista da imprensa através de exemplo pessoal de participação em situação interativa modificada
Razão primária	Reprovar prática de descontextualização da produção discursiva pela imprensa desfavoravelmente à elaboração complexa do PSDB.

Para determinar a razão primária definidora da ação crítica na Classe III, localizamos, na rede de causalidade, a pró-atitude [depreciar mudança na contextualização discursiva que diminui a perspectivação sofisticada do PSDB], e a crença de que deveria [comprovar-se o reducionismo simplista da imprensa através de exemplo pessoal de participação em situação interativa modificada]. Da conjunção pró-atitude/crença, emerge a razão primária que representa a causa da ação realizada, a saber [reprovar prática de descontextualização da produção discursiva pela imprensa desfavoravelmente à elaboração complexa do PSDB].

D. Crítica da Classe IV

Classe IV: formação de governos no Brasil	“A formação dos governos no Brasil, na medida com que ela é feita por negociação entre partidos (...) não tem trazido um bom resultado.”

O mesmo procedimento metodológico foi utilizado na observação da justificativa para a racionalidade da crítica. Vejamos:

Pró-atitude	Explicar, a partir da experiência política, o processo usual reprovável na formação dos quadros de comando dos governos brasileiros.
Crença	Expor exemplos testemunhais da prática na formação da equipe de governo.
Razão primária	Reprovar a gênese da formação dos governos no Brasil feita através da negociação entre partidos.

Na Classe IV, a pró-atitude de FHC-Candidato-Entrevistado em [explicar, a partir da experiência política, o processo usual reprovável na formação dos quadros de comando] conjugada à crença de que deveria [apresentar exemplos da prática na formação da equipe de governo] resulta na razão primária ou causa que explica a ação, a saber [reprovar a gênese da formação dos governos nos Brasil feita através da negociação entre partidos].

Assim, tais explicações causais (fazer alguma coisa por uma razão e saber, perceber que essa ação deve ser do tipo X) tornam-se uma função determinante na consecução dos atos e podemos também dizer que passam a representar uma condição para a construção do sentido desses mesmos atos. Somam-se, também, a esses aspectos, condições advindas da esfera da enunciação, ou seja, a identidade psicossocial do sujeito comunicante, o estatuto de Senador e líder do PSDB confere-lhe a crença de que possui autoridade para rebater julgamentos depreciativos que atingem seu partido, por exemplo.

As expressões de racionalidade acima apresentadas parecem confirmar a asseveração de Davidson (idem, p. 22) de que “a crença e a atitude que constituem a razão primária de uma ação podem sempre ser tomadas em correspondência com as premissas de um silogismo que nós podemos sempre construir...”.

Enfim, o exercício analítico circunscrevendo a razão primária contribuiu para mostrar, em alguma medida, dimensões da racionalidade do sujeito na realização de ações, enfatizando-o enquanto um sujeito dinâmico, constituído na relação de alteridade, mas com margens de manobra nos entremeios marcados de desejos, crenças e intenções, os quais se revelam, sobremaneira, na realização do ato assertivo de crítica.

Na seqüência, exploraremos a noção de intencionalidade como suporte para o entendimento de uma ação na esteira de elaboração de Searle.

4.3 Sobre a dimensão de intencionalidade

Para Searle (1995), a compreensão de uma ação racional está ligada à compreensão do que seja uma ação intencional, enfatizando que é impossível compreender razões que justifiquem ações se não se compreende como as pessoas podem criar compromissos e outras entidades significativas, e, conseqüentemente, criar razões. Assim, a intencionalidade é definida como uma propriedade de muitos estados e eventos mentais através da qual estes são dirigidos para objetos e estados de coisas. Por exemplo, uma determinada crença deve ser desse modo ou daquele; um temor deve ser de alguma coisa; um desejo de fazer algo ou de que alguma coisa aconteça, uma intenção de fazer alguma coisa e assim por diante. Embora siga uma tradição filosófica ao chamar “Intencionalidade” de direcionalidade ou aproximação, o autor adverte que, em muitos aspectos, o termo induz a enganos e a tradição é um tanto confusa, assim, circunscreverá o uso que pretende dar. Assim, sem adentrarmos na discussão realizada pelo autor sobre a consciência, importa-nos destacar da explicação searleana que apenas alguns estados mentais são Intencionais como crenças, temores, esperanças e desejos, havendo formas de exaltação e ansiedade não-direcionada que não são. Desse forma, atos são coisas que se fazem, mas não existe uma resposta à pergunta “o que você está fazendo agora?” nos termos: “estou agora acreditando que vai chover”, ou “esperando que os impostos diminuam”. Os estados e eventos Intencionais são exatamente isso, estados e eventos, e não atos mentais.

Searle arrola exemplos de estados que podem ser Intencionais, tais como: crença, esperança, desejo, amor, aversão, agrado, dúvida, vontade, prazer, depressão, exaltação. Alguns são essencialmente direcionados, como nos casos do amor, do ódio, da crença e do desejo, outros podem ser direcionados, como nos casos de depressão e da exaltação. Das indagações que emergem desafiadas pela complexidade da questão, salientamos a seguinte:

qual é exatamente a relação entre os estados intencionais e os objetos e estados de coisas aos quais, de algum modo, eles dizem respeito ou aos quais eles estão direcionados?

Interessa-nos, particularmente, a exploração que Searle fará entre os estados Intencionais e os atos de fala para responder à pergunta anteriormente formulada. A resposta a ser proposta é a de que os estados Intencionais representam objetos e estados de coisas no mesmo sentido de “representar”⁵⁵ em que os atos de fala representam objetos e estados de coisas. Arrolará, assim, quatro pontos de semelhança entre estados Intencionais e atos de fala, a saber:

- Estado Intencional é a condição de sinceridade desse ato de fala.
- A direção de ajuste do ato e da condição de sinceridade é a mesma.
- A condição de satisfação aplica-se tanto aos atos de fala quanto aos estados Intencionais.
- Todo estado Intencional compõe-se de um conteúdo representativo em um certo modo psicológico. Representação não é imagem, dizer que uma crença constitui uma representação é dizer que ela tem um conteúdo proposicional e um modo psicológico. Teríamos, assim, sinteticamente, a seguinte correlação:
Ato de fala F(P); Estado Intencional (Mental) S(P).

Destacamos as analogias entre estados Intencionais e atos de fala. Urge explicitar, também, as desanalogias, isto é, estados Intencionais são estados e atos de fala são atos, realizações intencionais. Logo, a realização desses últimos envolve a produção de entidades físicas, tais como os sons ou sinais gráficos, os quais não são intrinsecamente intencionais.

⁵⁵ Searle (idem) considera o uso do termo representação como o mais aviltado na história da filosofia e explica que seu uso diferirá tanto do usado pela filosofia tradicional quanto da psicologia ou da inteligência artificial. Assim, ao dizer que uma crença é uma representação, não está dizendo que se trata de uma imagem, tampouco dizendo que uma crença re-apresenta algo que já foi apresentado antes. Representação é definida por seu conteúdo e seu modo. Não há nada de ontológico no uso, trata-se de uma abreviação das noções lógicas tomadas de empréstimo da Teoria dos Atos de Fala.

Searle enfatiza assim o problema do significado ao perguntar: em sua forma mais geral, o problema do significado é passar da física para a semântica, ou seja, como passar dos sons que saem da boca para o ato ilocucionário? Integrando a indagação à discussão presente: de que modo a mente impõe a Intencionalidade a entidades não intrinsecamente Intencionais?

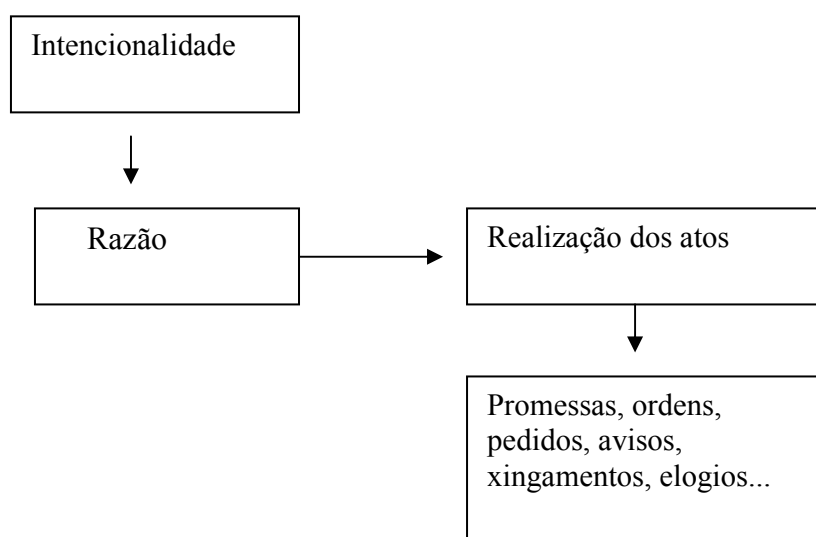
Argumentará Searle sobre um duplo nível de Intencionalidade na realização dos atos de fala. Em primeiro lugar, existe o estado Intencional expresso, mas, em segundo lugar, está a intenção, no sentido comum do termo. É esse segundo estado Intencional, a intenção com que é realizado o ato que confere Intencionalidade aos fenômenos físicos. A mente imporá uma Intencionalidade a entidades não intrinsecamente Intencionais. Seria, então, possível descrever o duplo nível de Intencionalidade no ato de fala dizendo que, ao enunciar intencionalmente alguma coisa com um certo conjunto de condições de satisfação, tornamos essa emissão Intencional, e expressamos também o estado psicológico correspondente. Assim, na realização de cada ato ilocucionário com um conteúdo proposicional, expressamos um certo estado Intencional. Exemplificando, se faço um enunciado em *p*, expresso uma crença em *p*; se prometo fazer *A*, expresso uma intenção de fazer *A*; se ordeno que você faça *A*, expresso um desejo de que você faça *A*. Todas essas ligações são internas, não sendo o estado Intencional um mero coadjuvante. A realização do ato de fala é, pois, necessariamente uma expressão do estado Intencional correspondente.

Do exposto, pergunta-se: o que sustentaria, pois, um ato de crítica nos termos da elaboração searleana?

Searle diz que a estrutura de um ato de fala pode ser formalmente mapeada na estrutura de um estado mental. Explicamos, no capítulo II, a tessitura e funcionamento da crítica a partir dos parâmetros constitutivos da força ilocucional (FI). Assumimos, agora, o desafio de estender a explicação com base na asseveração de Searle e buscar mapear o ato de fala na estrutura do estado mental, uma vez que, para o referido autor, como já vimos, não

seria possível compreender uma ação racional se não compreendemos o que é uma ação intencional em primeiro lugar. Soma-se a isso a compreensão de que as razões para nossas ações advêm do entendimento da criação de compromissos e entidades significativas pelas pessoas, no dizer de Searle (1998), da construção da realidade social. O *corpus* de nosso estudo apresenta exemplos dessa natureza, no caso, o universo democrático representado aqui pelos poderes Legislativo e Executivo. O que vem a ser um senador da República? E um candidato postulante ao cargo de presidente da República? Qual é a natureza desses objetos e dos atos produzidos nesses lugares institucionais? Como classificar esses estados de coisas que povoam e afetam formas de vida ditas democráticas?

Os esquemas abaixo⁵⁶ nos ajudarão no sentido de ilustrar os aspectos de uma fundamentação racional para as ações, sobre os quais basearemos uma proposta de exercício analítico. Vejamos, primeiramente, o esquema geral da estrutura das ações humanas, no caso, estrutura circunscrita às ações de natureza discursiva. Na sequência, são apresentadas proposições básicas de parâmetros organizadas em itens.

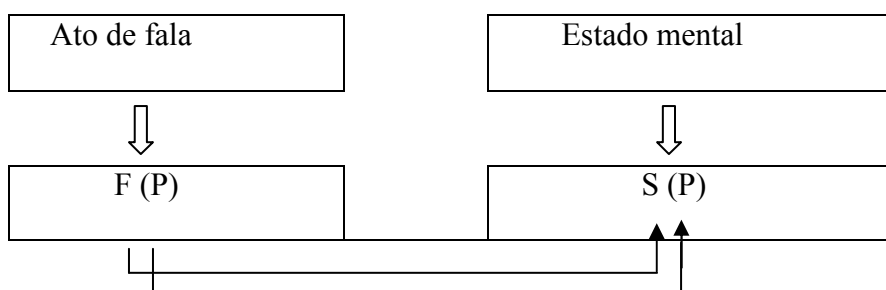


⁵⁶ Os esquemas apresentados foram extraídos de material de curso ministrado por Mari (PUC – Minas, 2007).

a.1 Assume-se a intencionalidade como uma modalização produzida pelos nossos estados mentais e aplicada a estados de coisas no mundo. Importa destacar que intencionalidade não se confunde com intenção, esta representa apenas uma dimensão daquela. Assim:

Estado mental	→	Estado de coisas
↓		↓
Intencionalidade	→	Proposição
Ordem Pedido Sugestão	→	Ferver o leite.
Promessa Desejo Convite	→	Visitar Paris.

a.2 A estrutura de um ato de fala pode ser formalmente mapeada na estrutura de um estado mental. No caso da linguagem, [F(P)] pode aparecer na forma de questão, de predição, de promessa, ou de ordem. No caso da mente, [S (P)] pode aparecer na forma de crença, medo, desejo. A força ilocucional (F) corresponde ao estado mental (S); (P) representa o conteúdo semântico em ambas as notações.



a.3 As proposições que integram um estado Intencional como crença e desejo, considerados estados Intencionais básicos, poderiam apresentar a seguinte natureza:

Estado intencional	Crença	→	Conteúdo [+proposição]	→	Creio que ... Acho que ...
	Desejo				Quero que ... Espero que ...

Transferindo para nosso objeto, a crítica, por exemplo, teria a seguinte formalização: creio (acredito) que o estado de coisas, considerado como verdadeiro, seja ruim, ineficiente, e quero ou espero que tal estado seja diferente:

Creio (p) & Des (~P)

a.4 Quadro de correlação Estado intencionais e condições de ajuste⁵⁷:

crenças (modo psicológico)	falsas ou verdadeiras (forma de ajuste à realidade).
desejos (modo psicológico)	realizados ou frustrados (forma de ajuste ao mundo).

Admitem-se, pois, para dar conta dos fatos acima, condições de satisfação e direção de ajuste. Assim:

- *Crenças* têm direção de ajuste *MENTE-MUNDO*, isto é a *mente* tem a responsabilidade de se ajustar a um estado de coisas no mundo, que existe independentemente dela.
- *Desejos* têm uma direção de ajuste *MUNDO-MENTE*, ou seja, espera-se que o mundo ajuste-se a um estado de coisas que é criado pela mente.

⁵⁷ No elencamento dos estados, reaparece a questão da emoção. Assinalamos que não avançaremos, na dimensão desse estudo, sobre a questão, no entanto, é importante observar que a posição do autor ainda carece de uma avaliação mais detalhada.

- No estado das *Emoções*, não está em questão o fato de se representar o mundo como ele é, nem como gostaria que fosse, temos, portanto, uma direção de ajuste NULA entre mundo e mente.

a.5 Marco temporal relativamente à causalidade intencional:

- Intenções prévias: formadas antes da realização de uma ação.
- Intenções-em-ação: manifesta-se durante a performance de uma ação.

A intenção prévia e a intenção em ação têm direções opostas de ajuste e de causalidade.

a.6 O sentido é uma questão de imposição intencional de condições de satisfação sobre condições de satisfação, uma vez que um locutor produz um enunciado intencionalmente e o produz com a intenção adicional de que tal enunciado tenha também condições de satisfação.

As proposições acima apresentadas podem ser sintetizadas nos esquemas ilustrativos abaixo:

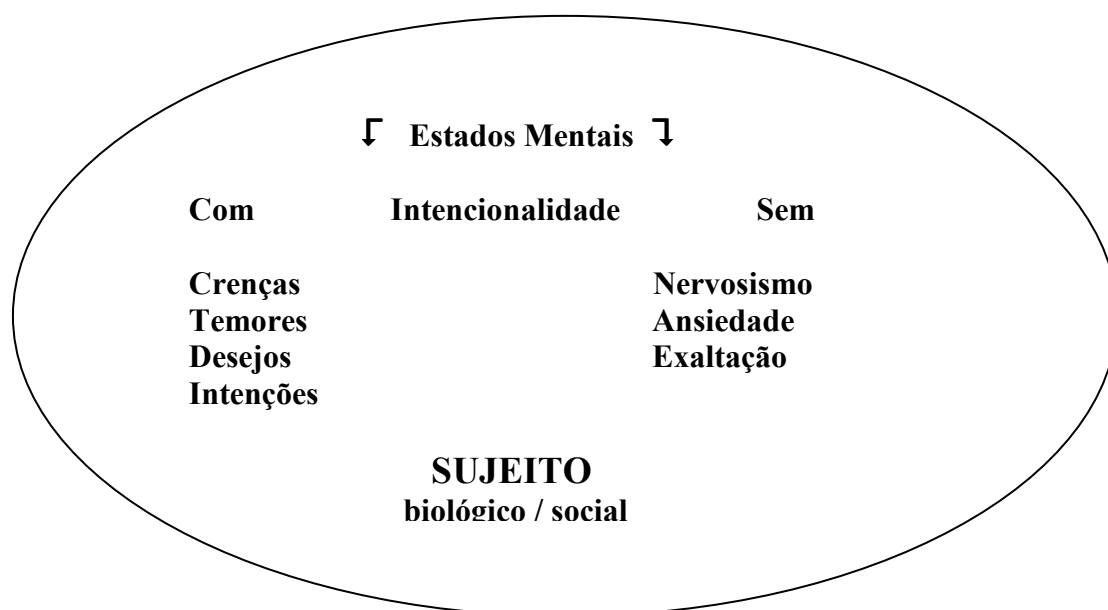
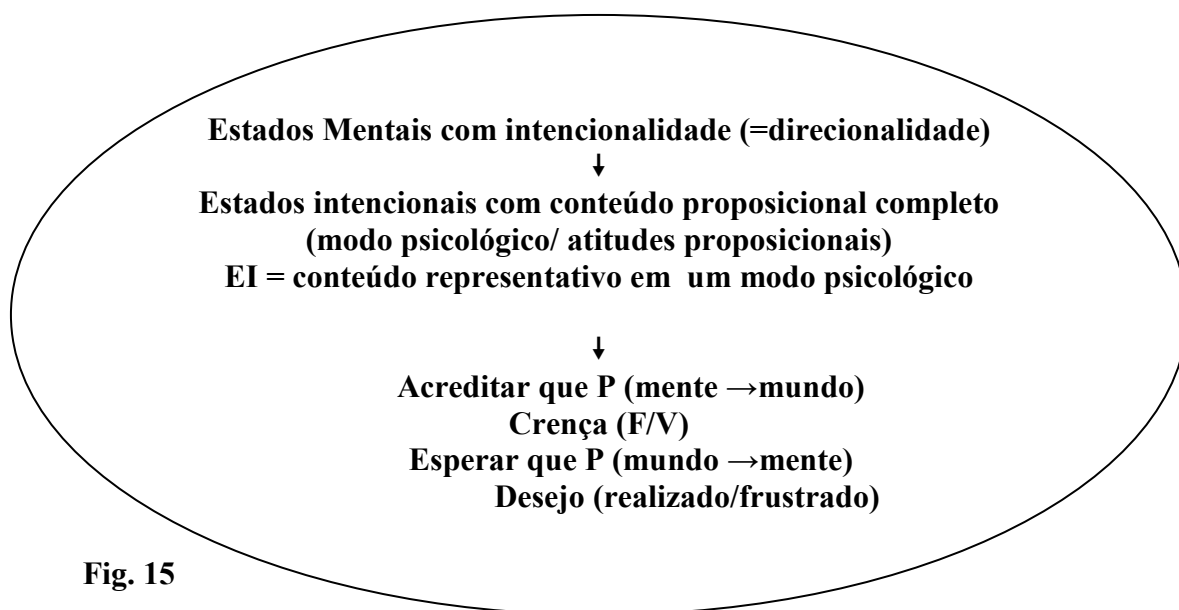


Fig. 14



4.3.1 Proposta de correlação analítica entre estados Intencionais e atos de fala

Procuraremos, a seguir, mapear a estrutura do ato de crítica na estrutura dos estados mentais, a partir das semelhanças entre estados Intencionais e atos de fala. Como cada uma das categorias de atos de fala serve a propósitos sociais, os assertivos de crítica servem, poderíamos dizer, ao propósito de formular e transmitir informações de natureza apreciativa/valorativa através de uma ação de intervenção na realidade, uma intervenção em formas de vida social. Observemos a formulação de Searle sobre a crítica extraída da Classe I, entrevista com FHC Senador:

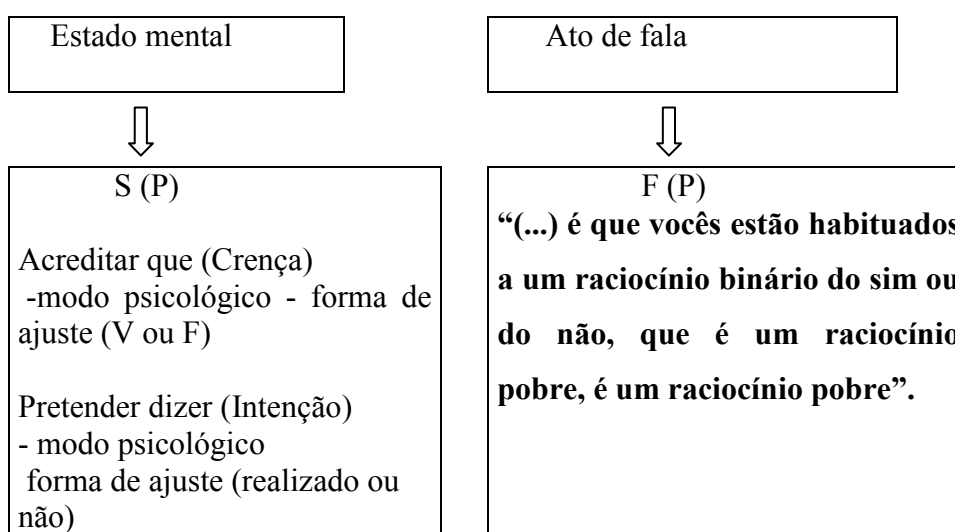
FHC: “(...) é que vocês estão habituados a um raciocínio binário do sim ou do não, que é um raciocínio pobre, é um raciocínio pobre”.

Afinal, qual é a relação entre a Intencionalidade do mental e a do lingüístico? Começamos por correlacionar os dois, pois ao realizar um ato com um conteúdo proposicional expressamos um certo estado Intencional com esse conteúdo proposicional e esse estado Intencional é a condição de sinceridade desse ato de fala. Assim:

Ato de crítica: “(...) é que vocês estão habituados a um raciocínio binário do sim ou do não, que é um raciocínio pobre, é um raciocínio pobre”.

Ψ condições de sinceridade (crença do locutor no estado de coisas/intenção de fazer o julgamento)

Sendo o ato de fala uma forma de intencionalidade derivada, esquematizaríamos assim:



Qual seria a natureza da relação? Não é uma relação ordinária, pois o estado Intencional com conteúdo proposicional pode ajustar-se ao estado de coisas ou não. No extrato demonstrativo, o falante, portador da crença sobre a verdade relativamente ao binarismo dos interactantes, teve a intenção, isto é, levou a cabo seu propósito de expressá-la, em espaço público. Sua intenção é, portanto, responsável por conferir Intencionalidade ao fenómeno físico do ato.

A direção de ajuste do ato e o da condição de sinceridade é a mesma. Constata-se um paralelismo na direção de ajuste, a saber: MENTE-MUNDO/PALAVRA- MUNDO

A condição de satisfação aplica-se tanto ao ato de fala quanto ao estado Intencional. Assim, as condições de satisfação do ato devem ser idênticas às condições de satisfação da

crença correspondente, por exemplo, pois não se pode produzir essa emissão com tais condições de satisfação sem expressar uma crença, porque o compromisso de emissão do ato é exatamente o mesmo que o da expressão de crença. A verdade define o caráter não-defectivo do ato assertivo de crítica quanto do estado Intencional de crença. Já as intenções não são verdadeiras ou falsas, mas realizadas ou não realizadas. Ao fazer uma asserção crítica, ao mesmo tempo em que se expressa a crença (Cre) de que o estado de coisas (universo político-partidário-institucional) é ruim, tem-se a intenção (Int) de dizer sobre a natureza do mesmo, além do desejo (Des) de que tal estado de coisas seja diferente. Fazer, pois, um enunciado não cria por si só uma evidência da verdade do enunciado. Então, ao fazer-se uma crítica, por exemplo, cria-se uma razão para se mostrar a crença, tomada como verdadeira, na natureza ruim, ineficiente, injusta do estado de coisa descrito e julgado, bem como desejo de que tal estado de coisas seja diferente. O sentido constituído seria, então, uma questão de imposição de condições de satisfação sobre condições de satisfação. Podemos, ainda, classificar a crítica em tela como intenção-em-ação, ou seja, realizada no macroato resposta, derivado do ato diretivo da pergunta, marcando a natureza interativa do processo. Sintetizaríamos assim o procedimento:

$$\text{Cre} (\diamond p) \ \& \ \text{Des} (\sim p) > \text{Tencionar} [\text{X fazer A (avaliar/desqualificar } \diamond p)]$$

4.4 Como entender a criação de fatos institucionais ou como entender a criação de razões para ação na dimensão da intencionalidade?

Buscaremos observar, como complementação conceitual, os objetos sociais governo e formação de governos no Brasil compreendidos através da intencionalidade coletiva, isto é, da modalização que lhes é aplicada. Antes, precisamos vê-los como criação social, em uma

trajetória com meta/alvo ou em uma rede de causalidade, assim: razões para ações > ação intencional = ação racional.

O que são governos? Qual é a natureza da formação dos mesmos? Especificamente, o governo Collor e a formação dos governos no Brasil serão tomados como estado de coisas a sofrerem uma avaliação crítica, como já foi visto antes. Para clarear a situação, acionaremos Searle (1998) novamente, agora na assunção da tese de que a linguagem é essencialmente constitutiva da realidade institucional. Seria, pois, impossível ter fatos como dinheiro, o casamento e posse sem a linguagem, uma vez que esta é constitutiva desses mesmos fatos. A clareza é, no entanto, aparente, pois sendo a linguagem uma instituição, ela deve, também, requerer a linguagem, levando-nos, desse modo, a uma regressão infinita. O referido autor apresentará duas versões para o posicionamento: uma fraca e outra forte, porém em uma relação de implicação. A primeira consiste em dizer que, para haver fatos institucionais, uma sociedade deve ter ao menos uma forma primitiva da linguagem, sendo esta logicamente primeira em relação às outras instituições, pode-se, assim, ter a linguagem sem o dinheiro e o casamento, mas o inverso não é verdadeiro. A tese mais forte é a de que cada instituição requer elementos lingüísticos feitos no seio da própria instituição. Ambas são tomadas como verdadeiras. Destacará, como característica essencial da linguagem para a constituição dos fatos institucionais, a existência de dispositivo simbólico, tais como palavras que, por convenção, significam ou representam ou simbolizam alguma coisa que as ultrapassa, além de serem públicas. Assim: *X vale Y, no contexto C*. Para um pedaço de papel (X), fato bruto para uma comunidade, atribui-se um valor (Y), em um dado contexto (Brasil), transformando-o em um fato institucional, dinheiro, por exemplo, assim arrolado em Houaiss: meio de troca convencional, na forma de moedas ou cédulas, usado na compra de bens, serviços, força de trabalho, divisas estrangeiras ou nas demais transações financeiras, emitido e controlado pelo governo de cada país, que é o único que pode emití-lo e fixar o seu valor.

Dessa reflexão, emerge o conceito de função-status. Segundo Searle (ib., pág. 56), Y possui uma *função-status*, a saber:

Essas funções-status diferem de funções físicas, porque um objeto como uma chave de fenda executa sua função física em virtude de sua estrutura física, enquanto sentenças em inglês, xeque-mate, dinheiro e presidente podem exercer estas funções apenas se são coletivamente reconhecidos como tendo certo status e com esse status uma função.

Searle argumentará ainda que o movimento do status bruto ao institucional é um movimento lingüístico, porque o termo X simboliza uma ultrapassagem de si. Esse movimento simbólico, entretanto, requer pensamento e para pensar o pensamento que constitui o movimento do termo X para o status Y, necessita-se de um veículo, pois as características físicas do termo X são insuficientes para o conteúdo do pensamento. No entanto, todo objeto suscetível de ser utilizado e pensado convencionalmente como sendo portador desse conteúdo pode ser utilizado para pensar o pensamento e os melhores objetos são as palavras, porque elas fazem parte daquilo para o qual elas servem. A função-status especificada pelo termo Y realiza-se somente se for reconhecida, aceita, admitida ou acreditada. O fato institucional não pode também existir a não ser que seja representado como existente. Para que um pedaço de papel seja dinheiro ou que alguém tenha a posse de uma casa ou propriedade, é preciso que representações mentais sejam em parte constitutivas desses fatos. Tais fatos não podem existir se as pessoas não tiverem espécies de crença e outras atitudes mentais. Os fatos institucionais são, nesse sentido, ontologicamente subjetivos, mesmo que, em geral sejam, epistemicamente objetivos, conclui o autor.

Direcionemos tais fundamentos para os tópicos extraídos do *corpus* de estudo: a constituição de governo, por exemplo. Caso se retirem os dispositivos lingüísticos que servem para representar a escolha e a formação de governos em uma democracia representativa o que sobrar? Homens e mulheres, doravante X, através do voto, outro pedaço de papel importante, ou em tempos de urnas eletrônicas, substituído por botões definidores/

confirmadores, ganharão posição de poder, ou seja, X passa a Y e terá a força da caneta e/ou a chave do cofre no contexto C. Podemos dizer, como Searle, que não há percepção pré-lingüística ou crença na transferência de ações para que um outro possa fazer pela maioria, porque não há nada a se perceber ou crer fora dos dispositivos simbólicos pertinentes ao jogo de relações constitutivas da política democrática. Sem linguagem nós podemos ver homens e mulheres colocando votos na urna ou apertando botões em urnas eletrônicas, mas sem linguagem não podemos vê-los escolhendo alguém para representá-los ou governá-los, com expectativa de que tal governança dê-se a partir de princípios éticos rigorosos.

O termo Y cria um status que se junta às características do termo X e esse status dá as razões para o agir. Tal status não existe a não ser que as pessoas creiam em sua existência e as razões não funcionam se não forem aceitas como razões. No movimento se X para Y, pode-se observar a emergência do estatuto deôntico dos fenômenos institucionais, suas formas institucionais de poderes, deveres, obrigações etc. Não há uma linha de divisão estrita entre fatos institucionais e não-institucionais, lingüísticos e pré-lingüísticos, dirá Searle. Porém, na medida em que pensamos que fenômenos são verdadeiramente fatos institucionais e não simples formas condicionadas de comportamento habitual, devemos também pensar a linguagem como sendo constitutiva dos fenômenos, porque o movimento que impõe a função Y ao objeto X é um movimento simbólico e esse novo status dá-se pela intencionalidade coletiva. Assim, o movimento que dá origem à crítica mostra a amplitude de sua complexidade: sobre a criação institucional coletiva sobrepõe-se outro movimento que contrastará crenças, desejos e intenções em um exercício constituído de pensamentos sobre pensamentos, ambos dependentes da linguagem, expressos em avaliações e julgamentos, revelando um manejo intrincado desses dispositivos que conferirão a essa realização um estatuto não só de ato de autonomia do sujeito, o qual permitirá a criação de outras realidades

sociais, bem como mostra o caráter nefasto para as formas de vida social quando ocorre a interdição dessa mesma crítica.

Enfim, através dessa proposta de percurso analítico, pudemos observar a racionalidade para a ação através de uma rede de causalidade sintetizada pela noção de razão primária. Da aproximação entre estados Intencionais e atos de fala, constatou-se uma interdependência dos últimos em relação aos primeiros, gerada pela natureza da intencionalidade intrínseca dos estados Intencionais. Vimos, também, que as razões para as ações, as quais se estendem à crítica, decorrem das “entidades significativas e compromissos” criados pelo movimento de um status bruto X para um status institucional Y, gênese do processo deôntico das relações intersubjetivas e de suas construções de realidades sociais. Aproximam-se e complementam-se aqui as diversas noções acionadas para a complexidade da tarefa sobre a emergência da racionalidade: o sujeito enquanto princípio e valor numa esfera de democratização, em uma dimensão da liberdade compatível com regras (Renaut); a razão primária engendrada através de uma rede de causalidade, suporte para a construção da racionalidade de uma ação (Davidson) e a intencionalidade enquanto direcionalidade, fundamento primeiro para razões que justificam orientações para consecução de ações (Searle). Na situação de entrevista, um contrato de natureza deôntica, busca-se um conhecimento sobre o que se passa ou constitui as crenças, desejos e intenções da mente do outro, compartilha-se um mundo, bem como se exercita o autoconhecimento. Há, pois, um trabalho físico e mental, singular e coletivo nas produções e trocas discursivas dos sujeitos, simultaneamente biológicos e sociais, atores criativos, curiosos, estratégicos, negociadores, manipuladores, mais espertos que chimpanzés.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa época é a época da crítica, à qual tudo tem que se submeter. A religião, pela sua santidade, e a legislação, pela sua majestade, querem igualmente subtrair-se a ela. Mas então suscitam contra elas suspeitas e não podem aspirar ao sincero respeito, que a razão só concede a quem pode sustentar o seu livre e público exame. (Kant, CRP, AXI)

Estados de coisas, formas socioculturais de vida, práticas languageiras, objetos sociais possibilitam a criticabilidade, ou seja, a condição de existência e emergência da crítica. O exercício dessa pode, portanto, ser objeto de uma categorização a partir da criticidade, qualidade da crítica, como a que propomos a seguir:

- Crítica qualitativa: bem sucedida, resultado de operações que enriquecem o ponto ilocucional de asserção, modificando seus componentes através do preenchimento de traços definidores, alcançando propriedades constitutivas na dimensão da intencionalidade e justificáveis em um padrão de racionalidade.
- Crítica não-qualitativa: mal sucedida, fruto de operação violadora de algum componente da força ilocucional, de estados Intencionais, injustificáveis em uma rede de causalidade.

Do exposto, emerge a distinção entre crítica e critique⁵⁸, a primeira enquadra-se como qualitativa enquanto que a segunda como não-qualitativa. A crítica qualitativa permite a seguinte subcategorização: crítica direta com predicação nominal (matriz nominal) e a crítica oblíqua com predicação verbal (matriz nocional).

⁵⁸ Critique: crítica de má qualidade, fraca, sem base (Houaiss, 2001); mania de criticar sem fundamento, crítica ordinária (Michaelis, 2000)

A partir do *corpus*, extraímos ainda a tipologia que separa crítica metadiscursiva, crítica metapolítica e crítica denegativa metacrítica, tendo em vista o alvo e a finalidade colocados em apreciação e julgamento, os quais materializam a crença, a intenção e a responsabilidade do sujeito nessa ação que, se no passado provocava anátemas, excomunhões, em tempos de formas sociais democráticas, continua a gerar tensões observáveis no funcionamento dos contratos de comunicação, das identidades comunicacionais construídas na e pela inter-relação de estatutos, papéis sociais e papéis linguageiros.

Não obstante tenhamos mostrado que, no funcionamento da entrevista, as instâncias de produção e recepção interpenetram-se no rápido intercâmbio derivado do par pergunta/resposta, ou seja, o par EUc/EUe que fora anteriormente o TUi, pode aceitar ou recusar o TUD imaginado pelo enunciador do ato diretivo da pergunta, privilegiamos, nesse percurso de estudo, a instância de produção. Uma outra orientação seria necessária para explorar, com mais densidade, a resposta como instância de recepção. Muito embora a força ilocucional (FI) decomposta em parâmetros tenha sido eficiente para mostrar a natureza de um ato ilocucional, uma problemática emergiu da análise da crítica. No capítulo II, fragmento 1 de 2.1.1, o sujeito enunciador do ato diretivo de pergunta interpõe proposições tecidas por itens lexicais com valores semânticos antagônicos, tais como: é a favor, é contra, crítica, não crítica, qual é a crítica?, se é que tem; qual é, afinal, a posição do PSDB? Observou-se, então, a competência pragmático-discursiva do sujeito interpretante, como também sua ação estratégica, assumindo o perlocucional em vez do ilocucional na elaboração da resposta ao assumir a posição de sujeito enunciador da resposta. Uma esperada restrição ao par pergunta/resposta (Ato $i >$ Ato j , não Ato k) não se materializou, ou seja, a resposta incidiu mais sobre o efeito perlocucional do que propriamente sobre o ato ilocucionário da pergunta, não havendo, portanto, o atendimento ao estabelecido pelos parâmetros da FI constitutiva da

pergunta. Uma avaliação sistemática para um levantamento mais rigoroso das marcas que indicam o efeito perlocucional poderia ser feita? Como fazê-lo?

Constatou-se, também, que mais do que um acordo tácito, o contrato de comunicação, enquanto categoria conceitual, mostrou-se produtivo e reproduziu o campo de tensão e interesses constitutivos da produção dos sentidos sociais, bem como seu reconhecimento como espaço de restrições e estratégias, confirmando o comentário de Mari (2002,p.38) de que

O teor intersubjetivo nos leva a supor que do ponto de vista das restrições (e também das estratégias), os padrões do discurso devam estar sempre sendo revistos. Não há contrato ad perpetuum, ainda que o seu teor local possa lhes assegurar algum tipo de estabilidade, ou ainda que possa se reproduzir em outras circunstâncias.

Conseqüentemente, a complexidade aumenta, pois uma investigação do processo intersubjetivo exigirá um mapeamento simultâneo da instância de produção e da instância de recepção. O efeito perlocucional foi planejado pelo sujeito enunciador para gerar um efeito determinado? Como se dá a apreensão de um efeito perlocucional pelo sujeito interpretante? Coincidirá com o efeito pretendido pelo sujeito enunciador? Instigante e desafiadora frente de estudos abre-se, portanto, para trabalhos futuros. Pois, se algumas indagações foram respondidas ao longo dos capítulos, outras surgiram, gerando implicações para futuras pesquisas, novos ângulos de tematização e problematizações.

Depois da “virada lingüística”(linguistic turn), reflexões filosóficas interpenetram questões pensadas discursivamente e vice-versa, as fronteiras entre os estudos lingüísticos e os filosóficos tornaram-se fluidas, opacas, ou caíram de fato. Intercruzam-se, contemporaneamente, por exemplo, o pragmatismo americano e herdeiros da filosofia da Escola de Frankfurt, respectivamente Rorty e Habermas. Assim, o percurso empreendido por este estudo não se esgotou e nem tinha essa arrogante pretensão, podendo ser acrescido de outras plataformas em uma etapa subsequente, como, por exemplo, o debate atualíssimo sobre

racionalidade, envolvendo Rorty e Habermas (2005). O primeiro quer definir racionalidade como hábito de atingir nossos fins pela persuasão, em vez da força, entendendo a oposição entre racionalidade e irracionalidade pela oposição entre palavras e socos. Habermas, por sua vez, substitui a razão centrada no sujeito pela razão comunicativa, racionalidade como busca de comunicação não distorcida. A noção de validade universal emerge como divergência entre ambos. Novamente se coloca a questão da assimetria e/ou simetria nas relações interpessoais: as justificações valem para uma audiência limitada ou para toda e qualquer uma delas?

O amplo *corpus* pode sofrer outras e inúmeras explorações, tais como, observar as técnicas de persuasão, assim como os padrões de justificação e formas de comunicação, sobretudo nas trocas tensionadas e polêmicas. Enfim, qual é o limite entre a racionalidade monológica e a racionalidade intersubjetiva? Como manifestar sentimentos, desejos e crenças divergentes, de forma tolerante, sem anular o compartilhamento de esperanças democráticas?

O discurso político com seus jogos de poder e saber que emergem das entrevistas também poderia ser explorado, contrastando o atual *corpus* com outros protagonizados por outros atores da cena política brasileira ou latino-americana (Lula? Chavez?), com o embasamento teórico, por exemplo, de Charaudeau desenvolvido no atualíssimo livro sobre o referido discurso político, explorando a noção de *ethos*.

Um outro veio a ser explorado seria relativamente à audiência, idealizada, includente ou excludente, ampliada ou reduzida, na esteira da Nova Retórica, bem como na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas para averiguar a questão da mídia na formação de uma audiência competente para uma efetiva prática democrática fortalecida contra dogmatismos e fundamentalismos, desarmando discursivamente uma racionalidade monológica ou poderes políticos com seus códigos antidemocráticos, esvaziados de projetos éticos e políticos.

Enfim, destacamos da crítica seu fundamento da não-identidade com um estado de coisas, exercício, pois, de negação que propicia movimentos, impedindo a

unidimensionalidade pela emergência da oposição, dos antagonismos. Se os atos assertivos de crítica e de elogio, juntamente com o ato comissivo da promessa, são constitutivos do macroato discursivo político, a prática da auto-crítica, sobrepondo-se ao vaidoso e prepotente auto-elogio, seria uma expressão bem-vinda e desejada de autonomia e de racionalidade!

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. *Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo*. Assis-São Paulo: ILHPA/HUCITEC, 1980.
- ANSCOMBRE, J. & DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Liège: Mardaga, 1983.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARROS, D. Entrevista: texto e conversação. In: **Estudos Lingüísticos XXXIX** - Anais de Seminários do GEL. Franca, SP, 1991.
- BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BENVENISTE, E. A filosofia analítica e a lingüística. In: _____. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional, 1978.
- BENVENISTE, E. Os verbos delocutivos. In: _____. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional, 1978.
- BRAIT, B. Imagens da norma culta, interação e constituição do texto oral. PRETI, D. (org.) et al. In: *O Discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas Publicações – FFCH/USP, 1997.
- BURGER, M. “Un modèle et un instrument d’analyse de l’organisation du discours”. In: ROULET, E. et al. *La dimension interactionnelle*. Peter Lang, 2001.
- CASTILHO, A. & CASTILHO, C. M. M. Adjetivos Predicativos. **Revista Letras**, 1993.
- CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*; éléments de sémiolinguistique. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, P. La Télévision: Les débats culturels “Apostrophes”. In: _____. (org.) **Collection “Langages, discours et sociétés”**, n.º 07. Paris: Didier Éruditions, 1991.

CHARAUDEAU, P. “Rôles sociaux et rôles langagiers.” Communication au Colloque sur l’Interaction. Université d’Aix-en-Provence, 1991 (Manusc.).

CHARAUDEAU, P. ***Grammaire du sens et de l’expression***. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, P. “Une analyse sémiolinguistique du discours.” **Langages**. Paris, nº 117, mar. 1995.

CHARAUDEAU, P. “Para uma nova análise do discurso”. CARNEIRO, A. D. (org.) In: ***O Discurso da Mídia***. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

CHARAUDEAU, P. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. MARI et al. (Org.) ***Fundamentos e dimensões de Análise do Discurso***. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. MARI, H. et al. (Org) ***Análise do discurso: fundamentos e práticas***. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do discurso, FALE/UFMG, 2001.

CHARAUDEAU, P. ***Les médias et l’information***: l’impossible transparence du discours. Bruxelles: Éditions De Boeck Université, 2005.

CHARAUDEAU, P. ***Discurso Político***. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. ***Dicionário de Análise do Discurso***. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, P. & MONTES, R. ***La voix cachée du Tiers***. Paris: L’Harmattan, 2004.

DAVIDSON, D. “Actions, raisons et causes”. In: ***Actions et événements***. Paris: PUF, 1993.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.

FIORIN, J.L. *As Astúcias da enunciação* – As categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FRANÇA, J. L & VASCONCELOS, A.C. *Manual para Normatização de Publicações Técnico-Científicas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

HABERMAS, J. *O Discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

HABERMAS, J. “A virada pragmática de Richard Rorty”. In: SOUZA, J. C. de (org.) *Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty & Habermas*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva/Instituto Antônio Houaiss, 2001.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KERBRAT-ORICCHIONI. *L'Énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.

KERBRAT-ORICCHIONI. *Les interactions verbales*. Paris: Armand Colin, 1990.

MACHADO, I.L. “Uma Teoria de Análise do Discurso: a Semiolingüística”. MARI, H. et al. (Org) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

MACHADO, I.L. e MELO, R. (orgs.) *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004b..

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes: Editora da UNICAMP, 1999.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MARI, H. Para uma integração entre linguagem e realidade. In: MACHADO, I. L. (org.) **Cadernos de Pesquisa**. Belo Horizonte: NAPq/FALE/UFMG, 1995.

MARI, H. A promessa como ato de fala: suas implicações no discurso ‘político’. In: **Geraes** Revista de Comunicação Social, FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, v. 1, jun., 1997.

MARI, H. Do Enunciado à enunciação. DELL’ISOLLA, R., MENDES, E. (org.). *Reflexões sobre a língua Portuguesa*. Campinas: Pontes, 1997.

MARI, H. “Atos de fala no discurso de candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte: análise da promessa e da crítica”. MACHADO, I.L. et al. (org.) **Teorias e práticas discursivas**. Estudos em Análise do discurso. Belo Horizonte: Carol Borges, 1998.

MARI, H. Análise do discurso: fundamentos e práticas. _____ et al. *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

MARI, H.. Atos de fala: Notas sobre a origem, fundamentos e estrutura. In: _____ et al. (org.). *Análise do Discurso*: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2001.

MARI, H. Percepção do sentido: entre restrições e estratégias contratuais. In: MACHADO, I. L., _____ e MELLO, R. (org.). *Ensaio em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras - UFMG, 2002.

MARI, H. “Os lugares do sentido” (parte), 2004 (no prelo).

MARI, H. e MENDES, P. H. A. Discurso como condição de racionalidade para ações. In: MACHADO et al. *Movimentos de um percurso em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE/UFMG, 2005.

MEGGLE, G. Ao inferno com as teorias dos atos de fala. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas. IEL-UNICAMP, 1985, p. 195-200.

MEDINA, C.A. *Entrevista – o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1985.

MENDES, P. H. *A Análise do Discurso Político Eleitoral: dos atos de fala aos processos enunciativos do debate eleitoral*. Belo Horizonte: POSLIN/FALE/UFMG, Tese de Doutorado, 1999.

MENEZES, W. A. *Evento, jogo e virtude nas eleições para a Presidência do Brasil*. Belo Horizonte: POSLIN/FALE/UFMG, Tese de Doutorado, 2004.

MELLO, R. A relação Professor/Aluno e o Contrato de Comunicação. In: MACHADO et al. *Movimentos de um percurso em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE/UFMG, 2005.

MICHAELIS. *Moderno Dicionário de Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

MORIN, E. A entrevista nas Ciências Sociais, na rádio e na televisão. In: MOLES, A. et al. *Linguagem da cultura de massa*. Petrópolis: Vozes, 1973.

PÊCHEUX, M. *Analyse Automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

PEIRCE, C. *Escritos coligidos*. São Paulo: Abril, 1980.

PEIRCE, C. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

NEVES, M. H. de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ática, 2000.

RECANATI, François. *Les énoncés performatifs*. Paris: Minuit, 1981.

RENAUT, A. *O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

RORTY, R. “Verdade, universalidade e política democrática (Justificação, contexto, racionalidade e pragmatismo). In: SOUZA, J. C. de (org.) *Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty & Habermas*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ROSENFELD, D. “O temor à crítica”. *Folha de São Paulo*, 02.01.2002.

SBISÀ, Marina. Speech act, effects and responses. In: PARRET, H., VERSCHUEREN, and J. (Org.) *(On) Searle on conversation*. Pragmatics & Beyond. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1992.

SEARLE, J. R. & VANDERVEKEN, D. *Foundations of illocutionary logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

SEARLE, J. R. “A taxonomy of illocutionary acts”. In: *Language, mind and Knowledge*. Minneapolis, University of Minnesota, 1975.

SEARLE, J. R. *Actos de fala*. Coimbra: Almedina, 1984.

SEARLE, J. *Expression and meaning: studies in the theory of speech acts*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1979.

SEARLE, J. R. Response: meaning, intentionality, and speech acts. In: LEPORE, E., VAN GULICK, R. (eds.). *John Searle and his critics*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

SEARLE, J. R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEARLE, J. R. *La Construction da la réalité sociale*. Paris: Gallimard, 1998.

SEARLE, J. R. “How Performatives Work”. In: VANDERVEKEN, D. & KUBO, S. (orgs.) *Essays in speech act theory*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2001.

SEARLE, J. R. *Rationality in action*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001.

STALNAKER, R. Assertion. **Pragmatics**. New York: Oxford University Press, 1991.

SOUZA, J. C. (org.) *Filosofia, racionalidade, democracia*: os debates Rorty & Habermas. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

URMSON, J. O. Criteria of intentionality. MORAVCSIK (Ed.) *Logic and philosophy for linguistics*: a book of readings. Hague-Paris: Mouton, 1974.

VANDERVEKEN, D. Universal Grammar and Speech Act Theory. In: VANDERVEKEN, D. & KUBO, S. (orgs.). *Essays in Speech Act Theory*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2001.

VANDERVEKEN, D. *Meaning and speech acts*: formal semantics of success and satisfaction. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, v. 2.

VANDERVEKEN, D. *Meaning and speech acts*: principles of language use. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, v. 1.

VANDERVEKEN, D. *Les actes de discours*. Essai de philosophie du langage et de l'esprit sur la signification des énonciations. Liège/Bruxelles: Éditions Pierre Mardaga, 1988.

VANDERVEKEN, D. La théorie des actes de discours et l'analyse de la conversation. **Cahiers de linguistique française**, n. 13, Genève: Univ. de Genève, 1992.

VANDERVEKEN, D. A model-theoretical semantics for illocutionary forces. **Logique et analyse**, n^{os} 103-104, p. 359-394, 1983.

VANDERVEKEN, D. O que é uma força ilocucional? **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas: IEL-UNICAMP, 1985.

VERÓN, E. *La semiosis social*. Verdaderos y falsos performativos. Buenos Aires: Gedisa, 1987.

VERÓN, E. *La semiosis social*: La significación lingüística y el problema de la convencionalidad. Buenos Aires: Gedisa, 1987.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril-Cultural, 1999.

WUNDERLICH, Dieter. Assertion, conditional speech acts, and practical inferences. In: **Journal of Pragmatics**. n. 1, Holland: 1977.

Anexo A

Espelho da entrevista de FHC, candidato à presidência

HB FHC HB FHC * HB IS FHC JPK
FHC

FHC FM FHC FM JPK * CR HB FHC
JPK FHC FHC * FHC
* JPK FM HB
FM JPK
FHC

RX FHC HB FHC HB JG FHC FHC HB
JPK JPK
* JG

JPK FHC JPK FHC JPK FHC JPK FHC FHC
FHC FHC FHC JPK HB
*

Legenda

FHC	HB	IS	JPK	FM	CR	JG	RX
Fernando Henrique Cardoso	Heródoto Barbeiro	Ibsen Spartacus (Jornal do Brasil)	José Paulo Kupfer (Zero Hora)	Fernando Milre (Jornal da Tarde)	Clóvis Rossi (Folha de São Paulo)	Josemar Gimenes (O Globo)	Rui Xavier (Estado de São Paulo)

FHC HB FHC HB FHC FHC JPK * FHC
*
JPK

FHC JPK FHC JPK FHC JPK FHC JPK FHC
JPK JPK
FHC FHC JPK

JPK FHC FHC * FHC HB HB HB FHC
HB HB * FHC FM

FHC FHC FM FHC FM FM FHC FM FHC
FM FHC FHC JG

FHC JG RX FHC RX RX FHC RX FHC
* FHC * *
* FHC *
FHC

FHC FHC CR FHC CR HB CR HB HB
HB CR

Intervalo

HB HB FHC HB CR FHC CR FHC
FHC FHC

CR FHC CR FHC JPK FHC CR JPK
FHC

FHC JPK * HB FHC HB FHC FHC HB
FHC HB FHC
FHC

CR CR FHC * FHC FHC HB JPK FHC
FHC CR JPK
FHC JPK

* FHC HB RX FHC FHC FHC FHC FHC
RX FM JG JG RX
*

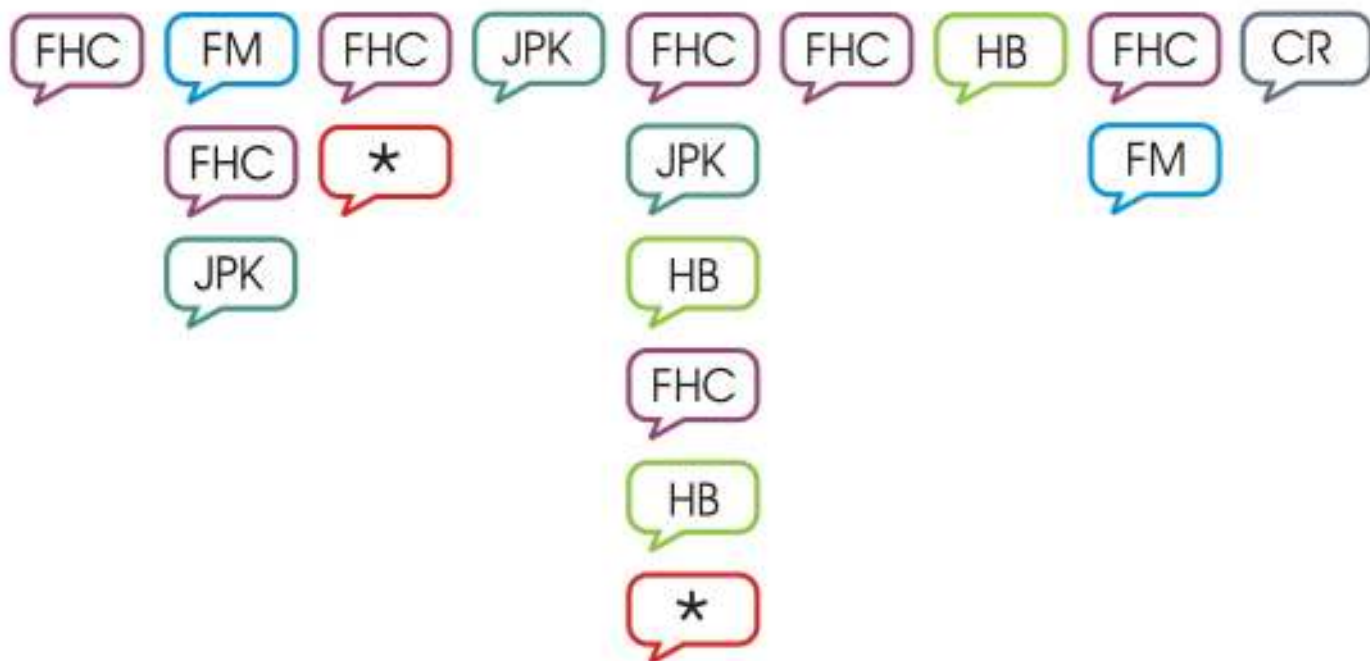
FHC RX FHC FM FHC CR FHC FM CR
FHC FHC FM FHC FHC JPK FHC

FHC FHC FHC JPK FHC FHC JPK FHC *
* JPK JPK *

FHC IS FHC FHC FHC * FHC JG FHC
* * IS JG JG
* *

FHC CR FHC CR FHC CR CR FHC CR
* FHC CR FHC
CR

FHC HB FHC FM FHC FM FHC FM FM
CR JPK FHC
* FM



Anexo B

Programa Roda Viva – FHC – Senador (1991)

Mediador: Jorge Escosteguy (JE)

JE Boa noite! Estamos começando mais um Roda Viva pela TV Cultura de São Paulo. O nosso entrevistado dessa noite é o sociólogo e senador pelo PSDB de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso. Fernando Henrique Cardoso é parlamentarista e esta semana voltou a dar aulas na Universidade de São Paulo, de onde saiu compulsoriamente em 1969, aposentado pelo regime autoritário. Para entrevistar o senador Fernando Henrique Cardoso, esta noite no Roda Viva, nós convidamos os seguintes jornalistas: Carlos Tramontina (CT), editor e apresentador do telejornal Bom Dia São Paulo da TV Globo. José Márcio Mendonça (JMM), editorialista do Jornal da Tarde e comentarista político da TV Bandeirantes, Carlos Alberto Sardenberg (CAS), editor-regional do Jornal do Brasil, sucursal de São Paulo; Clóvis Rossi (CR), repórter da Folha de São Paulo; Florestan Fernandes (FF), repórter da TV Manchete; Roseli Tardelli (RT), jornalista da Nova Eldorado AM; José Carlos Bardawil (JCB), editor de política da revista Isto é / Senhor.

Você que está em casa e estiver assistindo o programa e quiser fazer perguntas por telefone pode chamar 252-6525; 252-6525. A Bernadete, a Cristina e a Iara estarão anotando suas perguntas.

JE: Boa noite, senador!

FHC: Boa noite.

JE: Um pouco de chuva em São Paulo, começamos o programa um pouquinho atrasados.

FHC: Pouco de chuva? Quase morri afogado pra ir da USP pra cá. Difícil.

JE: Recomeçou a dar aulas? Como é que foi a emoção de voltar à USP e dar aulas de novo?

FHC: Olha! Uma amiga minha, a Gilda Portugal Gouvea me telefonou e perguntou: você está muito nervoso? Não, nervoso eu fico quando o avião vai levantar vôo, pra dar aula não.

JE: Foi tudo tranqüilo.

FHC: É.

JE: Agora vamos falar de uma coisa um pouco mais difícil, vamos dizer assim [

FHC: Opa!

JE: O seu partido, o PSDB, às vezes é comparado um pouco com o Brasil, ou seja, um país que pode dar certo, que pode dar certo tem um grande potencial, é rico [

FHC: Hum

[
FHC: É

JE: em riquezas naturais, etc. O PSDB é rico em personalidades e políticos importantes, mas nunca consegue deslancar. Onde o senhor encontra o problema mais importante, e mais grave que impede essa deslanchada do PSDB?

FHC: Bom, primeiro lugar é o seguinte, depende do que se chama de deslancar, na verdade havia uma expectativa muito alta com relação ao número à votação que o PSDB teria, e, efetivamente, não conseguiu esta votação tão, tão expressiva, tão grande, mas ainda assim, o PSDB tem hoje, vai ter agora quarenta deputados, tem dez senadores, um governador, alguns prefeitos de capital, para um partido que tem dois anos, não é um desempenho tão negativo assim! Agora, o que se esperava é que ganhasse São Paulo, Minas, bom, você sabe que o episódio eleitoral, cada episódio é um episódio, tem seus problemas e o PSDB, efetivamente, não conseguiu

que a sua mensagem chegasse à população. Então, eu acho que a dificuldade maior que nós temos, que nós temos é exatamente esta, é de fazer com que haja uma ligação mais direta do partido, suas propostas sejam mais conhecidas, não é? Também não posso ser pretensioso, (quer dizer), partido político é assim mesmo, há vários, não há um só, o eleitorado vai, vai escolhendo, num momento acha que é um, depois acha que é outro, mas acha também que havia uma certa arrogância do PSDB, das lideranças do PSDB, no sentido que talvez, deixassem criar um clima, no sentido, que bom, vamos, vamos estourar na urna, isso não é assim. Agora, isso não impede, espero, que daqui a algum tempo, o PSDB não tenha realmente um resultado eleitoral bastante expressivo.

[
JE: Agora, uma das críticas que se fazem ao PSDB é a sua indecisão,

[
*(FHC) (É engraçado)

JE: nunca se define direito. Agora, mesmo em relação ao / ao governo Collor, agora

JE: não, desde a posse, até antes da

[
*(FHC) É

JE: posse do governo Collor, sempre se fala no PSDB, ou em alguns políticos do PSDB, aderindo ou não ao governo Collor.

[
FHC: É, é engraçado esta questão da indecisão. No Brasil, sempre se diz que os políticos dever ser pessoas que tomem em consideração a opinião pública, o seu programa, que façam, que não, não tenham açodamento, que não corram para cargos e tal. Ora, o PSDB tem feito isso, na questão da do começo desta questão da indecisão foi apoiar ou não apoiar o Lula no segundo turno, e nós levamos uns dez dias discutindo, por quê? Porque os programas era muito

diferentes, quando eu fui ver os treze pontos da Frente Lula que o Lula tinha constituído, não eram palatáveis, não eram/ eram pontos, por exemplo, havia a questão de fazer a reforma agrária sob o contato, sob o controle dos sindicatos e dos, é: : , sem terra. A questão da imprensa seria do controle de sindicatos e dos jornalistas, era quase como se tivesse fazendo uma revolução, então não podíamos, sem discutir, apoiar, e discutimos, aliás, não aceitamos estes pontos, tanto não aceitamos, que nós demos os votos sem o compromisso de apoio ao programa. E o partido discutir, alguns secções do PSDB, notadamente a de São Paulo e a do Ceará, onde nós tínhamos tido votações muito expressivas e no Ceará tínhamos ganho. Se opunham, aqui em São Paulo porque o Covas tinha ganho do Lula por 30 a 15, então era difícil, () de quinze por cento, a dificuldade da própria base de engolir, mas depois que nós resolvemos, apoiamos. Aí o Mário foi criticado porque foi pro palanque. Mas que coisa engraçada: primeiro critica porque não, a depois vai pro palanque, por que isso? Porque havia uma torcida, possivelmente, a maior parte da imprensa, dos jornalistas, gostariam que o PSDB apoiasse o Lula como apoiou, eu não sei se os donos da imprensa queriam a mesma coisa. Então, havia aí uma indecisão que não era bem nossa, uma diferença de opiniões.

JE: O senhor diria que, mais uma vez, a culpa é da imprensa?

FHC: Não, não. Acho que aí o caso seria dos donos.

[

*

Agora. Senador

[

FHC: Só pra terminar () minutinho só

[

JE: Só um minutinho,
por favor.

FHC: Acho que depois disso, no dia 17 de dezembro, logo depois da posse do Collor no segundo turno, o PSDB deu uma nota, dizendo o seguinte: que ele ficaria na oposição e que não confundiria, entretanto essa oposição com

votar contra medidas favoráveis ao Brasil. E essa foi nossa posição e continua sendo até hoje.

[

RT: () E, atualmente, qual é a posição do PSDB em relação ao governo do presidente Fernando Collor de Mello, que vai completar um ano essa semana?

FHC: Pois é a mesma. Nós reunimos agora recentemente a executiva e afirmamos este ponto de vista, com toda a clareza, demos uma nota dizendo isto: agora, com uma diferença, é que hoje, todo mundo está pra ele, por causa do país, por país não ir a uma troca, e que então nós somos favoráveis a que se haja um entendimento nacional, nós nunca discutimos (às vezes) na imprensa se vai para o governo, até não nos cabe, imagina você, se algum de nós começa a dizer, vamos para o governo, o presidente da República vai dizer: que isso, não falei nada disso com vocês; vocês estão

[

CAS: A propósito desse tema, senador, o cientista político Carlos Abranches, conhece,

[

FHC: Sim

CAS: claro, ele tem uma argumentação que é a seguinte: é que é, a base do argumento dele é a seguinte: o país vive num estado de superinflação econômica que, de vez em quando, ameaça aí de ir para uma superinflação

[

FHC: Sim.

CAS: Aí vem o governo e dá um choque. Pra resolver o problema dessa superinflação, (precisa) fazer tanta coisa, quer dizer acertar tanto o setor público, enfim, que não dá pra fazer uma política de () nacional, um acordo nacional em torno de certos pontos básicos

[

FHC: Certo.

CAS: E aí diz ele o seguinte: que as forças mais avançadas do país, as forças políticas mais esclarecidas do país estão deixando o presidente sozinho, isto é, não estão é,

[

FHC: (Bom)

CAS: oferecendo a ele esta possibilidade de negociação etc, e que com isso, quer dizer, o cientista acha que há um certo preconceito em relação ao presidente e que, com isso, o presidente é atirado

[

FHC: Hum

CAS: para bases (é) conservadoras, fisiológicas e etc, o senhor acha que isso faz lógica?

FHC: Vamos, vamos examinar com calma. Veja que nós somos perdidos por ter cão e perdidos por não ter cão, não é? Se apóia porque apóia, se não apóia porque não apóia. Até deixa o PSDB envaidecido parece que temos mais importância do que temos, não é? Na verdade, eu acho que o raciocínio do Sérgio Abranches tem sua base de razão, não é só com a questão do PSDB, nem do governo Collor, o Brasil inteiro, hoje, percebe que está na hora de nós nos reunirmos ao redor de pontos objetivos concretos. Agora, como é que se faz isso? Isso precisa você estar no governo para fazer? Eventualmente, mas não é o ponto de partida, não é? Não é, verdade que o PSDB tenha deixado, para questões importantes, o presidente da República sem sustentação. Vou dar um exemplo agora, o Plano Collor II, nós votamos a favor, apesar de termos dito claramente que ele não vai resolver os problemas, mas como vamos votar contra? Se (você) votar contra, você suspende o congelamento e a cria a hiperinflação imediatamente, nós votamos a favor. Agora nós não podemos concordar com o famoso artigo 12, ou nono, nono que dizia o seguinte: que

convalidava todos os atos provisórios anteriores, com isso se barrava o acesso aos tribunais, por parte dos sindicatos, com isso não concordamos.

[

* Senador, o senhor falou em pontos concretos

[

JE: Desculpe, interrompê-lo,
(). Só pela ordem, o Florestan estava inscrito, o Bardawil e você.

[

* Vamos lá.

FF: Uma coisa ficou clara, desde que o PSDB foi criado, ele não consegue, ou não conseguiu, pelo menos, grandes vitórias em São Paulo, justamente o estado onde ele foi criado. Ao que tudo indica, o PSDB, ou pelo menos, os políticos do PSDB, que eram bons de votos como o senhor o Mário Covas, sem o aparelho estatal, sem a máquina partidária, parece que não conseguem avançar muito. O senhor acha que é possível para o PSDB sobreviver e conseguir alcançar, por exemplo, a prefeitura de São Paulo, o governo do Estado de São Paulo, sem o apoio de uma máquina?

[

FHC: Vamos lá.

FF: Quer dizer como é que o PSDB está estruturando hoje para ser um partido grande.

FHC: Vamos lá. Em primeiro, eu não sei se é questão de bom de voto, eu sempre, disse uma coisa: voto ninguém guarda na gaveta. Você tem voto num tudo momento, pode perder, pode voltar a ter. eu nunca tive votos de máquinas, se você se recordar bem, na eleição de senador, eu creio que o governador que se elegeu e eu não estávamos a mil maravilhas e eu tinha uma tremenda dificuldade com relação

[

FF: (E assim o Plano Collor) não é, senador?

FHC: Sim. Mas eu tinha um a tremenda dificuldade com relação ao enfim a máquina, não é? Nunca fui pessoa de máquina. E acho que, às vezes, a

máquina ajuda, mas, nas eleições majoritárias, a máquina não tem papel decisivo não. Se tivesse, o Collor, não seria Presidente da República, não é? Então, eu acho

[

FF: Como é que o senhor explica o fato do senador Mário Covas não ter a mesma votação que teve

[

FHC: Eu disse a você, voto ninguém tem guardado na gaveta não, são vários exemplos (sujeito) que tem voto e deixa de ter e volta a ter, depende do momento, de ser capaz de sintonizar com a opinião pública naquele momento. Então eu não acho que isso seja decisivo, depois em São Paulo, o PSDB fez dez deputados, fez a mesma coisa que o PT, fez a mesma coisa quase que o PMDB que fez doze. De modo que eu não concordo também com este raciocínio de que o PSDB teve um desempenho assim muito ruim em São Paulo. Ele não ganhou o governo de São Paulo, é verdade, repito isso são, a eleição majoritária depende muito de circunstâncias, aliás, quem me disse isso pela primeira vez foi o Quércio, que em matéria de olfato eleitoral, tem bastante, ele disse: olha, majoritária, você joga e deixa a bola correr porque não jeito, (vai), às vezes, enche o balão, às vezes não enche. E um pouco isto é um pouco verdade, não é máquina partidária a meu ver.

[

JE: Senador, pegando uma carona, o senhor falou em bom de voto, só um pouquinho, (), só um minutinho. Só pegando uma carona aqui, que o senhor falou em bom de voto, o Jaime Marques aqui de São Paulo, ele pergunta: na sua opinião, por que Paulo Maluf tem tanto espaço no eleitorado de São Paulo?

FHC: Ah, esse é um outro bom exemplo, Maluf perdeu sempre, não é verdade? Houve momentos em que ele perdeu feio e outros em que ele quase ganhou.

[

JE: E quando ganhou não levou.

FHC: e quando ganhou não levou. Agora, por que que o Paulo Maluf tem isso? Porque o Paulo Maluf ele é um sujeito persistente, combativo e ele corresponde a um setor importante de São Paulo. Eu acho que a gente não deve negar a realidade, quer dizer, uma pessoa que teve a votação que o Maluf teve e tem tido reiteradamente, ele toca em alguma coisa de São Paulo. Eu posso gostar ou não gostar desse tipo de mensagem que ele dá, mas que essa mensagem é uma mensagem que parte da população pega, é verdade. Qual é a mensagem? A mensagem um pouco do que ele faz coisas, de que ele vai em frente, de que ele não cede, de que ele, de qualquer maneira, atropela, mas chega lá. Esse é a mensagem que ele dá, e também de que tem é experiência, deu certo em vários momentos mas não o suficiente para ele ganhar jamais.

[

*

Senador, diante

desse assunto

[

JE: Desculpe, () só pra passar ao Bardawil, que eu interrompi antes, e dizer que com a pergunta do governo Collor, o senador respondeu à questão levantada por Fortunato Donizeti Alves, aqui de São Paulo.

FHC: Está bem.

JCB: Senador, por favor, em Brasília, quando se vai a Brasília e se conversa com gente do governo, do governo Collor, sempre se recolhe a impressão de que o PSDB está preste a aderir ou que o PSDB simpatiza muito com o governo Collor, conta-se até a história que o senhor quase participou do governo e que o presidente Collor, no último () não deu pra esperar, que ficou

[

FHC: Ahn.

JCB: aguardando a sua palavra. Eu gostaria , em primeiro lugar de um testemunho seu sobre essa história. Essa história é verdadeira ou não? Em

segundo lugar, aproveitando a sua presença aqui, eu gostaria que o senhor clareasse de uma vez essa coisa tão obscura que é a posição do PSDB em relação ao governo Collor

[

FHC: Vamos lá.

JCB: O PSDB é favor, é contra, critica, não critica, qual é a crítica que ele tem em relação ao governo Collor? Se é que tem. Ou quer simplesmente aderir.

[

FHC: Vamos lá.

Primeiro lugar, não é verdadeiro que eu tenha jamais aceito qualquer, conversa em termos de ministério. É verdadeiro que houve uma sondagem, até mais de uma, e todas, às vezes, a minha resposta foi a mesma, (conhecida) e pública, aliás. A de que eu estava em um partido que se colocou em oposição e eu estava com o partido. Segundo lugar, essa

[

JCB: Mas houve aquela frase: não deu para esperar.

[

FHC: Houve (). Eu vou dizer como é que foi, não eu vou dizer como é que foi. Foi o seguinte: quando o presidente Collor foi ao Congresso para assumir, prestar o juramento, eu sou líder, né, no Senado, então eu e mais alguns líderes deveríamos estar à espera do presidente, pelo o protocolo, na porta. Aí me telefonaram, do protocolo do Congresso (avisando), olha o presidente está chegando e não tem ninguém lá, eu corri, não tinha ninguém, e então nós fomos para o salão de honra, estávamos apenas eu, depois chegaram alguns líderes de partidos menos expressivos numericamente, mais eu, o presidente Collor e o vice-presidente Itamar Franco. E o presidente Collor então sentou-se e num num sofá e me convidou para que eu me sentasse, eu não sabia que estava sendo filmado, não é?

[

* Se soubesse, o senhor não sentava?

FHC: Sentaria.

(risos)

FHC: Apenas, eu não sabia que havia, que era público. Então o presidente pediu para eu sentar, e ele até fez assim assim: o sofá está rangendo, então olha isto quebra o protocolo e nesse momento, ele me disse: olha, eu te esperei o quanto pude. Eu disse: você também sabe que eu não podia, porque não havia condições políticas. Foi essa a conversa, foi uma conversa meramente, assim, de, o presidente Collor tem sido sistematicamente gentil com relação ao Mário Covas, a mim, ao PSDB. Então isso é mais uma expressão dessa, dessa manifestação.

[

JCB: Mas, qual é, afinal, a posição do PSDB

[

FHC: A posição está clara, eu não entendo porque alguém tem dúvida ainda. A posição é a seguinte: o PSDB tem votado, não é que ele diz que tem uma posição, voto sistemática, não sistematicamente, voto consistentemente no sentido de que, na oposição. Salvo quando ele acha que a medida do governo é uma medida boa para o Brasil. Por exemplo, na questão do imposto territorial rural, o governo fez uma medida correta. Expressões que hoje estão quase fora de moda, mas que tem seu sentido, a direita e a esquerda votaram contra. Por quê? A direita porque não queria imposto sobre a terra, nem a terra ociosa, e a esquerda porque disse que ia pegar nos pequenos proprietários, o que não era verdadeiro. Mas houve uma conjunção e votaram, nós votamos a favor, não é? E freqüentemente, nós votamos a favor de medidas concretas, corretas. Aqui no Brasil se confundem as coisas, é um pouco uma coisa do Fla Flu, está de um lado ou do outro, e o Brasil não existe? E o povo não existe? O interesse do povo não existe? Da população, do país? Então nós pensamos em termos do interesse da população e do país. Não ficamos de estilingue na mão estilingando com o presidente da República. Agora também não quero, não tenho nada para esconder, nessa matéria nem em nenhuma outra matéria. É o seguinte: nós achamos, isto está na nota, última nota executiva nacional, isto corresponde, vocês viram o programa de televisão do PSDB, há um debate a respeito desse assunto, nós achamos, o setor importante do PSDB acha

que é preciso que haja um esforço para um entendimento nacional. Eu vou então responder .

[
Senador

FHC: você iria me perguntar sobre () Congresso.

[

JCB: sobre exatamente, é eu quero, exatamente, a pergunta é se

[

FHC: Bom, bom

[

JCB: Todo mundo fala em entendimento, quais são os pontos concretos que o

[

FHC: Quais são os pontos concretos que o

JCB: PMDB, o PSDB quer para entrar nesse pacto.

[

FHC: O PSDB considera, no plano político, tem pontos fundamentalmente. O primeiro ponto diz respeito a sustar esses esse jogo constante de medidas provisórias, nós achamos que isso está tumultuando o processo legislativo. Não se discute aqui se o presidente tem ou não legitimidade para baixar uma medida provisória, ele tem, a Constituição permite. Mas acontece que, quando, isso rouba a agenda do Legislativo. Quem faz a agenda hoje é só o Executivo. Porque a cada momento que ele vem com uma agenda nova de trinta dias e nós não fazemos outra coisa a não ser dizer amém ou dizer não àquela medida. E nós achamos que isso tumultua, porque aquela medida é uma medida que devia ser usada com prudência e excepcionalmente e passou a ser rotina. Bom, então nós achamos que isso tem que ser resolvido. Devo dizer também, com franqueza, que resolver isso depende mais do congresso que do presidente. O Congresso tem instrumentos, eu fui o autor da Resolução nº 01, (ou melhor), fui o proponente, o autor foi o Julinho que fez substitutivo, que diz como é que se julga medida provisória

e criamos uma questão chamada juízo de admissibilidade, se o Congresso disser que ela não é urgente nem é relevante, ele diz não. Só que não diz, ou diz pouco. Então está inventando uma regulamentação. Mas nós favoráveis a parar com isso. Ponto dois, nós achamos, isso é responsabilidade nossa, um entendimento entre os partidos, que este ano nós devemos fazer uma reforma eleitoral e partidária. Eu pessoalmente sou favorável ao voto distrital misto, acho que nós não podemos continuar com essa enxurrada de partidos sem expressão, não que eles não possam existir, mas devem existir na sociedade civil, e não com as regalias de partido, acho que deve haver uma limitação para essa regalia de partido em termos do número de votos, percentual de votos obtidos na eleição, e acho que nós não devemos confundir essa espécie de vida anárquica como se fosse democrática. E ponto três, nós somos parlamentaristas. Claro que o conjunto das forças políticas não o é, então nós colocamos o parlamentarismo, submetido ao plebiscito, mas achamos que deve entrar na agenda. Isso na área política.

JE: [(Vai haver) antecipação do plebiscito?

FHC: Olha, eu não sei se antecipação é o ideal, não é? Eu acho que temos, se fosse possível fazer um referendo, ou seja, nós aprovarmos uma lei e depois submetê-la seria melhor. Porque plebiscito é uma forma ruim, porque se diz sim ou não, mas não sabe ao que que é, então eu sou mais favorável que haja uma discussão, que pode ser em 91/92, pra nós termos delineado o sistema parlamentarista e depois o plebiscito. Bom, depois na área econômica, na área econômica nós temos dois ou três pontos

[
* ()

fundamentais, um não é em (discórdia) com o governo, é em geral. O Brasil, o Estado brasileiro, e por Estado aqui, eu digo aqui a União, os estados, os municípios, ou a maioria deles, está falido. E eu acho muito estranho, que estando falido o Estado, portanto não pode haver

credibilidade de moeda hoje é expressão da crença que se no Estado, porque não tem lastro ouro, então como é que faz? Então não tem como segurar a inflação, mas se o Estado está falido, significa que nós temos que definir de novo, como é que que nós vamos financiar este Estado, e que Estado? Para que este Estado? Qual é o tamanho deste Estado? Em que áreas ele vai entrar? Isto tem que ser, a meu ver, um ponto importante. E o outro, é que nós não concordamos com a questão relativa a recessão com quase um objetivo. Nós já estamos em 4,8 negativos do PIB, 6 vírgula qualquer coisa, per capita, no ano passado, o país não suporta isso, isso é desemprego, então nossa política econômica choca, colide com a política econômica que está proposta aí. Não é, não é uma discordância menor, é uma discordância importante fundamental. Na medida em que o governo se capacitar disso, ele pode evoluir, senão não. Quero dizer também com relação ao Estado, que nós temos uma posição, que é muito clara. O mercado é o princípio fundamental das economias modernas, a nossa economia é capitalista, não estou discutindo isso, mas, não nós podemos, o mercado resolve os problemas da prosperidade, não os da pobreza. Quer dizer, nós estamos [

*

Senador

preocupados com a erradicação da pobreza e, portanto, nós precisamos, queremos um Estado eficaz para quê? Para realizar políticas sociais e o governo atual está muito mole nesta matéria, em educação, praticamente nada, a não ser declaração, uma ou outra, em matéria relativa a questão da própria previdência, se fala sempre do buraco da previdência, eu já não sei o que é isso, e não se define, não se define a questão das aposentadorias, de elevar o nível mínimo de aposentadoria, não se define nada com relação a uma política mais consistente de (habitação), e por aí vai. Então nós temos pontos de que nós precisamos discutir e, sobretudo, em todas essas áreas sociais é preciso estabelecer um esquema em que haja uma participação do público alvo, dos interessados. Na Previdência, há propostos nessa direção, o próprio senador Mário Covas tem uma proposta de ampliar os controles

da Previdência Social, então nós temos pontos concretos para discutir, tanto com outros partidos como com a sociedade e com o Executivo.

* O senhor

[

JE: Clóvis Rossi, por favor.

Eu queria anunciar que também está conosco o Jaime Martins, repórter aqui da TV Cultura. Clóvis, por favor.

CR: O Zé Simão, crítico da Folha, na sua coluna de Domingo mudou o nome do PSDB para PSDepende.. e a primeira palavra que o senhor falou nesse programa foi exatamente depende, quando lhe perguntaram a respeito do PSDB. Eu queria entender qual é a dificuldade de comunicação dos tão brilhantes quadros que o partido tem, tribunos excepcionais, professores da melhor qualidade, que não conseguem realmente se comunicar e todos os programas de que participam representantes do PSDB, entrevistas coletivas, toda a conversa acaba girando, vocês são a favor ou contra, etc e tal, como é que é. E dum programa do Jô Soares, por exemplo, com o professor Jaguaribe que (passou) muitos meses atrás, em que foi feita esta pergunta do depende, ele respondeu: Depende da dependabilidade da pergunta. O que acontece com a retórica do PSDB?

[

(risos)

FHC: Simplesmente o seguinte: é que vocês estão habituados a um raciocínio binário do sim ou do não, que é um raciocínio pobre, é um raciocínio pobre. Cara ou coroa. E nós não somos esse raciocínio pobre.

[

CR: Mas, aí.

FHC: No caso, no caso mais grave ainda é que uma parte do eleitorado quer uma coisa e outro quer outra. Dos nossos amigos é a mesma história. Projetam sobre nós um fogo cruzado.

[

*

Mas, senador.

FHC: Eu já lhe digo. Então, a questão do depende foi uma coisa de bom senso. Qualquer pessoa madura sabe disso, depende de circunstâncias, não é? (não do) tudo. Eu sou parlamentarista, não depende. Eu sou contra a recessão, não depende. Uma porção de coisas não depende. Agora, quem usou essa expressão depende fui eu mesmo, numa entrevista que dei à Folha. Só que eu dei num contexto mais intelectualizado, não foi nem o repórter, mas a manchete foi: Para o PSDB, tudo depende. Olha, é fácil. Se a gente quiser realmente transformar tudo num raciocínio pobre, quem faz isso ganha, mas só que não é sério

CR:

[
Tudo bem, mas
[

RT:

()

FHC:

() Nem tudo.

CAS:

[
É que existe uma ambigüidade, ou algumas ambigüidades no curso dessa coisa, o senhor estava comentando agora pouco que na questão da escolha entre Lula e Collor, foi ver o programa do Lula e era incompatível com o programa do PSDB. Já o programa do Collor era parecido com o do PSDB,

CAS:

[
aquele discurso do Mário Covas, o choque de Capitalismo, era muito parecido com o Collor andou falando depois, inclusive,

FHC:

É verdade.

CAS:

do senador, o programa, se fosse pelo programa teria mesmo que apoiar o Collor, mas por razões de história.

FHC:

[
Aí vem o depende, por quê? Porque das condições em que o programa é posto. Veja bem uma questão do depende

aqui. É verdade isso, o programa do Collor, até porque foi posterior ao do nosso, é mais parecido com o nosso, muito mais, do que aquele do Lula. Agora, depende do quê? Depende das forças que estão apoiando, depende da credibilidade do governo que quis

[

CAS: Mas aí volta àquele ponto ()

[

FHC: Qual foi a nossa resolução? Foi não ficar com o Collor. Nós analisamos as várias condicionantes do comportamento e dissemos: não, por aí não vai, que mesmo que haja uma declaração nesse sentido, especialmente no final da campanha do Collor, as forças mais conservadoras se alinharam ao programa dele.

[

*

()

FHC: Então dissemos, tudo bem. Como é que vai fazer reforma sendo apoiado pelas forças às quais sempre nos opusemos, não dá.

CAS: Agora, senador ()

[

JE: () Desculpe, só um minutinho. Só pra completar a roda, o Tramontina, estava no tempo dele fazer uma pergunta e depois o Jaime Martins.

CT: Dentro ainda dessa linha da questão da ambigüidade, como é que o senhor analisa o comportamento de algumas das principais figuras do partido, que hoje são muito mais pró-Collor e têm feito declarações favoráveis ao entendimento.

[

FHC: (Eles têm declarado) com toda a franqueza. E nós achamos que é normal isso, que num partido democrático, que as coisas evoluem. Você tem um processo que num dado momento não dá pra fazer, num momento seguinte é imperativo fazer-se. É exatamente essa dinâmica, se fosse dar aula aqui diria, esse raciocínio

(risos)

é (aristotélico tomista), você acha que tudo é cara ou coroa, um, dois, e o nosso é mais (do movimento)

[

CT: E daí, o senhor que um dos principais líderes e uma das principais figuras do partido faz toda essa longa digressão sobre a questão da, depende disso, depende daquilo. Aí, alguns líderes impor -

[

FHC: Não, eu não faço digressão nenhuma não

CT: tantes como Arthur Virgílio Neto, do Amazonas, o governador eleito do Ceará, são francamente como é que fica o partido dentro dessa, dessa

[

FHC: () São.

Veja como nós não estamos acostumados à democracia. Nós achamos que é preciso que o partido esteja unido sempre em tudo, não. Há uma dinâmica, e essa dinâmica está aberta e nós até pusemos na televisão, no nosso programa. Mostramos que havia posições diferentes e achamos isso correto. ()

[

RT: Não é meio confuso, senador?

FHC: Confuso, para quem? É o processo pelo qual, no qual algumas pessoas acreditam que já há todas as condições para que o PSDB apóie o governo Collor. Outras (dizem), não vai apoiar nunca, porque fomos eleitos para estar na oposição, e outros dizem, é verdade que, num dado momento, ficamos na oposição, mas é possível que tenha havido uma transformação, só que ela não amadureceu. Que é que adianta, alguém sair da posição em que está hoje no PSDB, e vai para o governo, muda alguma coisa? Eu acho que não. Na nossa análise, não é por aí que se faz a mudança. A mudança só existiria ou só existirá, e eu gostaria que ela existisse, no momento em que houver consciência na sociedade, por exemplo, que o Estado está

falido e que é preciso tomar medidas concretas. E que isso depende, não apenas do presidente da República mandar uma mensagem para se votar sim ou não, mas dos partidos dizerem, não dá pra continuar assim, não dá pra nós votarmos sempre contra tudo que é dinheiro para o Estado, sempre a favor de tudo que é benefício. Então essa consciência está crescendo, pode ocorrer que daqui a pouco, eu tenho conversado com o Lula, com o Brizola, com o pessoal do PFL, com todo mundo, a respeito dessa matéria. Pode ser que, daqui a pouco, nós tenhamos um amadurecimento que nos leva a dizer, bom, há condições para o programa ser sustentado parlamentarmente. Nós não vamos (dizer) um programa para ser executado por nós, porque isso não depende de nós, há uma diferença entre o executivo e legislativo e isso.

* Senador, o senhor, o senhor colocou condições.

[
CAS: () acha isso também, não acha?

[
JE: Um de cada vez.

FHC: O governo sabe, não acha, o governo sabe, não acha.

[
CAS: O governo sabe que está falido e esse é um ponto, seria um ponto, de mesmo porque

[
FHC: Não tenha dúvida ()

CAS: a base da equipe econômica é tucana, ou era.
(risos)

JCB: Senador, o senhor colocou, veja bem
[

FHC: Vejo que há muitos tucanos ()
(risos)

JCB: o senhor colocou, o senhor colocou que o raciocínio é meio primário, mas eu me permito discordar, pelo seguinte: quando o senhor colocou as condições políticas para um apoio ao presidente Collor, o senhor colocou três condições básicas: a primeira, é ele acabar com o festival de medidas provisórias; a segunda seria uma reforma eleitoral e partidária; a terceira, o parlamentarismo. Bom, agora está-se percebendo que, nitidamente, essa não é a posição do PSDB, é a sua posição.

FHC: Por quê?

JCB: o senhor tem essa posição, mas existem várias lideranças do partido que querem já um acordo direto, sem essas, sem essas condicionantes.
[

FHC: Não são majoritárias, quando repito, esse partido é democrático, ele não tem o monopólio do saber. Se dentro do partido, as pessoas, como Hélio Jaguaribe, que acham que chegam o momento de fazer um programa, que basta um programa e uma intenção do governo para que isso seja um passo adiante, se ele me convencer a mim, ao Covas, ao Richa, ao Tasso, ao Montoro, ao Serra e à base do partido, nós vamos com eles. Como é que vocês querem que façam a coisa, que tirem do bolso do colete a solução? É essa o certo? Não, há um debate, há uma dinâmica nisso aí. Simplesmente, nós não estamos habituados à democracia () não dá.
[

JCB: () Senador, essa indecisão ()
[

**

[

FHC: Não é indecisão, nenhuma, veja você. Estão transformando seriedade em indecisão, respeito à opinião da diversidade em indecisão. Isso, desculpe, é meramente (), não é certo.
[

JCB: Quer dizer que o PSDB ()

RT: [()]

CR: Espera um pouquinho, o senhor mencionou aí além de sustar as medidas provisórias, discussão nacional, o senhor havia mencionado que o PSDB foi pra oposição porque a base de sustentação do presidente da República era contrária ao partido, claro vamos dizer, claramente fisiológica, a direita, etc e tal. Essa base não mudou, ao contrário, ()

FHC: [Então por que mudar? Por que me perguntam se nós mudamos? Porque a, a questão

CR: [por que reabrir o debate, então? Se na medida que havia sido encerrado com uma nota oficial da executiva da qual ()

FHC: [Mas nós não estamos reabrindo debate nenhum () foi reaberto na

CR: ()

FHC: sociedade e não é para o PSDB, é para todo o país, só que aqui se vê de uma maneira pobre, (ao dizer) vai para o governo, não é isso. Ou alguém pensa que o Brasil está indo muito bem na história? Que o Brasil não está, de novo, perdendo o bonde da década de noventa, que o povo não está na pior, que as condições do empresariado são muito negativas e não há investimento, que o Estado está desorganizado (?). Essa é a realidade, é diante disso que nós temos de reagir, não diante de uma coisinha menor, se vai apoiar Collor ou não vai apoiar Collor. Collor, do jeito que ele está, ele está isolado, o seu propósito inicial que foi combater a inflação foi frustrado pela incapacidade dos planos de resolverem a questão da inflação, e ele foi julgado, semanalmente, pela sua má, mau desempenho na questão inflacionária, os avanços que ele pretendeu fazer, e alguns ele fez, não foram tomados em consideração pela opinião pública, exatamente, porque

tudo ficou em torno da inflação. Por exemplo, ninguém fala da dívida externa, e o governo tem uma política consistente, pelo menos do âmbito das oposições, ninguém nem menciona isso. Ninguém nem menciona que o governo Collor conseguiu colocar os militares no lugar devido numa democracia, sumiram. Me dá o nome de dez generais?

[

*

Agora

[

JE: Desculpe, só um minutinho.

FHC: E, não obstante, o que que prevaleceu? O fracasso na questão da inflação. Isso por quê? Porque o governo se isolou. O governo está isolado; a situação do Brasil está muito ruim, e eu acho como político, como senador por São Paulo, e como político do PSDB, e como outros políticos, nós temos obrigação de discutir a saída para o Brasil, obrigação.

JE: Senador.

[

FHC: Eu acho que esse pensamento não é só meu, é de qualquer líder responsável.

JE: Todas as pessoas que vêm ao Roda Viva e criticam o governo Collor fazem sempre a ressalva em relação à negociação da dívida externa. O senhor acha que o governo está fazendo uma boa negociação? Por que está fazendo?

[

FHC: Eu não conheço a negociação que está sendo feita agora. eu acho que o governo conseguiu colocar uma política. O único ministro, a meu ver, que tentou fazer, que teve uma política, antes do atual, da atual, foi o ministro Bresser Pereira. Ele tentou colocar certos condicionantes para a negociação. Atualmente, o que que o governo disse? O governo disse uma coisa importante. Disse o seguinte: olha, nós queremos pagar, mas pra nós pagarmos a dívida externa, como nós não temos, não nós produzimos divisas, o Estado, nós temos que comprar divisas, nós não

temos dinheiro, temos que fazer, emitir bônus. E isso é que leva a inflação a não parar. Como é que vocês nos pedem que eu ponha em ordem a casa e ao mesmo tempo que eu pague? Eu só posso pagar se eu responder a um conceito que eles propuseram de capacidade de pagamento. Só vou pagar se houver, não só divisas lá fora, mas excedentes no Tesouro. Essa foi a base da negociação. É uma base, me parece, que é um avanço. Mas agora, eu não sei, na negociação concreta, que é o Jório Dauster quem está fazendo, o Senado já se definiu, deu os parâmetros e tal. Vamos ver como ele está fazendo essa negociação? Mas, pelo menos, há uma base. Eu creio que muita gente não gosta dessa base não. Os setores mais conservadores acham que isso é demagogia nacional populista.

JM: Senador.

JE: Jaime Martins, por favor.

JM: Hoje, todos sabemos, é um dia muito especial na vida do político e professor, Fernando Henrique Cardoso, o seu retorno como professor da USP, depois de mais de vinte anos de afastamento compulsório. Uma pergunta que deveria estar sendo feita pelo Fernando Pedreira.

FHC: Ah, sim.

JM: Infelizmente, ele não pode sair do Rio. Ele pergunta: esse retorno teria um claro objetivo de realizar uma compatibilização que parecia impossível, a compatibilização do intelectual bem sucedido com o político bem sucedido? Neste caso, como detalharia a compatibilização do dever do intelectual de defender princípios com a tarefa do político de modificar a realidade?

FHC: Esse é o drama, não é? Drama que vem do Weber, (risos) que vem de todos. Mas eu acho que nós temos de resolvê-lo da melhor maneira possível. Por que que eu voltei agora e não antes, a dar aula e essa coisa toda? E algumas, não são tantas assim. Pelo seguinte, na verdade, eu

sempre respeitei muito a atividade universitária como respeito a atividade política, e eu sempre me recusei a ser professor tapa-buraco. Nuca aceitei dar aula na Universidade de Brasília, me convidaram, fazer um curso aqui e outro curso ali. No máximo eu fiz conferências, no geral, até mais no exterior, no âmbito acadêmico, do que aqui. Bom, nós tínhamos as eleições diretas, nós tínhamos depois a Constituinte, tivemos eleições todos os anos. Agora, pela primeira vez, não tem Constituinte, não tem eleição este ano. Dá pra Ter um mínimo de agenda, quer dizer, eu não faltar ao compromisso, não é? Que é a condição fundamental para o professor ser levado a sério, dar aula, não é? Segundo lugar, eu acho já há um distanciamento, um tempo suficiente para que eu possa me dedicar a discutir a transição democrática brasileira até o governo Sarney, não vou entrar no governo Collor, que aí entram já questões de opção partidária, não quero que isso se misture. Mas até o governo Sarney, eu acho que eu tenho a distância suficiente para que eu possa passar a experiência concreta que tenho, com a formação acadêmica que eu também disponho, não é? Então, eu acho que seria necessário, seria necessário, mas seria oportuno aproveitar essa chance para realizar aquilo que eu sempre prometi a mim mesmo, que iria escrever um trabalho sobre essa transição democrática, fazer uma espécie de síntese de minha experiência política e da minha formação acadêmica. Essa é a razão. O Fernando Pedreira, que é um homem muito inteligente, colocou o dedo na ferida. A lógica do político não é a mesma lógica do intelectual, não é? Ele disse a coisa que verdadeira, o político quando ele anuncia, às vezes ao anunciar o seu propósito, ele impede a realização dele, não é? O intelectual vive o tempo todo anunciando, não é? E pondo o seu nome embaixo, não é? Então, é preciso, as lógicas não são as mesmas, mas não são contraditórias, porque o político, por outro lado, não tiver convicções, ele é um politiqueiro, ele não é um político. E se ele tem convicções, ele tem também propósitos, tem princípios, não é? Então, eu acho que sendo um político de convicções, não é tão difícil assim conciliar com a atividade acadêmica.

FF:

Senador.

JE: Florestan, por favor.

FF: Senador, quando, apesar do senhor ser jovem, quando eu era criança
[

Que é isso? (risos) ()

FF: O senhor conviveu, enfim, o senhor conheceu pequeno, a gente teve uma convivência grande, no passado, e eu me lembro de algumas coisas interessantes, porque o senhor é um intelectual respeitado, sério e quando, às vezes, eu pegava, o senhor me levava para a escola junto de seus filhos, o senhor guiava, e isso ficou guardado na minha cabeça, fazendo uma figa quando segurava a direção. E depois, numa entrevista que o senhor deu, durante a [

FHC: Ah, sim, é verdade. (risos)

FF: campanha da prefeitura o senhor disse que não era supersticioso e nem tinha uma religião. Naquela época, o senhor era mesmo religioso e hoje o senhor é católico?

FHC: Veja, olha a lógica. Eu não

[

*

(risos)

FHC: Sei qual é a lógica entre superstição e catolicismo. Veja, eu não sou supersticioso, não.

*(JE) A lógica é se o senhor acredita no sobrenatural?

FHC: É, vamos lá. Já me perguntaram, nesse mesmo programa, isso aqui, mais de uma vez, mas eu vou responder. É o seguinte, eu não sou supersticioso, não sou excessivamente supersticioso, a figa, dizem que é porque eu sou pão-duro. Vivo segurando a mão para evi

*

[(risos)

tar que os dedos escapem. Mas eu não sou assim particularmente supersticioso. Agora, não posso dizer que sou, porque seria uma mentira. Eu sou de formação cristã e católica, não é? Se quiser saber se fiz primeira comunhão, casei no religioso, tudo isso, é verdade. A cultura é essa, agora eu não sou praticante da religião católica. E sobre a questão do sobrenatural, quem é hoje que pode ter a arrogância de dizer que, não. Quer dizer, como é que você hoje pode dizer simplesmente que esgotou o conhecimento todo e que você tem condições de pôr à margem qualquer coisa que seja transcendente. Eu não ousaria tanto.

JE: Senador, só um minutinho, por favor.

[

RT: Senador, (uma dúvida)

Segue do sobrenatural pro natural (). É que o Márcio, lá de Fortaleza, telespectador de Fortaleza, ele telefonou perguntando. Ele disse: no momento, a estrela maior do PSDB é o governador Tasso Jereissatti. O partido vai barrá-lo a ser candidato à presidência da República por ser nordestino?

FHC: Veja você, se o Tasso quiser ser presidente da República e tiver chance, tem o meu aplauso e o meu voto. Que isso? E não por ser nordestino, até seria colocar uma condição que seria péssimo. Imagina barrar alguém por ser nordestino, ou também por não ser nordestino. Acho que a presidência da República não depende do desempenho, das características, das condições dessa pessoa. O Tasso foi um governador, eu digo foi, porque ele vai deixar de ser dentro de dois ou três dias, mas de muito boa qualidade. Tomara possa ele, não só aspirar, mas organizar-se para ser candidato a presidência da República. O PSDB precisa ter um candidato e eu não tenho nenhuma restrição pessoal.

[

RT: ()

[

*

[

JE: A Roseli, por favor, Carlos Alberto, a Roseli, eu interrompi depois você.

RT: O Tasso é um bom nome, senador?

FHC: Primeiro, quando houve a discussão de vice eu disse que o Tasso podia ser um bom vice. Ora, de vice presidente é um pulo. Mas eu não estou lançando ninguém não. Acho que nós não estamos nessa fase. O PSDB tem que examinar essas

RT: Como o senhor votou essa ()

FHC: coisas com muita cautela, muita, enfim, pé na terra, não é? Nós temos que nos viabilizar primeiro como partido, ampliar nossas bases um reconhecimento mais forte

CAS: [Depende do que está acontecendo

RT: [()

FHC: E como diz você, depende do que está acontecendo. Acho que não depende, você está sendo mais () do que eu, hein?

CAS: [A propósito dessa questão do governador Tasso, como é que o senhor explica que a social-democracia que é uma coisa assim tão moderna, que nasce em país desenvolvido, que nasceu em país desenvolvido, aqui no Brasil (frutificou) num estado como São Paulo, acabou dando certo, tão certo, num estado atrasado, mas pobre e tal como o Ceará?

FHC: Com toda a sinceridade, não foi a social-democracia que deu certo, foi o Tasso, não é? E foi seu candidato, foi o Ciro. Eles entraram para o partido

da social-democracia e houve uma grande discussão no Ceará. E até eu participei disso, eu fui lá para uma discussão, um seminário com o pessoal, com os prefeitos, com os deputados e eles todos apoiaram, acharam que essa proposta da social-democracia brasileira era uma proposta conveniente. Mas eu acho que seria um equívoco de nossa parte imaginar que foi a social-democracia quem fez o Ciro Gomes governador do Ceará. Foram as qualidades dele. Nós ainda estamos longe de imaginar que um partido como, novo, faça o candidato, nem mesmo os partidos de mais enraizamento e há tanta (indefinição) partidária, não são eles diretamente quem fazem os candidatos. A coisa que é importante é que tanto o Tasso como o Ciro, que são pessoas destacadas, que no Ceará tiveram um desempenho excelente, não é? Que modernizaram a () cearense, encontraram no PSDB um canal. Um canal para sua expressão, isso é que é significativo, e que é importante e mostra que esse partido tem não só o charme, mas tem viabilidade, pelo menos aqueles que têm afinidade com este tipo de postura acreditam que o PSDB é uma boa alternativa, então (é nestes) termos que eu vejo.

[

JE:

Senador, falar em charme, falar em charme, aqui o telespectador Marcelo Silva aqui de São Paulo, ele pergunta se o senhor não concorda que o Mário Covas não consegue mais ganhar as eleições por parecer muito bonzinho

FHC:

Eu nunca achei o Mário bonzinho (risos). O Mário é temperamental, o Mário é brigão, o Mário nunca foi uma pessoa de duvidar. É uma coisa engraçada, ele é teimoso.

JE:

Passa essa imagem de repente?

FHC:

Eu não sei.

CR:

Senador, deixa eu perguntar nessa linha mesmo, aqui em São Paulo, uma boa parte das razões para a criação do PSDB estavam aqui em São Paulo e chamava-se Orestes Quêrcia e agora o PSDB negociou com o novo

governador, Luiz Antônio Fleury Filho, que é produto do quercismo claramente, eventual participação do governo e ainda, dos dois lados, o líder do PSDB na Assembléia Legislativa e o governador Fleury anunciam que, embora o casamento não tenha ocorrido, o namoro continua; e o líder do PSDB não descarta a hipótese de participar futuramente do governo, depende de circunstâncias, etc. como é que se explica essa, mais essa contradição, agora em termos estaduais (digamos)?

FHC: Mas é uma coisa engraçada, imagine se nós pegássemos partido por partido do Brasil, tudo o que se aplica ao PSDB (aplicar-se-ia) exato, porque é da dinâmica política isso, qualquer partido.

CR: Pois é, mas o PSDB é um partido moderno, novo.

[

FHC: Bom, eu não vou fugir. O fato de ser moderno não implica em ser fora da realidade, não implica em você não tomar em consideração os fatores políticos. No caso específico, não aconteceu isso não. No caso específico houve uma reunião, eu participei da reunião da executiva de São Paulo com a Assembléia Legislativa, onde nós discutimos com toda a clareza as implicações de uma eventual aliança e mesmo, ou mais do que uma aliança, uma participação no governo e a decisão foi por unanimidade que não. Eu não vejo qual é o problema, realmente, eu não entendo essa dúvidas que assaltam aqui a todo mundo. Vocês estão muito. Acho que vocês estão ()

[

CR: Não, () até onde () descartado por enquanto.

FHC: Não, não, não. A discussão foi. Por enquanto, o que que significa isso? Nós descartamos. Agora, o que que acontece com o processo político, ele ainda muda? Você vai dizer que é sempre por enquanto.

CR: (Em alguns casos)

[

RT: ()

[

FHC: Eu não acho que, eu não acho que essa mudança seja previsível, eu pessoalmente, por uma outra razão, eu acho que nós temos que nos colocar do ponto de vista nacional, acho que tem que ter muita clareza quais são os objetivos do partido a nível nacional, evidentemente, se nós achamos, achássemos, que seria possível reconstituir uma aliança com o PMDB, em termos de participação no governo, era melhor dissolver o PSDB. Por que qual é a razão? Está certo eu não acho isso, portanto eu acho que não deve

[

FF: Senador, por que os partidos políticos, já que o PSDB não é um partido tão grande, é um partido jovem, novo, brigam para ter o PSDB no governo.

[

FHC: Eu acho que é uma coisa esquisita.

FF: Por que que o Collor paquera o PSDB? Por que que o PSDB pensa em ir para o governo Collor? Pensa em ir para o governo()

[

FHC: Não, a primeira parte está certa, quer dizer, o PSDB é paquerado. E assim se pergunta, vai pra cá vai pra lá. Eu também suponho que nós tenhamos algumas qualidades, não é? Eu suponho. Não quero parecer arrogante. Mas se todo mundo quer, alguma razão há de ser. E nós que estamos aqui como aquela moça: ai, eu não quero casar. Nós temos o tempo todo (nessa): não, no fundo ela quer. É o que vocês estão dizendo, no fundo quer. Não, não. Nós nunca pensamos. Nós? A executiva nacional, a executiva estadual. Há uma consideração a ter, a última questão que passou pela nossa cabeça foi fazer parte de. Eu disse isso um milhão de vezes. Você. Como é que você faz parte de um governo? Ou você é eleito, então você assume a responsabilidade. Ou há um processo político, pelo qual, como consequência, para realização de um programa se chega ao governo. Nós não fomos eleitos. Não há um processo político no Brasil – alguém já me perguntou isso aqui – que leve a consideração de que mudanças são

necessárias. No momento em que nós entrarmos nessa discussão, repito, o presidente Collor vai dizer: mas que gente “enxerida”, meu Deus. Eu nunca falei disso com eles, como é que agora inventaram que vão ser parte do meu governo. Nós não entramos nunca nessa discussão. Mesmo o Hédio Jaguaribe

[

FF: Agora, senador, essa conversa já vem antes do segundo turno.

[

FHC: Mas por que razão?

[

FF: Quando terminou o primeiro turno, o Collor procurou o PSDB

[

FHC: É verdade ()

FF: e queria o apoio do PSDB, isso eu sei de fonte segura.

[

FHC: O Collor nunca procurou ()

[

FF: O Collor procurou apoio de vocês no segundo turno.

FHC: Você sabe mais do que eu (risos). Entre o primeiro e o segundo turno que eu saiba e, é naturalmente, havia uma expectativa e, efetivamente, algumas pessoas ligadas ao Collor procuraram Montoro, procuraram a, b, ou c, tudo bem ()

[

FF: () que ele queria ser vice do Mário Covas o próprio ()

[

FHC: Ele lançou Mário Covas presidente da República. Agora, parece que é um pecado, o presidente, o atual presidente eleito por ter lançado alguém e querer que alguém

participe. Eu acho que isso é normal no processo político. O que é estranho, para ser franco é, como é que num país como o Brasil tem gente que diz não, não, não, que é o que nós estamos fazendo. Por que que nós estamos fazendo isto? Porque nós temos horror ao poder? Não, porque nós não queremos confundir a formação de um partido e a posição diante de problemas nacionais, que nós devemos ter e precisamos ter de peito aberto, inclusive, apoiar quando necessário. Não queremos confundir essa posição com a coisa menor, que é: vai ou não vai para o governo. E não obstante, o tempo todo, só se fala na coisa menor, vai ou não vai, não vamos. Não há nenhum preparativo nesse sentido, nenhum. O que há é outra coisa, repito, uma tremenda preocupação com a situação do Brasil.

FF: O senhor não aceita ser ministro do Collor, então?

FHC: Você é o Collor pra convidar? (risos)

FF: Não, mas se convidado o senhor não aceitaria?

JE: Senador, desculpe, nós ()

FHC: Eu já disse a ele, no momento devido, que esta é uma questão política e não está posta. Esta pergunta não se pode fazer para um político sério. Porque para um político sério, ou há condições políticas para ele entrar na discussão ou então é piada. E não há condições políticas. Não é essa, o presidente Collor tem sensibilidade e jamais perguntaria a mim, você aceita ser meu ministro? Não, ele não faria isso.
[

* Senador

FHC: Ele saberia a minha resposta de antemão. O que ele tem de perguntar a mim e, eventualmente pode fazer, a outras pessoas também é, o que que se pode fazer? Dá pra caminhar junto em tal ponto, em tal ponto. Essas é que são as questões.

JE: Senador, nós voltamos, em seguida, a este assunto. O Roda Viva faz agora um rápido intervalo e está entrevistando, hoje, o senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Até já!

JE: Voltamos com o Roda Viva, que hoje está entrevistando o senador pelo PSDB por São Paulo, Fernando Henrique Cardoso.

Senador, o senhor tem muitos cruzados bloqueados?

FHC: Você sabe que eu quase não tenho, não que eu soubesse não, é que eu não tinha. (risos)

JE: Não, o telespectador Vicente Bianchi, aqui de São Paulo, ele pergunta qual a sua postura, qual que seria a postura do partido se, a partir de setembro, o governo não devolvesse os cruzados bloqueados? E eu acrescentaria lhe perguntando se há viabilidade de se devolver ao mercado essa enxurrada de dinheiro.

FHC: Bom, são duas questões? Primeiro, nós tentamos, de toda maneira, na negociação do Congresso, durante a votação do Collor I, desbloquear cruzados, pelo menos até a um nível mais elevado. Aquilo foi, a meu ver, uma violência, um engano, bloquear as pequenas poupanças. Segundo, eu acho que é impensável que não devolva, tem de devolver, porque não devolver, estão arranhando, de novo, as leis, o estado de direito, tudo mais. Tem de devolver. Terceiro, a sua pergunta, aí vai ser, aí que a porca torce o rabo. Por quê? Porque são quatro bilhões de dólares que vão ser devolvidos a partir de setembro, não é ()

[

JE: Não é quase dez?

FHC: Não, a partir de

JE: Ah, sim, quatro por mês.

FHC: É. Quatro por mês. Como é que vai ser isso? Quais são as conseqüências disso? Razão adicional para nós estarmos todos aflitos com o Brasil, não é? Todo mundo diz: bom, mas o governo conseguiu, não tem mais déficit no orçamento. É verdade, só que o orçamento é corrente. Todo mundo sabe que daqui a pouco ele tem um tremendo problema que é a devolução dessa massa de recursos, não é? Que está bloqueada lá. Todo mundo sabe que há uma porção de contas que estão blo

[

JMM: Senador

FHC: queadas, atrasadas

[

JMM: Senador

FHC: Disponha.

JCB: Eu ouvi uma afirmação sua e eu queria que o senhor explicasse direitinho. O senhor disse que foi um engano bloquear as pequenas poupanças. Quer dizer, as outras, o senhor acha que não foi uma violência, uma agressão.

[

FHC: Uma violência foi. Agora, no caso das pequenas, foi uma violência inútil. Porque o peso delas não era grande do ponto de vista da massa global e o desastre ocasionado à população foi muito grande. Mas a violência foi para todos.

[

*

Senador

[

JCB: Senador, hoje existe, no Brasil, uma profunda descrença na política, nos políticos, em soluções políticas para melhorar a situação do país. O senhor acha que essa descrença, essa situação de total descrença pode facilitar a implantação do parlamentarismo? Porque eu já ouço falar de pessoas do povo do

parlamentarismo como uma solução. Que era uma coisa que alguns anos atrás a (gente) não ouvia

[

CAS: () dos políticos.

[

FHC: A primeira questão a enfrentar é isso, se é contrário ou não. Mas na verdade há uma certa, na opinião pública isso pode vir confundido.

[

JCB: Começa a crescer.

[

FHC: Quer dizer, pode vir confundido, há uma descrença nos políticos, sabidamente (generalizada), há razões para isso. Muitos políticos deram margem a que essa descrença existisse, com esperanças frustradas: eleição do Tancredo, morte do Tancredo, governo Sarney, que não foi dos mais felizes para a República, para dizer docemente. E agora o Collor, que vem com muita ênfase em promessas que ele não pode cumprir. Então o povo está desiludido. Eu não sei se já há uma consciência do parlamentarismo, eu acho até que é importante fazer uma distinção, mostrar bem o parlamentarismo, a vantagem do parlamentarismo, as vantagens do parlamentarismo, mas a principal, ao meu ver, é que no parlamentarismo o Congresso é solidário do Executivo. Ele não pode fazer o que hoje pode. Hoje o Congresso deixa: ah, isso é problema do Executivo e eu não tenho responsabilidade nenhuma, e até forço, torço contra. Então, a maioria atual é sempre uma maioria precária, que sempre está, até certo ponto, com a capacidade de pressionar e até mesmo chantagear o Executivo. No parlamentarismo não, porque se cai o Executivo, conforme a queda dele, também cai o Congresso, também a Câmara é dissolvida. Então tem um remédio muito forte para que haja uma conduta mais responsável. E dois, essa responsabilidade se manifesta, não só no ato de escolher o primeiro ministro e o gabinete, aprovar o gabinete, mas de sustentar a política do gabinete, porque senão cai. Hoje nós (estamos) no pior dos mundos, em

que o Congresso pode ser levado à demagogia fácil, porque ele não paga preço nenhum.

FF: Agora, senador (com relação) a proporcionalidade,

[

*

()

FF: como é que pode existir parlamentarismo, quando não há proporcionalidade dos deputados, quando tem mais deputados do Nordeste do que deveria, por exemplo.

FHC: É, eu acho que esse é um dos problemas sérios, não é? Inclusive nós já levantamos a questão, e a questão de São Paulo, efetivamente, é uma distorção do princípio representativo.

[

*

Senador (), senador.

FHC: Acho que nós temos de reabrir a discussão para poder ()

[

*

Senador

[

JCB: O senhor não concluiu a resposta à minha pergunta. O senhor vê chances ao parlamentarismo?

FHC: Eu vejo, mas eu vou dizer com sinceridade, para que isso ocorra nós primeiro precisamos ter uma idéia mais clara de que tipo de regime parlamentarista, precisamos desenhar que é isso e depois mostrar ao povo o que é isso. Como é que funciona o parlamentarismo. Dois, e aí a pergunta sobre a antecipação do plebiscito tem de novo sentido, porque os candidatos à Presidência da República, na medida que vão se fortalecendo como candidatos, vão se opondo à mudança de regime, não é?

[

*

Hum, hum.

FHC:

Na verdade, o aliado potencial, no caso é o atual presidente, porque já é presidente, não é? Como o Sarney poderia ter sido, não é? Então eu acho se não houver um sistema aí na discussão nacional, alguma coisa mais sólida sobre o parlamentarismo, vai ser difícil. Se houver essa proposta mais sólida, se a sociedade se convencer disso e se as forças políticas se entenderem sobre o porquê desse parlamentarismo, é possível que nós tenhamos um regime parlamentar. Tem vantagens. O regime presidencialista é um regime que distorce tudo, até o próprio poder do presidente, que aumenta a desconfiança que os próprios ajudantes têm uns dos outros e com relação ao presidente, não é? A fofoca também aumenta muito há uma ligação entre alguns setores políticos do Congresso com setores da burocracia, tudo atacando, às vezes, o próprio executivo, quer dizer, não é um regime tão forte quanto parece, mas, por outro lado, ele bloqueia, por causa dos mecanismos disponíveis, as formas de ampliação de participação nas decisões. Então, nós ficamos no pior dos rumos com este presidencialismo assim imperial. O único lugar onde o presidencialismo funciona é nos Estados Unidos, mas os Estados Unidos têm, primeiro, um sistema judiciário diferente do nosso; com muito maior peso. Uma sociedade muito mais ativa, uma renovação do Congresso também a cada dois anos da Câmara, e o voto é distrital. Há outros mecanismos que compensam o poder do presidente. E o Congresso nos Estados Unidos põe e dispõe sobre o orçamento, de uma maneira muito mais ampla do que o nosso, então há contrapesos. No nosso sistema não há nada disso. No nosso sistema, aparentemente, o presidente tudo pode, as críticas são sempre endereçadas ao presidente, na prática ele não pode tanto assim, mas ele pode atrapalhar e atrapalha. Então, eu acho que nós deveríamos, realmente, marchar para o parlamentarismo. No parlamentarismo, o atual gabinete, pra pormos assim, já teria caído e o presidente não. Então nós já teríamos encontrado fórmulas ()

[

FM:

Se não for o parlamentarismo já, não correríamos o risco, de mais tarde,

[

FHC: Sim.

FM: termos uma solução parlamentarista, apenas para solução para crise como aconteceu com o Jango Goulart.

FHC: Aí seria muito mau, é, aí seria muito mau. Eu acho que nós devíamos preparar, desde já, a discussão do parlamentarismo, não é? E enfrentar o plebiscito. Sem plebiscito não vai, por uma razão simples, porque, se a população não estiver, realmente, entendendo do que se trata, é um engodo. E nós não queremos esse engodo. Eu não sou favorável a um golpe parlamentarista.

* Senador

[

CAS: Senador, o senhor havia dito lá numa outra resposta aquele estudo sobre o empobrecimento do país, não é pelo Banco do Brasil

[

FHC: Sim.

CAS: Às vezes, dá a impressão de que até é pior que isso, que o Brasil está piorando, está acabando, o senhor veja o que, aquele, o país empobreceu 5% o ano passado quando ele precisa

[

FHC: É.

CAS: crescer 5% ao ano só pra dar emprego aos jovens que chegam ao mercado de trabalho. O senhor falou daquela questão da consciência de que os estados estão quebrados, quer dizer, os estudos brasileiros estão falidos. Pois é, Estado de São Paulo e

[

FHC: A começar pelo Estado de São Paulo.

CAS: (Todos) outros, e ao mesmo tempo que a gente vê isso, o Estado está quebrado, atrasa salário e tal, a gente vê salários milionários pagos a magistrados, conselheiros, procuradores, etc. quer dizer, não lhe dá a impressão de que está, o Brasil está indo para um buraco monumental, está piorando e, sei lá, a gente está discutindo.

[

CT: Qual é o papel do Congresso dentro disso tudo. O Congresso tem consciência da situação em que o país se encontra e da importância dele atuar de alguma maneira?

FHC: Eu acho

[

CAS: O Brasil atrasou-se dez anos, (começou) uma década de empobrecimento.

FHC: Vou responder as duas questões. Primeira questão

[

JM: Acrescentando essa colocação do Tramontina, não é? Em relação à legislação anterior, o senador considera que o Congresso e os partidos estão mais ou menos amadurecidos para enfrentar o agravamento da crise?

FHC: Então vamos lá, começando pela questão do empobrecimento, não é? Esse empobrecimento é real, todo mundo está vendo os resultados dele e deriva de muitas coisas, o mundo mudou e o Brasil não entendeu essas mudanças que ocorreram no mundo. O que é que mudou no mundo? Mudou basicamente, o modo de produzir. A transformação tecnológica brutal, não só a micro-eletrônica, a biogenética, os novos materiais, tudo isso que alterou o que é importante, como também mudou o modo de organizar a produção. Ainda, hoje, na USP, discuti um pouco essa questão, não é? Eu li, recentemente, um trabalho de um economista, Stephen Coen, que é um economista de Berkeley, que faz uma análise do que aconteceu no Japão, o que aconteceu nos Estados Unidos e na Europa. E houve uma mudança na organização da produção. A linha de produção; o (taylorismo)

o fordismo, que foram a espinha dorsal da economia moderna, estão dando lugar, ao que eles chamam lá, à organização enxuta, ou então, a produção em massa flexível, que você dá muito mais responsabilidade ao trabalhador direto, não é? E o qualifica mais, aumenta o nível de educação dele, de competência, e ele pode parar a linha, ele pode resolver na linha. Isso tem dado ganho de produtividade ao Japão, incalculáveis sobre os Estados Unidos, não é? Bom, isto, essa mudança que o mundo moderno, o que é o mundo moderno, hoje? É empresa, mas empresa não no sentido amplo, quer dizer, é organização mais ciência e tecnologia, mais criatividade, portanto liberdade. Isso matou a economia (setorialmente) planificada. A União Soviética perdeu chances no momento em que, dogmaticamente, o partido comunista soviético não acreditou no que chamavam então da cibernética, que diziam que era uma regra binária que não dava lugar à dialética. Então, a informatização, não tem clima de liberdade para aumentar a criatividade, nem responsabilidade que passa diretamente para o trabalhador. Então isso mudou o mundo, o Brasil ainda pensa que hoje depende, tem riquezas naturais e tem mão de obra barata. São dois elementos muito pouco importantes para o futuro. A mão de obra barata é negativa, não é positiva. Foi positiva antes, num certo tipo de exploração, hoje não. Hoje, em grande medida, ela é inempregável e não é mais nem explorável, fica à margem. Isto está acontecendo no mundo. Vários setores da humanidade estão ficando à margem. Nós não estamos ainda à margem, mas nós corremos o risco de ficarmos desimportantes. Nem para sermos explorados, porque, hoje, a exploração se faz de outra maneira, não é nessa base. E nós não fizemos aqui o que os países asiáticos fizeram, os tigres asiáticos, que eu li também recentemente um livro do professor Manuel (Castelos), estudando Cingapura, Hong Kong, Taiwan e Coréia. Onde se vê claramente o seguinte, lá, primeiro, o Estado teve um papel enorme, assim como no Japão, aqui nós estamos achando que a questão toda é desregular, deixa o mercado que dá tudo certo. Eu sou favorável ao mercado, acho que a regra fundamental do mundo moderno é o mercado e é a iniciativa livre, mas compensada, compensada por quê? Porque eles fizeram lá nesses países, nos tigres asiáticos, fizeram a distribuição de renda e alguns casos até da propriedade, da terra, não é? Então isso mudou o padrão da

sociedade, eles não fizeram o outro passo, não deram a liberdade, que é necessária para que haja um mundo realmente moderno, sem você pôr (aspas) nem ter medo de dizer a palavra. Nós, aqui, descuidamos disso. Então, quando a gente fala em modernização, parece piada. Modernizar o que com essa massa de analfabetos? Modernizar se não tem hospital, modernizar se a pessoa trabalha, trabalha e não nem tem esperança de ter uma aposentadoria condigna. Isso não é modernização. Então o Brasil ficou, pra trás em tudo isso na década de oitenta, desde de setenta, que deu o grande salto, mas antigo, baseado no tipo de industrialização pesada: aço, esse tipo de coisa e ainda na forma antiga de exploração capitalista. Hoje não, e nós ficamos pra trás. Nós não entendemos que é preciso comerciar, e que hoje o comércio mundial cresce acima do produto bruto mundial, há maior relações de trocas do que o próprio produto bruto interno. Nós aqui ainda fazemos a oposição antiga entre externo e interno, como se pra crescer o mercado interno não pode ter o externo. É o contrário, tem que haver exportação pra poder melhorar o nível de vida pra poder também haver o mercado interno. Nós ainda não vimos isso, não é?

*

A exportação aumenta o mercado interno.

FHC: a exportação aumenta o mercado interno e não diminui. Nós não vimos isso, nós não percebemos que a economia realmente se internacionalizou. Eu gosto de repetir sempre a expressão de um comunista italiano Giorgio napolitano, secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista que deu uma entrevista na Isto é/ Senhor, em que ele disse o

[

*

Na Isto é

FHC: seguinte: o problema não é saber se vai haver ou não, internacionalização, é se nós vamos nos internacionalizar ou eles nos vão internacionalizar. Se nós não definirmos os (modos) como vamos participar do mercado ou nem isso vamos ter essa chance. Nós perdemos tudo isso, nós não vimos nada disso. Nós ficamos no sempre cara ou coroa, na briguinha menor, não

percebendo os grandes desafios. Então estão aí esses grandes desafios, não é? Então acredito que esse problema é

[

*

e o papel do Congresso?

FHC: O Congresso também não percebeu pra ser totalmente sincero, também não

[

*

O Congresso é muito atrasado.

FHC: percebeu, assim na média do Congresso,

[

*

Acho que as lideranças não percebem ()

[

JCB: Senador, o senhor não tocou num ponto básico da pergunta que eu acho fundamental ()

[

FHC: Então vamos lá, me ajuda.

JCB: É essa história do Brasil ser o país dos privilegiados, de classes privilegiadas.

[

FHC: E eu disse com a desigualdade social não dá.

JCB: Quer dizer, não há saída pra isso? O Congresso não mexe, a Constituição não mexe. Ninguém mexe.

FHC: Há saída sim. Não, não, não. Há saída sim. A Constituinte mexeu alguma coisa, e o Congresso tem que mexer mais. A sociedade tem que reagir mais. A saída, qual é a saída? É nós estarmos aumentando o nível de consciência disso e votando a favor. Agora isso você perguntou sobre o Congresso atual. O Congresso anterior, esse

[

*

Avaliação

FHC: é o terceiro Congresso que eu participo, não é? No primeiro era ainda o regime autoritário, general Figueiredo presidente e tal, era um Congresso, digamos assim, sem garra, não é? Aliás, o parlamento, o Bardawil andou por lá nessa ocasião, nós

[

*

Hum.

FHC: tínhamos muita pompa, mais do que hoje, mordomia, não é? E nenhum poder, não é? O Congresso andava meio às moscas, eu então, os parlamentares ficavam lá nas repartições públicas tratando de obter favores para os seus eleitores, pras suas cidades e tal e coisa. Depois veio o Congresso de 86 e a Constituinte e aí mudou. Mudou porque houve muita vitalidade, a sociedade invadiu o Congresso, grupos de pressão, eram freiras, eram militares, até banqueiros apareceram por lá, coisa que antigamente eles não saíam dos seus casulos, não é? Apareceram ()

JE: (Banqueiros) principalmente.

FHC: não, não, principalmente não, porque banqueiro não aparece, pode ser até que tenham interpostos pessoas, mas aparecer fisicamente é um progresso, porque se vê como se negocia e discute claramente. Militares, sindicatos, aquela coisa toda. Eu tenho a impressão que o Congresso de 86 se exauriu na Constituinte. Quando terminou a Constituição de 88, ele cansou, ele não fez mais nada. Ele ficou, praticamente, desarvorado, não é? A fase final.

[

JCB: Ou seja, a idéia correta seria uma Constituinte exclusiva, não é?

FHC: É possível, ano sei se seria muito diferente. Mas, de qualquer maneira, se esgotou naquela função e não teve condição de dar outros saltos. O atual vem com mais gás, respondendo ao Jayme, não é? Tem mais presença, está com o penacho mais elevado, está querendo exigir, como essa questão das

medidas provisórias. Eu acho que tem mais gás. E também a sociedade, a sociedade hoje cobra mais, e isso é bom. Porque não vai haver modificação de nada isso, se a sociedade, não tiver consciência e não cobrar, a classe média

[

*

Senador

FHC: tem que entender que os privilégios também pegam a ela ()

[

RS:

Ainda

[

CR:

E o Executivo? O presidente

Collor tem noção desse total atraso.

[

FHC:

Retórica.

CR:

Só retórica?

FHC:

Eu acho que o presidente Collor fez discursos colocando essas questões. Ainda no último deles, ao Congresso.

JM:

O último é de hoje, lá na fronteira.

FHC:

Ah, isso eu não li, mas ainda o último que ele fez no Congresso, ele colocava essas questões, ele, digamos, viu alguns aspectos importantes de necessidade do “aggiornamento” do Brasil, não é? Mas eu acho que entre a proposta e a ação tem um vazio. O governo atual é um governo que não tem gestão, que não tem controle, entre o que diz e o que faz tem uma distância grande, não tem nem equipe para fazer isso, não tem, talvez por isso busquem tanto outros partidos e também a questão da credibilidade, não é. Dar uma marca de credibilidade, para manter por mais um algum tempo a credibilidade que lhe advém inicialmente das urnas, mas que vai se esgotando. Então, eu vejo, o que é o governo hoje? É o presidente. Tem um livro de um romancista americano chamado (Saroyan) que chama “O

Jovem Audaz no Trapézio Volante”, no fim de minha adolescência eu gostava muito de ler este autor. Bom, o presidente parece que é o jovem audaz e o trapézio volante

[

*

jet ski.

FHC: Hein? Ou de jet ski. Mas está lá no trapézio. Procura uma coisa, outra, mantém a marca e tal, e faz cooper e manda uma mensagem. Tem muita capacidade de mandar mensagens subliminares, tudo bem, então está o presidente. E, de vez em quando, ele quebra a louça, não é? Quer dizer, ele não é um presidente conformista nem conservador. Ele vai lá e quebra a louça. Depois, o que é que sobra? A equipe econômica. Qual é o problema, a meu ver, desta ou de qualquer outra equipe econômica deste país?

[

*

O que o senhor acha da equipe econômica do governo Collor?

FHC: Vou dizer. Eu acho que é gente séria, competente, mas que ainda acredita, no fundo, no fundo, meu Deus, como seria boa a vida se não houvesse política. Como, o Congresso atrapalha! Como o conflito é chato! Se houvesse uma possibilidade de produzir aquelas idéias, numa redoma, e condições quimicamente puras, daria tudo certo. Infelizmente, a vida não é isso. A vida é conflito, é interesse, é contradição. Então, não é a qualidade da equipe, é o elo político e é a noção de que a economia não depende de uma boa idéia, mas de um bom processo. E depois, além da equipe econômica, tem o ministro Passarinho, que é o único elo político e novo no Congresso, não novo Passarinho, mas para o governo, tentando fazer alguma coisa e nada mais. Então, tudo se perde um pouco no inefável, lá em cima. Proposta correta, mas cadê ação?

[

JCB: Por falar em

FHC: Como é que a gente pula pra chegar lá?

[

JCB: Senador, senador. Por falar em elo político, nesse momento, o Congresso tenta, como o senhor mesmo já revelou aqui, mexer na medida provisória. E, no entanto, o presidente resiste e já declarou várias vezes que não se pode mexer nesse assunto. O que que o senhor pode informar aos telespectadores do Roda Viva sobre as negociações que estão se processando neste momento para que o presidente aceite uma forma das medidas provisórias serem reduzidas?

[

(JM): () ministro Nélon Jobim.

FHC: É, medida provisória é o seguinte: a Constituição declara que em caráter excepcional, urgente e relevante, o presidente pode baixar, com força de lei, uma medida provisória que deve ser julgada pelo Congresso durante, em 30 dias, muito bem. No início do governo Sarney, quando o Sarney começou a baixar estas medidas, nós ficamos assustados, então o projeto de resolução nº 01 do Congresso Nacional é de iniciativa minha aliás, minha e do senador, então senador Itamar Franco, hoje vice-presidente da República, que foi substituído depois por uma proposta correta do deputado Nélon Jobim. Esse mecanismo que nós propusemos diz o seguinte: antes de dizer sim ou não, o Congresso tem que tramitar essa medida provisória e nós inventamos uma coisa, foi o Jobim quem inventou, chamado juízo de admissibilidade, ou seja, o Congresso tem de dizer se a medida é urgente ou relevante. De fato, portanto, o Congresso pode parar o presidente, não parou porque não teve coragem, tá? Porque o Congresso tem os instrumentos para dizer não, já tem esses instrumentos. Isso eu não estou dizendo que eu não vá votar a favor de ampliar essa (), ou de definir melhor, mas não é por isso que está havendo essa enxurrada. Agora, o deputado Jobim, novamente, fez uma proposta arredondando um pouco mais essa questão, dizendo o seguinte: certas medidas o presidente não pode baixar sob a forma de provisoriedade porque elas, constitucionalmente, são vedadas ao presidente. Matéria tributária, por exemplo, é só para o ano seguinte, embora haja uma discussão sobre se o presidente pode ou não, deva ou não, incluir, a área tributária, nas medidas provisórias, mas certamente, matéria penal não pode. Porque você condena

alguém à morte a partir de uma lei e daí a 30 dias não vale mais, então matéria penal não pode. Há outras que a Constituição diz que são de exclusiva competência do Legislativo, também não pode, ou do Judiciário, também não pode. Então, o que o Jobim estava fazendo é uma codificação do que já existe, o que falta mesmo ao Congresso é a vontade de dizer não, e precisa dizer.

[

RT: () vontade.

[

*

()

FHC: Admissibilidade.

CAS: Quer dizer o seguinte: o governo diz assim os preços estão congelados, o Congresso se reúne e fala, não isso aqui não é medida urgente então.

FHC: Acabou, na hora, dança, dança.

CAS: O Plano Collor II, por exemplo podia dizer

[

FHC: Na hora, na hora. São onze, são onze senadores e onze deputados se reúnem, e dizem

[

CAS: Onze só?

FHC: É, (e dão) o parecer inicial, tem o relator, e dão o parecer inicial que vai ao plenário, não é? O que acontece é o Congresso se deixou, digamos, castrar, agora nós reagimos. E o ano passado, as comissões nem se reuniam, o líder designava um relator de plenário, não é? E quem fazia isso era o PMDB, que é que tinha a maioria. Agora que o PMDB perdeu aparentemente a maioria quer outras medidas pra compensar, mas de fato ele tinha a faca e o queijo na mão e só não fez porque por razões políticas ()

[

JCB: Mas o senhor acha que desta vez vai sair, o Congresso mais uma vez, [

FHC: Eu acho que desta vez.

JCB: vai se ajoelhar perante o Executivo?

FHC: Não, não, não. Eu acho que desta vez existe a vontade política de barrar esse abuso. Veja, nós defendemos a medida provisória na Constituição, essa foi proposta foi do Ulisses e do Néelson Jobim e é correta. Em verdade, foi tirada do governo italiano e que no sistema parlamentarista onde a maioria garante sempre, mas no mundo moderno você precisa ter uma medida de urgência. O que que está errado? Está errado é o abuso. Cento e sessenta e oito. E por que que está errado? Está errado porque isso perturba o funcionamento não só pela insistência de alguns em matérias que não são nem urgentes nem relevantes, mas aí o erro do Congresso em não barrar, mas porque isso perturba o processo legislativo. Nós, ao invés de julgarmos na Câmara primeiro e no senado depois ou vice-versa uma lei discutirmos, negociarmos, aprovarmos um texto, não, nós estamos o tempo todo sendo chamados pelo presidente da República que dá o nosso dia-a-dia, quer dizer, quem dá a lição de casa pra nós é o presidente da República, que ele faz a medida provisória: o Jorge Martins não pode mais usar óculos, vamos nós discutir: mas será que ele tem dinheiro ou não tem de tirar os óculos de uma cidadão? Perde-se um tempo enorme nessa discussão.

[

JCB: Senador, o senhor fez uma observação muito importante,

[

RM: Senador.

JCB: o senhor disse aqui, agora mesmo que a medida provisória foi feita para um regime parlamentarista que depois não veio, veio o regime presidencialista.

FHC: Isso.

JCB: Então eu pergunto: não foi um erro manter a medida provisória que dá tantos poderes ao executivo em um regime presidencialista em que o exe-

[

FHC: Sim.

JCB: cutivo já tem poderes, como o

[

FHC: de sobra.

JCB: senhor mesmo qualificou aqui de imperiais?

FHC: Eu acho que sim, eu acho que nós devíamos rever essa matéria, embora sempre deixando à margem para que existam algumas medidas de urgência. Qualquer país moderno tem isso? O erro maior não é esse, o erro maior é político, é o Congresso não barrar dizendo não.

RT: Pois é, senador, o senhor fala em Congresso () a imagem do deputado Roberto Cardoso Alves, é do “é dando que se recebe”, o senhor acha

[

FHC: A ética franciscana, coitado do São Francisco, tão bom

[

RT: Pois é, a ética franciscana, essa nova (fusão) dos parlamentares aí, essa nova legislatura, digamos assim, vai mudar essa imagem do Congresso, senador?

FHC: Olha, eu espero que sim, aliás, deve fazer justiça, o próprio governo não entrou nesse fim, no sistema de “dá cá toma lá”. Pelo menos, não generalizou esse sistema, não é? E, eu espero que sim. Eu acho que isso é muito ruim, esse

[

*

Mas, senador

FHC: continuar “dando que se recebe”

JMM: O senhor disse que espera que sim, mas no primeiro mais importante, o Congresso já fraquejou, quer dizer, pelo menos a Câmara já votou que o governo pode continuar baixando medidas provisórias sobre tributário, caderneta de poupança e depósito, quer dizer, exatamente [

FHC: Tributário ainda não, eu acho que não, votou outra votou que pode medidas provisórias

JMM: o que todo mundo temia.

[

FHC: Tributário ainda não, tributário está em suspenso.

JMM: Não, tributário foi votado sim

[

JE: Foi votado.

JMM: Quer dizer, o senhor está com esperança que no primeiro momento

[

CR: Antes, antes de chegar lá, aceitou, admitiu o Plano Collor II, consubstanciado na medida provisória, nem sei que no mais

[

FHC: É, por quê? Porque

()

[

CR: Já é o novo

Congresso ()

[

FHC: Não, não, não. Não adianta a gente ficar a () com o estilingue, não é? Tem que entender a razão das coisas. O Plano Collor II, ao votar não, você acaba com o congelamento na hora, isso não tem muita

importância, só que o saldo provoca uma crise inflacionária imediata. Então você fica entre a cruz e a caldeirinha. O que o Congresso tem feito não é dizer sim, é dizer: do jeito que está vindo esta lei eu não voto, vamos mudá-la e tem mudado a lei. Faz o projeto de conversão. Porque você tem uma tremenda responsabilidade ()

[

CR: () o congelamento de preços ()

FHC: Não, o congelamento não, se você tirasse o congelamento explodia a inflação.

CR: Na prática não há congelamento, exceto no supermercado ()

[

FHC: Não, não, vai perguntar pra população que já responder ao seu jornal porque ela sustenta o congelamento. Porque por mais impreciso que seja algum benefício ele dá ao povão, não dá pra nós, mas dá pra certo tipo de mercadoria. E não é essa a questão no caso, não é nem isso. É que o sinal do Congresso ao dizer não pra isso, ele explodiria a política econômica toda. Então, o que que o Congresso fez? O Congresso disse: vamos forçar uma rediscussão dessa política econômica, de novo, não adianta pensar em termos de “cara ou coroa”, porque o “cara ou coroa” é fácil quando não está com a responsabilidade da decisão. Quando você está com o poder na mão, você tem que usar esse poder medindo as conseqüências dele. Não é o ato ético só, é a conseqüência desse ato. Eu não estou com isso defendendo que o Congresso não devesse pôr um freio nas medidas provisórias, mas eu reafirmo o que eu disse: é preciso que haja algum mecanismo de medida urgente, o que não pode é haver abuso da medida urgente.

*

Senador

[

JMM: Esse seu raciocínio de que o Congresso não pode atuar por causa dos riscos coloca uma situação perigosíssima, quer dizer,

[

FHC: Não, não, não é isso.

- JMM: o governo começa a baixar o que quer e o Congresso a dizer tem de aceitar
[
- FHC: Não, não, não.
[
- JMM: se não a situação piora. O senhor não acha que nós podemos chegar à situação
[
- FHC: Raciocinando pelo absurdo sim, mas raciocinando sem ser pelo absurdo, não
[
- JMM: Duzentos e tantas medidas provisórias,
[
- FHC: Sim
- JMM: todas passando por este raciocínio
[
- FHC: Não, não. Às quais eu acho que nós erramos em várias, ao não dizer não, agora, no caso específico do Collor II, eu estou dizendo as razões pelas quais se disse sim, se disse sim e depois se mudou o projeto, não é? Por que ao dizer não, você realmente explodiria a situação econômica brasileira.
[
- CR: O plano, a rigor, a própria ministra disse a dias atrás que no lançamento do Plano Collor II, todo mundo, toda a nação estava contra a equipe econômica conseqüente o plano era julgado ruim por todo o mundo.
[
- FHC: Claro, claro
- CR: Por que então não recusaram de cara
[
- FHC: Mas estou dizendo a você, qual seria a conseqüência, aqui há economistas, suponho, ou ninguém é? Qual seria a conseqüência imediata disso? Esse é que é o problema. É muito fácil você

dizer joga fora, mas se você apertou o botão detonou a bomba, a bomba atômica mata, mas mata todo mundo.

* Alguma coisa tem de ser feita?

FHC: Alguma coisa foi feita. Nós não votamos o plano em sua integridade, nós mudamos, mudamos uma porção de coisas e votamos não naquilo que nos pareceu que não se devia votar, mas não () momento.

[

JE: Senador, mudando um pouquinho de assunto, o telespectador Carlos Garcia, aqui de São Paulo, ele queria que o senhor dissesse que diferenças há entre a social democracia do PSDB, do seu partido, e a do PDT do Leonel Brizola?

FHC: Não sei porque ele não perguntou do PT também, que está cada vez mais social-democrático.

JE: Mas (ele não se diz) social-democrata.

FHC: Eu tive uma reunião agora em Paris com o Lula, no partido socialista francês, e ele mandou a mesma carta que eu ao Willi Brandt, pedindo para ser observador nas reuniões da Internacional Socialista. De modo que eu acho que há uma convergência crescente. Hoje eu li uma entrevista do Moisés, na Folha, propondo, aliás, a social-democratização do PT. Veja, há diferenças apesar disso entre todos esses partidos. No caso do PDT, embora o PDT tenha uma filiação expressa social-democrática, o PDT é um partido que está muito ligado à tradição do PTB, de um certo nacionalismo, na defesa intransigente do estatismo e, até certo ponto, defesa corporativista. Isso não é válido para o PT nem pra nós. Nós não temos essa mesma visão que tem o PDT, não é? Isso se vê não nas palavras, mas no voto. Na hora de votar medidas concretas no Congresso. O voto fica muito diferenciado, né? Geralmente, o PDT apóia tudo o que é medida de um nacionalismo visto à luz dos anos 50. Eles votam a favor.

JE: De repente, o senhor concordaria com o professor Roberto Campos, que esteve aqui a semana passada e disse que se pode acusar o governador Brizola de muitas coisas, menos de ter tido uma idéia nova nos últimos trinta anos. (risos)

FHC: Isso é maldade do Campos (risos). Como ele é mais velho, do que eu, ele deve saber o que fala.

[
JE: ()
(risos)

JM: Senador, a instalação, Sábado último em São Paulo, com a sua presença, de uma nova central de trabalhadores, a Força Sindical,

[
FHC: Sim

JM: significaria, na sua opinião, ou na do PSDB, algo da qual, taticamente novo, diferente na vida sindical brasileira?

FHC: Veja, primeiro, eu fui lá pessoalmente, não é? Não fui, não tive a representação do PSDB. Agora, eu acho que é importante ter mais uma central sindical e que não seja ligada a partido, não é? Eu acho que é bom que existam várias centrais sindicais e eu acho que não havendo ligação direta com um partido também amplia a possibilidade de negociação. Eu acho que sou favorável ao pluralismo nessa matéria e, por isso, dei força, ou fui buscar força, não sei, na Força Sindical.

* Senador

[
* Senador, apesar das

[
JE: Desculpe, Florestan, por favor.

FF: Senador, eu queria fazer uma pergunta não para o senador, mas para o sociólogo. Uma das coisas que me angustia muito é ver o país num estado

de violência quase que completo, as notícias que a gente tem no dia-a-dia de pessoas que são violentadas, que são mortas, as casas, hoje, são cercadas; tem policiais na rua, enfim há muita violência. E uma violência que, de certo modo, até parece, em alguns casos, uma maneira que as pessoas encontram de fazer uma redistribuição de renda que não existe no país. O senhor, como sociólogo, acha que essa violência pode provocar uma anarquia no país, ou pode provocar uma guerra civil ou uma revolução?

FHC:

Bem, eu acho que anarquia no país já existe (risos) e você tem vários setores do país onde você tem, aspas, áreas liberadas: os morros do Rio, a questão do bicho e da droga, sei lá o que está acontecendo nas fronteiras do Brasil com a Colômbia e com a Venezuela, não é? Você tem já muitos setores que, onde digamos assim, o estado de direito não tem vigência e o estado, uma organização pública, não tem a capacidade coibir, portanto, a transgressão das leis. Isso existe, isso é grave, não é? E isso se explica, evidentemente tem mil razões para explicar, não é? Um Estado sociologicamente falando de quase anomia, há áreas que são anômicas, quer dizer, não têm um corpo definido, de regras vigentes no resto da sociedade, (então) são regras próprias: a lei do cão, a lei do bandido, etc. etc. isso existe, isso é muito grave. Se isso vai ter efeitos propagadores, aí já tenho muitas dúvidas, porque a sociedade brasileira, nesse aspecto, é uma sociedade bastante mobilizada e, portanto, fragmentada. O que acontece em um lugar não tem influência em um outro lugar, ela é muito separada, muito dividida, muito hierarquizada, muito cheia de compartimentos. Isso existe, por exemplo, nos Estados Unidos, uma coisa que sempre me impressionou nos Estados Unidos é a segregação espacial e a violência que existe em várias áreas. Eu, uma vez, eu vivia em Princeton, no Instituto de Estudos Avançados de Princeton, que é uma área, digamos assim, uma torre de marfim. A universidade, o instituto e tal, tudo bem. E você nem tem preocupação. Dorme com a porta aberta, porque tem muita polícia em volta, que você nem percebe que tem. Você sai dali e vai para Trenton, que é a capital a capital de New Jersey onde está Princeton, Trenton é uma cidade conflagrada, cidade onde tem uma população negra

muito forte e as ruas, as janelas das casas foram fechadas por causa dos conflitos no passado, raciais, com tijolos, então uma cidade tenebrosa. Bom, se você sai dali, uma vez eu fui, tinha um aluno meu que era porto-riquenho, descendente de porto-riquenhos, ele me convidou para visitar a avó dele que morava no South Bronx em Nova York, quando eu disse em Princeton que ia ao South Bronx foi um pânico, não pode. Não pode, porque a violência, não sei que e tal e coisa, mas eu fui. Fui, foi esse meu aluno, e aquilo parecia uma cidade bombardeada, essa região depois do Harlem, né, subindo lá pra depois de Manhattan. Você chega lá no South Bronx, você tem essa senhora, avó desse meu aluno, vivia sozinha com uma neta. E a casa, ela tinha cancelas, trancas nas portas, enormes cachorros. E ela não podia fazer compras, se não acompanhada de uma “gang” porto-riquenha, porque a gangue dos outros, italiana, judeu, não sei que lá, batia em quem não estava acompanhado das suas defesas, é a violência pura. Quer dizer, os Estados Unidos é uma sociedade onde existe abundantemente, terrivelmente, coisa que já não existe na Europa, é aí acho que é mérito de ter havido na Europa políticas sociais mais fortes, melhor distribuição de renda, mas, enfim, luta contra isso. Infelizmente, o Brasil é uma sociedade americana, não é européia nesse aspecto. Então é possível que nós tenhamos aqui um mundo difícil, duro, um mundo de isolamento, de segregação, sem que daí derive, como não derivou nos Estados Unidos uma possibilidade de uma comoção mais geral, então é o pior dos mundos porque quem está submetido a essas regras da violência está perdido. E, claro, depois, mais tarde, a violência acaba se ligando ao poder. A máfia se liga ao poder, à política e aí a coisa complica muito. Então, nossa situação, a meu ver, é mais essa do que uma iminente revolta, é pior, é uma violência larvar, sem esperança de solução.

*

Senador

CR:

Eu queria voltar à questão do PT, PDT e PSDB. O senhor não acha que tem partidos social-democratas demais no Brasil pra pouco voto?

FHC: Bom, pouco voto, em conjunto eles tiveram quase, mais de 30 milhões de votos. Você não pode esquecer que nosso sistema aqui é de dois turnos e nós temos que aprender a jogar com os dois turnos, não é? E esses três partidos juntos tiveram 30 milhões de votos e foram eles que enfrentaram o outro lado, foi

CR: (Isso na eleição presidencial) na última eleição,

[

FHC: Sim

CR: no primeiro turno da eleição () pra governador nenhum dos três teve lá muito [

FHC: Sim.

CR: voto, nem somando os três

[

FHC: Sim. Acho que é preciso aprender

[

CR: Ainda mais isolados

FHC: Acho que é preciso aprender essas coisas, mas devo dizer com toda sinceridade e repetir o que eu já disse. Cada eleição é um episódio à parte e que depende não é tanto da estrutura dos partidos, no Brasil, depende muito dos candidatos, na capacidade, naquele momento, do candidato tocar numa (corda) da opinião pública. Isso eu não digo pra justificar a existência de três ou quatro partidos, é a história que partidos têm, deveriam cada vez mais negociar entre si. Aliás, pessoalmente eu sempre me esforço pra que isso ocorra ou, pelo menos, mantenho conversas constantes com Brizola, com Lula, constante. Eu acho que é importante que se forme um pensamento social mais amplo, acho que não deve se confinar a esses partidos esse pensamento, há setores do PMDB que são social-democráticos, há, não é? Historicamente, eles se dividiram dessa maneira, não é? Eu sou muito daqueles que acreditam na necessidade de um só partido, pra unir, nem acredito que a mudança decorra da força de um

partido. Eu acho um pouco do que eu falei sobre a sociedade americana, a sociedade moderna, a mudança se dá a vários níveis e, muitas vezes, desengonçadamente, com pressão na sociedade. O que é importante é que haja um pensamento que leve à mudança em favor da maioria, que é isso que é, políticas sociais capazes de sustentar o bem estar geral. Eu acho que isso, [

*

Senador

FHC: se possível com a aliança entre os partidos, se possível, se não como Deus permita, não é? São as circunstâncias ()

[

*

Senador

CR: Eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor a nível de política local. Gostaria que o senhor analisasse esse final do governo Quércia. O governador admitiu que gastou todo o dinheiro que tinha e que não tinha para eleger o candidato dele, o Fleury Filho. Conseguiu eleger, em seguida, as obras nas estradas pararam, funcionalismo atrasou o pagamento cinco vezes, coisas que nunca aconteceu, mesmo assim, o governador, na recente pesquisa publicada pelo jornal Folha de São Paulo tem mais de cinquenta por cento de aprovação da população. O que o senhor acha de tudo isso e como é que fica o futuro do PSDB aqui, em São Paulo diante da máquina Quércia que vem com força total por aí?

JE: Senador, esta pergunta também é feita pelo Marcelo Thaka, de Presidente Venceslau; e por Luís Antônio, de Jacareí. O Luís Antônio, inclusive, quer saber como o PSDB vai enfrentar o PMDB de Quércia na disputa presidencial.

RT: Aproveitando que o senhor voltou a dar aulas hoje, senador, que nota o senhor dá ao governo Quércia?

FHC: (risos) Eu reprovo, eu dou nota abaixo da média.

[

JCB: Senador, senador, por favor. Aproveitando essa pergunta, que é mais ou menos, a que eu ia fazer, só que a

[

FHC: Sei

JCB: minha é um pouco mais pessoal. Eu gostaria que desse uma análise dos três candidatos mais fortes, pelo menos no momento, para a presidência da República, que são: Quércia, Brizola e Lula.

FHC: Então, vamos

[

JCB: Como é que o senhor vê esses três candidatos.

[

FHC: Quer dizer, vamos do local ao nacional. Você não quer saber quem vai ser o secretário geral da ONU? Agente pode palpar também. (risos) Então vamos lá, seguinte, com relação

[

JE: Ele já derrotou o PSDB ou o PT ()

[

FHC: Hein? Já .

JE: ()

*

(risos)

FHC: (Nós não temos chances) (risos). Bom, vamos lá, é o seguinte: acho que no Brasil o crime compensa, parece, né? (risos) Quer dizer, porque isso que você está dizendo é verdade, o que é que a gente vai fazer? Se o governo, realmente, deixa o Estado com déficit pesado, é verdade isso, né? E aliás, surpreendentemente, se o governo atrasa salário, está atrasando salário, se na área de educação, na área de saúde, na educação ainda fez alguma coisa, mas muita rotina. Quer dizer, um ou outro secretário tenta fazer, mas a

marca do governo foi fazer obras, não é? E isso dá, eleitoralmente, compensa, não é? Você tem que dizer, bom, é preciso, quem sabe o Brasil queira realmente mais cuidado dos monumentos que das pessoas. Mais eu repito, isso é o momento. E isso vem, deriva do fato que o governador Quéricia tem muita capacidade de criar um sistema, né? De fazer com que as pessoas se sintam parte desse sistema. O sistema que ele faz com os prefeitos, que ele faz com os deputados, que ele faz com os seguidores, com os membros do partido, com os membros da sociedade que se dispõe a colaborar com o governo. Ele fica um espécie de chefe desse grande sistema. Eu acho que a força conservadora maior do Brasil hoje é essa. Eu acho que deu pra responder à pergunta que já foi feita. Eu acho que a força conservadora no Brasil hoje é essa, é a força de um líder que consegue, realmente, aglutinar em torno de si, que tem êxito nessa aglutinação e que, na verdade, não tem nenhuma proposta de mudança substancial. Não quer sequer algum pensamento mais vivo, como tem o próprio Collor, a respeito, você pode discordar dele, mas ele propõe: vamos internacionalizar, vamos participar do mercado internacional, vamos modernizar a ciência e a tecnologia, vamos mudar a questão do meio ambiente, vamos ()

[

JCB: Quer dizer que o senhor prefere Collor a Quéricia, sério isso?

(risos)

FHC: Você está preferindo pelo jeito, eu estou fazendo uma análise.

[

*

Senador

JCB: Baseado na sua

FHC: () eu vou preferir, quem sabe.

JCB: Não, não, fazendo uma conclusão em cima das suas palavras.

FHC: () eu não diferenciei.

[
RT: Eu pedi a nota, senador ()

FHC: A nota é a seguinte, eu reprovo, mas eu tenho

[
RT: Qual é a nota? É zero, é um, é dois

FHC: Eu vou (), eu reprovo, porque pra mim, política é mudança e mudança em termos de novas práticas, de reorganização da vida, da sociedade, então, eu reprovo. Isso não quer dizer que ele não tenha sido um governador administrativamente capaz. Só que, no final, essa

[
* Uns quatro e meio

FHC: capacidade administrativa deixou um buraco no Estado enorme. Eu nunca vi São Paulo de joelhos diante da União e hoje está. Quer dizer, o Banespa, que é um banco sólido, está ameaçado porque o governo não paga o Banespa e isso vale pra tudo. Inclusive, agora, não sei como vão ser pagas as obras que virão daqui pra frente, os empreiteiros e tudo mais. De modo que eu dou três. (risos)

* () Lula e Brizola ainda

FHC: Vou falar. Quer que eu fale? Se houver tempo eu falo.

* ()

JE: Tem uma última pergunta.

FHC: Primeiro vai ser parlamentarismo.

[
* Como?

FHC: Vai ser parlamentarismo o sistema, de modo que acho que é preciso ver qual deles tem mais vocação pra ser um presidente a nível internacional e tal, que lida com política externa, não é? Segundo, eu acho o seguinte, se a opção for, eu acho que haverá outras opções. Aqui mesmo acabaram de propor o nome de um companheiro meu que é o Tasso. Não sei se será esse, mas o partido terá um candidato e ninguém pode dizer, de antemão, se tem ou não tem chance, porque o Collor não tinha chance nenhuma

[

JCB: Mas o senhor disse que vai ser parlamentarismo, não é?

FHC: Eu aposto no parlamentarismo.

JCB: Ah, o senhor aposta, porque antes o senhor não tinha uma resposta tão conclusiva.

[

FHC: Não, não (risos). Olha, como é difícil de entender as coisas. Como é difícil entender as coisas.

* (risos)

* ()

FHC: Não, não, não. Eu disse quais eram os obstáculos. Eu sou parlamentarista, e

[

* ()

[

* Senador

FHC: Eu tenho de agir em função disso

[

JE: Senador

FHC: Sim, mas com relação a, hein?

JE: Conclua, por favor, porque o nosso tempo ()

FHC: Então com relação, eu acho que, se for o caso, havendo dois turnos, um desses vença. Nós já apoiamos uma vez o Lula. Apoiaríamos o Brizola, eu pessoalmente, não teria dificuldade Brizola, dependendo de quem seja o outro. Pode ser um dos nossos, então nesse caso eu fico com o nosso. Vou torcer para que aconteça isso e eu pediria o apoio deles pra nós.

[

JE: Senador, uma última pergunta, até em função dessas interpretações que a imprensa faz, declarações ou da própria posição do PSDB, aquela discussão sobre o depende do começo do programa

[

FHC: Certo

JE: O Carlos Mesquita Neto, aqui de São Paulo, ele pergunta como o senhor convive com a burrice conveniente de grande parte da imprensa, pois pra ele muita coisa depende

(JE faz gestos de aspas para burrice e depende)

FHC: (risos) Eu não acho que a imprensa tenha burrice. Eu estou vendo aqui um show de inteligência, tanta que eu fiquei confundido a todo instante (risos)

* (risos)

* É um diplomata.

JE: () a presença do senador Fernando Henrique Cardoso

* (risos)

* Candidato a alguma coisa.

JE: Está certo.

FHC: A membro da imprensa, quem sabe. A repórter, escrever (um monte) de coisas eu escrevo. Quem sabe eu posso ser repórter, se você deixar.

JE: Senador

FHC: Lá no Oriente Médio.

JE: Nós agradecemos, então, a presença, esta noite no Roda Viva do senador Fernando Henrique Cardoso do PSDB de São Paulo. Agradecemos também a presença dos nossos convidados jornalistas e atenção dos telespectadores. As perguntas que não puderam ser feitas ao senador, serão entregues a ele no final do programa. O Roda Viva fica por aqui e volta na próxima segunda-feira. Até lá e uma boa noite a todos.

Roda Viva - FHC – Candidato a Presidente (1994)

Mediador: Heródoto Barbosa

HB

E nós voltamos aqui nessa série especial do programa Roda Viva, estamos entrevistando os candidatos à presidência da República, nosso convidado agora é o senador Fernando Henrique Cardoso Filho, sobrinho e neto, bisneto de generais, Fernando Henrique Cardoso tem 63 anos, nasceu no Rio de Janeiro e ainda, na infância mudou-se para São Paulo. Fez mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, publicou 24 livros e, no ano passado, recebeu o título de Professor Emérito da USP. Perseguido pelo golpe militar de 64, Fernando Henrique esteve 04 anos exilado no Chile, França e Estados Unidos. De volta ao Brasil em 68, ganhou, por concurso, a cadeira de Ciência Política da USP, mas, no mesmo ano, foi aposentado pelo Ato Institucional nº 05. Em 1980, ingressa no MDB pelo qual é eleito suplente de senador por São Paulo, assume em 83, na vaga de Franco Montoro eleito governador. Já filiado ao PMDB, perde, em 1985, para Jânio Quadros, a eleição na prefeitura de São Paulo. No ano seguinte, é eleito, novamente, senador. Em 1988, funda o PSDB, uma dissidência do PMDB. Foi líder do governo no Congresso, escolhido por Tancredo Neves e mantido por Sarney. No governo Itamar, foi ministro do Exterior e, em seguida, da Fazenda. Idealizou o plano de estabilização econômica, o Plano Real, que culminou com a troca de moeda, há três semanas.

Para entrevistar o nosso convidado, senador FHC, o jornalista Fernando Mitre (FM), do Jornal da Tarde; Josemar Gimenès (JG), do Jornal O Globo; Clóvis Rossi (CR), da Folha de São Paulo; José Paulo Kupfer (JPK), do Zero Hora; Rui Xavier (RX), do jornal O Estado de São Paulo e Ibsen Spartacus (IS), do Jornal do Brasil.

Senador, boa noite!

FHC:

Boa noite, Heródoto.

HB:

Inicialmente, a nossa primeira pergunta ao senhor, que foi feita aos demais candidatos. O senhor aparecendo, melhorando nas pesquisas, isso

muda a estratégia do senhor em direção ao segundo turno e em direção aí à conquista da presidência da República do Brasil?

FHC: Não, não diria que muda, porque nós já tínhamos feito uma programação desde o início da campanha, não é? Você sabe, pra mim essa campanha é muito curta. Eu comecei, realmente, a me apresentar como candidato no mês de abril e, na verdade, organizando e tudo. Começamos a sair em maio, junho e agora julho. E a campanha tem as suas regras, você tem que fazer, percorrer o Brasil, tem certos pontos fundamentais e tal. E eu acho o seguinte: a pesquisa é um indicador, mas ele não pode, digamos, se firmar só nisso, não é (?) Se você ficar só olhando número, você não faz a campanha, você tem que fazer campanha. Às vezes, sobe, às vezes, desce. Raramente, você tem uma campanha só ascensional ou só de descenso. Há sempre um certo zigzag, a gente não deve embarcar no entusiasmo, porque subiu, tem que continuar trabalhando. E, basicamente, no caso do Brasil, você tem hoje uma população muito informada, essa é que é a verdade, não é? Eu tenho a impressão de que a população sabe muito mais do que a gente pensa do que a gente imagina. Apreende mais depressa. Eu parti disso, porque senão não seria nem candidato, não daria tempo, não é? E eu acho que a gente tem é que expor o que pensa, enfim, apresentar suas convicções, tem que demonstrar o que fez, o que vai fazer com o país e acho que não tem que mudar de estratégia, porque teve tal resultado. É óbvio, você vai mal em uma região, você tem os dados ali, você tenta articular mais, vai lá, visita mais, isso é natural.

*

(Sei)

HB: Senador, a pergunta do jornalista Ibsen Spartacus.

IS: Senador, a sua campanha é, intimamente, relacionada ao Plano Real, e me parece que uma depende muito da outra. E, hoje, ocorreu um fato que é, pode ter algum impacto no desenvolvimento do plano Real que foi a saída do secretário da Receita Federal Osíres Lopes Filho. Eu queria saber como é que o senhor avalia esse episódio que resultou na saída do secretário.

FHC: Bom, eu não sei qual é a relação entre a saída e o plano Real, aí eu não vejo. Eu acho, sabe, que o Osíres trabalhou comigo lá no Ministério da Fazenda, não é? E eu tenho uma apreciação muito positiva sobre o Osíres. Eu acho que ele fez o que tinha que ser feito na Receita, quando o Osíres foi e não fui eu quem designou Osíres, quando o presidente Itamar Franco me designou pro Ministério da Fazenda, eu estava nos Estados Unidos como ministro do Exterior, não é? E ele me designou de madrugada, eu só soube na manhã seguinte dos detalhes. E o presidente me disse, na manhã seguinte, que já tinha, na véspera ou na antevéspera, designado o secretário da Receita, que era o Osíres Lopes. Eu não conhecia, me informei, quando voltei aqui ao Brasil e as opiniões que eu ouvi a respeito dele é que era um homem honesto, correto. Ele foi a minha casa, nós conversamos, eu disse: eu quero só duas coisas, primeiro, que não haja perseguição política através da Receita; segundo, que não haja proteção, porque eu tinha sido membro da Comissão de Evasão Fiscal do Senado e tinha informações, estava bastante informado sobre a situação da Receita, inclusive as deficiências, a Unafisco, os outros sindicatos assim de fisco, todos eles haviam dado, prestado os seus depoimentos, eu sabia do que se tratava lá, é eu devo dizer que o Osíres fez isso exatamente.

[

JPk: Se o senhor fosse ainda ministro, senador, o senhor daria a ordem que foi dada pra se liberar a bagagem dos jogadores da comissão técnica.

[

FHC: Quanto

JPk: e seus amigos?

FHC: Quanto eu saiba, eu não tenho informações. Eu realmente não, eu estive, estava no Rio de Janeiro, não acompanhei isso de perto, mas alguns amigos me disseram que foi feito o seguinte, é que teria havido muita pressão de massa

[

JPK: E essa é a

[

FHC: de pessoas

[

JPK: versão nova que surge agora

[

FHC: É, é

JPK: pra dar um jeito nessa história

[

FHC: E que, não, não. Eu fui informado disso por () não sei se é versão nova. Se não for a versão, você que dirá a correta. Acredito que anotaram lá as bagagens e liberaram. Mas anotaram as bagagens. Eu acho o seguinte pra ser claro.

JPK: Um telefonema ()

[

*

Mas por essa versão

[

FHC: Deixa eu dar

JPK: Não houve ligações telefônicas

[

*

Por essa versão, não faria sentido ele pedir demissão

[

JPK: Não houve

FHC: Eu só quero dizer minha opinião com toda clareza, eu acho que quem traz alguma coisa que não está dentro da lei tem. E vou dar um exemplo, o Osíres é testemunha, testemunha não, ele pode reconhecer. Houve muita pressão, pressão menor quando o Osíres estava lá e eu também que abriram, foram abertas bagagem dos parlamentares, familiares de parlamentares, etc. E, uma vez, a minha mulher foi à Europa, foi a trabalho e voltou; e chegou em São Paulo e abriram a bagagem dela . E ela não

disse nem que era minha mulher, passaporte, nada disso. Abriram, viram que não tinha nada, fecharam e eu telefonei pro Osíres e pedi que ele cumprimentasse a alfândega, não é? Porque tem que abrir, o fato de ser mulher do ministro não tem nada.

[

JPk:

Se eles não sabiam que

era a dona Ruth

[

FHC:

Não, ela não disse

[

JPk:

não era possível que

[

FHC:

Não, ela tem o passaporte vermelho

JPk:

eles não ligassem

[

FHC:

Não, não, tem o passaporte vermelho. Eles não pararam por causa do passaporte, não é? Nem ela alegou nada, naturalmente. Eu acho isso correto. Eu acho que, portanto eu acho que se os jogadores vieram, trouxeram alguma coisa que não podiam, têm que pagar. Agora. Acho que não se deu e fazer disso um cavalo de batalha também agora, a respeito de, eu não sei, repito, eu não sei dos detalhes. Mas acho que não precisamos também transformar isso aí em anticlímax da festa da vitória. Não é isso. Isso é um outro episódio. Eu não sei dos detalhes; eu não vi a carta de demissão do Osíres. Não participei do episódio.

[

*

O senador

[

FM:

(Acabou sendo) um mau exemplo, não é senador. Acabou sendo um mau exemplo

[

FHC:

Acabei de

dizer a minha opinião

FM: É claro, mas eu queria lhe fazer uma pergunta, é o seguinte: o Plano Real é, evidentemente, o maior estímulo da sua campanha, isso é óbvio, não é? Ele está indo bem, mas ele corre riscos, não é? Amanhã, por exemplo, é um dia que pode ser difícil pro Plano Real. O presidente Itamar convocou uma reunião onde ele deve decidir sobre essa questão do aumento do funcionalismo, incluindo os militares. Aumentos que, diga-se de passagem, são muito justos. Eles ganham muito mal e precisam mesmo desse dinheiro. Só que parece que não há esse dinheiro pra dar pra eles. O presidente Itamar está tendente a concordar com a reivindicação que, como eu disse, é justa. Mas, se o senhor fosse ministro da fazenda, que conselho o senhor daria ao presidente Itamar nessa reunião de amanhã?

FHC: A mesma, a mesma coisa que fiz sempre e que o ministro Ricúpero está fazendo. Olha aqui, não pode haver aumento que não seja em função de uma receita. Porque se não tiver receita, não dê o aumento. Todos se enganaram, porque isso vai ter uma pressão inflacionária e esse aumento é fictício porque vai desaparecer pela pressão inflacionária.

FM: [E essa
idéia de vender estoque de café e acelerar a privatização
[

FHC: Ah, isso eu acho razoável, isso é bom, desde que haja receitas, não sei se é por aí.

[
JPK: Mesmo que seja venda de café, ministro?

[
FHC: Olha, os argentinos fizeram

[
JPK: Venda de artigos
pra pagar folha de pagamento,

FHC: Olha, eu não estou defendendo isso não
[

JPK: Ah, bom

FHC: Mas os argentinos fizeram isso em quantidade.

JPK: Pensei que o senhor estava defendendo.

[

FHC: O plano, mas o Plano Cavallo foi feito assim. Foi mantido no primeiro ano, graças à venda de ativos, pra manter a inflação.

[

JPK: Pra folha de pagamento?

FHC: É, foi o que eles fizeram, eu não concordo, mas foi o que eles fizeram.

[

JPK: Nossa Senhora!

FHC: E ninguém reclamou, porque o efeito prático sobre o plano é o mesmo. Agora, não é essa a questão. Você tem a reivindicação, como você acabou de dizer, Mitre, que é justa. É justa, isso é antigo, desde que eu estava lá, nós estamos, o governo está empurrando com a barriga, não há outra razão a não ser essa de não ter recursos. Agora, eu não creio que o governo, nessa altura, vá fazer, tomar uma decisão que ponha

[

JPK: Ministro

FHC: em risco o Plano. É uma () complicada

[

JPK: O governo ajudou

[

FM: O senhor acha que há esse risco?

JPK: ajudou pequenos bancos

[

FHC: () risco.

JPK: enfim, corretoras e distribuidoras, numa solução que não foi a chamada de mercado, enfim, reduzindo, às pressas, os juros do redesconto e fazendo reuniões, tudo mais. Corretoras que tinham apostado em papéis cambiais, papéis em dólar e, obviamente, aposta de jogador, porque todo mundo sabia, foi dito, foi falado que em pouco provável que dólar fosse negócio.

FHC: É.

JPK: E o governo ajudou, fora de uma solução de mercado, saneadora e clara pra apostadores. Enfim, o senhor, que não estava no governo, mas, o senhor concorda com essa decisão?

FHC: Eu não sei, eu não sei quais são os efeitos, eu não estou no governo, eu não tenho as informações. Quanto eu saiba o que houve foi diminuir o juro, que vai ser muito alto de toda maneira, e que eles vão ter que pagar no redesconto, não é isso?

JPK: Sim.

[

FHC: Agora, eu não sei qual é a dose e essa matéria é uma matéria

[

JPK: Caiu pra metade (de um dia pro outro)

[

FHC: Metade, eu sei, eu sei que caiu pra metade, mas eu não sei qual seria o efeito e o efeito em cadeia que isso ocorreria. Mais de uma vez nós socorremos o BANESPA.

[

JPK: Como conceito, ministro?

FHC: Como conceito

[

JPK: Ajudar empresas que fazem apostas.

FHC: Não, como conceito eu sou contra. Agora, eu não sei qual é o efeito no conjunto do mercado. Eu não tenho as informações. E aí você sabe que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central, eles têm que examinar quais são as consequências. Você vê, você se for, às vezes, pra apertar você quebra os bancos estaduais. (Alguns) podem quebrar, pra quê?

JPK: Sim.

FHC: Tem que ter limites nisso, não é? Agora, o Pedro Malan que deve ser a pessoa que sabe disso, terá que explicar as razões. Ele deu lá algumas razões de que, na verdade, baixou a taxa de juros, quer dizer, no fundo é a penalização, não é?

JPK: Sim.

FHC: Mas veja, o que está por trás é outra coisa, que é importante, é que vai ser penalizado, coisa que não era e que vai haver o redesconto de novo, quer dizer, eles vão ter que ir pra UTI ao invés do governo acobertar, de modo que o caminho é correto, pode ser que no caminho eles tenham resolvido não botar obstáculo muito grande de ponto de partida pra não provocar um desassossego maior no sistema financeiro, mas o caminho é esse mesmo e tem que ir por aí.

* Senador

[

* Senador

CR: Eu queria ficar numa questão de conceito também sobre este caso da seleção, bagagem (etc). O senhor disse pra não fazer um cavalo de batalha. Isso é

[

FHC: Não, não. Não foi isso que eu disse, eu disse pra não contrastar isso, não confundir a vitória, o tetra, o fato dos jogadores, etc, etc, com este episódio. O episódio é o episódio, limitado. Está errado, acho que

tem que pagar. Minha opinião dei de cara, dei até um exemplo pessoal, que eu acho que tinha que ser feito.

CR: Pois é, não acho que seja tão limitado assim, senador, porque o governo. O senhor mesmo no ministério fez da questão do equilíbrio fiscal, do equilíbrio das contas públicas, um cavalo de batalha para as outras (questões).

FHC: Mas isso é um tremendo cavalo.

CR: Pois é, na medida em que
[

FHC: Exatamente, vamos pegar seu ponto aí.

[
CR: Na medida em que.

FHC: Compare uma coisa com a outra, não tem comparação, não é Clóvis?

CR: Como não tem? O exemplo é importantíssimo.
[

FHC: Oh, Clóvis, Clóvis, Clóvis
[

CR: Os símbolos são
fundamentais, senador.

[
FHC: Vamos falar.
[

CR: Na medida em que o senhor não se incomoda com a
liberação possível

[
FHC: Não, não, não. (Perdão), não, não. Em primeiro lugar, o que se pode
fazer.

CR: Seja ela de um dólar ou cem dólares.

FHC: Espera um pouquinho, não fale isso, não, não.

[

CR: (Só que estamos falando de conceitos)

[

FHC: Não, não.
Em primeiro lugar, não fale isso, na medida em que você não se incomoda, porque eu me incomodo. Então não ponha em mim.

[

CR: Eu não falei do senhor, ()

FHC: Ah, bom.

[

CR: Alguém que não se incomoda.

FHC: Alguém, alguém, mas não eu. Alguém. Vamos devagarinho. Então, eu me incomodo, acho que isso é importante. Mas veja, uma coisa é dívida orçamentária, outra coisa é uma bagagem. É grave, por quê? Por causa da simbólica, tudo bem. Não é por causa do simbólico, por outra razão, é que todo cidadão é igual perante a lei. É essa a questão. O que está em jogo aqui é fim de privilégio. Eu sou contra privilégio.

CR: Pois é, mas não é o caso de se fazer um cavalo

[

FHC: Mas é o que eu estou dizendo, eu sou contra

CR: de batalha em cima e não de tratar como mera separação, uma copa () [

FHC: Eu não estou tratando mera coisa nenhuma. Eu estou dando minha opinião, eu sou contra privilégios. Agora,

[

HB: Senador

FHC: Agora, eu não sou ministro.

HB: Senador, a pergunta

FHC: Não me tratem como ministro. Ainda bem.

[
* É claro.
[

HB: Senador, a pergunta do jornalista Rui Xavier. Rui, por favor.

FHC: Pois não.

RX: Senador, toda discussão em torno do Plano Real e a sua candidatura, todas as pessoas associam. Todas as pessoas, enfim, isso daí, às vezes, é falado até em tom de crítica que a sua campanha, o estímulo, para usar uma palavra do Mitre, mas, enfim, a associação da sua campanha com o Plano Real é muito grande. Então, parece que o PSDB pensa da seguinte maneira: se o Plano Real der certo, o senador Fernando Henrique está eleito. O senhor não teme este tipo, o próprio, e chamam o seu plano, o Plano Real de eleitoreiro, etc. Ainda há pouco, o senador Espiridião Amin falava que o calendário é eleitoreiro, não é o Plano que é eleitoreiro. O calendário é eleitoreiro. Quer dizer, a minha pergunta é a seguinte: o senhor não teme que o mesmo o Plano Real dando certo, não dê tempo, as pessoas não consigam associar o Plano Real a seu nome pra sufragar o seu nome.

[
FHC: A ligação, vamos lá
por parte

HB: Senador, antes do senhor responder apenas quero dizer a maioria esmagadora das perguntas e fax que estão chegando aqui são exatamente em cima do Plano Real, alvo da pergunta do (Rui).

FHC:

(Isso) é bom. Em primeiro lugar é o seguinte: jamais considerei que a candidatura dependesse do Plano Real, além do mais, tem o seguinte, o meu desempenho, pelo menos medido pelas pesquisas começou a se movimentar antes do Real, não é? É outra coisa, esse Plano nós estamos fazendo, não é o Plano, é uma tentativa de estabilização da economia que vem há um ano. Nem o discurso que eu fiz de posse no ministério da Fazenda, eu fiz o que eu disse lá em anexo. Eu era candidato? Não, não era. Eu era candidato? Não, não era. Eu era candidato a não me queimar como ministro da Fazenda. Qualquer ministro da Fazenda responsável, com uma inflação tendente a hiperinflação, toma medidas e passa a trabalhar com seriedade. Por que que não foi feito antes? O senador Amin era senador. Porque puseram todos os obstáculos possíveis à revisão constitucional, ao fundo social de emergência. E nós nunca quisemos fazer o que foi feito agora, que era fácil fazer porque a reserva era muito elevada, e não faltou quem quisesse que eu fizesse isto, nós nos recusamos sempre, a equipe econômica, o presidente da República e eu, a fazer uma magia. Não, vamos primeiro, preparar o terreno. Então o terreno levou tempo sendo trabalhado, sendo preparado, isso, independente, de candidatura veio depois, não é? Bom, agora, se o Plano Real não tivesse sucesso, não tivesse tido uma aceitação, claro que isso afetaria negativamente a minha candidatura, ao ter aceitação, afeta positivamente. Agora, a sua pergunta, se eu temo que não haja ligação. As pesquisas feitas mostram que até com injustiça, porque muita gente trabalhou nisso, uma equipe econômica, muitos ministros, o Congresso, não fui eu sozinho. Até com injustiça, a população acha o oposto. Acha que ()

JPK:

[

Eu,queria até dá

um

[

*

Senador

HB:

Por favor, o Josemar. Josemar

[

JG: Eu vou mudar um pouquinho aqui o assunto, acho que, depois pode voltar a questão do Plano Real. O senhor tem frequentemente que não aceita conchavo político e tal; e o senhor está coligado agora com o PTB e o PFL, que são partidos que vêm aí nos últimos dez anos apoiando os últimos governos. Eu gostaria de saber do senhor, o senhor eleito como é que o senhor vai trabalhar com estes partidos como presidente da República, principalmente na distribuição de cargos públicos?

FHC: O que eu tenho dito não é que eu não aceito negociação política, porque isso tem que haver. Eu disse é outra coisa. O que eu digo é o seguinte: da minha experiência aí, nessa biografia que leram aí, não é? Eu tenho participação como líder, não só do governo, líder da oposição também, do PMDB duas vezes, do PSDB. Bom, eu vejo o seguinte: a formação dos governos no Brasil, na medida com que ele é feita por negociação entre partidos que dão às bancadas, ou aos partidos o direito de indicar pessoas pra cargos, isso não tem trazido um bom resultado. Por que não tem trazido um bom resultado? Porque, muitas vezes, o presidente da República nem quer saber daquele ministro, mas vem a bancada e coloca o ministro. Ou é o ministro ou não tem apoio e aí o que acontece. O presidente recebe pouco o ministro, não dá força ao ministro. As bancadas se esquecem que apoiaram o ministro e fica uma equipe que não funciona. O que eu tenho dito, com toda a tranquilidade, é o seguinte: o regime é presidencialista, eu não sou, eu sou parlamentarista, mas as regras estão aí, o regime é presidencialista, a responsabilidade do ministério do presidente da República, que terá que tomar em consideração, obviamente as realidades políticas, mas a constituição da equipe deve obedecer a uma confiança no desempenho administrativo e uma confiança nacional. Eu digo isso a todo mundo, aos partidos, nos comícios, onde seja, que eu não tenho compromisso nenhum, nem com o meu partido de aceitar indicações pra cá e pra lá. Como eu não nasci ontem, evidentemente, existe uma circunstância política, você tem que, havendo possibilidade de escolher boas pessoas nos partidos, muito bem. Os partidos têm que apoiar um programa. Esse programa existe, esse programa de estabilização está aí, eu disse o que faria, nunca deixei de fazer o que disse que faria, não é? E acho que devemos caminhar por aí e é melhor você ter uma articulação prévia do que depois, porque também eu vi

muito governo que ou faz, aí sim o conchavo pra poder aprovar um projeto ou então não aprova nada porque não tem maioria no Congresso. Eu acho que num regime democrático, você tem que dizer, deve procurar mudar a orientação política nessa direção, vamos ter uma aliança para realizar tal programa. Agora, para esse programa, não para outro. E os ministros têm que ser competentes para a realização desse programa.

[

JPK: Ministro ()

[

JG: Agora o senhor pretende governar com partidos fora da coligação, por exemplo, o senhor eleito?

FHC: Ah, eu não tenho problema nenhum com isso não. Se houver necessidade.

HB: Senador

JPK: Eu queria voltar aqui só ()

[

FHC: Eu propus ao PT isso.

JPK: Eu queria voltar aqui e lembrar que realmente o senhor tem razão quando diz que quando fez o Plano não, não pensava nestas coisas porque, na época, o senhor falava, novembro do ano passado ainda, o senhor falava que a moeda seria conversível, por exemplo. Faria um esforço para que o Banco Central tivesse, se não toda, algum tipo de autonomia e alguns outros itens, por causa do calendário eleitoral não constam do Plano Real e, de certa forma, transformam o Plano num plano de transição. Era um plano definitivo como senhor ministro, a idéia, enfim, acabou, se transformou num plano de transição a ser completado, o senhor mesmo diz, todos os candidatos dizem, após, enfim, as eleições com uma nova, com um novo round de mudanças estruturais. O que é que o senhor me diz sobre isso? Na verdade.

[

FHC: Eu digo o seguinte

JPK: A sua saída, pra ser mais preciso,

[

FHC: Sim

JPK: do ministério pra se concorrer fez mal ao Plano?

FHC: Não, viabilizou o plano, porque todos os demais candidatos eram contra e são até hoje. Alguns estão até calculando a hora, mas são. Então, se eu ficasse lá, eu ficaria, a essa altura, com todos os candidatos, nenhum defendendo o plano, não haveria mais Plano. Era politicamente inviável, a minha saída viabilizou o Plano, claro. Se todos são contra, se você sabe que vai mudar o governo, se precisa de uma continuidade, o ministro tem mais força, nem o presidente aceitaria isso. É ao contrário. Agora, o que eu disse sempre foi o seguinte: você, hoje, a inflação se enraizou no Brasil, não há um dia D.

JPK: Mas o Plano estava aprovado, digamos, perdão, enfim, a URV estava já aprovada e o senhor ainda negava que fosse candidato.

FHC: Sim.

JPK: Não sei se era só

[

FHC: Não, não era só.

JPK: pró-forma.

FHC: Não, não era só pró-forma não; os que me acompanharam de perto viram que eu

[

JPK: Tinha dúvida, problemas, angústia.

[
FHC: Não, mais do que isto, é questão da solução política. Quem vai?

JPK: () já estava aprovada a ata. Estava ()

[
FHC: Quem é que vai ser o candidato? Não encontrei, tentei até o Brito, que era de outro partido, pra ver

[
* Senador

FHC: Um momentinho só, pra ver se eu poderia apoiá-lo. Então, a questão é que não tinha, mais viabilidade política prum plano. Se todos os candidatos são contra, um deles vai ser o presidente.

[
HB: Senador

FHC: Nenhum defende o Plano, o Plano acaba. Deixa só eu responder a pergunta do ()

HB: Pois não.

FHC: que eu ainda não respondi.

HB: Pois não.

FHC: É o seguinte: a inflação não acaba num dia, é um processo, é um processo. Essa é uma luta contínua, não é uma coisa assim. Mas esse processo vem de longe, nós começamos a trabalhar nisso o ano passado, e vai indo e vai indo e vai ter que continuar nesse processo e você vai ter que pilotar o processo de acordo com condições. Isso não é uma coisa de laboratório. A sociedade não é um laboratório, não é? E as condições ótimas que todo mundo fica aí imaginando você tem que ir criando essas condições. Nem sempre consegue. Nós imaginávamos no ano passado que teríamos a

revisão constitucional, nós não tivemos a revisão constitucional. Nós imaginamos depois que até dezembro, teríamos aprovado o fundo social de emergência. Nós só conseguimos aprová-lo fevereiro. Nós queríamos começar com a moeda nova em primeiro de janeiro. Não conseguimos, não foi plano, não foi cálculo, não foi estratégia pra chegar perto de eleição nem nada. [

*

Senador

FHC: foram circunstâncias, impossibilidades

[

*

Senador

FHC: E eu lutei com todas as forças pra conseguir isso.

[

JPK: Começar com a moeda em primeiro de janeiro?

FHC: Claro, se nós tivéssemos já feito.

JPK: ()

*

Sem a etapa da URV?

FHC: Não, podia fazer a URV.

[

JPK: Sem a URV, ministro?

FHC: Podia fazer a URV, nós começamos a lutar nisso no ano passado, quando é que refizemos o orçamento.

[

JPK: Não, quando o senhor nasceu com os planos e as etapas era novembro, espera aí

[

FHC: Me diga
uma coisa, quem é que sabe disto, sou eu ou você?

JPK: Não, eu

FHC: Pergunte à equipe se as discussões havidas

[

JPK: Tudo bem, então nós estamos fazendo ()

[

FHC: As discussões havidas lá, as discussões havidas lá.

[

JPK: Eu peço desculpas

[

FHC: Vou dar um depoimento

[

JPK: Mas não é público isso

[

FHC: É, é

JPK: É a primeira vez que o (senhor) está contando isso.

FHC: Não, não. A VEJA diz isso. Deixo dar um depoimento a você, se você quiser como depoimento. Por volta de setembro, quando nós fomos aos Estados Unidos já havia a discussão sobre a URV, chamava-se UFIR, ufinização

JPK: Sim, sim.

FHC: Não é isso? E nós queríamos, em novembro, já ter feito ajuste no orçamento. Não conseguimos. Não conseguimos.

JPK: Novembro?

FHC: É. Nós imaginamos em novembro e imaginamos uma transição rápida. Então nós fizemos.

JPk: De um mês?

FHC: Ora, o Simonsen queria fazer de um mês com a URV. Nos aconselhou a fazer em maio, em primeiro de maio. Então, acho que a vida é mais complicada. [

HB: Senador.

FHC: Vista de perto do que vista de longe, quer dizer, os esforços são grandes, os obstáculos são grandes, vai ter que vencer um, vencer outro, vai ter que ter persistência.

[
HB: Senador.

* Senador.

FHC: Agora, tudo é feito com muita motivação e seriedade, não é pra ser candidato. Isso é pobre.

HB: Senador.

[
* Senador, complementando aí essa questão.

HB: () eu fazer a pergunta, só pra registrar que o senhor acabou de responder aos nossos telespectadores Eliana Takashiba, de São Paulo; senhor Mário Rinal, também de São Paulo; o senhor Felício Valter, Araçatuba, no interior de São Paulo; o senhor René (Ligueira), da cidade de São Paulo; o senhor Luciano de Belo Horizonte; e o senhor Damíbio Saraiva de Souza, de Fortaleza

[
FHC: Que bom!

HB: que pergunta para o senhor o seguinte: se os bancos estaduais quebrarem, o senhor vai permitir que isso aconteça no seu governo.

FHC: Isso é uma pergunta que eu não posso responder assim porque objetivo não é quebrar banco estadual, objetivo é que ele não quebre. Quer dizer, o objetivo do governo não é desorganizar a economia, agora tem que ver qual é o preço disso. O Banco Central proibiu três bancos o ano passado, não é? Estaduais. Depois recompuseram. Há alguns bancos, hoje eles estão se ajustando razoavelmente. O objetivo é que eles não quebrem.

[

FM: (Parece) que o Banco Central está começando a socorrer uns e outros, não é, ministro?

FHC: É a função dos bancos centrais.

[

FM: Mas, senador, eu queria lhe perguntar o seguinte: quando o senhor deixou o ministério, a idéia, o senhor mesmo dizia, era o senhor ir para o Congresso pra defender a revisão, defender firmemente a revisão.
[

FHC: É verdade.

FM: Mas isto não foi visto.

FHC: Por quê?

FM: Não, isto não apareceu.

[

FHC: É verdadeiro isso.

FM: Pelo menos não apareceu.

[

FHC: Não, não, é verdadeiro isso.

[
FM: Pois é, o senhor desistiu, achou que não dava mais, deixou pra campanha eleitoral.

[
FHC: Não é que eu desisti.

FM: Não tinha mais jeito?

FHC: Não tinha mais jeito. E outra coisa que acho que é bom deixar claro aqui, que muita gente cobra sem conhecer as realidades, uma coisa é você ter uma função institucional, você é líder do governo ou líder de um partido ou presidente do Congresso ou ministro, outra coisa é você ser um senador. Você não faz a máquina andar e, naquela altura, o que que eu percebi? Que nenhum partido efetivamente estava com disposição de fazer a revisão, o próprio PSDB.

[
(JG:) Mas o governo estava, senador, o governo estava com disposição. O próprio

[
FHC: Não, uma parte só, uma parte só.

(JG:) governo não se mobilizou.

RX: Pois é, esta questão aí é a seguinte:

[
* Senador

RX: Eu acho que quando começar e tiver o primeiro debate vai ser curioso porque a gente vai poder ver algumas coisas que uns candidatos falam e outros falam também. Ontem, por exemplo, teve o ex-governador Leonel Brizola aqui, e sobre o senhor ele falou o seguinte: o senhor não tem experiência.

FHC: A dele eu não tenho. (risos)

RX: (risos) O senador Espiridião Amin falou há pouco, acusou o governo e o PSDB de não participarem da Constituição, não fazerem nenhum esforço pra revisão constitucional e disse que o partido dele fazia, quer dizer, o senhor está falando exatamente o contrário. Ele pediu inclusive pra chamar.
[

FHC: Não, eu não falei do partido dele, não é

RX: Desculpe, o painel do dia 04 de

* maio

[

RX: de maio, onde ali pode-se ver claramente que o PSDB não participou e não queria a revisão.

[

FHC: Que votação era essa?

RX: Desculpe.

FHC: 04 de maio que votação era essa?

RX: Eu não sei.

[

* Seria do capital estrangeiro.

[

* Capital estrangeiro

FHC: Ah, ele está querendo.

[

* Capital nacional

[

* ()

FHC: É claro, (eles falaram pra mim que era por isso), por quê? Porque, naquele dia, tinha havido uma combinação da liderança que não ia haver votação e o presidente do Senado designou a mim, ao Mário Covas, ao Eduardo Suplicy pra virmos ao enterro do Senna. Ele está usando isso, isso não tem sentido. Daqui a pouco.

[
HB: Clóvis.

FHC: É verdade, o que é verdadeiro é o seguinte: não houve, o PSDB, através do senador Serra, do deputado Serra e do senador José Richa, eles queriam antecipar a revisão, porque temiam que houvesse uma precipitação de discussões no momento eleitoral. O PSDB se jogou por isso, tentou e não conseguiu. Bom, e sempre houve uma dúvida sobre se haveria condições políticas ou não. Não foi a minha posição nem foi a posição do senador Mário Covas, que era líder do senado, que achava que a Constituição obrigava haver revisão naquele momento e que, fora disso, não haveria como fazer posteriormente na regra de uma via simples, não é? Então, nós queríamos, então eu mandei, enquanto ministro, uma exposição de motivos, que estão lá no Congresso, dizendo tudo, pelo menos no meu entender, quais eram as emendas necessárias e me esforcei como ministro pra isto. Consegui a única que teve efeito, que foi o Fundo Social de Emergência. Agora, na verdade, se deixando de lado, se é o partido tal e qual. Houve, eu já disse isso e até já fui criticado por isso, uma minoria, que obstruiu, porque tinha convicção de que não valia a pena fazer revisão ou achava que ela poderia fazer mais tarde: PT, PDT foram a espinha disso, e isso pegou um pedacinho do PMDB e também um pedacinho do PSDB. Não havia disposição, por razões políticas, respeitáveis mas contrárias ao espírito da Constituição e que têm um preço alto e uma maioria e, aí, inclui todos esses partidos outros que não os aqui citados, uma maioria, que embora vocalmente fosse favorável e alguns segmentos bastante favoráveis, na verdade, essa maioria nunca se organizou efetivamente pra fazer a revisão, logo politicamente não havia condições.

CR: Senador, posso voltar a questão política um pouquinho?

FHC: Pode

CR: Me perdoe por entender um pouquinho a pergunta, porque preciso fazer um breve sumário da

HB: Você não prefere fazer depois do intervalo?

CR: Posso fazer.

HB: Porque assim seria.

[

CR: Você manda, não pede.

HB: Está bom. Então nós faremos um pequeno intervalo aqui no nosso Roda Viva especial. Nós estamos conversando hoje com o senador Fernando Henrique Cardoso, que é candidato do PSDB e da coligação à presidência da República. Nós fazemos um intervalo e voltamos já, já.

HB: E nós estamos voltando aqui com o Roda Viva especial. Estamos ouvindo os candidatos à presidência da República do Brasil. Nosso candidato de hoje é o senador Fernando Henrique Cardoso, da coligação liderada pelo PSDB. Você pode participar desse programa pelo telefone 252-6525, ou se você preferir o fax é 874-3454. Senador, antes de passar a palavra ao Clóvis Rossi, rapidamente o senhor responde [

FHC: Você está sabotando o Clóvis Rossi, não é possível.

HB: Pois é, o senhor respondeu ao telespectador Eduardo Orlando Siqueira, de São José do Rio Preto, interior de São Paulo. Ele perguntou ao senhor o seguinte: que o senhor aceitou a indicação do senador Guilherme Palmeira

como seu vice, mesmo com claros sinais de que isso prejudica o seu desempenho eleitoral junto às bases tradicionais?

FHC: Veja, quando você faz uma coligação não dá pra ter vetando todo mundo, quer dizer, o senador Guilherme Palmeira foi indicado pelo PFL, o senador Guilherme Palmeira teve apoio do PFL e setores do PSDB. Não havia razão, não havia razão, uma razão específica, quer dizer, não contra ele. É uma pessoa que tem um bom desempenho, já foi governador, foi senador, várias vezes, não é? Teve, tem muita popularidade em Alagoas. Tanto assim que imediatamente eu passei, digamos, ao empate logo em Alagoas. É um homem do Nordeste, uma porção de características que nós achamos no PSDB que estava tudo bem.

HB: Clóvis.

CR: Eu volto a pedir desculpas por entender um pouquinho a pergunta, mas precisaria rememorar um pouquinho a história do PFL, sua, nos últimos 30 anos.

FHC: Trinta anos, ah, aí não dá tempo. (risos)

CR: Mas é rapidinho. No regime militar, o PFL (contrário a parte partidária) apoio o regime militar, o senhor ficou contra. Volta a democracia, primeira eleição direta pra prefeitura, o PFL apóia Jânio Quadros, o senhor é candidato derrotado. Em 86, PFL apóia Antônio Hermínio de Moraes, o senhor apóia Orestes Quércia. Em 89, o PFL, no segundo turno, apóia Collor, o senhor apóia Lula e é derrotado. Em 90, o PFL de São Paulo já vinha se tornando ninho especial do quercismo e chegava a chamar o seu candidato a governo do Estado, com perdão da expressão que não é minha, mas do Orestes Quércia, de bundão, e é de novo derrotado.

[

FHC:

Mas.

CR: Eu queria saber o seguinte: não é inquietante um homem público demorar tanto tempo, estou falando 30 anos, pra descobrir que escolhia, escolhia os aliados errados? Ainda mais que o senhor certamente, ou muito provavelmente pra mim não terá 30 anos na presidência da República pra corrigir eventuais erros de escolha desse gênero.

FHC: Veja você. Se fosse tudo que você disse a premissa fosse certa a resposta estava contida nelas, não é? Então, não tinha nem o que responder, só que não é assim. O que que não é assim? Não é que eu, eu não estava errado, eu estava certo. Agora, ou a gente entende e que tanto a história muda quanto as pessoas mudam nas circunstâncias ou não se entende de política. Se entende de teologia, de dogmática, daí você julga, faz a soma, esse é bom, esse é ruim. Foi bom no passado, vai ser bom no futuro. Não é assim que se faz política. Política é outra coisa, quem está apoiando a mim é o PFL, não sou eu o PFL. Isso é que é o fato interessante de anotar, de anotar, é que o PFL sendo um partido maior do que o PSDB, não tendo por razões que eu não quero analisar agora, encontrado uma solução política outra, apóia ao candidato e ao programa do PSDB. Esse é um fato interessante, por que aconteceu isso? Porque as circunstâncias mudaram e no que que mudaram? Eu vou dar um exemplo como o Chile, que você conhece, não é? Quando eu morei no Chile, aí foi dito, que eu morei no Chile, o que aconteceu? Eu quando estava por lá o presidente era o Freire, a maior parte do tempo que eu morei lá, bom, e o partido socialista era o Allende, era. Era um partido, um núcleo marxista, o Allende não, o Allende era do setor chamado radical, que não quer radical, que era o setor do Partido Radical Chileno e tal, mas tendente a alianças. Nós víamos um núcleo marxista, havia um setor guerrilheiro, o Altamirando. O senador Altamirando era desse setor; e o Partido Democrata Cristão, era um partido de cunho falangista, dos anos 30, liberal-conservador. Se odiavam, quando houve a redemocratização, eles se uniram, fizeram a “convergência” e hoje governam juntos; e eles se odiaram no passado. Por que que mudaram? É a mesma coisa? Ou é a mesma ideologia? Ou a gente entende que a história existe ou a gente não entende nada.

CR: No Chile mudaram, mudaram

[

FHC: A gente julga os outros, condena.

[

CR: Não, não estou julgando, ninguém.

FHC: Queima esse, crucifica aquele. Eu, eu defendo perfeitamente tudo o que fiz, nas circunstâncias em que fiz. Lutei contra. Agora, o PFL não foi o mesmo PFL que se desgarrou da Arena pra apoiar o Tancredo?

CR: ()

FHC: Não foi pra começar.

JPk: Por que que quando o senhor mandou

[

FHC: É isso.

CR: O PFL sempre se desgarrou.

JPk: esquecer tudo que havia escrito?.

FHC: Espera aí, essa frase eu não disse.

JPk: Então algum momento ()

[

FHC: Mas eu já disse um milhão de vezes que nunca disse isso. Já escrevi que nunca disse isso e desafio quem diga a quem eu disse isso e quando e como. Nunca disse. Isso é um absurdo.

* Senador.

[

HB: Senador é bom o senhor repetir, porque (tem tido) perguntas neste sentido

[

FHC: Então repito.

HB: o senhor Luís Carlos Simões, do Itaim, ele fez exatamente essa pergunta, então foi até bom o senhor repetir,

[

FHC: É

HB: que é pras pessoas ficarem

FHC: Então, eu repito, essa frase: esqueçam tudo o que eu escrevi, é simples, uma, sabe o papel da infâmia na política. É uma infâmia. A quem eu disse isso? Quando? Já perguntei sempre. Em que circunstâncias? Nunca disse isso. Nunca disse.

HB: Por favor.

FHC: Repetem, repetem

[

*

()

FHC: Aí é a técnica de Goebbels, repete, repete, repete, até parecer que é verdade.

HB: Por favor.

CR: A Folha, a Folha de São Paulo

[

FHC: A Folha teria () isso

CR: Com a saída do. Eu não sei se eu trouxe aqui

[

FHC: Aonde? A quem? Quando?

CR: Vamos ver se eu acho aqui.

FHC: Não vai achar nunca, eu já disse isso a eles um milhão de vezes.

* Senador, por favor.

[

CR: Está aqui, ao sair de um almoço com empresários no restaurante
Rubayat, em S.P [

FHC: Não, eu que disse a

CR: no dia 05 de junho de 1990.

FHC: Não, eu que disse ao menino isso, à Folha. Eu contei de onde é que
poderia sair, de alguém que não assistiu, disse outra coisa. Eu disse outra
coisa, eu já expliquei isso um milhão de vezes. Mas, é a mesma história,
quando a gente julga dogmaticamente as coisas não tem solução
[

JPk: () explicar mais
uma vez.

FHC: Não adianta, vão repetir sempre isso.

HB: Por favor, senador o

JPk: Que é que o senhor disse afinal?

FHC: O que que foi dito foi o seguinte, se é que eu me lembro, se é que
[

JPk: Sim.

FHC: se refere a isso. Eu estava tentando explicar ao rapaz de onde é que alguém, podia ter tirado isso. Eu digo, olha aqui eu estava na reunião, logo quando eu era ministro da Fazenda eu creio e, da Gazeta Mercantil e estava presente o Celso Lafer, que como eu é intelectual, escreveu livros, alguém perguntou uma coisa e eu disse ao Celso: olha, Celso, a gente escreveu tanta coisa, então é cobrado sempre pelo que escreveu. Essa foi a frase.

* Senador

FHC: Daí a sair um versão de terceira mão. Agora, a imprensa, me desculpe, tem o hábito de botar entre aspas . Não ouviram de mim, aspas a gente põe quando cita por escrito. Não ouviram, põem aspas e você vai fazer o quê? Nada.

HB: Ok, senador, está esclarecido. Vamos à pergunta do Rui.

[
RY: É, senador é o seguinte, queria fazer uma pergunta pro senhor, mas antes eu queria revelar uma notícia que está saindo amanhã ou agora, já deve estar na rua, no Estado e no Jornal da Tarde, que eu acho que vai criar um impacto grande nessa disputa eleitoral, nesse momento, pelo menos, que é, que são os números da pesquisa do Instituto Gallup, que está saindo agora então no Estadão e no Jornal da Tarde, em que anunciam a empate do senhor com o Lula, o empate técnico. O Lula, segundo Gallup teria 30.5 por cento, caiu pra 30.5 por cento, o senhor foi pra 30.1 por cento e depois vêm os demais candidatos, o Brizola com 6.5; o Quéricia com 4.9, o Amin com 2.2, o Enéas com 1.8, o Rocha com 0.3 e os demais não aparecem na pesquisa. Eu queria perguntar ao senhor, quer dizer, eu imagino que essa deva ser uma notícia boa pro senhor.

FHC: Certamente.

[
RY: Isso já é resultado, porque essa pesquisa terminou praticamente ontem. Quer dizer, pegou o real e pegou um pedaço ainda aí da

euforia da copa, etc. Se essa, se isso é realmente já reflexo do real. O senhor acredita?

FHC: Olha, é possível que o real tenha um papel nisso aí porque eu tinha digamos há um mês, no mínimo dez pontos menos, não é ? Aliás, no Gallup tinha 23, então tem 7. Não dá pra comparar uma pesquisa com outra.
[

RX: ()

(FHC:) metodologia diferente, então

[
* Vinte e seis ()

FHC: Vinte e seis, não é isso? Quer dizer, isso significa, pelo Gallup, o Lula teria caído até mais do que eu subido. E como isso está se repetindo em várias pesquisas, deve estar ocorrendo. Agora, eu repito o que disse no início, pesquisa é pesquisa, a gente tem de ganhar no dia 03 de outubro. Até lá tem muita água.

[
FM: No Nordeste, o senhor vai perder, não é?

FHC: É, pois é

[
FM: ()

FHC: É, então, a gente tem que trabalhar, tem que trabalhar com muito empenho, tem que explicar o que deseja fazer, tem que convencer a população, o eleitorado, com tranqüilidade. Nada de salto alto por causa de pesquisa, porque não vale a pena. (Mas está bom)

[
JG: Agora, sua estratégia, sua estratégia daqui pra frente é Nordeste, governador, senador, desculpe.

FHC: Bom, não sei, vê você aí tem, tem dois pontos

[

JG: O senhor tem alguns estados do Nordeste que o senhor não tem palanque ainda, né?

FHC: É, eu não sei.

JG: Paraíba, Rio Grande do Norte, parece

[

FHC: É (pode ser)

JG: que o senhor ainda não tem palanque.

FHC: Sabe essa coisa de palanque que você fala tanto é muito relativo, também você vê esses dados aí, não são dados de palanque, não é? Tem estados em que nem fui lá, as forças políticas não estão apoiando tanto só que a opinião pública se forma

[

RX: Mas a quem o senhor atribui esses dados, então senador?

FHC: Como?

RX: Esses dados, (a ascensão) do senhor e a queda do Lula

[

FHC: Sem dúvida alguma

RX: O que seria então? Quer dizer ()

[

FHC: No caso, no caso que diz respeito a mim, o que é do Lula, deixa lá pro Lula explicar e brigar lá no PT, caiu por isso ou por aquilo, eu não sei. Agora, no caso meu, o que eu acho é o seguinte: o que me surpreendia era o fato de muito antes do real, com uma inflação muito alta, tendo eu sido

ministro da Fazenda, e os jornais dizendo, os adversários, assumiu com 20% deixou com 45, não é? Bom, e a população não era hostil, ao contrário, e havia um, logo fui pro segundo lugar, com perspectiva de segundo turno. Por quê? Porque acreditaram, porque viram que eu lutei muito pra fazer as coisas e que eu fiz (tudo o que tinha) a fazer. Eu não enganei, não é o meu jeito. Eu digo as coisas, eu brigo à toda hora, eu digo, eu dou detalhes, a minha assessoria manda um bilhetinho: não entra no detalhe. Eu entro no detalhe, porque eu acho que, no fundo, eu sou professor. Quer dizer, meu jeito, meu estilo, então, eu não consigo não tentar explicar, tentar convencer. Eu acho que isso pesou, isso pesa, porque senão, antes do Real. Agora, com o Real, evidentemente, a população percebe que houve uma melhoria. A dificuldade maior foi a URV. O que foi difícil foi fazer a URV, porque, naquela altura, havia o temor de que dada a pressão sindical, alguns setores sindicais

[

(RX:)

E a incompreensão também

FHC:

Incompreensão, e falavam de perdas salariais. Eu banquei o negócio até o fim, banquei, banquei dentro do governo, banquei no Congresso, banquei na televisão. Não tem perda, não é? Eu até pensei que (tivesse) uma categoria perdesse, depois o DIEESE viu que não tem perda, não houve perda.

FM:

Mas esse assunto vai voltar aí bravo em setembro

[

FHC:

Ah, bom, aí é outra coisa.

FM:

Setembro é o mês dos petroleiros

[

FHC:

Isso.

FM:

É o mês dos bancários.

FHC:

Mas aí não é perda, aí é outra coisa, é reivindicação salarial, não é?

CR: Existe, inclusive, na medida provisória.

FHC: Tem na medida provisória.

FM: Pois é a posição, eu quero dizer,

FHC: ()

CR: Mas é um problema para o Plano,

[

FM: Claro que é

CR: até pelo exemplo pelo eventual mau exemplo do aumento do funcionalismo

[

FHC: ()

CR: acima das possibilidades.

[

FHC: Certo, é um problema do Brasil talvez, veja

FM: Há, inclusive, governadores com o mesmo problema, com seus funcionários.

[

FHC: Sem dúvida, sem dúvida.

FM: vão querer dar o aumento.

FHC: Agora, veja o seguinte: nós não estamos fazendo um plano de estabilidade em si mesmo. Não é só pra ter a moeda saudável. A moeda tem de ser saudável, é necessário para que se possa, em seguida, melhorar a condição de vida do povo. Então, eu não sou, em princípio, contra que haja. Agora, tem que medir isso, não fazer um aumento que prejudique

[

JPK: Isso tem
que ser feito separadamente, tem que ter sempre primeiro o bolo

[
FHC: Não, não.

Não tem que crescer.

JPK: Não é possível fazer junto

[
FHC: Não, não é crescer o bolo. Não, junto. Não, a estabilização. Eu não vi
nenhum dado do mundo () estabilizar. A estabilização o que é? No
caso Brasil, é uma conversão monetária apenas.

JPK: Sim.

FHC: Não é isto?

JPK: Sim.

FHC: O que nós fizemos foi evitar que nessa conversão houvesse perdas, não
é?

[
* Senador

FHC: Porque normalmente se faz isso.

[
JPK: Não, não. Não falo nisso. Eu falo

[
FHC: Eu entendi.

JPK: em desemprego e

[
FHC: Mas acontece. Isso depende de investimento.

JPK: Então.

FHC: Depende de investimento. O liame qual é? Uma moeda estável, você vai ter mais investimento, vai ter mais gente acreditando na economia do Brasil. E isso que vai gerar a possibilidade.

JPK: E isso já não é possível já?

FHC: Ah, eu acho que é pouco tempo

[

JPK: Tanto quanto o povo percebe pela pesquisa que o Real está dando certo [

FHC: Aí o problema é a eleição.

JPK: O investidor não percebe isso?

FHC: Aí é a eleição. O investidor hoje, a preocupação do investidor é a eleição. Quem vai ganhar está a favor do Plano ou contra o Plano? Se estiver contra o Plano, não tem Plano, ele não vai investir.

* Senador

[

* Deixa eu aproveitar

FHC: Não tem emprego, não tem aumento, não tem nada.

[

* Senador

IS: Só pra mudar um pouquinho de assunto, mas talvez gire em torno do tema. O presidente Itamar Franco não tem partido e quando terminar esse governo, ele também não tem emprego. Queria saber se o senhor não gostaria de contar com ele na sua equipe e que cargo o senhor ofereceria ao presidente?

FHC: De brincadeira eu digo a ele o seguinte: olha aqui, assim como você me fez ministro da Fazenda, que é o pior cargo da República, eu vou fazer a mesma gentileza. (risos) Mas é brincadeira.

[

* ()

[

* ()

FHC: Presidente Itamar Franco, Presidente Itamar Franco terá sido ex-presidente, é um homem experiente. Eu não sei quais são os projetos dele, mas certamente terá projeto político

[

IS: Mas o senhor o convidaria pra fazer parte da equipe?

FHC: Eu acho que se eu o convidasse, eu faria () de minúcias, ele foi presidente da República, vai ser o quê? Vai ser ministro?

* Senador

[

JG: Agora só aproveitando a carona nessa pergunta, senador

[

* Mudando o personagem, fazendo a mesma pergunta

FHC: Quem dos dois?

JG: Só aproveitando um pouquinho a carona nessa pergunta não, porque tem tudo a ver com essa pergunta. Eu gostaria que o senhor avaliasse, qual é o peso, na sua candidatura, do apoio do presidente Itamar?

FHC: Em primeiro lugar, a minha candidatura não teria existido senão fosse o apoio político que o presidente Itamar me deu. Vamos ser claros, não é isso? Deu sempre. Deu quando me designou ministro do Exterior, quando me prestigiou como ministro da exterior, quando me levou pro ministério da Fazenda, arriscadamente, não é? Pra ele e pra mim e quando ele apoiou o

Plano, com todo, com todas as dificuldades à vista. Então, não teria havido candidatura, se não tivesse o apoio político do presidente Itamar Franco, (é certo)

JG: [E hoje?

FHC: Hoje, eu acho importante manter o apoio dele, como cidadão.

RX: [Senador, uma pergunta que a gente fez ao senador Espiridião Amim. O Osires Lopes vai ter emprego no seu governo?

FHC: Eu considero Osires um funcionário exemplar, se eu tiver a possibilidade de dar uma posição pro Osires na qual ele possa desempenhar, não tenho dúvida.

* [Falando nisso

CR: [Senador

FHC: [Eu não tenho dúvida.

CR: Voltando pra 95, já que o senhor revela uma extraordinária capacidade de perdoar os considerados pecadores na véspera.

FHC: Até você. Considera isso.

CR: Eu?

FHC: É. O Teotônio e o Severo

CR: Não, são casos diferentes.

[

FHC: Não assinaram. Como casos? Não assinaram a minha cassação?

CR: Está bom.

FHC: Não foram amigos

[

CR: Está bom.

FHC: e lutadores juntos.

CR: Não vamos polemizar sobre os mortos.

FHC: (risos)

CR: Vamos polemizar pelos vivos. Enfim, com essa capacidade de perdão que o senhor revela agora, eu pergunto

[

FHC: Agora não, sempre.

CR: o seguinte: mesmo na hipótese mesmo na hipótese de um segundo turno, Fernando Henrique e Lula; e o senhor ganhando, o senhor tomaria a iniciativa de propor ao PT ou um governo de coligação ou aliança, enfim, qualquer tipo de acordo

FHC: Eu disse, depois de ter visitado o D. Luciano Mendes de Almeida. Eu disse é isso aí. Olha aqui, eu acho que o Brasil, do jeito que o Brasil está com tantas possibilidades que nós temos de dar um salto adiante. E qual é o salto? Agora é estabilização da moeda, depois é a dívida social. Vamos ser claros. Nós vamos ter que ter investimento, vamos ter que dar emprego à população. Vamos ter que aumentar o investimento na agricultura, resolver as questões de base de educação e saúde. E isso precisa de convergência. O PT é um partido importante e eu não tenho dúvida que se houver condições para criar um clima que permita uma cooperação. O Brasil, hoje, tem que

reposicionar seu sistema internacional, ele precisa de um estado reformado, ele precisa de um estado capaz de ser interlocutor no mundo. Ele precisa de introduzir nessa interlocução não só o setor privado nacional como o internacionalizado, que aqui é muito forte, como o setor sindical, trabalhista. Isso é fundamental. Não é só o PT que, não tem o monopólio disso, mas ele parte disso. Então, eu não tenho dúvida

[

CR: O senhor não corre o risco de, já que está aliado ao PTB e ao PFL, certamente fará parte do governo, não sei como. Chamando também o PT para algum tipo de entendimento, cair na mesma paralisia de outras enormes frentes que se formaram.

[

FHC: De novo, você me desculpe, mas é que tem que raciocinar em movimento, em processo. Como é que foi o governo Itamar Franco? Ele tinha PT, Erundina; ele teve PDT, Maurício; PTB, muito PFL, PMDB, PSDB. O tombo foi dado pelo PSDB. Por quê? Por minha causa? Não, porque nós temos uma proposta viável. Tínhamos uma proposta. Quem tiver a proposta viável leva. Democracia implica nisso.

[

*

Ministro

FHC: Você tem rumo, liderança, (), capacidade de energia, dizer sim, dizer não, e somar ao mesmo tempo. Agora, não dá pra somar estaticamente o tempo todo. Este é bom, este é mau, este está comigo, este está contra mim. Ou você muda, tenta mudar, através de uma proposta e com força ou você não faz política,

[

*

Mas esta convivência, ministro

FHC: você faz uma adulação do estado,

[

*

Ministro

FHC: retrógrado

- [
- HB: Senador, senador
- [
- JPk: Queria trocar um pouquinho de assunto
- [
- FM: Tradicionalmente, já se comprovou, que o presidente, logo depois de eleito, nos seus primeiros movimentos como presidente, ele tem uma força enorme no Congresso.
- FHC: Tem.
- FM: Não, é? O Collor se tivesse mandado aquele projetão dele, aquele emendão
- FHC: O início
- FM: Que, aliás, incluía até um projeto do senhor, não é? Que é o imposto sobre grandes fortunas ()
- FHC: É
- FM: Eu lembro, que eu li tudo. E se ele tivesse mandado no começo, teria passado, que antes passou coisas
- [
- FHC: Teria. Passou coisa do arco da velha.
- FM: Passou tudo.
- FHC: O arrepio da Constituição.
- FM: Exatamente, então o senhor deve estar se preparando, caso seja eleito pra mandar na primeira semana, nos primeiros dez dias, uma série de medidas que o senhor prega como fundamentais e necessárias para

estabilização da economia. É isso mesmo? Quais são essas três ou quatro medidas básicas?

[

FHC:

Bom. Não, eu continuo achando o que eu sempre achei nessa matéria. Nós não temos condições de seguir adiante sem uma revisão de pontos, alguns pontos da Constituição. Por exemplo, reforma tributária, isso tem que ser feito. Não só pra simplificar impostos, pra permitir uma arrecadação mais equilibrada, mas também pra resolver o grande problema nosso que é a saúde e a previdência. Esta visto, eu fui ministro da Fazenda e eu sei como é isso. O que mais dá dor de cabeça e, ao mesmo tempo, dor de consciência, se a pessoa tem consciência e é ministro da Fazenda, é que ele tem que dizer não a reivindicações corretas porque não tem dinheiro. A área da saúde não tem um financiamento adequado, além de ter mil outros problemas estruturais. Não é isso? Isso tem que ser resolvido, porque o imposto da seguridade, que era pra saúde, pra previdência e pra assistência social, hoje, ele é todo consumido só pela previdência. A previdência teve aumentos grandes. No governo Itamar Franco, nos dois anos, deve ter tido uma transferência de cerca de uns 8 bilhões dólares a mais, 8 bilhões de cruzeiros reais a mais, para o setor de previdência. Houve melhoria efetiva nisso aí, que era necessária. Mas isso limitou, porque não houve aumento de arrecadação suficiente, limitou a ação da saúde. E por mais que o governo dê dinheiro para a saúde, é insuficiente. Isso tem que, isso depende de uma revisão. Isso requer também uma divisão de funções entre estados, municípios e a união. É uma maneira que tem que ser compactada. Isso tem que ser feito, não é? Então, eu falei de saúde, reforma tributária, revisão das funções dos três níveis de administração, não é? São coisas essenciais, previdência, são coisas essenciais que têm que ser feitas. Não há dúvida nenhuma que nós, eu acho, que até talvez no embalo da eleição, qualquer que seja o presidente eleito; mesmo antes do novo Congresso deve começar a discutir esse assunto

[

JPK:

Ministro

FHC: Porque o Brasil não pode ficar em suspenso nessa matéria. Tem que (fazer)

[

*

Não vai levar muito

JPK: Como é que o senhor explica que nesse governo, ao qual o senhor fez parte ativa, tenha aumentado a mortalidade infantil, que no Ceará, que é um governo do PSDB haja uma crise de epidemias. Como é que o senhor explica isso?

FHC: Primeiro lugar

JPK: Foi um fracasso de alguma política?

FHC: Mas veja, veja o seguinte: o governo Itamar Franco pegou o Brasil em frangalhos, gente. Em frangalhos. Sem recursos, sem organização, sem a mínima capacidade de decisão. A reforma administrativa feita pelo governo anterior foi uma coisa desastrosa, uma inflação galopante. Claro que isso teve efeito! Agora, no caso do Ceará, o Ceará tem culpa nenhuma, as epidemias são de responsabilidade federal, não é estadual. Não foi o governador do Ceará o responsável. Quanto à mortalidade infantil, embora esses números têm de ser revistos. Não são, não se pode assinar embaixo, porque

[

JPK: Não são absolutos

FHC: Não são, e aí a metodologia é outra, não dá pra comparar. O que foi dito não é tanto assim, pode até ter tido uma aumento, por quê? Pelas razões que eu já disse, a situação do povo é ruim. Imagina se eu vou dizer que a situação do povo é boa. Conhecendo como nós todos conhecemos qual é a situação. A situação do salário mínimo é lamentável. É isso, agora.

[

JPK: O que que o senhor vai fazer com o salário mínimo eleito? O senhor vai aumentar?

[

FHC: A razão da reforma. Não, depende da revisão constitucional. Salário mínimo, sabe qual é a questão do salário mínimo? É que quem paga salário mínimo é a Previdência, são onze milhões e meio de pessoas que recebem benefícios da previdência em salário mínimo. Das 14 milhões de pessoas que recebem salário mínimo. Onze e meio é a Previdência e o resto são as prefeituras.

[

HB: Senador, com isto o senhor quer dizer que para o pessoal da Previdência, pro aposentado, o salário vai continuar lá embaixo e na iniciativa privada fica liberado? [

FHC: Não, não o que eu estou dizendo é o seguinte. É farisaico pensar aumentar o salário mínimo e não propor a reforma da Constituição, porque todo mundo sabe que pra aumentar o salário mínimo tem que haver a reforma da Previdência. Então, quando não se faz a reforma da Previdência [

HB: A reforma seria deixar o salário mínimo da Previdência, o piso mínimo no sessenta e cinco dólares atuais e não

[

* Ministro, isso não é tão

HB: permitir que o outro suba

FHC: Não, não, não.

HB: Não é isso?

FHC: Não, eu acho que tem que subir. Mas, agora veja o seguinte: pra subir, vou dar um dado, que a gente tem que ver número. Pra passar de 64 dólares, reais, pra 70, isso significa um dispêndio da Previdência de 450 milhões de

dólares adicionais. Se quiser passar pra 100 reais, são 2 bilhões e setecentos e cinquenta milhões de dólares, de reais necessários. E como não tem, isso é inflação. Ou então, se faz a revisão da Previdência, aumenta a contribuição, altera como se faz isso, altera os que ganham muito, libera

[

FM: O senhor privatizaria uma parte da Previdência?

CR: Vai

FHC: Uma parte sim, como da (), uma parte sim.

CR: Evidente, que uma revisão constitucional vai demorar um certo tempo, sei lá, dois meses, três meses.

[

FHC: Isso.

CR: Assume eu queria saber o problema seguinte, o senhor assume com esta Constituição.

FHC: É.

CR: A revisão dela demora um x tempo.

FHC: X

CR: Enfim, o Congresso ainda não terá iniciado suas atividades.

[

FHC: Isso.

CR: O senhor vai então, certamente, governar pro medidas provisórias no início. Eu queria saber quais são elas já que

[

FHC: Não () por enquanto eu estou fazendo campanha.

CR: de acordo com medidas no fundo

FHC: Eu não estou fazendo programa de governo, de execução de governo, tem que ganhar a campanha eleitoral primeiro.

JPK: Não, programa

FHC: Eu não estou com (essa pretensão). Programa é outra coisa. Programa é outra coisa. Eu estou dizendo que é indispensável haver uma revisão da Constituição, porque senão pode voltar a falar de aumentar salário mínimo é hipócrita.

[

* O novo Congresso faz essa essa revisão, hein ministro?

FHC: Porque quem não faz a revisão sabe. Eu acho que vai depender muito do novo presidente.

* Três quintos, precisa de três quintos, hein?

[

FHC: É. Vai depender muito do novo presidente e da forma como ele foi eleito. Se foi com apoio, que grau de apoio terá? Que capacidade ele vai ter de aglutinar forças para fazer a revisão.

RY: () acredita que esse novo Congresso vai ser melhor do que esse que enjeitou a Constituição?

FHC: É, mas esse fez uma porção de outras coisas quando a opinião pública se centrou sobre ele. Depende do estado da opinião pública, depende do estado da sociedade e da capacidade de liderança não só do presidente, mas o presidente tem um papel no regime presidencialista. Depende disso. Agora, eu insisto. Eu acho que esse salário mínimo é vergonhoso e que é

hipócrita dizer que é vergonhoso e não tomar as medidas pra ele ser melhor. E medidas essas eu requerem uma mudança na previdência.

JG: Senador, deixa eu fazer uma pergunta, mudando um pouco de assunto. Os seus adversários o chamam muito de candidato das elites, principalmente dos banqueiros, como é o caso de Lula e Quéricia. O senhor tem um dos donos de um grande banco do Brasil, que é o Zé Eduardo, do Bamerindus, que é coordenador da sua campanha. Como é que o senhor rebate essas acusações?

FHC: Com muita tranquilidade. Primeiro lugar, elite todos, é bom ser da elite, né? O Lula é da elite, elite sindical. Eu sou, eu pertenço à elite cultural. Não nego esse fato e acho bom, porque eu trabalhei, eu me esforcei, eu estudei, eu dei duro pra ser o que sou. E o Lula deu duro, pra ser o que ele é, líder sindical importante. É bom, elite quer dizer isso, são as melhores das suas categorias. Outra coisa é elite econômica, à qual eu não pertenço. E a política que eu sustentei é contra os bancos. É contra, não é contra os bancos, é contra o ganho do capital financeiro desbragado como foi no Brasil. Nós é que fizemos isso. Essa política aí do real vai desinflar os bancos. Eles vão ter. Agora já está havendo dificuldade em alguns bancos já. Então, na prática nós sustentamos uma política que era favorável ao povo, porque o povo é que sofre mais com a inflação, é o povo. A inflação é um grande elemento, de concentração de renda no Brasil, em benefício de quem? Do capital financeiro, dos especuladores e do governo. Então, a política que eu sustentei é o aposto disso, o resto é a palavra de candidato, demagogia, mas não tem força dos fatos. Nós lutamos a favor de uma política econômica e de uma situação pro Brasil, na qual o capital financeiro é penalizado, na prática, não é modo de dizer, na prática. Fizemos isso. É isso. Agora, quanto ao senador Zé Eduardo, que é presidente do PTB, o senador Zé Eduardo é dos pouquíssimos banqueiros, hoje ele não está na condição de banqueiro, que sempre lutou contra os juros altos, tem idéias chamadas heterodoxas no meio financeiro. É isso, hoje ele é um senador, um político e as idéias que ele defende não são em função do interesse do banco. E se for esse interesse do banco contrariar o interesse do Brasil, eu

fico com o interesse do Brasil e não com o interesse de quem esteja defendendo alguma coisa contrária ao que vale a pena pro povo. Isso pra mim é tranquilo, eu não tenho nenhuma ligação, nenhuma responsabilidade, nenhuma promessa, nenhuma ligação efetiva de fazer política tal ou qual diferente daquela que eu estou dizendo que vou fazer e já fiz como ministro. Não é que vou fazer, já fiz. Claramente, a favor da redução do lucro do sistema financeiro. De modo que os candidatos dizem

[

HB: Senador

FHC: cada um o que ()

HB: Hoje, hoje o deputado Roberto Freire, que é candidato a senador pelo Pernambuco, faz parte do PPS e está na oposição, o senhor está em outro partido político, está na frente Brasil. Ele disse que a frente Brasil deveria passar a defender o Plano Real. O senhor acha que isso é uma tentativa de tomar esse bandeira do senhor?

FHC: Não consegue. Ele devia ter defendido quando era líder do governo. Aí

[

JG: Mas ele defendeu?

FHC: Não, não. Ele se opôs a muita coisa, a muita coisa porque não era favorável a. O Roberto Freire é um homem inteligente, um homem inteligente, um homem correto. O que ele está dizendo é que ele sentiu que o povo está a favor e que o plano é bom. Ah, fico feliz dele ter dito isso, só lamento que ele não esteja do meu lado como devia estar.

HB: Bom, senador, nós queremos estão agradecer sua presença, sua participação aqui no nosso Roda Viva especial. Obrigado, senador. Bom, nós estamos encerrando o nosso Roda Viva de hoje e amanhã nós vamos estar com a nossa sequência entrevistando mais dois candidatos à presidência da República. Amanhã é a vez de Enéas Carneiro e de Luís Inácio Lula da Silva. Nós queremos agradecer a presença do telespectador

através do telefone, através da sua audiência em casa, do fax, dos jornalistas que participaram desse programa. Nós voltamos amanhã, dez e meia da noite. Boa noite, muito obrigado!

FHC – PRESIDENTE (Partes I e II)

Local: Palácio do Planalto, 14 de outubro de 1996.

Mediador: Matinas Suzuki Jr.

(Texto narrado historia participações de FHC no Roda Viva):

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, carioca de 65 anos já esteve seis vezes no centro do Roda Viva. A primeira em 1987, depois de perder a disputa a prefeito de São Paulo para Jânio Quadros e se reeleger senador pelo PMDB.

(04/07/88) Da crítica à ação, 8 meses depois o senador estava de volta, agora como líder do PSDB.

(11/03/91) Em 91, com os tucanos no muro, indecisos, entre ser ou não ser governo, FHC criticou o presidente Collor por administrar provisórias em vez de consultar o Congresso.

(12/04/93) Em abril de 93, voltou ao RV como ministro das Relações Exteriores do governo Itamar. Faltavam 20 meses para a eleição presidencial.

(27/12/93) Em dezembro, era ministro da Fazenda e preparava o Plano Real.

(21/07/94) Em julho de 94, ocupava pela sexta vez o centro do RV como candidato a presidente, fortalecido pelo sucesso do Real.

Entrevistadores : Marcos Nascimento (MN), diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo; Marcelo Pontes (MP), editor-chefe do Jornal do Brasil; o Augusto Nunes (AN), até hoje, diretor de redação do Jornal Zero Hora; Ricardo Noblat (RN), diretor de redação do Correio Braziliense; Fernão Lara Mesquita (FM), diretor responsável do Jornal da Tarde e Eleonora de Lucena (EL), secretária de redação da Folha de São Paulo.

O Roda Viva é transmitido em rede nacional com 150 outras emissoras de 21 estados brasileiros. Este programa está sendo transmitido também pela Rádio Cultura A.M. de São Paulo.

MS: Presidente, o Roda Viva nesses 10 anos tem sido, inclusive pelas participações que o senhor tem tido, um dos veículos, vamos dizer assim do chamado processo de redemocratização do país. O senhor considera que hoje, 10 anos depois a democratização está consolidada no Brasil? Pergunto também um pouco ao sociólogo nem só ao presidente.

FHC: Eu considero que sim, é difícil separar o sociólogo do presidente, não é? Mas eu considero que sim, politicamente falando e sociologicamente falando. Por quê? Porque não se trata apenas das instituições democráticas que estão aí, o Congresso e a liberdade de imprensa e tudo mais, é mais que isso. A sociedade está muito hoje organizada e demandando muito, com um sentido forte de independência, de autonomia e sabendo processar o que ela deseja, suas demandas. Sabendo entender também as respostas. Eu acho que nós vivemos hoje um clima de democracia. Não há, no meu modo de entender, nenhuma força no Brasil que se oponha a isso, esse valor, a democracia que não era compartilhado por todos há muito pouco tempo, hoje é compartilhado por todos, eu acho que sim. Eu acho, como você mesmo disse que programas como este ajudaram a enraizar a democracia, no sentido que eu mencionei aqui, não é só das instituições, é da própria sociedade entender melhor o processo social, político, econômico. Acho que poucos países têm o grau de liberdade equivalente à liberdade a que o Brasil desfruta hoje. Muitas vezes, nós não percebemos porque a liberdade é como o oxigênio, você tem que parar com ele, pra você sentir falta. Aqui há muita liberdade e isso é muito bom.

MS: Agora, presidente, o governo do senhor, na semana passada, tomou sérias medidas, através das chamadas medidas provisórias. O senhor acha compatível com a normalização do processo democrático o instrumento da medida provisória?

FHC: Acho. Ele é constitucional e ele existe em quase todos os países do mundo. Nos Estados Unidos, chama-se *executive order*, mas existe. O problema é o abuso e eu posso me gabar de não ter abusado. Até ontem, eu tinha emitido, este ano, doze medidas provisórias. Faz-se muita onda porque o Congresso tem que aprovar, tem 30 dias para aprovar. Quando não aprova, você tem que renovar a medida provisória. E há medidas provisórias que já têm mais de três anos, então, todo mês são renovadas, tem mais de 30 vezes que elas são repetidas. Mas não são minhas, aí tem medida provisória do presidente Sarney, presidente Sarney não, é presidente Collor, presidente Itamar, e

minhas. Tem muitas medidas que estão sendo renovadas, mas medidas emitidas pelo meu governo, até agora, era doze.

AN: Mas, presidente, quanto à essência do instrumento da medida provisória, neste programa, este trecho de programa que foi apresentado agora, naquela época, o senhor pensava assim ou o senhor vê de outra maneira a medida provisória independente do

[

FHC: Não

NA: número de medidas provisórias?

FHC: Sim, veja, eu fui o autor, o co-autor da medida provisória da Constituição. Nós discutimos muito isso. Quem mais se empenhou por elas foi Ulisses Guimarães, nas discussões internas na constituinte. Jobim, Ulisses, eu, não é? Mário Covas. Nós discutimos essas questões. No mundo moderno, você tem que dar ao Executivo instrumentos ágeis. O que se pode é restringir as áreas de competência às quais a medida provisória vai ser aplicada. Matéria essa que está sendo objeto de uma discussão minha com o Senado e com a Câmara. Conversei muitas vezes com o líder do Senado e com o presidente Sarney, já estamos em marcha nessa direção. Por quê? O que aconteceu, como toda gente sabe, é, a Constituição de 88, ela se preparou para o Parlamentarismo. Eu disse há pouco aí que eu era e sou e continuo sendo parlamentarista, muito bem, ela se preparou para o Parlamentarismo, então, uma porção de atribuições que eram normalmente no regime parlamentarista e pertencem ao Executivo passaram pro âmbito do Congresso. Toda a organização interna, por exemplo, do governo hoje depende do Congresso. A organização interna do Congresso não depende do Executivo. Então, a toda hora, nós temos que fazer, tomar medidas que são de rotina, que deveriam ser decretos e não leis, mas por causa disso viram leis. Então isso é que faz que muitas vezes haja também uma invasão excessiva de medidas provisórias, porque, na prática, houve uma retirada de poder que devia ser do Executivo. Eu acho que no ano que vem nós vamos

ter mais tranquilidade, porque não é um ano eleitoral, pra discutir as questões que eu mencionei aí, institucionais e políticas e partidárias. Eu continuo favorável, ao voto distrital misto. Aliás, eu fiz aprovar, quando eu era senador, foi aprovado, no Congresso, um projeto meu no senado, um projeto meu sobre voto distrital misto. Parlamentarismo tem uma dificuldade porque houve plebiscito e ganhou uma decisão popular, e mais complicado

RN: Mas o Sr. não pensa em voltar a batalhar efetivamente pela implantação do Parlamentarismo?

[

FHC: Sim.

RN: com mais força?

FHC: É, mas eu acho, por que se faz um plebiscito? Eu lutei pelo parlamentarismo, mas foi uma derrota esmagadora da opinião pública, de modo que tem que dar um tempo para que a opinião possa formar novo juízo a esse respeito. E continuo sendo parlamentarista. Parlamentarismo só pode existir, como também toda a gente sabe se houver uma mudança no sistema partidário. Então, como nós não vamos ter parlamentarismo breve, nós podemos, isso sim, ter uma mudança, uma direção que eu já dizia antes e todo mundo sabe que tem que ser assim: barreira, ou seja, () partido que não chega a um certo número de votos não deve ter representação, não pode. Segundo lugar, lei de fidelidade partidária para fortalecer os partidos. O que eu disse ali a respeito do presidencialismo é verdade, quer dizer, não é porque intrinsecamente o presidente queira uma coisa os homens e partido não tenham a capacidade de querer outra, eles têm mas como acontece que não existe disciplina partidária passa a negociação política, passa a ser cada cabeça uma sentença.

*

Mas, presidente, o regime

EL: Pegando o gancho da Constituição de 88, naquela época o Sr. fez restrições, achava um pouco inconveniente a questão da reeleição

[

FHC: Não.

EL: regime presidencialista.

FHC: Não, você não leu o que eu disse na época.

EL: No parlamentarismo, o Sr. achava que era,

[

FHC: É isso que era

EL: mas no presidencialismo, no regime presidencialismo

[

FHC: Isso.

EL: o senhor colocou, a máquina poderia ser utilizada e havia inconveniente

[

FHC: Isso, eu propus a reeleição.

EL: O senhor mudou de idéia?

FHC: Naquela época e depois

[

EL: Exatamente.

FHC: eu não era parlamentar, eu era, eu era ministro quando foi vontade a mudança constitucional.

[

EL: Exatamente.

FHC: O que aconteceu? A decisão de diluir, diminuir de 1 ano e dar reeleição, eu disse que votaria a favor da reeleição naquela época.

[

EL: Hum

FHC: Toda hora as pessoas querem embaraçar o presidente. Fazer esse joguinho tão ingênuo (de maneira...) Peguei no pé dele. Não pega assim, porque eu sou uma pessoa que tenho um pensamento mais ou menos consistente.

EL: Não, o senhor, o senhor

[

* Presidente.

FHC: Eu vou dizer qual a razão pela qual se pode objetar, e eu objeto também.

[

EL: Sim.

FHC: Porque que pode defender. Eu disse recentemente, esse tema, que eu tenho certeza que é o tema que apaixona vocês e não a mim.

[

EL: Sim.

AN: O senhor não tem a menor () nesse tema?

FHC: Eu até tenho, mas não é essa obsessão. Eu tenho mais coisa que fazer. Mas eu acho que é o seguinte, que é o que permite o instituto da reeleição, sem que haja a interferência da máquina, é a existência de uma opinião pública livre. Eu respondi aqui ao Matinas que nós vivemos um período de liberdade com opinião pública. Eu já disse até que a questão a saber é: existe ou não formação de opinião pública? E quando ela existe, o uso da máquina tem efeito tremendamente negativo. Eu acho que no Brasil nós já temos opinião pública. É claro, eu disse recentemente numa entrevista que dei à Folha, eu disse recentemente o seguinte: olha, é deve-se fazer uma série de restrições, a única restrição que conta em política é se o uso da máquina for em prejuízo de quem a está usando. Fora disso, com reeleição ou sem reeleição, usam a máquina. E é mais fácil usar a máquina em benefício de um terceiro candidato a presidente do que no próprio, que fica mais criticável sendo do próprio.

[

AN: Presidente

FHC: Então essas questões devem ser colocadas com toda profundidade, mas com tranquilidade.

AN: Presidente, não é nenhuma pergunta esperta não, porque eu conheço seu temperamento. O senhor preferiria, num regime parlamentarista, ser o presidente ou o 1º ministro?

FHC: Olha, na época do Brasil, que o Brasil vive é, o 1º ministro teria um papel mais ativo, mais importante, mais necessário. Eu disse há pouco, falando sobre o Ministério da Fazenda, não é? Que quem que deseja ser ministro da Fazenda, não é? É eu até diria o seguinte: na situação brasileira é muito, seria muito duro ser o 1º ministro, porque é uma porção espinhosíssima, que se tem que levar a administração e a política, mas é muito mais duro ser presidente da República, porque você faz toda a representação do Estado, não é isso? Você é chefe de Estado, você funciona como chefe do gabinete, não há gabinete, mas enfim, como chefe da administração e você ainda tem as funções de partido, chefia muitas vezes, não de um partido, mas de vários partidos.

*

[
Presidente

FHC: então é muito pesado.

[

MP: Presidente, presidente, se este fardo é tão pesado, por que que o Sr. quer ser reeleito?

FHC: Mas você está partindo do suposto que eu queira.

[

MP: O Sr não quer?

FHC: Deixa eu explicar isso melhor.

[

*

Essa pode ser a grande notícia da noite.

FHC: Já que este tema não tem saída. Eu digo agora o que eu disse naquela vez quando vocês me perguntavam sempre, tinham mania que eu podia ser presidente da República, até que acertaram. Quando eu era ministro do Exterior me perguntaram e o que eu disse: olha aqui, as uvas estão verdes, estavam, eu virei do Exterior, porque o presidente me nomeou e o Itamar me nomeou porque achou que eu podia desempenhar bem esta função. Num dado momento, ele me perguntou: você quer mudar de ministério: Estamos aí n (). Pelo amor de Deus, eu estou muito bem nessa função. Eu posso ficar fora do Ministério e numa certa altura, o senador Humberto Lucena queria que eu fosse o ministro da Fazenda, naquela época. O presidente Itamar falou comigo sobre isso. Eu não tenho competência específica para isso, há outro, eu queria que fosse o Serra, o ministro da Fazenda. Depois, chamei o Ricupero pra ministro, telefonei pra falar com Ricupero em nome de Itamar. Pois bem, então eu não imaginava ser ministro da Fazenda, virei ministro da Fazenda. Aquilo que eu disse era sincero, é muito difícil um ministro, continua sendo, um ministro da Fazenda virar presidente da República, muito difícil. Eu duvidei muito se valia a pena ou não deixar o ministério do Fazenda para ser candidato. Eu só tomei a decisão, e os que trabalhavam comigo sabem disso, porque ou eu acatava a candidatura ou não haveria mais Plano Real, porque o presidente Itamar não teria força política para apostar.

MP: O senhor aplica este raciocínio agora?

]

*

Ou tem reeleição ou o Plano Real corre risco.

FHC: Eu aplico este raciocínio agora? Não, não, isso não. Eu digo outra coisa. A reeleição

[

EL: Agora, o ministro Kandir é

FHC: hoje é uma outra questão. Não é minha, é de vocês. É minha, na medida que sou cidadão, mas não na medida que eu sou presidente.

[

*

Agora

FHC: É dos partidos que têm que decidir se vale a pena, se não vale. É da sociedade que deve ponderar se vale a pena, se não vale a pena. E não deve, neste momento, fulanizar. Eu sei que é quase impossível. A resposta à sua pergunta, eu só posso dar a você, seis meses antes do fim do meu mandato, porque eu tenho dito inúmeras vezes, eu em nenhum momento disse, olha, se houver reeleição eu serei candidato. Por quê? Porque isso depende, 1º, de eu ter condições pessoais, até físicas para ser; 2º dos partidos quererem, que é mais importante, meu eleitorado querer. Isso vai ser na hora. Então, a discussão não é sobre o presidente Fernando Henrique

[

EL:

Agora o

FHC: é sobre se vale a pena ou não haver o instituto da reeleição no Brasil.

[

EL:

Agora, o

ministro Kandir acha e declarou isso que a economia vai crescer mais do que cresceria

[

FHC:

Sei

EL:

se não houvesse reeleição. Ele chegou a declarar se houver reeleição a economia pode crescer a 9% ao ano e sair dos 2,3, 4 que está crescendo atualmente, 2,5% a 4. O senhor acha que colocado desse ponto de vista, a declaração do ministro, que não foi negada, não pode soar como uma chantagem. Olha, tem que aprovar a reeleição para o Brasil crescer.

FHC:

E, você leu o que o ministro disse?

EL:

Li.

FHC: Ah, você leu no jornal. Você ouviu o que o ministro disse? Eles esquentaram a matéria, quer dizer

[

EL: Ele não negou, presidente.

FHC: O ministro deu hipóteses óbvias que no quadro de hoje, obviamente, que os investidores, apostando no Brasil do jeito que estão, é claro que do ponto de vista dos investidores, brasileiros ou estrangeiros, é melhor a continuidade. Agora, isso é uma coisa, é uma platitude. Agora, usar essa platitude como se fosse argumento não, eu estou, eu acabei de responder que eu acho, vamos supor que não passe a reeleição, o Brasil não vai pra pra perder forças assim não. Eu também apoiarei com toda energia, que possa encaminhar da ()

[

RN: Era isso que ia lhe perguntar, presidente, se o Sr me permite.

[

FHC: Posso ganhar, como posso perder.

RN: O senhor vê no quadro atual de políticos, tanto do PSDB quanto do PFL, nomes com condições capazes de suceder o senhor daqui a 2 anos?

FHC: Veja, quando estava no Ministério da Fazenda ou do Exterior, alguém ia dizer que eu teria condições? Quando eu fui para o ministério da Fazenda, os meus amigos diziam que eu não devia me meter a controlar a inflação.

RN: O senhor não está respondendo se

FHC: Estou respondendo sim. Estou respondendo que uma pessoa, naquela altura, que não parecia que poderia fazer, fez. Por que que eu poso no momento? Eu não vou discutir isso agora. Falta, está muito longe. Eu não cheguei nem na metade do meu mandato, eu vou cogitar quem vai me suceder?

RN: Não é cogitar. O senhor pode dizer que eventualmente o Sr não vê, neste momento, nomes

FHC: Tem muita gente no Brasil, tem muita, mas tem muita gente no Brasil. Eu não vou dar os nomes. Eu não aceito o argumento de que a reeleição, é porque ou faz a reeleição, ou o fulano de tal, que sou eu, não. O Brasil tem muita força, tem condições de ir pra frente. Eu ajudarei sempre, em qualquer circunstância. Eu realmente, não pensem vocês que eu estou falando porque estou diante das câmeras, não. Eu digo isto há muito tempo e repito sempre: a questão reeleição, é, não é primordialmente uma questão do presidente da República.

[

MN: Agora, presidente

FHC: é outra questão.

MN: O assunto reeleição seria um assunto para o Congresso ou para um plebiscito? Por exemplo.

FHC: Veja, se eu dissesse que era um plebiscito, diriam que eu sou, que eu vou fujimorizar o Brasil, estou saltando o Congresso, não é verdade? Quer dizer, aqui é é, se se ficar o bicho come, se correr o bicho pega. Não tem jeito, qualquer coisa que se diga, se a gente tiver ânimo de dar uma distorção, não é o seu, distorce. Então, por que plebiscito? Se eu disser plebiscito, ah, é democracia direta, vai usar a máquina, vai usar a televisão, ele faz, vai, vai falar pro país, o país vai ficar. Não. Eu acho, existe o Congresso, Congresso é o poder constituinte derivado, tem poder para isso. Não vejo razão.

RN: Presidente, a questão do plebiscito é porque ficou muito, veja, o que se discute muito, nesta questão da reeleição é, quando o senhor foi eleito, não havia, os eleitores ao sufragarem seu nome, eles não tinham a hipótese de uma reeleição.

[

FHC: Mas, não precisavam ter

RN: E esse Congresso também quando foi eleito, eu, eu estou dizendo, ele não tinha [

FHC: Não, não, não

RN: uma delegação de poderes para votar.

FHC: Bem, não, não, perdão, perdão, não, não, perdão. Isso se chama poder constituinte derivado. Congresso tem poder para mexer na Constituição. A questão é outra, é você, aqui dá-me a impressão, de novo, de que se trata de uma questão do presidente, não é? O problema é saber se quem vai escolher é o povo, se quer ou não quer. Na hora quem decide é o povo, se não quer não vota.

[
RN: Então o Congresso pode decidir por um plebiscito também?

FHC: Pode também. Eu não tenho nada a opor.

[
* O Sr não tem nada a opor?

FHC: Mas, imagina, o que o Congresso decidir está decidido.

[
* Presidente.

FHC: Eu estou só dizendo que se eu proponho o plebiscito, vai dizer que eu estou querendo atropelar o Congresso.

[
MP: Então o Sr acha razoável, presidente, que a reeleição, ela funcione, ela existe só para o próximo mandato?

FHC: Não, eu não acho, porque é casuísmo, quer dizer, quem quer isto. Eu não acho que você pode discutir a tese. Só um minutinho. A tese da reeleição, alguém pode ser contra ou a favor, tem bons argumentos pros dois

lados, agora, não tem pra impedir seja, aí é casuísmo puro. Não tem razão.
[

RN: Seria casuísmo também fazer só pra presidente da República?

FHC: Eu acho. Eu acho que tem que ser uma, tem que pensar no Brasil. É que, por mais que eu digo isto, as pessoas não querem, não entendem, penso isso mesmo, tem que pensar com muita liberdade na questão: vale a pena, não vale a pena. O que a maioria dos países tem? O Brasil já tingiu este ponto? Não atingiu este ponto? Estas são as questões relevantes ()

FM: Presidente, o senhor mencionou aí um fato da Constituição que, na minha opinião, não é o maior defeito da Constituição, e aí o senhor é culpado, porque o senhor disse que estava lá com o Mário Covas, Ulisses

[

FHC: Culpado de muita coisa
(risos)

FM: O senhor que fez, o senhor contribuiu pra fazer. mas esta Constituição tem um nó, é que estes dois anos de mandato do senhor enfatizaram, que é, enfim, ela é tão minuciosa que pra mexer em qualquer ponto dela, fazer qualquer mudança, sempre sobram outros meia dúzia de ponto amarrando aquele que foi mexido. Então, aqui volta pra justiça e o Brasil não desamarra. Como é que se lida com esse problema? Quer dizer

[

FHC: Eu estou lidando desde que assumi, né. Realmente, eu acho que a Constituição foi fruto de um momento histórico em que havia, primeiro, ou rompe, e isto é justo, havia um regime autoritário, então aí se asseguram direitos pra todos os lados, muitos direitos. Segundo lugar, ninguém acreditava na lei, então queria botar na Constituição porque, quem sabe, a Constituição pegasse, já que a lei não pegaria. Foi assim, esse era o clima da época, não é isto? Os que acompanharam aqui sabem. Eu fui o autor do regimento interno da Constituição, bem, este regimento depois foi modificado pelo Centrão.

Quando eu apresentei o regimento interno, alguns aqui estavam presentes, foi uma saraivada de críticas, porque diziam que eu estava impedindo o livre debate. Depois passaram a achar que era muito democrático. Mas esse era o clima da época. Eu até me recordo que naquela época (eu me dizia), eu olhava aquele negócio ali, aquela quantidade de parlamentares, muitos novos, não é, com uma vontade tremenda de ter um papel decisivo na história. Eu me lembrava, sabe do quê? Do que eu assisti na França, em Nanterre, em 68. É proibido proibir. Vale tudo, democracia direta. Esse era o clima. O que é que nós fizemos? Nós fizemos uma coisa fantástica, eu acho, que foi aquela questão das emendas populares. Quando alguém for se debruçar sobre as emendas populares vai ver o que que o Brasil desejava. Coisas muito diferentes uns dos outros, umas coisas, às vezes, capenga, às vezes equivocada, mas era um momento, digamos assim, de grande explosão existencial nacional. Foi uma catarse nacional. Isso é muito positivo. E era preciso recolher do texto da Constituição, de cada época, matérias que são até regimentais. Você vai ver lá sobre os juízes, ali diz tudo, a forma de ascensão, como é o quarto, o terço, não sei o que, como é que faz, garante tudo. Porque tem medo que venha depois o poder arbitrário e atrapalhe. Eu me recordo que uma vez eu fui procurado por uma comissão de bibliotecárias, dizendo o seguinte: olha, senador, não há uma referência na Constituição às bibliotecárias. (risos)

Mas é preciso ter? Elas até tinham razão, sabe por quê? Porque tem que ter referência à Polícia Federal, Polícia Rodoviária, a bombeiro, a tudo. No final, não havia referência à universidade. Foi só quando nós estávamos já fazendo a revisão final é que o artigo 207, que fala da autonomia da universidade foi posto, posto pela Sandra Cavalcanti, pelo Passarinho, por mim, não me lembro quem mais, um grupo. Não é possível, tem referência a tudo e não tem à universidade. Então realmente a Constituição, ela é assim. Por que eu fui defensor da revisão constituição? É porque precisava mudar mesmo, naquela época não foi possível fazer, agora é muito mais difícil, cada vez que a gente faz uma emenda, o que acontece? Aparecem muitas outras, então fica mais minucioso ainda, isto é um pouco do nosso espírito jurídico-ibérico ou lusitano, não sei

EL: Presidente

[

FM: Presidente

FHC: (Mas é melhor) ter uma Constituição mesmo que seja assim.

FM: Presidente, o senhor declarou aí recentemente, nessa entrevista pra Folha, que o problema não é a reação às reformas, a alternativa.

[

FHC: É o quê? A alternativa é

FM: E se não fizer?

[

FHC: Agora, eu vou fazer

FM: Quer dizer, eu tenho a impressão, se o senhor me permite, que o senhor não tem, o senhor tem a tribuna mais privilegiada do país, quando o senhor fala, o Brasil inteiro escuta (entre outros) (risos)

* Muito obrigado () (risos)

FM: Agora, eu não sei, o senhor acha que o povo tem uma noção clara de qual é a alternativa para não fazer a reforma?

FHC: Não. Eu não me refiro

[

FM: O senhor acha que tem responsabilidade?

[

FHC: É minha responsabilidade e é de todos.

[

FM: Do grau de conhecimento que o povo tem.

[

FHC: Não, não, ,isso é de responsabilidade dos que tomam decisão política, é do Congresso, é minha, é de vocês, é da imprensa, não é?

[

FM: O senhor não acha que o Congresso funciona sob pressão?

FHC: Está sendo pressionado, o que está acontecendo? Por exemplo

[

FM: Que não sente a pressão da opinião pública?

[

FHC: Convém sempre, sente, sente muito.

FM: E por que o senhor não instiga?

[

FHC: Mas eu instigo o tempo todo. É raro o discurso que eu faço em que eu não apelo para votar as reformas, é raro a conversa que eu tenho com os jornalistas, com donos de jornais que eu não peço que apóiem as reformas.

[

NA: Nesse momento, o Sr está instigando?

FHC: Estou, estou instigando, o tempo todo eu instigo. Agora, tem que fazer uma justiça ao Congresso, eu duvido que tenha havido outro momento na história republicana, fora as constituições, constituintes, em que o Congresso tenha trabalhado tanto quanto este, modificando tanto e aprovado leis tão importantes quanto estas. Se a gente fizer uma análise comparativa com outros países, vai ver que duração média de uma lei é muito grande, uma lei importante. A reforma previdenciária na Itália, a privatização em qualquer um desses países. Aqui, veja, nós começamos a mexer nisso há menos de dois anos. Houve emendas à Constituição, emendas importantes na parte da educação, na parte dos monopólios. Nós vamos aprovar a emenda administrativa. Nós vamos corrigir o que está de errado na emenda da previdência. Eu não tenho dúvida. Eu vou insistir o tempo todo. Eu nunca

parei de insistir. Ainda essa semana, essa semana não, hoje, hoje, falei com o deputado Luís Fernando Magalhães, () me telefonou sobre essa matéria. Ele hoje de manhã, eu passei a manhã aqui vendo a reforma administrativa com Eduardo Jorge. Examinando item por item.

[

EL: Presidente, o senhor

FHC: Então, nós vamos fazer. Agora, a gente tem que entender, só um minutinho, é muito complicado. Você tem que colocar, são quinhentos e poucos deputados, cada um, como isso aqui, cada cabeça uma sentença. Eu acho que seria muito bom que houvesse um estágio de todo o mundo no Congresso. E depois, não só no Congresso brasileiro, mas em outros congressos para não fazer também injustiça ao Congresso. O Congresso tem mudado muita coisa e eu vou insistir o que eu puder.

EL: Presidente, o senhor estava agora em momentos bastante ricos em 68 na França, citou essa polêmica toda, eu estava lembrando da sua entrevista no Mais , no domingo, na Folha, que o senhor discorreu sobre os mais variados aspectos ideológicos, sociológicos, filosóficos aí da

[

FHC: Isso é mau?

EL: Ahn? (risos)

FHC: Isso é mau? Não?

EL: Não, isso é ótimo. (risos) Não, eu estava

[

FHC: Fiquei na dúvida.

EL: Não, eu só estava fazendo a introdução à pergunta. Isto posto, eu estava lendo essa entrevista, me chamou atenção quando o senhor fala é que esse regime não é o regime dos excluídos

[

HC: Não, eu não falei isso. O título, não sei se foi você quem pôs.

EL: Não.

(risos)

FHC: Mas o título distorce o que eu disse.

[

EL: Não, mas o senhor disse

[

FHC: Perdão, mas foi bom você ter feito esta questão. O título diz isto, mas não foi o que eu disse.

EL: O senhor disse que não tem chance de todo mundo entrar.

[

FHC: Não, não. Também não disse isso, também não disse isso, eu disse outra coisa, não, não, convém

[

EL: Bom, está dito , está gravado.

FHC: Está gravado o que está escrito lá.

[

EL: Mas, então?

FHC: O que eu disse não é o que o título diz.

[

EL: Não, o senhor

FHC: Posso dizer? É o seguinte

EL: Sim, por favor.

[

* Isso é um problema de citação.

FHC: Mas, está lá, é o seguinte. O que eu disse? Eu disse, olha, olha aqui, inegavelmente, eu não posso dizer que esse regime possa incluir todo mundo. [

EL: Sim.

FHC: Ou que não tenha força, não posso dizer que lê tenha a força, eu quero incluir

[

EL: Sim, mas

FHC: Nós estamos fazendo uma força grande e este regime está incluindo. E ainda disse mais, porque o rapaz é bom (Vinícius) ele chama, né?

[

EL: Hum, hum

FHC: Ele ainda perguntou, mas por quê? Por uma razão moral, ética? Eu digo não, há uma razão de solidariedade que é moral, mas é fraca do ponto de vista sociológico, do ponto de vista filosófico é fraca, é porque se não houver inclusão, não há a possibilidade do regime se expandir, então é uma razão objetiva. Então, eu disse que o regime está incluindo. Agora, eu não posso dizer, porque eu não sou demagogo, e faço questão de não ser, que nas condições atuais possa incluir todo mundo.

[

EL: Sim, mas o senhor disse que este não era o regime.

[

FHC: Não, não, o título pôs isto.

[

EL: Não, o Sr falou isto. Esse regime que o Sr apóia não vai incluir todo mundo. O Sr disse que não é.

[

FHC: Não foi o que eu disse.

[

EL: o regime da burocracia

FHC: Isso .

EL: Não é regime das classes médias.

[

FHC: Isso.

EL: Isso é visível, também tem que dizer que também não é o dos excluídos.

[

FHC: Não, não, mas está incluindo, é o

[

EL: Porque, sim, não pensei, o Sr disse

[

FHC: sua pergunta,
assim como a manchete, distorce o meu pensamento.

[

EL: O Sr disse que tem dificuldade de
incluir, que não é [

FHC: Quem está aqui
pensando? Sou eu ou você?

EL: Bom, eu li o que está gravado.

[

FHC: Bem, se sou eu que estou pensando, eu estou explicando. É muito importante isso, a gente saber quem está pensando, se é você, tudo bem. Você pode pensar que o regime é assim ou assado, eu estou dizendo que é outra coisa.

EL: O senhor acha que este é um regime que vai acabar com a exclusão?

FHC: Eu (digo) aqui tem um grande potencial de desenvolvimento, existe e há muitos problemas, que é o da exclusão, é preciso incluir. Não é?

[

EL: Isto.

FHC: Em termos relativos e históricos, este regime, não sei, mas as políticas do governo estão incluindo mais do que outros.

[

EL: Agora, o desenvolvimento

[

FHC: Agora, eu pergunto:
vai incluir todo mundo? Eu não sei, a história é aberta.

EL: É.

FHC: Eu vou lutar incluir.

[

EL: Agora, agora, o desemprego em seu governo tem
aumentado.

[

FHC: Ah, isso é outra coisa, de outra índole, vamos, vamos pedir, isso é outro
plano. [

EL: Isso não é

FHC: Inclusão ou não incluindo não tem nada a ver com desemprego.

EL: Não?

FHC: Não, desemprego é de gente incluída que está incluída. Excluídos não são os
desempregados, desempregados vão voltar a ser empregados, pelo menos eu
espero, a exclusão é

[

EL: É o () que o senhor ia falar.

FHC: Eu não falei de (), quem falou foi o (Vinícius) e o Clóvis, que sempre
distorce. Não, eu não falei, eu disse o seguinte: os excluídos são os que não
estão integrados no [

EL: Exato

FHC: sistema produtivo. Qual é a capacidade de integração para o sistema o sistema produtivo? Desempregado está integrado e perdeu, esse desemprego existe, existe em muitos lugares, cresceu, chegou a 6%, nos Estados Unidos é 5%, na Espanha é 16, na Argentina é 16, na Espanha deve ser uns 18. Aqui é pequeno ainda. Pode

[

EL: Vai aumentar mais?

FHC: Eu não sei se vai aumentar. Mas eu quero que não aumente. Agora, aliás, está diminuindo.

[

EL: Diminuindo?

FHC: Caiu e ele é cíclico, nos Estados Unidos quando chega a 5%, eles aumentam a taxa de juros porque acham estão chegando ao pleno emprego. Aqui, em certas regiões, ele transformou-se num problema sério. São Paulo é a região principal disso. Por quê? Porque está havendo transformação do processo produtivo e um deslocamento de investimento no espaço. Lá no Nordeste o emprego

EL: Mas a taxa global

FHC: Sabe quanto é a taxa global? Sabe qual é?

* Posso falar?

EL: Sei, a taxa IBGE é 5,58 de julho

FHC: Isso, isso.

EL: E no ano passado, no mesmo mês de julho, era de 4,83%.

- FHC: [Isso, isso.
- EL: Então subiu de 4,85 a 5,58.
[
- FHC: Isso, isso.
- EL: Então, aumentou o desemprego no Brasil no Brasil.
- FHC: Aumentou, mas eu não estou negando, eu estou dizendo para você que é cíclico. No começo do ano mais alto e agora caiu.
[
- EL: Sim, chegou até a 6,38%
- FHC: Mas, como é que vai é que se resolve
[
- EL: Isso é o que queria lhe perguntar. O senhor não deixa eu fazer a pergunta. [
- FHC: É investimento. Qual é a maneira de resolver o desemprego, minha gente? Investimento. Industrial? Industrial, não. Industrial, agrícola, de serviços. É isso. E o que que está acontecendo aqui? Um programa brutal de investimentos. E disse mais, eu disse nesta entrevista, é equivocado pensar esta questão como se nós estivéssemos na Europa. Nos Estados Unidos, com toda a modernização, a taxa de desemprego não aumentou, enquanto que na França aumentou, na Espanha aumentou, são situações diferentes. No meu modo de entender, e eu digo isto há trinta anos, a estrutura nossa é americana, não é européia. Aqui você tem possibilidade de aumentar os serviços enormemente, você tem criação de cidades. Em que país do mundo você cria? Entre um censo e outro há centenas de cidades novas, então aqui não há razão para você projetar um desemprego crescente. Depende da nossa ação. [

EL: O Edmar Bacha acha que vai crescer, vai ter uma nova onda de desemprego em 97.

FHC: O Edmar Bacha pode achar o que ele quiser.

[
EL: É um dos pais do Plano. Eu não estou perguntando.

FHC: E daí? Eu não sou Edmar Bacha para você usar os argumentos dele.
[

EL: () do setor público

FHC: O que eu estou dizendo não dá pra saber, porque a história é aberta. Não há um alei que condene o aumento do desemprego, depende da nossa ação. E a minha ação é pra diminuir o desemprego, obviamente.

* Presidente

MS: Marcos Nascimento, por favor. O Marcos estava antes.

FHC: Não vamos falar só sobre economia que o pessoal não vai gostar. (risos)

MN: Eu queria só voltar um pouquinho ao Brasil dos excluídos que o senhor comentou há pouco.

[
FHC: Sim.

MN: O senhor, numa cerimônia no Palácio do Planalto, voltou a dizer uma frase: é que o Brasil é mais injusto do que subdesenvolvido, quer dizer

[
FHC: Isso.

MN: Que o senhor está indo para o terceiro ano do seu governo, o que que é que o senhor pretende fazer justamente para acabar com a miséria deste país?

FHC: O que eu já fiz, né? Eu vou dizer

[

MS: Presidente, só pra pegar carona no Marcos, como é que o senhor reage à crítica que é comum e recorrente ao seu governo de que é um governo que investe pouco no social?

FHC: Bom, as duas coisas são juntas, né. Em primeiro lugar vamos, vamos ao que é feito no social. Pega o tema da reforma agrária, que todo mundo gosta de falar. Nenhum governo assentou mais do que este governo, nenhum. A média do Brasil são 16 mil famílias desde 86, quando começou o programa. O ano passado, nós assentamos 42 mil. Este ano, até agora, 35 mil até novembro serão 50 mil e até o fim do ano, nós estamos empenhados em fazer 60 mil.

FM: Não vai acabar nunca, hein, presidente?

FHC: Não vai acabar o quê?

[

FM: Não vai acabar nunca. Vai ter mais sem-terra que

FHC: Não, não, este é um outro problema, outro problema

[

FM: Se pegar R\$ 7.500 reais, assistência, o diabo. Tem 4 milhões e meio de pessoas que

[

FHC: Pode ser. Esta () todo.

FM : Não tem isso. O senhor vai no rádio e anuncia que está dando terra, mais R\$ 7.500 reais

[

FHC: Isso.

FM: Vai formar fila (risos)

[

FHC.: Mas nós estamos dando. De qualquer maneira respondendo, quer dizer, você não pode fazer julgamento, se não, em termos de comparação, não é isso? () é elementar, comparando (do ponto de vista do desenvolvimento), pega educação, bom, o que que nós fizemos, uma revolução branca, passamos uma emenda que permite agora, do ano que vem em diante, que haja um fundo, vai fazer que haja escola, ou melhor, que o dispêndio médio das escolas do Brasil seja de 300 reais per capita, isso corresponde ao que a ONU propõe, não é isso? Dinheiro que vai ser suplementado pelo governo federal, isso vai melhorar a expansão. Temos hoje 50 mil aparelhos de televisão instalados nas escolas, pra poder fazer o quê? Treinamento de professor e de aluno, aumentamos, consideravelmente, a merenda escolar, neste momento, eu não sei exatamente, 32 ou 34 milhões de crianças têm refeição. Vem de longe este programa, mas tem. Damos dinheiro diretamente às escolas, nunca houve isso no Brasil. Acabou com o clientelismo, acabou com tudo isso, a diretora recebe a escola, o dinheiro na escola e, a partir do ano que vem, vai ser um conselho de pais e mestres que decide o que vai fazer com este dinheiro. Saltando a burocracia e o clientelismo. Pra dar exemplo da questão do ensino primário. Pela primeira vez, se tomou a sério a palavra que todos dizem: é preciso fazer, atacar o ensino fundamental. Caiu a taxa de analfabetismo em 3 anos fortemente. Então, educação, saúde.

* Saúde e que

FHC: Saúde, saúde. A mortalidade infantil caiu de 93 para cá 40%. Os programas de nutrição, hoje você assistiu o discurso lá do ministro Jatene, ele desfilou uma série de coisas que não têm que ver com programa de saúde pública. Pega só os agentes comunitários de saúde. Em 94 eram 29 mil, agora são 42 mil e pouco. Isso atende a cerca de 6 milhões de famílias. Não havia, eu acredito muito nesse programa, porque o agente comunitário que vai à casa das pessoas, nas zonas pobres. Depois a questão das equipes familiar,

médicos de família, também houve uma expansão muito grande. Todos os indicadores, eu os tenho aí, se quiserem ver, relativos a endemias, todos tiveram um resultado positivo.

[

AN: Mas, presidente.

FHC: Sarampo desapareceu

[

AN: Presidente

FHC: Isso é ação social ou é ação metafísica?

[

AN: É que o senhor não parecia satisfeito, desculpa, mas voltando à questão da reforma agrária.

[

FHC: Desculpe.

AN: O senhor não parecia satisfeito há pouco tempo com o desempenho do governo na área de saúde.

[

FHC: Não, não, não.

AN: O senhor mudou de idéia?

FHC: Não. Estou me referindo aqui aos programas de assistência, de prevenção, à medicina preventiva. Eu estou dizendo que o ministro Jatene deu um grande impulso nessa área. O que eu, eu não disse isso, eu disse outra coisa, a questão dos recursos, aliás é outro lado, vai olhar os recursos de saúde, nós aumentamos enormemente os recursos de saúde, são sempre insuficientes com relação aos que necessita. A minha crítica foi outra, foi a de que eu acho que o financiamento de saúde deve ser compartilhado pelos estados e municípios, como é na educação. Por que não é na saúde? Porque a constituição não manda. Então eu digo, nós não temos no tesouro como tirar mais recursos pra saúde, porque nós estamos gastando 55 a 60% do

disponível com a saúde. Então é preciso uma outra fórmula. Então você vê que a questão do social, sem falar no consumo de massa, sem falar no aumento do salário real

MP:

[

Mas,

presidente, não é pouco?

[

FM:

Presidente.

MP:

Pelo tamanho da verba que dobrou no seu governo? Não é pouco ()?

FHC:

O que é pouco, o que é muito em abstrato? Nada. Ou você compara ou não tem sentido. Comparativamente é muito.

[

RN:

Presidente.

FHC:

Não sei se é muito ou é pouco. Ninguém fez tanto.

RN:

Presidente, o senhor cometeu algum erro nesses dois anos,

[

FHC:

Ah, é claro!

RN:

ou acha que o governo cometeu?

FHC:

Mas é evidente!

RN:

Mas me diga quais.

FHC:

Vou dizer já. Bom, um foi involuntário que foi a questão do ajuste da taxa de câmbio, não deu pra fazer porque houve a crise do México, isso teve consequência (reais), inclusive a subida da taxa de juro que foi necessária, não é? Dois, eu acho que a securitização devia ter sido feita com anterioridade, não precisava esperar tanto tempo, não é? Inclusive com o programa PRONAF, que é de agricultura familiar que é outro na área social, que não havia, não é? Esse ano tem dinheiro pro PRONAF,

empréstimo de até 30 mil reais. Ainda hoje tomei providência pra liberar recurso, não de custeio, mas de investimento pro PRONAF, enfim, obviamente não precisaríamos e podíamos ter ido mais depressa. [

RN: Na questão das reformas.

FHC: Na questão das reformas, na questão das reformas não é tanto de errar ou não errar. Veja, a gente esquece as coisas como elas se deram, né? Os meses de meu governo foram os três primeiros. Todo mundo fala dos cem anos, cem dias de graça. Os três primeiros, () primeiro as viúvas da derrota, não é isso? Ficam sempre chorando e tal. Não é possível, o sujeito que ganhou não vai poder fazer o social. Não pode fazer o social porque ganhou do Lula, ah, então não pode fazer o social. Então, as viúvas da derrota ficam irritadas com o fato do governo agir no sentido democrático e progressista e abrindo pro social e dizem que não, que não, que não e propõem coisas loucas. Eu fui obrigado a vetar o aumento do salário mínimo porque era um aumento descabido.

RN: O senhor se arrepende disto?

FHC: Não, não me arrependo não. Se eu não tivesse vetado, a inflação teria vindo e o salário real teria caído. Aquilo era pura demagogia. Mas o que eu estou querendo dizer é que no começo o clima era esse no Congresso, não é? O Congresso era o antigo ainda, não sei o quê, até a greve dos petroleiros em maio, era muito difícil tudo.

EL: Mas, então

[

FHC: Dali por diante

[

FM: A questão da reforma não teria havido outro erro, porque o senhor, por exemplo, no livro do Francisco Graziano , o senhor escreve o prefácio dizendo: este livro mostra a história de uma ilusão.

FHC: Isso.

FM: O senhor disse que não havia tanta agriculturável nem tanto latifúndio nem tanto sem-terras e que o agrarismo populista, que era distribuir terra, não é a solução. Estava, tudo isto estava sendo feito ainda por cima baseado em estatísticas grosseiramente erradas. Isso foi o que o senhor disse. O Chico Graziano, numa entrevista ao jornal da Tarde, de 23 de junho de 96, contou que vocês fizeram um recenseamento dos sem-terras que estavam acampados no país inteiro naquela época. Era um total de 20 mil. Os senhores assentaram 18 mil, se não me engano, naquele ano.
[

FHC: Não, naquele ano foram, 30, 42 mil. Talvez naquela época, o Chico falou

FM: Assentou 42 mil até o fim do mandato dele, Graziano, no

[

FHC: Isso

FM: E quando ele saiu já deu mais de 30 mil assentados

[

FHC: O quê? Isso aí, o que está dito aí é o seguinte, dito pelo Chico, o Chico tem um belo livro sobre esta matéria.

FM: Hum

FHC: Existem muitas ilusões nesta matéria, não é isso? Agora mesmo está publicado um atlas do IBGE e mostra a enorme quantidade de terra que tem latifúndio, muito bem, houve uma modificação na estrutura da propriedade no Brasil, grande né? São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, não há latifúndio hoje, ali é uma coisa do passado, não é isso? Muito bem, criou-se outro problema, tem minifúndio, tem bóia-fria no Paraná, tem minifúndio no Rio Grande do Sul e tem expulsão dessa gente da terra. Eles

ocuparam toda essa região aqui do Centro – Oeste, da Rondônia, gente vinda de lá. Bom, houve colonizações. Eu estou vindo de Sinop. no Mato Grosso, área de colonização, fantástica, grande progresso, etc, etc. Eu acho que tem que haver processo de colonização simultaneamente com reforma agrária tradicional. O que é reforma agrária tradicional? É isto que está havendo agora, o sujeito vai lá e ocupa a terra, porque ele quer aquela terra, aí está embutida a idéia quase de expropriação, da desapropriação, é uma questão política.

FM: É o caso de Curionópolis, por exemplo,

[

FHC: É

FM: tinha terra melhor a 200 quilômetros

[

FHC: Isso

FM: Desapropriaram e não quiseram.

FHC: Não querem, é uma questão política, mas a questão política é importante, ela simboliza a sociedade toda que não sabe fazer estas distinções, ela vai confundir o problema social real, o minifundista que não está posto pra fora, o bóia-fria que precisa de terra com a questão política. Vai pensar que os que falam pela questão política, falam por todos. Eu tenho que reagir como político, não é isso? Se eu não reagir, se eu não tomar esse problema sério, eu estou fazendo um erro político. Não é erro econômico, é um erro político. Aí o Chico está falando como economista.

FM: Mas, por outro lado, isso incentiva a continuação deste movimento, logo tem garçom, tem

[

*

Funcionário de campanha

FHC: Eu estou explicando noutra nível, isso não tem não, veja, eu acho, eu acho que não. Acho que precisa de mais esclarecimento. Na medida que o governo tivesse fazendo como nós estamos, com boa fé, com bons propósitos assentando gente, fica mais, você dizer, olha, cuidado aqui está misturando alhos com bugalhos. Se eu não assentar, eu não tenho autoridade moral para dizer isso.

FM: Hum, hum

FHC: Então é uma questão política, e nós vamos enfrentá-la com honestidade, quer dizer, vamos, eu não aceito o princípio da invasão como princípio da transformação, eu acho que a lei tem que prevalecer, não aceito também as tricas e futricas da lei que impede a desapropriação quando ela é justa. Acho que o Congresso tem que haver [

FM: Então, o recado que o senhor mandaria para os 4 milhões de meio de pequenos proprietários

FHC: [É que tem o PRONAF. É que tem que ser apoiado.

FM: [que estão desassistidos.

FHC: Não estão desassistidos não, quer dizer, eles já estiveram desassistidos..

FM: Meio assistidos do que os sem-terra. (risos)

FHC: Ah, isso não, não exagere. Eu acho que esses 4 milhões e meio são fundamentais. [

FM: Mas, eles não têm nada, são sem crédito. [

FHC: São fundamentais, são os que geram riqueza, nós que temos que ter programa pra eles, mas há os excluídos, existem e é um problema real, não é? É um problema real, esses não são excluídos, esses precisam de outro tipo de apoio. Os que têm

propriedade da terra precisam de apoio. Nós estamos dando apoio, não é? Hoje, por acaso, passei a tarde conversando, uma parte da tarde, com o ministro da Agricultura pra saber: está mesmo chegando lá, como é que é, em tal lugar está ou não está. Precisa dar apoio efetivo. Agora, além disso, mesmo que as pessoas não tenham e muitas vezes não têm condições propriamente de produzir, você vai ter que treinar tudo, há o problema social que tem que ser olhado, porque senão você fica naquele negócio do sopão, que eu acho que não pode. [

MS: Presidente, nós, se o senhor me permite, nós vamos agora fazer um breve intervalo e voltamos daqui a pouco, diretamente da Brasília, do Palácio da Alvorada, com o Roda Viva, que entrevista esta noite o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Até já.

FHC – PRESIDENTE (Parte II)

MS: Bem, nós voltamos com o Roda Viva, que transmite esta noite, diretamente, ao vivo, da biblioteca do Palácio da Alvorada em Brasília, a entrevista com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Nós lembramos que, além da 150 emissoras de 21 estados brasileiros que retransmitem este programa, ele também está sendo transmitido pela Rádio Cultura AM de São Paulo. Presidente, a imprensa tem sido injusta com seu governo?

FHC: Não, não acho. Eu acho que a imprensa tem no Brasil tem uma vivacidade enorme, ela transmite uma porção de informações e impressões. Às vezes, se antecipa à realidade (risos). Mas isso é uma coisa boa, quer dizer, antenas ligadas.

FHC: Qual modelo?

- HL: O modelo do país, o modelo, o projeto que o senhor tem para o país. O diretor da área externa do Banco Central, Gustavo Franco, fez um paper, um estudo, uma análise sobre a situação e colocou que ele acha que a abertura tem de ser o dobro ou até o triplo da atual. O senhor concorda com isso?
- FHC: Bom, vamos qualificar. É o seguinte: o que aconteceu nos últimos 4 anos. Nós dobramos o nosso comércio nos dois sentidos, não é isso? Era de 50 bilhões de dólares, passou a ser 100 bilhões de dólares. Importação, exportação. O nosso produto bruto deve ser hoje da ordem de 700 bilhões, portanto ainda é uma taxa muito apertada comparada, é claro que um país como o Brasil é do tipo americano, com um mercado interno grande, então nunca vai ser como a França, onde você tem 30, 35%, ou Alemanha, o produto é importação, exportação, mesmo assim, é muito pouco o nosso ainda. O que ele disse foi isso. Se o Brasil crescer, pra crescer hoje tem que exportar mais e importar mais, isso é óbvio.
- EL: O senhor não teme que essa abertura atinja muito fortemente o parque industrial e leva a uma desindustrialização?
- [
- FHC: Mas () é o contrário. Essa tese não se sustenta pelos dados, quer dizer, nós estamos só aumentando a produção. O que aconteceu é que teve um momento de acomodação, mas veja o que está. Olha, a Gazeta Mercantil publicou e eu recebi depois deles a lista de projetos que estão preparados para o Brasil. Eles que fizeram, levantaram nome por nome, até o ano 2002. São 220 bilhões de reais. Como é que vai falar em desindustrialização? Externo e interno. Não existe isso uma coisa é muito importante na vida, é olhar os dados.
- EL: Mas o PIB industrial está caindo.
- FHC: Não está caindo não. Esteve o ano passado, porque nós seguramos o crescimento que estava 10% em janeiro e fevereiro e o governo, por causa do que eu já disse aqui, aumentou por causa da crise do México, teve que aumentar a taxa de juros. Nós seguramos o crescimento. Agora nós estamos

soltando aos poucos, pra poder manter a inflação baixa. No modelo anterior o que que havia? O câmbio favorecia as exportações, o salário era baixo, e havia inflação. Bom, esse preço o Brasil não deve pagar de novo pra ter um crescimento aparentemente rápido. Porque isso não é crescimento, é deformação em benefício dos muitos ricos, em prejuízo do povo, que é quem paga o preço de tudo isso

[

EL: Quer dizer que

FHC: A minha proposta é fazer o que estamos fazendo, ou seja, a população não está sofrendo nenhum custo, sinal que está melhorando a sua vida. São dados, não sou eu que estou dizendo, são os dados, todos os dados, (não há) um indicador. E há retomada industrial agora, que nós estamos soltando de novo. A taxa de crescimento aqui nunca foi recessiva desde de 92. É só olhar os números. Agora, sem olhar número a gente pode botar o que quiser. Estamos numa recessão. Só que não é verdade.

*

()

[

RN: Era sobre isso que eu queria lhe perguntar. Veja, na sua campanha para presidente da República, o discurso da estabilidade da moeda, de baixar a inflação foi o discurso com o qual o senhor se elegeu

[

FHC: Foi

RN: Pra reeleição, o discurso será qual? Do crescimento?

[

FHC: Eu não sei. Eu não estou pensando em reeleição. Se você quer dizer pro Brasil, qual é o discurso, é outra coisa.

RN: Tá, pro Brasil.

FHC: Hoje.

RN: Daqui a dois anos.

FHC: Daqui a dois anos desde já, já é o mesmo. Quer dizer, você hoje já tem condições. A casa foi sendo posta em ordem. Quando se começa a botar uma casa em ordem, está em reforma, ela está com pintura suja ainda, você não vê tudo, não é isso? Agora que as pessoas vão começar a ver. Você não vê nem os alicerces. Tivemos coragem, vamos dizer isso. Contra opinião de muita gente, enfrentamos tudo. Congresso em certos momentos, movimentos sociais em outros momentos etc. Mas com convicção. E qual era a convicção? De que se não houvesse um controle da inflação, nada mais se ajeitaria. Condição necessária, não suficiente. Agora estamos entrando na fase das outras condições para que o Brasil retome o crescimento. É investimento, é desenvolvimento da educação, é desenvolvimento tecnológico, é investimento e, progressivamente, como está acontecendo, espero que continue, redistribuição melhor dessa renda.

MP: E a questão fiscal?

[

RN: Enfim, taí o discurso da reeleição.

FHC: Não sei, também.

* E a questão fiscal, presidente? Esse que é um problema sério agora?

[

FHC: Ah, sim. Questão fiscal. Nós algumas modificações já fizemos na questão, na questão tributária. Quer dizer, as reivindicações principais já foram atendidas, ou estão sendo: ICMS, que é uma modificação muito importante, não é? Bastante importante, quer dizer, isonera a questão tributária. O imposto de () jurídica parou em 25%, não é isso? Houve modificação no sentido da simplificação. Nós vamos tomar outras medidas pra pequena e micro-empresa brevemente, também

nessa mesma direção. O que sobra da questão fiscal, é questão dentro do estado. Como é que distribui entre união, municípios e estados. Isso

[

*

Isso é o principal?

FHC: Não é o principal.

[

FM: Mas mesmo pra fora.

*

O principal é a blitz.

FHC: Hein?

FM: Mesmo pra fora do estado, quer dizer, ainda o que foi possível fazer, por enquanto foram isenções para determinados setores

[

FHC: Não, não, não.

FM: para determinados tipos de produtores

[

FHC: Não, não, não.

FM: Mas não é que se tirou

[

FHC: Não, não, não.

FM: O ICMS de todo

[

FHC: Tirou o ICMS de produtos de exportação, tirou na importação, que é bem de capital, tirou pra insumo agrícola, isso é uma modificação.

[

()

EL: E vai tirar pra tudo ano que vem.

[
FM: Quem não exporta continua.

[
FHC: Vai tirar pra tudo o ano que vem.

EL: Ano que vem, pra acabar

FHC: É pra acabar.

* (), presidente.

FHC: Só, só uma questão que ele perguntou aqui. Não esqueça que nós vamos mandar agora também uma questão do ITR, imposto territorial rural, que vai também alterar essa questão e modificar muito os termos em que se coloca, inclusive, essa questão de valor da terra e não sei quê. Diga-se de passagem que o valor está lá embaixo, não é? Porque a terra como reserva deixou de ter a função que tinha na inflação, enfim. Já digo, mas a questão é, essas modificações estão sendo feitas. Bem, o que que falta na questão fiscal? Falta o principal, ou seja, qual é o grande desequilíbrio que nós temos hoje? É a folha de salário. São três: a folha de salário, a previdência e a taxa de juros. A taxa de juros nós mexemos, no que diz respeito ao juro que o governo paga, caiu de quatro e meio para um e oitenta e cinco, não é isso? E com as medidas que estamos tomando vai cair mais, muito bem, então isso, você segura. Agora, o que que você não consegue. Nós agora acabamos de fazer várias medidas no nosso âmbito, porque o Congresso demorou, não é? Muito bem, nós precisamos da reforma administrativa e a outra é a previdenciária. O que que é previdenciária? Basicamente é o seguinte: fazer com que as pessoas se aposentem mais tarde, porque aposentando em média entre 40 e 50 anos, não há sistema () que agüente, essa é a crise fiscal, essa depende do Congresso.

AN: Presidente, eu queria sair, eu queria tratar do discurso do presidente no sentido estrito mesmo. De vez em quando, o senhor nos obriga a fazer aquelas, aqueles textos explicativos sobre expressões

FHC: É

AN: que o senhor usa. O senhor popularizou nhenhê e descobriram todos que era palavra até de origem indígena, indígena.

FHC: Eu não sabia.

AN: (Digo eu), nós todos não sabíamos. Depois o senhor usou, durante a passagem por Paris, o senhor usou em bom francês o verbo flaneur

FHC: “Flâner” (flanê)

AN: “Flanê”. E agora, o senhor está visando uma palavra que é bocó. Usou bocó

[

FHC: Bocó, bório.

EL: (Bório).

[

AN: Pois é na entrevista da Folha. O que que

[

* (Bório)

AN: o senhor quer dizer com bocó e quais são os bocós do Brasil?

FHC: Eu não, eu queria dizer uma coisa que não fosse ofensiva mas que mostrasse que a pessoa está comendo mosca, quer dizer, não está vendo o que está acontecendo. É isso. Tem muita gente que fica comendo mosca

[

RN: O Lula
não está vendo o que está acontecendo

FHC: e não está vendo o que está acontecendo.

AN: Não tem nenhum exemplo ()?

[

RN: O Lula, o Lula não está vendo o que está acontecendo? [

FHC: Não, o Lula até viu. Agora, ele viu. Você não viu uma coisa que ele uma entrevista, foi no Jornal da Tarde. Eu não li a entrevista dele, mas li o editorial do Estadão de hoje. E vi que, ele viu, ele diz, o quê? Olha, tem aí a globalização, nós temos que tomar isso em consideração Hélas! (risos)

* (risos coletivos)

* [

EL: E o Paulo Maluf Presidente, o Paulo Maluf está incluído aí?

MN: Com relação ainda aos bocós, teve um

[

* (risos)

banqueiro conhecido que quebrou e foi

[

* “Hélas”!

MN: pescar e depois fez a seguinte declaração que os únicos que não quebraram nesse país foram os pescadores. É, o que que o senhor tem a dizer sobre a quebradeira que se

FHC: Houve algum, houve algum processo realmente, um ajustamento

MN: Não foram os bocós esses que quebraram?

FHC: Não, esses não foram bocós. Esses () outro objetivo. Bocó a que me refiro é na interpretação, as pessoas que não, mais na área de

* Maluf o senhor não diria que é bocó.

[
EL: É o que eu estava perguntando.

FHC: Não, não, não. Eu não chamei ninguém de bocó

[
EL: Como é que o senhor define Paulo Maluf?
Como é que o senhor define o Paulo Maluf hoje.

FHC: Eu não vou definir. Eu não gosto de definir pessoas. Eu nunca defini ninguém.

EL: O senhor acha que ele vai ser candidato?

FHC: Sei lá, problema dele.

[
MS: O senhor considera.

FHC: Tem todo o direito.

[
MS: O senhor considera ele um possível aliado do senhor?

FHC: Olha (pra quem), pra quê? Olha

[
MS: Pra mudanças no Congresso, mudanças
estruturais [

EL: ()

FHC: () tem variado, em certos casos tem sido, em outros não. Como, aliás, em muitos.

RN: Uma pergunta mais objetiva, se o senhor me permite. Na eleição municipal, naturalmente, o senhor votou no Serra, e fez alarde disso e até, de uma certa forma, fez propaganda eleitoral no dia da eleição, o que a lei não permite. Agora, nesse 2º turno, em São Paulo, o senhor vai votar na Erundina ou no Pitta?

FHC: Que pergunta ingênua! (risos)

* (risos coletivos)

FHC: () da hora ..

RN: () se o senhor vai pensar nisso uma hora.

[

* ()

FM: O senhor acredita que

[

FHC: Eu não vi qual é a posição do PSDB

[

EL: Agora.

FHC: ainda. Eu já disse que eu não vou me manifestar

EL: Mas o PSDB

[

MS: Eleonora, (um minutinho). Durante a reta final ali do 1º turno lá em São Paulo, houve um episódio envolvendo o ministro Sérgio Motta. Escreve-se muito na imprensa que, às vezes, o ministro faz o trabalho que o senhor não quer fazer. Diz coisas que o senhor não quer dizer diretamente, essa coisa toda. Como é que o senhor avalia esse episódio do ministro Sérgio Motta?

FHC: Primeiro, vamos ver o seguinte: eu acho que a imprensa devia tomar como critério que, quando uma pessoa é presidente da República, ele não tem o direito de falar por terceiros, a não ser pelo Sérgio Amaral, que é o porta-voz. Quando eu quero falar, eu falo, não é isso? Ninguém fala por mim. Eu já disse isso infinita vezes, ninguém fala por mim. Quando eu quero falar, eu falo. Jamais utilizaria quem quer que seja pra dar recado. Nunca fiz isso, não é meu estilo, não é? O ministro Sérgio Motta tem características próprias dele, um estilo bastante diferente do meu modo de se expressar, no modo de opinar, etc, etc.

[

*

Mas ele cria problemas () vezes?

FHC: Olha aqui, mas todo mundo pode criar problemas, problemas, às vezes, ajudam também, não nesses casos. Tem que (entender) as pessoas como elas são. Eu acho que eu aprendi, talvez necessariamente, pra poder viver que cada um tem um jeito. Eu também tenho um jeito. Mesmo que vocês me forcem a ser do outro jeito, eu não vou ser. Muitos não gostam do meu jeito, não é? Tudo bem. Agora eu acho

*

O senhor gosta do jeito dele?

FHC: Do Sérgio? O Sérgio é uma pessoa generosa, impulsiva, diz o que pensa, trabalha muito, é leal. Agora, às vezes, diz coisas que eu acho que eu não diria. Eu acho que

[

RN: Aí, o senhor chama a atenção dele nessas horas

FHC: Olha, eu não gosto. Não é meu estilo chamar atenção. Você sabe qual é o meu jeito. Mas eu faço mostrar que eu não estou de acordo. Agora não tem por que estar toda hora entrando em debates públicos com ministros. Aliás, nunca entrei com nenhum e nem vou entrar. Quando disseram que eu mandei um recado pro Jatene, eu fiquei indignado. Porque eu acho que seria

uma infâmia eu mandar um recado pra um ministro através de indiretas, não é meu jeito. Porque na verdade, naquele momento eu estava pensando no ministro da Saúde. Claro, que aí vem toda a imprensa (), mas o senhor deu o recado. Eu não dei recado nenhum, eu disse na hora. Não, que isso

[

AN:

A que o senhor atribui esse

erro de interpretação coletiva.

FHC:

Não é erro de interpretação, é mania de interpretar atribuindo intenções, que é uma das coisas mais negativas que existe é você atribuir intenções a outro. Você não, como é que você pode saber qual é. Como é que eu posso saber qual é a sua intenção? Não posso saber. A minha intenção eu leio nos jornais todo dia.

*

(risos)

FHC:

O presidente deseja, o presidente, é impossível

[

*

Raramente coincide,

presidente?

FHC:

Raramente, coincide. A intenção raramente coincide, a motivação também não. Deve julgar o ato, pode criticar, gostei, não gostei. Agora, intenção.

MP:

Presidente, em resumo, o ministro Sérgio Motta está firme feito uma rocha, é isso () ?

FHC:

Mas nunca deixou de estar. É uma rocha

*

(risos)

EL:

Presidente, eu queria, queria voltar

[

- FHC: Ele é muito competente, tem feito um trabalho muito bom na área de comunicações. É uma pessoa que dá assistência ao PSDB. Agora, isso não quer dizer que endosso o que ele disse e disse na hora que não é endossável.
- MS: O senhor pretende reaproveitar o ex-ministro José Serra no seu governo?
- FHC: Ainda não conversei com o Serra. Hoje, falei com ele por telefone. Ele vai voltar aqui, vamos conversar. Todo mundo sabe o apreço que eu tenho pelo Serra. Eu tenho que ver quais são os propósitos dele. O Serra é uma pessoa muito valiosa pra qualquer governo, pro meu em particular, pela amizade que ele tem comigo.
- EL: Presidente, falando de um modelo, eu estou preocupada
- [
- RN: É difícil o senhor dizer uma coisa diretamente
- FHC: Você é mineiro?
- * (risos)
- RN: Não, senhor (está parecendo) mineiro.
- EL: Presidente, eu queria ainda perguntar sobre o modelo brasileiro, que eu acho que é uma oportunidade interessante que a gente tem aqui pra discutir
- [
- FHC: Isso.
- EL: Os rumos do país. O senhor falou que, de fato, o Brasil precisa se abrir mais, ter uma abertura comercial mais efetiva. O diretor, voltando ao Gustavo Franco, que eu acho que sistematizou bem uma linha de pensamento do governo, ele acha que o Estado tem que sair mais da economia e que o grande motor de uma economia é o mercado, não o Estado, inclusive

- [
- FHC: Você acha que isso é ele ou é opinião de todos?
- [
- EL: Não, eu estou querendo perguntar:
- FHC: Mas alguém acha o contrário?
- EL: Não sei.
- FHC: Eu nunca vi, há muito tempo que eu não vejo alguém dizer que o motor da economia capitalista é o Estado.
- EL: Sim, mas o Estado teve, em momentos muito importantes da história, do pós-
- FHC: Sim.
- EL: guerra, teve uma importância decisiva de investimento, plano de metas. Aqui mesmo no Brasil
- [
- FHC: Isso.
- EL: com Juscelino, o Getúlio Vargas, o Juscelino, o Estado teve () preponderante.
- FHC: Por quê?
- EL: Eu quero saber o que que o senhor acha que agora é papel do Estado.
- [
- FHC: Vamos
- entender por quê. Porque não havia força privada capaz de fazer isso. Quando Getúlio estatizou Volta Redonda foi depois de insistir com vários capitalistas locais e americanos pra tentar fazer Volta Redonda, nenhum

topou, então o Estado assumiu porque só ele tinha capacidade de acumular através de impostos. Hoje, se eu pedir ao Congresso pedir um tostão de imposto, olha o CPMF, até você reclamou. Qualquer um tostão que se peça a cerca de imposto ninguém vai dar. Então, o Estado não tem capacidade de investimento, fora o resto, não é isto? Então hoje, é uma platitude, uma obviedade dizer que o motor dessa nossa economia há de ser a acumulação do setor privado. Agora, daí a dizer que o Estado não tem nenhum papel, não. Tem e muito, tem de se adequar para o papel que tem. Tem de regulamentação, tem de investimento em áreas de ponta, muitas vezes. Tem de complementação em certos setores, tem, digamos, de iluminar os caminhos em

EL: É, Gustavo Franco acha que nem isso é necessário

FHC: termos de política que faz. Pois é, mas eu não sou o Gustavo Franco

[
* O senhor falou em outro aspecto

FHC: Gustavo Franco () é do Banco Central,

EL: É, é

FHC: não é diretor da política econômica do Brasil, esse aí é que sou eu.

EL: Nesse sentido, nesse sentido, o senhor

[
FHC: Aliás, é o ministro da Fazenda.

EL: se considera um seguidor das idéias que o Fernando Collor trouxe ao Brasil a partir de 90?

FHC: Quais, aqui, você acha que Fernando Collor tem idéias pra trazer pro Brasil?

* (risos)

EL: Não sei. Ele trouxe abertura, ele trouxe

[

FHC: Eu não tenho nenhum problema pra dizer o que vou te dizer porque

EL: uma série de (soluções) econômicas novas para o Brasil, naquela época.

[

FHC: Eu já disse um milhão de vezes, eu não tenho nenhum problema em dizer isso. O discurso de posse do Fernando Collor diante do Congresso foi o discurso no qual ele sentiu que havia mudanças no mundo.

EL: Hum, hum.

FHC: E eu disse isso na época.

[

EL: (Exato)

FHC: E continuo achando. Agora, daí isso aí muita gente disse. Se você for ver os discursos que eu fiz no Congresso, na época, sobre as emendas que ele propôs, você vai ver que eu já pensava isso. Então não são idéias. Você falou de Fernando Collor, (pra dizer), Fernando Henrique é igual Fernando Collor. Eu não sou igual Fernando Collor.

EL: Não, eu não disse isso.

FHC: Mas é o implícito.

EL: Não.

FHC: Eu não sou igual Fernando Collor, não adianta imaginar ou tentar botar, colar, porque não cola, porque não sou, por outras razões, por outras

razões, não por essa razão dele ter entendido que existia um processo de globalização, que apressaria a abertura da economia. Aí ele e cem mil outros entenderam, como eu também.

EL: Qual é o espaço do Brasil nesse mundo globalizado?

FHC: Eu acho que é maior do que no outro.

EL: Maior do que no outro

[

FHC: Quer dizer, eu acho que, muito maior. Eu acho que o Brasil hoje tem uma posição, digamos, privilegiada, porque nós organizamos o espaço do cone Sul e agora estamos ampliando esse espaço na América do Sul. Isso aqui é uma zona de paz, de democracia, de mercado, de tradição de mercado, de competência, porque já existe competência universitária, tecnológica e já existe produção instalada. Isso só tem outro no mundo, você tem a Europa, não a Europa, não a antiga União Soviética, mas a União Européia. Você tem o NAFTA e você tem um pedaço da Ásia e a América do Sul. E aqui

[

FM: E o Brasil com uma vantagem, hein é presidente?

FHC: Hein?

FM: Porque esse negócio já está tão consolidado que quem estava voltado pra outros mercados dentro do cone sul passou a voltar pra cá

[

FHC: Voltar pra cá, voltou pra cá.

FM: É o caso do Chile.

FHC: E aqui e o pólo desse negócio aqui agora é o Brasil

[

FM: É.

FHC: É o pólo, então não há dúvida que nós temos uma vantagem comparativa imensa e estamos fazendo. Isso, desde que eu estava no Ministério do Exterior eu dizia isso e fazia, não dizia só. A primeira compra efetiva de petróleo da Argentina foi feita pelo doutor Rennó, que é presidente da Petrobrás, há instâncias minhas como ministro do Exterior primeira. Hoje nós compramos um milhão de

AN: [Presidente, nesse quadro, presidente nesse quadro,

FHC: dólares

AN: o ritmo das reformas é satisfatório pro senhor?

FHC: Não, não é satisfatório?

AN: Não é.

FM: O senhor mencionou um outro aspecto na questão do estado, presidente, que acho que não foi suficientemente explorado na entrevista da Folha deste fim-de-semana. O senhor falava de melhorar o acesso ao Estado.

FHC: Isso

FM: É

FHC: Isso.

FM: O que exatamente o senhor entende por isso e como o senhor acha que

[
FHC: Vou dar alguns exemplos que eu tenho repetido ultimamente.

FM: é possível fazer isso.

FHC: Qual é o problema que você tem com o nosso Estado? Um é que ele hoje ao invés de ser, ele não tem mais condições de ser estado produtor direto, porque não tem como capitalizar. Sociedade não aceita pagar, muito bem. Ele tem um estrutura burocrática que foi feita pra época anterior, portanto é uma estrutura democrática que quer o tempo todo fazer o que já não lhe compete e impedir que os outros façam o que os outros podem fazer no setor, na sociedade civil. Três, ele está totalmente eivado de clientalismo e corporativismo. Você tem um funcionalismo competente, é uma injustiça dizer que não é, tem competente, tem muita gente competente, toca essa coisa com muita, até com muita dedicação, mas você tem ao mesmo tempo um setor grande aterrado, com medo de mudanças e aterrado a pequenas vantagens. Esses setores, não só esses, todos, todos não, parcialmente, vinculados ao sistema político e aos interesses. Seja de lobby, às vezes, está diminuindo. Esteve muito no tempo do presidente Collor e disso derivou toda aquela confusão que nós vimos, seja de pequenas clientelas políticas, tem que mudar isso. O que que nós estamos fazendo? Quando eu disse aqui que na Educação nós vamos direto é que estamos mudando isso. Quando eu disse aqui que na Saúde você hoje tem o SUS, não disse, mas tem, você tem mecanismos automáticos de atender o social, está quebrando essas clientelas. Isso, por exemplo, pega o setor financeiro do governo, a Caixa Econômica está sendo refeita, porque ela foi feita, a partir de certa época, pra empear dinheiro pras grandes empreiteiras, que depois não pagavam a Caixa. Nós estamos refazendo isso pra atender diretamente ao cliente, ao mutuário e à classe baixa [

FM: Pois é presidente, essa pergunta entrou foi justamente em cima desta questão, quer dizer, o governo anunciou diversos programas e financiamentos pra setores ou pra [

FHC: Está fazendo

FM: E o dinheiro não chega porque os

[

FHC: Não, não, não

FM: porque os bancos do governo não

[

FHC: Ah, aí que está

FM: repassa porque não dá lucro, é isso

[

FHC: Está fazendo, está fazendo com rendimento baixo por causa disso. Agora o que se faz diante disso? Porque é fácil criticar, eu sou o primeiro a criticar. Você tem que apertar todo dia, não tem outro jeito. Porque tem que mudar a mentalidade, porque não tem outro jeito. Você não tem, as pessoas estão ali, vão estar ali, são as que sabem, não é? E você tem que, a sociedade tem que pressionar e está pressionando. Pega essa questão do PRONAF, que nós estamos falando aqui. PRONAF é um programa de assistência à agricultura familiar, ao pequeno agricultor até trinta mil reais, não é isso? Bom, nós temos lá um certo número de recursos pro PRONAF. Bom, nós tivemos que mudar vários atos do Conselho Monetário Nacional, portarias de ministros pra simplificar o papelório pra que realmente a pessoa pudesse pegar esse dinheiro. Porque quem precisa de cinco mil reais, dez mil reais, não tem condições de oferecer ao banco as garantias formais que precisava antes. Mudamos, mudamos. Caixa Econômica é a mesma coisa, nós estamos, já mudamos e vamos mudar mais. Agora, não dá pra fazer tudo isso do dia pra noite, porque não é uma vontade do presidente, ou um decreto do presidente ou do

[

*

Congresso,

MP: Presidente

FHC: é uma mudança de mentalidade e está acontecendo.

RN: é por isso que o mandato de quatro anos é pequeno pra fazer tudo isso?

FHC: Veja, mas isso. Outro, outro pode continuar. É claro que, é claro que em quatro anos você não muda tudo isso. É evidente. Isso é um processo.

MP: _____ Presidente, na sua
campanha eleitoral, _____ [

* presidente

MP: o senhor prometeu que haveria um fundo de investimentos para o desenvolvimento. O senhor alardeou muito isso, colocou, pôs isso naquele seu livro, né?

	[
FHC:	Isso

MP: Como plano de governo. Que fim levou esse livro?

FHC: Está. Ali tinha uma coisa que não podia ser feita. Que não foi feita porque ()

MP: [que é o uso das reservas

FHC: Das reservas. Mais o resto está. Você sabe quanto tem o Banco do Desenvolvimento Econômico para o ano que vem? E esse ano também. Entre onze e treze bilhões de reais ()

MP: [Menos do que o senhor
prometeu nesse (livro) que era 20 bilhões

FHC: Pra dar uma idéia. Esse era um fundo só, esse é um só. Tem outros, eu já vou dizer. Pra você ter uma idéia do que significa isso, o Banco Mundial tem menos que isso. Bom, você tem no Banco do Nordeste outros tantos vários bilhões que estão sendo, aliás, bem aplicados. Você tem no (FAT), isso vai via BNDES, tem no FGTS. Você tem uma porção de fundos, que, hoje, você tem como valorizá-los e fazer utilizar. O que não podia é usar das reservas. Ali havia um engano técnico nosso.

EL: Presidente, a Argentina, como é que vai a Argentina. Muito se fala das diferenças e semelhanças do Brasil e a Argentina. A Argentina não, passa por uma fase muito boa. Que tipo de reflexo uma eventual crise na Argentina pode ter no Brasil? Como o senhor vê a ligação [

FHC: Qualquer país hoje tem reflexo qualquer

EL: dos dois países?

FHC: Você viu a crise do Chile, pra não falar da Argentina tem reflexo aqui. Se houver uma crise no Brasil, tem um reflexo brutal lá. As economias hoje são assim. O México não teve reflexo? Tem.

EL: O senhor acha que a Argentina vai quebrar, não?

FHC: Mas imagina, não há razão pra isso. Basta ver o que está acontecendo na Argentina. Não tem nenhuma razão pra isso. Não vai. Isso é uma, uma [

EL: Está tendo greve, está tendo uma certa [

FHC: Ah, meu Deus, mas greve? Tem greve na Inglaterra durante não sei quanto tempo com Margareth Thatcher. E daí, quebrou a Inglaterra?

* ()
[

* ()

[

* ()

[

FHC: () é uma economia capitalista avançada.

AN: Presidente, não estou retomando não esse assunto de reeleição. Queria (saber) [

FHC: Mas pode.

AN: do mandato. Quatro anos, nesses quatro anos, o senhor já tinha uma certa [

FHC: Sim.

AN: intimidade com o governo. Agora, [

FHC: Isso.

AN: se o presidente assume sem ter passado, por exemplo, pelo Ministério da Fazenda, com os poderes que o senhor teve; quanto tempo ele demora pra até decorar os ramais do palácio? Segundo, eu tenho a sensação de que o presidente brasileiro, como o senhor não tira férias, até porque encurta demais esse mandato.

FHC: (risos)

AN: Como é que é? Quanto tempo ()

FHC: Vamos separar as coisas. É possível fazer coisas importantes em curto prazo. Vou dar dois exemplos contraditórios: Castelo Branco fez dois anos e Itamar, não é isso? Ficou dois anos. Finalmente, o começo da mudança foi com Itamar, não é isso? Bom, dá pra fazer. Agora, quando me perguntam as

mudanças gerais do Brasil, a continuidade desse processo, em quatro anos ninguém faz, leva mais tempo. Eu acho que o Brasil, não precisa se a mesma pessoa, pelo amor de Deus! Mas você vai (precisar) um processo e se você mantiver o ritmo em que nós estamos, com dez anos, nós mudamos de patamar. Quer dizer, porque nós atingimos já um nível de renda e de consciência, não é só renda não, já bastante elevado. Quando eu dizia que o Brasil, disse antes, era injusto, não era tanto subdesenvolvido quanto injusto, era porque já tem base real de desenvolvimento aqui e de crescimento. Isso existe aqui no Brasil. o que precisa ter é equilíbrio, bom senso, capacidade negociadora, entender como é que funciona a democracia. Não imaginar que apertar um botão soltou a decisão, porque não é assim. Tem que ter paciência até quase que pedagógica. E não é do presidente, é do conjunto da sociedade. Vocês fazer parte disso, fazem parte desse processo de transformação. Quatro anos é realmente, um período pequeno, porque um ano leva pra adaptar, e o último ano você já está fora da possibilidade de fazer alguma coisa porque está tudo se organizando. Tem dois anos apenas

[

EL:

Por quê?

*

O senhor falou aí

AN:

Quero saber das férias.

FHC:

Está em plena eleição, eleição

[

AN:

Por que o senhor não tira férias, presidente?

[

EL:

O último ano dá para

FHC:

O último ano no Brasil é caracterizado por eleição, ou não? Todas as forças se () e vai para o Congresso. Você, infelizmente, não teve essa experiência do Congresso, não sei se teve, pra ver o que acontece no último ano de governo. Ninguém está pensando senão no próximo governo.

[

AN: Desculpe a insistência, o senhor não tira férias por quê?

[

* ()

FHC: Eu não tiro férias porque, primeiro porque não há costume aqui no Brasil. está errado, devia haver, devia tirar férias e tal. No momento que eu disser que vou tirar férias, vai, o mundo abaixo vai dizer que o presidente não trabalha, o presidente está em férias, o presidente está viajando. É isso,

[

*** (risos)

FHC: é um certo primitivismo.

MS: A esse propósito, dizem que o senhor viaja demais

FHC: Agora, esse ano não pode nem dizer, nem dizer. Eu precisaria ter viajado mais. Eu precisaria ter viajado mais, por que cada vez que eu vou lá

[

* O senhor está com saudade de aeroporto?

FHC: depois eles vêm cá, não é? () vem também. Aqui veio o Khol, veio o (Hashimoto), veio o Chirac, veio todo mundo. Porque eu fui lá, vem eu ()

[

AN: A gente fica até abandonados, não é, presidente?

FHC: Não, isso é conversa.

[

** (risos)

FHC: Vêm o Brasil como é que é, vêm ao Brasil com investidor e por isso que está havendo este desenvolvimento no Brasil e de uma maneira, o que é que eu faço lá fora, eu mostro os problemas do Brasil. eu não estou lá fora, eu estou pensando no país. Aqui, outra coisa, é uma coisa realmente, que eu vou fazer. Ah, não é demais nem de menos, faz as viagens necessárias. Eu não vou parar de viajar só porque tem gente que vai me gozar na televisão, porque está viajando. Não, eu tenho consciência histórica. Eu vou fazer o que for necessário.

EL: Presidente

[

RN: Presidente, nessa sua entrevista nesse fim-de-semana

FHC: Vocês tiveram trabalho pra ler. Longa

** (risos)

RN: Muita longa. O senhor disse em um certo momento o seguinte: a ética é um componente importante. Até me corrija se por acaso a transcrição [

FHC: Sim

RN: não estiver fiel. A ética é um componente importante das mudanças e da política, mas quando se deixa de ver a política como um instrumento de transformar a realidade, quando se fica apenas no plano de valores, tudo bem. Você salvou sua alma, mas não mudou nada. O que eu lhe perguntaria é o seguinte: a realidade do poder, do exercício do poder nesses dois anos de mandato é lhe obrigou, de uma certa forma, lhe forçou, de uma certa forma, a abrir mão de alguns valores que o senhor sempre praticou, ou defendeu [

FHC: Não, de nenhum valor, nenhum valor. Eu sempre fui pela democracia, continuo sendo e não houve nada que não fosse. Eu sempre achei que e disse no meu discurso de posse, que faria, tomaria decisões em função do

interesse geral. Tomei, estão os resultados aí. Gritaram, à vontade, dizendo que era, que ia defender banco, não sei que, que banco? Estou defendendo os interesses da população. Fiz isso. Segundo lugar, sempre disse que tinha que acabar com o clientelismo, estamos fazendo tudo para acabar com o clientelismo. Terceiro, quarto lugar, eu sempre disse que qualquer discussão com o Congresso tem de ser em termos de uma coisa clara. Quando foi aprovada a reforma da Previdência, manchete de jornal: barganha pra cá, barganha pra lá. E depois, que barganha foi feita? Quem foi nomeado em função de barganha? Qual foi a concessão que eu fiz? Nenhuma, nenhuma. Agora, isso aí eu peço a vocês: é importante mudar esse disco. Agora, tudo o que eu faço é por causa da reeleição. Não é, é porque eu tenho que fazer. Então, essa repetição, essa tentativa de mostrar o lado amesquinhado do poder acaba amesquinhando a própria sociedade que fica, que acaba elegendo gente que é assim mesmo, já que são todos iguais, não é. Eu acho que a gente tem que ter compreensão, é claro, tem que criticar e tal, mas não pode, por julgamento de intenções, desqualificar as ações em função de que tem um objetivo menor. Quando tiver, demonstra, mas não tem, o dia inteiro repetir isso, não ajuda. Eu acho que dá perfeitamente pra você manter os seus princípios e fazer isso que eu estou dizendo aí. Uma coisa é você ter os princípios e ficar pregando, pregando, pregando, não se incomodando em criar as forças pra mudar. O político tem que ter os princípios, mas tem que se preocupar como criar as condições de força, de convencimento, força política pra poder mudar.

RN: É isso que explicou a aliança com o PFL

[

FHC: Mas certamente, eu acho que é impossível governar o país sem alianças. Eu acho que o PT que tinha essa posição, agora, quando está se aproximando de eleição, não está louco por aliança, não estão propondo que tem que fazer aliança

[

FM: Mesmo no nível pessoal, não é, presidente? O presidente mudou muito.

[

FHC: Também.

FM: Eu me lembro de uma, quando o Jornal da Tarde fez uma série sobre, isso foi em 83, se chamou a “República Socialista Soviética do Brasil”, que mostrava o [

AN: Do Brasil.

FM: crescimento dessas aposentadorias especiais, enfim, da privilegiatura, que o senhor está combatendo hoje, o senhor estava do outro lado da mesa, naquele [

FHC: Não, não nisso.

FM: seminário, discutindo, defendendo o outro lado.

[

FHC: Não, não nisso. Eu fui, uma vez, com seu pai à televisão, pergunte a ele. Eu fui com seu pai à televisão, no começo dessas coisas assim e

[

FM: Mas, eu acho perfeito que o senhor ()

FHC: Não, não, não. Não nisso, por quê? Porque que eu havia feito a crítica da chamada burguesia de Estado. Eu tinha feito a crítica teórica, eu chamava de burguesia do Estado. Eu era contra o poder burocrático. Eu, talvez, não tenha entendido a Previdência, no âmbito que como eu entendo hoje, mas eu era contra. Eu me lembro que o Rui, numa discussão, ele ficou surpreso de eu concordar com ele, na Bandeirantes, há muitos anos. Porque ele achava que eu ia defender o setor, era o (geiserismo), não é? E eu era contra aquele tipo.

EL: As elites melhoraram ou pioraram?

[

FM: ()

FHC: Hein?

EL: Olhando respectivamente.

FHC: Quem que melhorou?

EL: As elites, as elites brasileiras, pioraram

[

FHC: () essa idéia, veja

EL: melhoraram, estão mais avançadas, mais atrasadas. O senhor estudou as elites.

FHC: Não, não, nunca estudei as elites, estudei os empresários.

EL: Sim, os empresários.

FHC: Mas veja, eu acho em 1º lugar o seguinte: elite, há muito tipo de elite. Elas são muito, em um país como o nosso, que se torna complexo, elas são muito diferenciadas. Tem uma elite sindical, você tem uma elite clerical, você tem uma elite universitária, você tem uma elite política. Eu não posso fazer um julgamento global, não é? E também acho que essa coisa de ficar auto-açoitando a nós próprios. Vocês são é que pertencem à elite, não é isso? Pertencem à elite.

[

*

Presidente

FHC: Só um minutinho. Eu acho que ficar essa coisa de fazer “mea culpa”, “mea culpa” não tem muito sentido. Aqui você tem que em certos momentos, as elites não têm sido capazes de ver certas coisas, em certos momentos têm. Mas num país tão diversificado como o Brasil de hoje, você tem elite de todo tipo. Tem elite que vê, tem elite que não vê, assim como você tem gente do povo que vê, gente do povo que não vê. Eu não acho que isso seja assim tão.

RN: O senhor, presidente, o senhor nunca foi incoerente não?

*

[
Só um

FHC: Ah, posso ter sido, mas prefiro não ser. Eu procuro ter uma certa coerência, não é? As coisas que escrevi há muitos anos, está lá, hoje, aquele rapaz, Vinícius veio aqui, ele leu uma porção de coisas que eu escrevi. Não sei se leu tudo, porque eu escrevi muito. Mas é difícil que eu tenha tido uma, eu posso ter mudado na análise porque o mundo muda e porque eu não sou, eu não sou fundamentalista (risos). Eu não sou teológico, nunca fui

[

*

(risos)

FHC: Eu acho que a gente tem que ter um pensamento vivo

[

FM: Isso que eu quis dizer.

FHC: Eu entendi. Tem que ter um pensamento vivo, não tem problema nenhum, pensei assim, deixei de pensar e explica por quê. Mas, nunca deixei de explicar por quê. Quer dizer, não é que eu mude, aí as pessoas vêm e querem atribuir a mudança por oportunismo, isso não. Porque eu explico e expliquei, não é agora que eu sou presidente da República, antes. As coisas que eu digo agora, eu já dizia antes, não estou dizendo agora.

AN: Quando o senhor se revê nas cenas dos Roda,

[

MP: Qual, qual

AN: dos programas anteriores, que diferença chamou a atenção do senhor

[

FHC: Eu estava prestando atenção, não sei, talvez, parlamentarista eu continuo sendo

* Era mais moço.

AN: Fisicamente, fisicamente.

[

FHC: É era mais moço. Isso aí é triste de reconhecer. Essa é a pior coisa

(risos)

AN: O senhor estava respondendo, quer dizer parlamentarista.

FHC: O que eu acho é o seguinte: eu não vi nada que eu não pudesse concordar. Parlamentarismo, medidas provisórias, eu disse que acho que tem que ser, ali talvez eu estivesse na briga política generalizando, mas eu acho que tem [

MP: E reforma eleitoral e partidária, não é?

FHC: Mas eu sou favorável a ela.

MP: Eu sei, o senhor é favorável mas não há iniciativa do governo pra encaminhar essas reformas. [

FHC: Mas por quê?
Por quê? Por quê? O que eu sempre disse, o seguinte: eu acho que isso deve vir do Congresso, vou esperar. Se eu encaminhasse essas reformas, as outras não teriam nem passado. Todo mundo mergulharia nisso, não era hora. Chegará a hora. Política se você não domina o tempo [

MP: Mas há quem diga que ()

FHC: dizia Ulisses, você não, quem não sabe trabalhar com o tempo, o tempo não perdoa. O tempo tenho [

FM: O senhor acredita que

FHC: que controlar, a agenda é minha.

FM: () a qualidade do problema,

[

*

O senhor não deveria ter insistido?

[

EL: ()

FM: presidente, agora passou a ser uma necessidade, ou não?

FHC: O quê? A reforma política?

FM: Aquilo que era antes apenas uma pregação, agora é uma necessidade () [

FHC: Ah, eu não tenho dúvida, eu não tenho dúvida quanto a isso. Quando é necessário, ao contrário do que muita gente atribui a mim, hoje mesmo o Clóvis Rossi diz lá que eu digo: Meu Deus, ele está conformado, eu não me () do que ele disse lá [

EL: Desanimado.

FHC: Essa é uma frase minha que eu digo sempre, é contraditória. Eu estou falando no plano abstrato, da utopia, não estou pensando no possível, hoje. Eu digo sempre o seguinte: a política não é a arte do possível, é a arte de tornar o possível o necessário. É isso que eu digo sempre: é a arte de tornar possível o necessário.

MN: Agora, presidente, qual foi o momento que o senhor considera mais crítico ou pior do seu governo? O escândalo do Banco Nacional, por exemplo?

FHC: Não, o escândalo do Banco Nacional é uma coisa privada, não tem nada a ver com o governo, não é isso? Nada, quer dizer, nós atuamos aí como na questão dos bancos de uma maneira, pensando no sistema financeiro, exclusivamente. Não houve nenhuma tentativa do governo de preservar a propriedade, de encobrir responsabilidades, também não sei quais são, tem que apurar. Então, aí não tem problema nenhum. Não, não. Houve um problema ali sim, foram dois momentos difíceis: um, foi março, abril do ano de 95.

* México?

FHC: Depois do México, a crise aqui no câmbio e maledicências sobre o mau manejo do câmbio e o Brasil perdeu por causa dessas bobagens. Bobagens, não, por causa dessas leviandades, dez bilhões de reais das reservas. Aí a coisa podia ter ido mal, foi o que nos obrigou a elevar os juros lá pra cima.

MP: As reservas continuam em quanto hoje?

[

EL: Presidente, o senhor falou

FHC: Sessenta, mais ou menos

MP: Sessenta

EL: O senhor falou ()

[

FHC: Depois, só dar o outro momento. O outro momento foi do sistema financeiro, porque o sistema financeiro também poderia ter acarretado uma coisa sistêmica, por isso nós fizemos o PROER, por quê? Pra evitar que houvesse a crise sistêmica quem ia ser prejudicado não era o banqueiro. O banqueiro perdeu o banco, quem ia ser, o banco e seus haveres, quem ia ser prejudicado era o depositante e aí era o sistema

produtivo, as empresas que estão lá e então ia em cadeia. Aqui o PROER deve ter dado em custo, até hoje é menos de dez bilhões; eu vi hoje lá banco.

[

EL: Dezesseis.

FHC: Não, não, não. Eu posso te mostrar hoje, eu tenho aqui, menos de dez. O dispêndio efetivo, agora

[

EL: O Banco Central já deu dezesseis.

FHC: Do Banco Central, desculpa, eu sou o presidente da República, devo saber um pouquinho mais. (risos) [

EL: Sim, sim (risos).

FHC: Isso é uma coisa importante, () ouvir antes de opinar.

EL: Ahn, ahn.

FHC: Bom, então, o PROER, o que que é isso? É o quê? 1% do PIB. O Chile perdeu 20% em 82, a Venezuela, 15, os Estados Unidos, 5. Está certo? Então, o PROER foi um mecanismo ágil, rápido, pra evitar a crise no sistema financeiro. Essa poria em jogo o real. Foram os dois momentos mais [

EL: Presidente

FHC: delicados do meu governo.

EL: O senhor tocou, já que o senhor tocou nesse assunto. A questão da dívida interna, ela mais do que dobrou no período do real.

FHC: Isso.

EL: Isso não é uma bomba relógio que vai estourar daqui a pouco?

FHC: Olha aqui, por que que é bomba relógio?

EL: Não sei, estou perguntando.

[

FHC: Como proporção do PIB não houve tal aumento, houve um pequeno aumento de 10%

[

EL: É, é, saltou de 60 bi para 170 bi.

FHC: Mas não é o PIB. Como proporção do PIB não

[

EL: Hum, hum.

FHC: Segundo lugar, essa dívida é expressão das reservas em grande parte.

EL: As reservas cresceram menos de 40 para 58 bi

[

FHC: Sim, está bem, mas de qualquer maneira é expressão das reservas (). Você tem haveres e deveres. Você tem a reserva em haver. A dívida do Brasil é muito pequena comparativamente com qualquer outro país, não digo nem do tipo do nosso, do tipo da Itália, da Inglaterra, é muito pequena, da França. Então, isso é um fantasma que se está colocando, porque nós gostamos de viver à beira do abismo. Só que os brasileiros, como nasceram à beira do abismo, sabem que não caem nele. Nós não vamos cair por causa disso, o governo dispõe de muito controle e de muita, digamos assim, disposição pra tomar medidas quando necessárias. Eu tenho demonstrado isso com toda tranquilidade. Eu vejo toda hora, ah, não vai tomar porque tem interesse político. Não, eu tomo quando é necessário. Eu vejo as condições, eu espero o momento, mas eu tomo as medidas. Então, se fosse necessário já teríamos tomado medidas, se discute, não convém que cresça mais, () isso é um certo momento, mas não há nada que seja assustador

✱

[
Presidente

FHC: Se fosse assustador não teria havido investimento estrangeiro aqui nem nós estaríamos vendendo título lá fora como estamos com *spreads* [

EL: Bônus.

FHC: cada vez mais baixos. A gente tem que ser objetivo nessas coisas.

MS: A balança

[

FM: A primeira dívida dos estados, presidente?

FHC: Os estados têm dívidas, alguns estados têm dívida grande, o maior é São Paulo. Nós estamos fazendo um grande esforço. Agora também quero deixar claro, eu não sei qual foi a reunião, o resultado da resultado de governadores. O governo federal vai ajudar os estados que se ajudarem, se os estados não quiserem eles próprios tomar medidas, aí não há o que fazer, que isso aqui é uma federação, cabe à União assumir a responsabilidade

「

✻

()

FHC: Não, aí eu não concordo, eu não concordo, porque, eu concordo que fizeram negociação com a dívida do Rio Grande, mobiliária, porque o governador Brito modificou a do Rio Grande, a estrutura de (operação) do estado

FM: Mas tem limites nessa negociação, não é presidente? Eu lembro que o presidente Collor disse uma vez que quando discutiu com o governo de São Paulo a questão da dívida de São Paulo com a Eletropaulo, ele teria recebido resposta do governador, disse pra ele: tudo bem, corta a luz de São Paulo.

FHC: É, não era o governador Covas.

[

FM: Quer dizer, quando você chega nesse ponto

FHC: Não era o governador Covas. Então, veja, o empenho de São Paulo. São Paulo no setor energético acertou suas contas, está pagando, não é? Quer dizer, no conjunto, os governadores estão fazendo um grande esforço de acertar. Hoje mesmo falei com governador do Mato Grosso, Wilson Martins, do Sul, com Dante de Oliveira, eles acertaram. Com o de Sergipe, ele acertou as contas. Alagoas, depois de uma situação muito difícil, não é? Do Pará está acertando. Quer dizer, nós estamos fazendo o que temos que fazer. Nós podemos renegociar. Há condição de que os estados entrem em uma dieta rigorosa e muitos estão fazendo isso. Os que não fizerem, eu não concordo e não fazer

EL: Presidente, como única mulher aqui nessa

[

*

Presidente

EL: roda, deixa eu lhe fazer uma pergunta que tem a ver com as mulheres especificamente. O senhor acha que a legislação atual que regula, que trata da questão do aborto, ela está atrasada, ela deve ser modificada. O senhor acha que o governo deveria ter uma ação mais forte em relação a isso ou não?

FHC: Veja, o governo tomou medida equivocada, eu tomei, não é? E nós corrigimos, não sei até se já caiu, pedi que derrubasse o veto.

EL: Mas não caiu ainda

FHC: Sim, mas eu pedi que derrubasse, portanto essa é a minha posição, não é?

[

EL: Hum, hum.

FHC: Acho que tem que haver, primeiro tem que haver a oferta de meios de controle de natalidade, deve ser feita, deve ser feita pelos órgãos, pelo SUS, está sendo feito, não é? Deve ser feito melhor, tem que haver atendimento à mulher, à saúde da mulher, porque não é simplesmente dar pílulas ou dar num sei o quê. Tem que haver um programa, existe um programa específico de saúde da mulher, chama-se (Paism), que a meu ver precisa ter grande impulso, não é? Essa é a minha posição. Eu sou bastante claro nessa matéria. O Congresso que vai tomar a posição final. Eu acho que deve derrubar o meu veto.

MS: Presidente, nos Estados Unidos nós vamos

[

*

Presidente

MS: ter agora eleições presidenciais. De alguma maneira o resultado da eleição nos Estados Unidos afeta alguma coisa nas relações comerciais com o Brasil?

FHC: Não, não creio. Não creio, porque nós já tivemos experiências de contar com o presidente dos Estados Unidos de republicanos ou democratas. Isso é da regra do jogo internacional, não é? Eu acho que nós temos hoje uma relação muito correta com os Estados Unidos. Eu disse, aliás, numa entrevista que dei, saiu no O Estado de São Paulo. Dizendo o seguinte: terminou a Guerra Fria, todo mundo sabe, o regime não é mais bipolar. E, mais grave do que isso, quando o regime era bi-polar e, além do mais, você tinha uma luta ideológica, os princípios de legitimação da ação de cada um dos blocos eram óbvios, não é isso?

[

EL: Hum, hum.

FHC: Automaticamente, os alinhados aos blocos seguiam porque tinham a defesa daquele bloco. Mas isso não existe mais. Então você ficou numa

situação internacional onde os interesses do país pode, por isso que eu digo que tenho maior chance, pode se apresentar com mais clareza, não é? Os interesses não são sempre coincidentes entre os países, não é? O Japão e os Estados Unidos vivem às turras, não é? A União Européia e os Estados Unidos vivem às turras. Bom, o Brasil também tem problemas, tem com o aço, tem com o suco de laranja. Estamos lá brigando por causa do aço. Tem porque, às vezes, eles querem além do que é devido na questão de legislação de patentes, enfim, temos muitos. Mas, qual é diferença? Hoje, não tem nada que nos assuste nem a eles. E nós não também não temos por que generalizar. Uma briga por causa do aço é por causa do aço, eu não estou brigando com o Estado americano, estou brigando por causa do aço. Antigamente, era um confronto, isso não existe.

FM: Negócios, amigos à parte.

FHC: Isso. Agora, outra questão. Você hoje tem aqui no mundo, como não tem a bipolaridade tão forte, também não é monopólio de poder, não é que só um manda. Não, você tem que ter um poder mais compartilhado. Daí a minha, o meu empenho do Brasil, de ter uma ação muito ampla, nós temos as melhores relações com os Estados Unidos. Eu tenho com o presidente Clinton, por quem tenho admiração, não é? E pela senhora Hillary também tenho.

RN: Isso não é uma declaração de voto não, não é?

FHC: Eu não posso votar lá. Mas, tenho, é

** (risos)

FHC: sabido isso, acho tudo bem. Agora, acho que um país como o Brasil, já tem peso específico suficiente pra que a sua voz ecoe mais forte no mundo, e deve ecoar. Não com o predomínio hegemônico aqui e ali, nem no cone Sul, não, não. Mas tem que ecoar. Acho que nós temos que ter uma atitude muito aberta nessa matéria. Eu sei que há uma crise nas Nações Unidas, porque o

país que mais paga não quer pagar, os Estados Unidos, não é? Porque o secretário geral atual não é bem visto para a reeleição. Lá dá problema também reeleição.

**

(risos)

FHC: pelos Estados Unidos, não é? Então, aí tem problema, mas eu não acho que, do jeito que as Nações Unidas andam hoje que ela seja o fórum onde as decisões sejam tomadas. Tem o G7, acho que seria uma pretensão um pouco vã a do Brasil de entrar pro grupo do G7. Não, nós não, não é pra tanto, mas é pra termos um diálogo maduro, que nós estamos começando a ter com o G7. Cada reunião do G7, antes dela, eu mando carta, eu digo o que eu acho que deve ser feito. Conversei com o Chirac, conversei com o Chrétien do Canadá. Conversei com o Clinton, quando fui aos Estados Unidos. Muitas das nossas propostas foram aprovadas sobre a questão, sobretudo a crise financeira internacional. Acho que nós vamos buscar ainda um mecanismo pelo qual, sem estarmos inseridos no G7, venhamos a ter uma voz mais forte e não perdida na assembléia geral das Nações Unidas. Então, eu acho que nós hoje temos condições pra ter uma política externa madura, sem medo de ninguém mas também sem pensar que somos capazes de fazer o que nós não somos, nós temos força relativa. E mesmo que tivéssemos, não é do mundo atual você estar visando a força, não é?

FM: Mas, presidente, o senhor tem manifestado preocupação com, enfim, um dos efeitos da globalização é o enfraquecimento dos poderes do Estado nacional. E parece que esse é um processo irreversível até onde já se viu a coisa andar e o senhor tem manifestado essa preocupação e tem apostado na idéia de uma entidade, um Estado supranacional, ou pelo menos, bancos centrais coligados, ou algo assim [

FHC: É, eu ()

FM: pra enfrentar essas, massas de capital que correm fora do sistema. O senhor aposta que a ONU possa

- [
- FHC: Não.
- FM: ser esse, o embrião desse local?
- FHC: Não, o que eu acho
- [
- FM: O senhor está investindo muito no Conselho de Segurança?
- FHC: Não, não estou. Isso eu quero esclarecer, quer dizer, eu acho que vale a pena ir pro Conselho de Segurança se a ONU mudar
- FM: Hum.
- FHC: Porque se for pra ficar lá só pra referendar decisões, mesmo que você vote contra e tal, mas sem força, eu acho que tem que mudar. Eu tenho mais, não sou eu, eu acho que o Brasil tem mais ambições do que simplesmente ter uma cadeira no Conselho de Segurança. Nós temos ambição de sermos ouvidos, é outra coisa mais ampla do que isso. Portanto não faço as minhas apostas
- [
- RN: Presidente, com qual dessas personalidades de outros países com que o senhor já teve que estabeleceu, assim, uma sintonia mais fina, que tenha tido uma
- [
- FHC: Com vários deles, com: Khol, com Chirac, com Clinton, com vários deles.
- RN: Sim, mas por quê? A identificação é de temperamento, um é mais engraçado do que o outro
- [
- MS: O
- presidente teria um interesse especial, ou seria um parceiro mais fácil

[
RN: ()

FHC: Foi, foi o presidente da Alemanha, o Kohl, ou 1º ministro. O que que ele me disse? Aqui, tem nessa sala, testemunhas disso. Ele disse: olha, aqui, nós precisamos ter uma relação pessoal direta. Pega o telefone e fala comigo. Designa quem é que você quer pra eu poder designar um outro pra podermos estar em contato permanente

(AN): O senhor tem feito isso?

FHC: Tenho, (designei) a pessoa.

RN: Eu tenho falado mais no plano pessoal mesmo, de uma empatia mais rara, por exemplo

[
FHC: De empatia, eu acho que o do Canadá é uma pessoa que rapidamente e o Clinton também. O Clinton é uma pessoa extremamente simpática, já disse isso algumas vezes

[
MP: O senhor tem ídolos presidente?

FHC: Como?

MP: Ídolos. O senhor tem?

FHC: Não.

MP: Não?

FHC: Entre políticos?

MP: É algum
[

FHC: Não, não. Tem gente que eu admiro. Eu tenho até visto aí, procurado ler um pouco o Roosevelt foi uma pessoa, é uma pessoa que eu tenho grande admiração, porque ele sempre foi

MP: O senhor disse há pouco que não tem medo de tomar decisões.

FHC: Não.

MP: Agora, engraçado que alguns dos seus aliados políticos dizem que o processo de decisão do presidente Fernando Henrique é demorado é lento, é uma tortura pra eles, certamente, eles não dizem isso pro senhor. Como é que é isso

[

FHC: (Veja)

MP: de um presidente tucano?

[

FHC: (Veja) Eu acho que na verdade quanta gente não gostaria de estar sentada na cadeira de presidente. (risos)

(MP): Certamente.

*

É verdade.

FHC: Então fica imaginando que o presidente é lento, é não sei o quê. Veja, eu acho, eu controlo o tempo, o meu tempo não é isso? Eu não me apresso por causa dos outros, não é? Você veja, as pessoas tiveram capacidade de governar não podem ficar aflitas por causa da imprensa, por causa do líder político, por causa da greve. Claro que há (termos) de limites, você tem que tomar em consideração que tudo isso existe, mas você tem que ter o seu tempo, tempo que você acha que ()

[

RN: O doutor Ulisses dizia que ()

[

MS: Por favor, por favor, nós também aqui temos o nosso tempo, nós estamos acabando o programa, desculpa. O Marco estava na fila pra poder [

FHC: É isso, aumentamos um pouco o tempo.

MN: O nosso tempo está acabando, mas eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor. Já foi atribuído ao senhor de ter dito que o senhor tem um pé na cozinha, não é? O jornalista José Castelo sobre o senhor parafraseou uma letra do Chico Buarque para dizer o seguinte: o seu pai era curitibano, seu bisavô era goiano, seus avós alagoanos e a sua mãe amazonense. O senhor disse também que o Brasil, o brasileiro é caipira, tipicamente, caipira. Quem é o povo brasileiro para o senhor?

FHC: Bom, isso em 1º lugar, isso nem é verdade, quer dizer, (só que) meu pai é de Curitiba, meu avô era de Goiás, um deles, outro [

* Ainda tem primos em Goiás, não é isso?

FHC: Hein? Tem, muitos. Tudo isso aí é verdadeiro. Alagoas. Tudo isso é verdade. Realmente, eu tenho, portanto, muitas relações com o Brasil. E o que eu sou mesmo é paulista, embora tenha sido apresentado como carioca hoje, eu me sinto paulista, porque eu fui educado lá.

* Os cariocas não vão gostar disso não.

FHC: Não, mas é verdade. Pode ser que o meu jeito até seja mais carioca, mas o meu, intimamente, eu me sinto mais paulista. Bem, agora, isso me dá uma certa possibilidade de diálogo no Brasil, mais ou menos, mais amplo, talvez. Eu tenho realmente experiência no sangue, contato e tudo mais. Outro dia saiu uma biografia minha nos Estados Unidos, minha família não vai gostar, diz assim: o presidente (falou) que se diz mulato, você imagina

**

(risos)

FHC:

Mas eu acho que isso é uma bobagem, quer dizer, quando a gente vai ver um branco mesmo e olha pra mim e pra alguns de nós aqui (risos) vê que nós não somos. Outros aqui são, mas nem todos. Eu acho que a gente deve assumir isso com a maior tranqüilidade, eu sempre achei assim. Agora, que que nós, eu acho isso formidável no Brasil. Você perguntou o que nós somos. Nós somos isso, essa confusão. Olha o Matinas, é brasileiro, não é? Isso é fantástico e ele é brasileiro. Quer dizer, não precisava nem falar o português. Você olha pra ele, ele é brasileiro. Isso aqui tem uma força imensa.

*

O terno, o óculos.

FHC:

É (risos)

**

(risos)

FHC:

Mas é verdade, isso aqui é um país que tem uma força imensa, que é capaz de plasmar as pessoas. Quando eu disse caipira, não foi no sentido pejorativo, foi exatamente nesse sentido. Como nós temos tanta coisa interna, nós na verdade, às vezes, foi pra me defender do que o repórter dizia de que o Brasil não dava bola pra fora. Então digo: não, é que nós somos voltados pra nós. Então, e o que é a definição típica do caipira, é ser voltado pra si mesmo, não é isso? Foi positivo o que eu disse. É claro que depois pegam e fazem daquilo, eu até acho graça. Acho excelente, porque levam uma semana discutindo isso.

**

(risos)

FHC:

É um (bocó), uma semana discutindo ()

*

Bom sinal.

MS: Presidente

[

FHC: Mas é isso, acho que nós temos essa força e o brasileiro é essa multirracialidade. E eu disse até numa entrevista, não sei qual delas, (que eu) dei tantas, diz assim: eu sou cartesiano, mas nós somos também afeitos ao candomblé. (risos).

*** (risos)

MS: Presidente, nós já tomamos dez minutos a mais do que estava combinado com o senhor [

FHC: Só.

MS: Gostaria de fazer duas perguntinhas rápidas: como é que está a sua coluna, e que livro o senhor está [

FHC: (risos)

MS: lendo pra gente encerrar.

FHC: Bom, minha coluna está excelente, não é? Agora, a coluna está bem e tal, engordei um pouquinho por causa da natação que parei, por causa estão reformando a piscina. Nunca mais senti uma dor na coluna () [

MS: Quer dizer que a presidência faz bem?

FHC: Não é a presidência, é a natação.

** (risos)

FHC: Se tiver uma piscina não precisa ser da presidência, não é? O livro que eu estou lendo agora é um livro de Albert Hirschman que é uma pessoa que eu tenho muita admiração, que eu fiquei de escrever uma orelha ou um prefácio, uma coisa assim. Em português, o nome fica não fica bem, porque fica: Propensão à Auto-subversão, é um () mas em inglês é (Propension Self-subversion). É um livro lindíssimo. O Hirschman é um grande intelectual, é uma reflexão sobre ele mesmo, ele subvertendo as idéias dele. É um livro de uma beleza, (mesmo) esteticamente muito bonito. Ele é alemão de nascimento, escreve em inglês belíssimo e difícil. Eu até pego o dicionário para entender certas palavras, porque ele tem o gosto pelas palavras. E o que que ele fala lá? Ele mostra como as teorias, as dele têm que mudar, porque os fatos ocorrem, ele então procura incorporar, ele refaz a teoria ()

[

(RN): O senhor podia se inspirar nisso pra fazer uma a respeito.

FHC: Quem sabe. Eu acabei de ler um outro livro que me interessou muito também, que fez () Câmara sobre agosto de Getúlio. Como eu tinha lido o do Jânio, a Renúncia do Jânio por Castelinho, eu acho que quem está no governo tem que ler esses livros pra saber que nada pior do que intriga do que

*

No palácio

FHC: No palácio e perto, não é? Quer dizer, o Getúlio levou um susto. Ele estava ali com uma confusão danada, quer dizer, então eu acho que é muito importante a gente ver essas coisas e não deixar a intriga prosperar. Intriga pra mim entra por aqui e sai por aqui, mas a gente tem que saber o que está acontecendo. Por isso que eu não sou formal como presidente, eu falo, eu não mantenho, eu não gosto de guardar hierarquias. Eu gosto de perguntar a todas as pessoas. Eu não vou dar detalhes, mas eu falo com todo mundo que me cerca, que seja. Pra eu poder sentir um pouquinho mais o que que está

acontecendo. É difícil, é difícil a gente sentir, não é? (Que talvez), por exemplo, dizem que eu sou lento, nunca me disseram (risos)

** (risos)

FHC: Mas eu não sou lento não, vocês sabem. (risos)

MS: Presidente, a gente gostaria muito de agradecer essa entrevista que o senhor concedeu hoje ao Roda Viva aqui no Palácio da Alvorada em Brasília. Gostaria muito também de agradecer a presença dos nossos entrevistadores, agradecer a sua atenção até a essa hora da noite e lembrar você que o Roda Viva volta na próxima segunda-feira, às dez e meia da noite. Até lá! Uma boa noite pra todos e uma boa semana!